



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Felippe Andrade Rainha

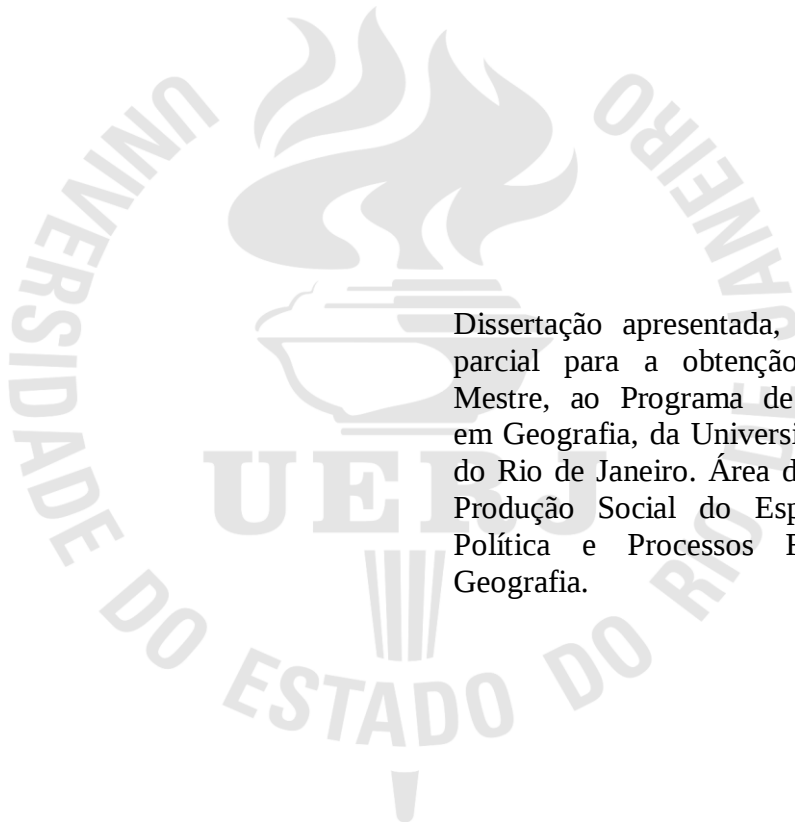
Morar e trabalhar: a pesca artesanal e o seu elo com o lugar

São Gonçalo

2015

Felippe Andrade Rainha

Morar e trabalhar: a pesca artesanal e o seu elo com o lugar



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R156 Rainha, Felipe Andrade.
Morar e trabalhar: a pesca artesanal e o seu elo com o lugar / Felipe
Andrade Rainha. – 2015.
235f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Pesca artesanal – Teses. 2. Trabalho – Teses. 3. Habitação – Teses. I.
Silva, Catia Antonia da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 639.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Felippe Andrade Rainha

Morar e trabalhar: a pesca artesanal e o seu elo com o lugar

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Aprovado em 03 de fevereiro de 2015.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Julia Adão Bernardes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos César Araujo Carvalho
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que com simplicidade me ensinou que a chave para superarmos as dificuldades não está em outros lugares a não ser dentro de nós mesmos. Este ainda dedico à minha doce família, aos meus fiéis amigos e ao amor nascente. Viva a vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me mantido firme frente às dificuldades que se desenharam no decorrer deste período de amadurecimento profissional. Sem Ele ao meu lado, nada disso seria possível da forma que foi.

Gostaria de agradecer em seguida a minha família, pois com muita paciência estiveram ao meu lado durante toda esta jornada. Em especial agradeço a minha mãe por todo carinho, amor, diálogo e compreensão. Sem você esta jornada seria impossível! Amor eterno e incomparável!

Agradeço ainda à minha bela e radiante, Mírian. Sua paciência e sabedoria por vezes me mostraram o caminho a seguir. Agradeço por todos os momentos em que estive ao meu lado, me animando e dividindo comigo o peso das grandes responsabilidades. Muito obrigado aos pipos, Amauri e Nilza, por me acolherem com todo carinho do mundo!

Não há como esquecer esta longa parceria. Muito obrigado Catia, por toda amizade e generosidade demonstradas ao longo deste tempo. Agradeço de coração aos diálogos e ao apoio que me passou nos momentos decisivos, sem dúvida estes me ajudaram a superar os sucessivos obstáculos que surgiram no decorrer deste caminhar.

Obrigado também a todos os meus amigos, em especial àqueles que se fizeram presentes nos momentos mais oportunos deste período. Agradeço de coração ao Carlinhos, ao Agner, à Andressa, ao Petrônio, à Milaysa, ao Rodrigo Euzebio, ao Luis Júnior, à Carol, ao Isac, a todos os meus amigos da equipe Graças das EJNS, bem como a todos aqueles que fizeram (e fazem) de minha vida algo mais que especial!

Por fim, gostaria de agradecer aos pescadores artesanais do estado do Rio de Janeiro e de maneira especial aos de Pedra de Guaratiba, que com muita esperança e perseverança na vida me ensinaram que desistir jamais é uma opção para aqueles que acreditam num porvir recheado de boas surpresas.

Muito obrigado a todos e todas que tornaram este sonho possível, quer estejam lembrados nominalmente aqui, quer não. Um caminhar nunca se faz sozinho, para a sorte de todos nós! Um grande e agradecido abraço a vocês!

Aprendeí, pois, a ser pobres e ter necessidades, quer possuais alguma coisa neste mundo quer não possuais nada. [...] Deus resiste aos orgulhosos, estejam eles cobertos de seda ou de trapos, mas dá a sua graça aos humildes (Tg 4,6), quer eles possuam, ou não, os bens deste mundo.

Santo Agostinho

RESUMO

RAINHA, Felipe Andrade. *Morar e trabalhar: a pesca artesanal e o seu elo com o lugar*. 2015. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

Este trabalho busca realizar uma discussão de grande relevância para o entendimento do que é ser pescador artesanal em tempos em que a modernização do espaço se faz pujante e intende a subjugar suas formas de trabalho e de vida. Em decorrência disto, pretende-se aqui estimular reflexões em torno da relação existente entre trabalho e moradia para estes sujeitos, os quais vivem em pleno contexto metropolitano. Para tal tarefa, serão elucidadas questões centrais que abrangem o cotidiano dos pescadores artesanais que vivem no bairro de Pedra de Guaratiba, localizado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (RJ), às margens da Baía de Sepetiba. Sendo assim, realizaremos uma tentativa de compreensão analítica dos agentes de base popular, suas experiências de vida e seus conflitos no que se refere à produção social da metrópole. Veremos que os pescadores artesanais representam uma categoria de extrema complexidade e que não é compreendida sequer parcialmente pelas instituições públicas que regem o seu ordenamento. Complexidade esta que se inscreve também na relação entre moradia e trabalho na vida desses sujeitos, se tornando assim, um dos pilares de sustentação de suas existências e, conseqüentemente, do seu próprio resistir. Para a percepção dessas relações e dos sentidos (valores) que animam a vida desses homens e mulheres, buscamos a realização de uma metodologia em que o pesquisador torna o seu olhar sensível ao reconhecimento dos elos que unem esses sujeitos aos seus lugares de trabalho e de vida, entendendo assim as dinâmicas responsáveis por construir as peculiaridades que os diferenciam (mas não os excluem) dos demais trabalhadores urbanos. Por fim, chegaremos ao entendimento de que morar e trabalhar para os pescadores artesanais são pares indissociáveis, os quais contribuem para a fortificação da categoria em tempos de grande adversidade.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Metrópole. Trabalho e moradia. Lugar e cotidiano.

ABSTRACT

RAINHA, Felipe Andrade. *Inhabit and work: artisanal fisheries and their link with the place*. 2015. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

This work aims to perform a very important discussion to understand what is to be an artisanal fisherman when space's modernization becomes vibrant and try to subdue their ways of working and living. As a result, it's intended to stimulate reflections on the relationship between working and habitation for these subjects, who lives in a complex metropolitan context. For this task, will be elucidated key issues covering the everyday lives of artisanal fishermen inhabiting in Pedra de Guaratiba neighborhood, located in the western area of the city of Rio de Janeiro (RJ), on the shores of Sepetiba's Bay. Therefore, we will perform an attempt to comprehend analytically the poor agents, their life experiences and their conflicts with the social production of the metropolis. We will see that artisanal fishermen represent a category of extreme complexity and that is not even partially understood by the public institutions that govern your segment. This complexity is also part in the relationship between inhabiting and working in the lives of these subjects, thus becoming one of the pillars of their existence and hence of its own resistance. For the perception of these relations and the senses (social values) that animate the lives of these men and women, we seek to hold a methodology that the researcher makes himself more sensitive to recognize the links that unite these workers to their places of work and life, understanding the dynamics responsible for building the peculiarities that distinguish them (but do not exclude) to the other urban workers. Finally, we will come to understand that habitation and work for artisanal fishermen are inseparable pairs, which contribute to the category's fortification in times of huge adversity.

Keywords: Artisanal fisheries. Metropolis. Work and housing. Place and everyday.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Porto de Itaguaí – DOCAS.....	151
Figura 2 –	Obras do Porto Sudeste (MMX) – Itaguaí.....	152
Figura 3 –	Embarcação movida pelo “motor de rabeta”, o que relativamente facilita a pescaria feita por um único pescador.....	154
Figura 4 –	As belezas naturais de Pedra de Guaratiba: muitos fotógrafos profissionais vão ao bairro aproveitar de suas belas paisagens.....	190
Figura 5 –	Restaurantes no bairro da Pedra de Guaratiba: uma grande variedade de opções em frutos do mar.....	191
Figura 6 –	Ruela que dá acesso à praia da Capela. Ao fundo o pescador artesanal se conduzindo ao trabalho.....	196
Figura 7 –	E o tempo não estava bom realmente.....	198
Figura 8 –	A cercada. Uma técnica de pesca de origem indígena que hoje em dia é utilizada pelos pescadores artesanais fluminenses.....	201
Figura 9 –	O barco de médio porte que avistamos voltando da pescaria de arrasto.....	204
Figura 10 –	O pescador começa a lançar às redes no mar. A rede fica “pescando” sozinha por horas até que o pescador decida a hora de colhê-la. Esta técnica é conhecida como rede de espera.....	208
Figura 11 –	Após uma noite pesada de trabalho, o fim da lida acontece pela manhã, com a limpeza do motor da embarcação.....	220

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico 1 –	Sede da APAPG e da Colônia de Pescadores Z-14, ambas situadas no bairro de Pedra de Guaratiba.....	175
Mosaico 2 –	Principais pontos de embarque e desembarque de Pedra de Guaratiba. À esquerda as comunidades/localidades de Ponta Grossa e Píer/Pracinha; à direita a Praia da Capela.....	176
Mosaico 3 –	Principais características da localidade do Píer/Pracinha. Na fileira de cima moradias de pescadores e restaurantes diversos; na fileira debaixo uma pequena peixaria e um pescador vendendo peixes à varejo.....	177
Mosaico 4 –	Píer/Pracinha: à esquerda os ranchos que também cumprem a função de moradia para os pescadores artesanais locais; à direita o atracadouro da localidade.....	178
Mosaico 5 –	Principais áreas de moradia de pescadores de Pedra de Guaratiba: na fileira de cima as comunidades/localidades do Morro das 3 Orelhas e de Ponta Grossa; na fileira debaixo as do Catruz, Praia da Capela e do Cabuís.....	179
Mosaico 6 –	As ruelas também se configuram como redes de conexão importantes das áreas residenciais do bairro da Pedra com a praia. Estas imagens compreendem a comunidade/localidade de Ponta Grossa.....	185
Mosaico 7 –	O assoreamento das praias é visível e em alguns locais na Baía de Sepetiba a lama se estende por mais de 300 metros além da praia, dificultando assim o desembarque, sobretudo, na maré baixa.....	187
Mosaico 8 –	O pescador prepara a pequena embarcação para a pescaria: a parte inicial da lida se revela consideravelmente pesada.....	197
Mosaico 9 –	Ao fim da pescaria surge a recompensa: camarões e peixes aparecem nas redes recém chegadas à embarcação.....	213

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Frequência relativa dos pescadores profissionais distribuídos por região e por categoria.....	130
Gráfico 2 –	Pescadores artesanais em relação ao nível de escolaridade.....	156
Gráfico 3 –	Média de idade dos pescadores artesanais de acordo com as localidades situadas na Guanabara e na Sepetiba.....	158
Gráfico 4 –	Relações familiares no processo produtivo da pesca artesanal.....	159
Gráfico 5 –	Tipos de propulsões utilizadas pelas embarcações dos pescadores artesanais.....	161
Gráfico 6 –	Tamanho das embarcações utilizadas dos pescadores artesanais.....	163
Gráfico 7 –	Acesso à escola pública pelos pescadores artesanais.....	164
Gráfico 8 –	Acesso à saúde pública pelos pescadores artesanais.....	165
Gráfico 9 –	Vetores de difusão dos saberes pesqueiros.....	166
Gráfico 10 –	Pescadores artesanais e acesso ao RGP.....	168
Gráfico 11 –	Os pescadores artesanais e o acesso às políticas públicas para a categoria.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição dos pescadores profissionais por grandes regiões administrativas – 2012.....	129
Tabela 2 –	Produção do setor pesqueiro e aquícola e consumo <i>per capita</i> de pescado por continente – 2009.....	132
Tabela 3 –	Produção pesqueira da China – 2010.....	133
Tabela 4 –	Produção (t) brasileira de pescado - 2003 a 2009.....	133
Tabela 5 –	Produção Nacional de Pescado por Unidade da Federação (t) – 2009.....	136
Tabela 6 –	Estado do Rio de Janeiro, segundo os principais municípios produtores pescado – 2011.....	142
Tabela 7 –	Pescadores artesanais, segundo suas condições de moradia e ao acesso à tecnologia.....	170

LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1 –	Município do Rio de Janeiro e seus bairros. Em destaque Pedra de Guaratiba.....	19
Cartograma 2 –	Produção Nacional de Pescado por Grandes Regiões Administrativas.....	138
Cartograma 3 –	Produção Nacional de Pescado (referente à aquicultura) por Unidades da Federação.....	140
Cartograma 4 –	Produção Nacional de Pescado (referente à pesca extrativista) por Unidades da Federação.....	141
Cartograma 5 –	Os pescadores e sua distribuição pela metrópole do Rio de Janeiro.....	145
Cartograma 6 –	Material construído junto aos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba a partir da utilização da metodologia da Cartografia da Ação Social.....	149
Cartograma 7 –	Principais lugares de moradia e de trabalho dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba.....	180
Cartograma 8 –	Município do Rio de Janeiro – Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas – 2014.....	183
Cartograma 9 –	Rendimento médio mensal em salários mínimos do responsável pelo domicílio, por Bairros – 2000.....	188
Cartograma 10 –	O ponto de embarque/desembarque, a área das cercadas e o pesqueiro: locais importantes do trabalho de campo.....	217

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O ESPAÇO E AS DIMENSÕES DO TRABALHAR E DO MORAR: A BUSCA POR UM RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL E METODOLÓGICO	29
1.1	Produção do espaço e ação social: um diálogo inicial e indispensável	29
1.2	O trabalho e a sua dimensão reflexiva	67
1.3	O morar e o lugar: discussões necessárias	109
2	A PESCA ARTESANAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE ENTRE DIFERENTES ESCALAS.....	127
2.1	A pesca na escala nacional	129
2.2	A pesca na escala estadual	141
2.3	Baía de Sepetiba: contradições e desafios	147
2.4	O perfil do pescador artesanal urbano	155
3	RETORNANDO À ESCALA DO LUGAR E DO COTIDIANO DOS PESCADORES: PEDRA DE GUARATIBA, SUA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO NO TEMPO PRESENTE.....	174
3.1	A Pedra e a pesca	174
3.2	Algumas características históricas e atuais	181
3.3	A experimentação do cotidiano: o relato como uma possibilidade de análise	192
3.3.1	<u>O caminho, a preparação da embarcação e a saída para o mar</u>	<u>195</u>
3.3.2	<u>O trajeto no mar: encontros fortuitos, algumas conversas e a pescaria</u>	<u>198</u>
3.3.3	<u>Nasce um novo dia e com isso a esperança de dias melhores</u>	<u>218</u>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225

REFERÊNCIAS	230
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é considerada uma atividade de produção econômica e cultural, e possui sua origem no território brasileiro a partir dos primeiros habitantes de nossas terras, os indígenas. É uma atividade extrativista e familiar que envolve um grande número de homens e mulheres na cadeia produtiva. Em geral, seus trabalhadores criam e fazem a manutenção de seus próprios meios de produção, ou seja, dos apetrechos utilizados no processo de trabalho, como as redes, as linhas de pesca, entre outras armadilhas diversas, além também do criativo manuseio dos motores de seus barcos. No que diz respeito a construção de suas embarcações, este processo será realizado por pescadores ou profissionais especializados (carpinteiros hábeis na elaboração de modelos específicos para a pesca artesanal), o que em contrapartida não elimina a competência do pescador em realizar pequenos reparos nas mesmas. Predomina uma produção de baixa escala e de baixa tecnologia e sua incidência se dá próximo às áreas costeiras. Seus trabalhadores, de modo geral, possuem uma baixa escolaridade e vivem em uma condição de precariedade em pleno contexto da metrópole do Rio de Janeiro, apesar da atividade ser reconhecida pelo Estado desde 1919 (RESENDE, 2010).

As embarcações mais utilizadas na atividade são o “caíco” (com propulsão a remo ou a motor) e a “baleeira” (geralmente com mais de 10 metros e equipadas para uma pesca produtivamente mais proveitosa). Segundo dados oficiais do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o estado do Rio de Janeiro possuía 11.012 pescadores artesanais cadastrados no ano de 2010, números que contrastam diretamente com a realidade que encontramos na prática de nossa pesquisa, sendo que, segundo informações de algumas lideranças da categoria, este número se apresenta bastante abaixo daquele que de fato constitui o referido contingente. Os estudos¹ sobre esta atividade econômica e sobre sua identidade cultural vêm demonstrando a crise que este segmento social vivencia no contexto da urbanização e da industrialização nas metrópoles brasileiras, destacando-se também a realidade da metrópole do Rio de Janeiro.

¹ Tais estudos vêm sendo realizados, desde 2004, pelo Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), localizado na UERJ/FFP e do qual sou integrante (pesquisador/técnico FAPERJ). Estes apontam características de dezenas de localidades de pescadores, as quais envolvem saberes construídos por meio da oralidade e possuem heranças culturais nas técnicas de trabalho, na arte de elaboração das redes de pesca, na manutenção de suas embarcações, no conhecimento do meio ambiente, na localização dos cardumes, na percepção do tempo climático, dentre outros.

A metrópole do Rio de Janeiro possui, segundo o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, uma população total de 11.446.212 habitantes. Desse número de habitantes 33,1% se encontram empregados nos setores formais da economia, totalizando 3.786.584 pessoas ocupadas formalmente em todo território metropolitano. Seu núcleo, ou seja, o município do Rio de Janeiro possui no setor de serviços sua principal geração de PIB, com pouco mais de 146 bilhões de reais produzidos no exercício de 2012, o setor industrial vem logo em seguida com cerca de 23 bilhões e a agropecuária em terceiro lugar com 62 milhões de reais produzidos no mesmo período (IBGE, 2010).

Se faz importante lembrar que a configuração metropolitana que aqui trabalharemos se diferencia da definição oficial², haja vista que buscamos em nossos estudos levar em consideração uma intensa vida de relações existentes entre os municípios, preterindo assim o critério de planejamento de governo que se faz preponderante na configuração oficial. Portanto, segundo nossos estudos, a metrópole do Rio de Janeiro é composta por: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.

O processo de urbanização das cidades no Brasil contribuiu bastante para degradação paulatina da pesca artesanal. A intensa poluição dos sistemas naturais dessas cidades faz com que o pescador se arrisque cada vez mais em locais distantes desses eixos de poluição, pois suas técnicas de trabalho estão associadas a uma pesca realizada em áreas não muito distantes às margens de baías e dentro dos rios, uma vez que nestes locais as condições naturais não se apresentam de uma forma tão adversa quanto aquela que encontramos em mar aberto (pesca oceânica).

Além da questão elucidada acima, o processo de urbanização avançou em direção às áreas das localidades pesqueiras (local de moradia e de trabalho dos pescadores), de embarque e desembarque do pescado, de circulação das embarcações (rios, mares e baías) e também das áreas de extração produtiva da pesca artesanal e de criação natural do pescado (como os mangues e margens das baías e dos estuários). Este processo de urbanização é caracterizado pela produção da fragmentação sócio-espacial, criando mazelas peculiares à história urbana nacional, como o aumento da violência, da irregularidade fundiária (a qual, em boa parte dos casos, é produzida pela própria lei), da precariedade em saneamento básico e da dificuldade

² Os municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro na configuração oficial, são: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (CEPERJ, 2014).

no acesso à cidade. Neste contexto muitas áreas de moradia dos pescadores artesanais receberam o impacto da periferização e favelização ou então receberam o impacto da valorização do uso do solo urbano para residência de classe média, para comércio e turismo ou ainda das cercas dos grandes e novos empreendimentos industriais, o que vem expulsando esses trabalhadores de seu local de origem e de trabalho.

Nas décadas de 2000 e 2010, o intenso processo de modernização do território brasileiro ganha corpo nas cidades o que contribuiu para que a atividade pesqueira artesanal (existentes nestes espaços) se deteriore com mais intensidade. São diversos os problemas enfrentados por seus trabalhadores, o que ajuda revelar a estratégia de gestão do território na promoção de um modelo de desenvolvimento injusto e que considera os mesmos como uma categoria profissional insignificante (SILVA 2011, 2013 e 2014; RAINHA 2009 e 2013; FERREIRA 2013).

Frente ao contexto metropolitano e da urbanização, existe uma disputa de projetos e de significados. A pesca artesanal ao mesmo tempo em que é um importante posto de trabalho e fonte de produção alimentar relevante, vive a contradição ao ser preterida em decorrência das ações e intenções dos agentes dominantes, formuladores do modo de vida urbano-industrial e que valorizam a discussão enraizada na promoção dos grandes projetos propostos pelo Estado, no que se refere aos eixos de desenvolvimento desenhados (por meio das normatizações) no território.

Nesse sentido, é interessante lembrar que a atual realidade vivenciada na Baía de Sepetiba, onde grandes projetos portuários e industriais (como o Porto Sudeste – MMX; o Porto de Itaguaí – DOCAS; o estaleiro naval da Marinha do Brasil; o complexo industrial da USIMINAS, dentre outros), vêm se territorializando ao ponto de desarticular consideravelmente a pesca artesanal na região, seja pela intensa poluição química, seja pela criação das áreas de exclusão da atividade pesqueira, a qual proíbe o pescador de praticar sua atividade em um raio de 500 metros de qualquer empreendimento e/ou embarcação situado na baía (veremos isto com mais detalhes no decorrer do presente trabalho).

Partindo da compreensão das “artes de viver” do pescador artesanal, veremos que isto significa o entendimento da elaboração das redes de pesca, dos consertos das embarcações, em geral no seu local de moradia, à beira de um rio e as suas “caminhadas” dentro do seu barco, indo em direção ao meio da baía, ao encontro dos cardumes, em trajetos que duram horas, pescando, em geral, durante a madrugada. Retornam pela manhã para as áreas de embarque onde os atravessadores lá se encontram, para comprar, a preços baixos, a

mercadoria perecível. Desse modo, ao mesmo tempo em que a moradia do pescador é o local onde habita e promove suas relações sociais, ela também é a extensão de seu trabalho, onde, por exemplo, realizará o preparo de seus instrumentos.

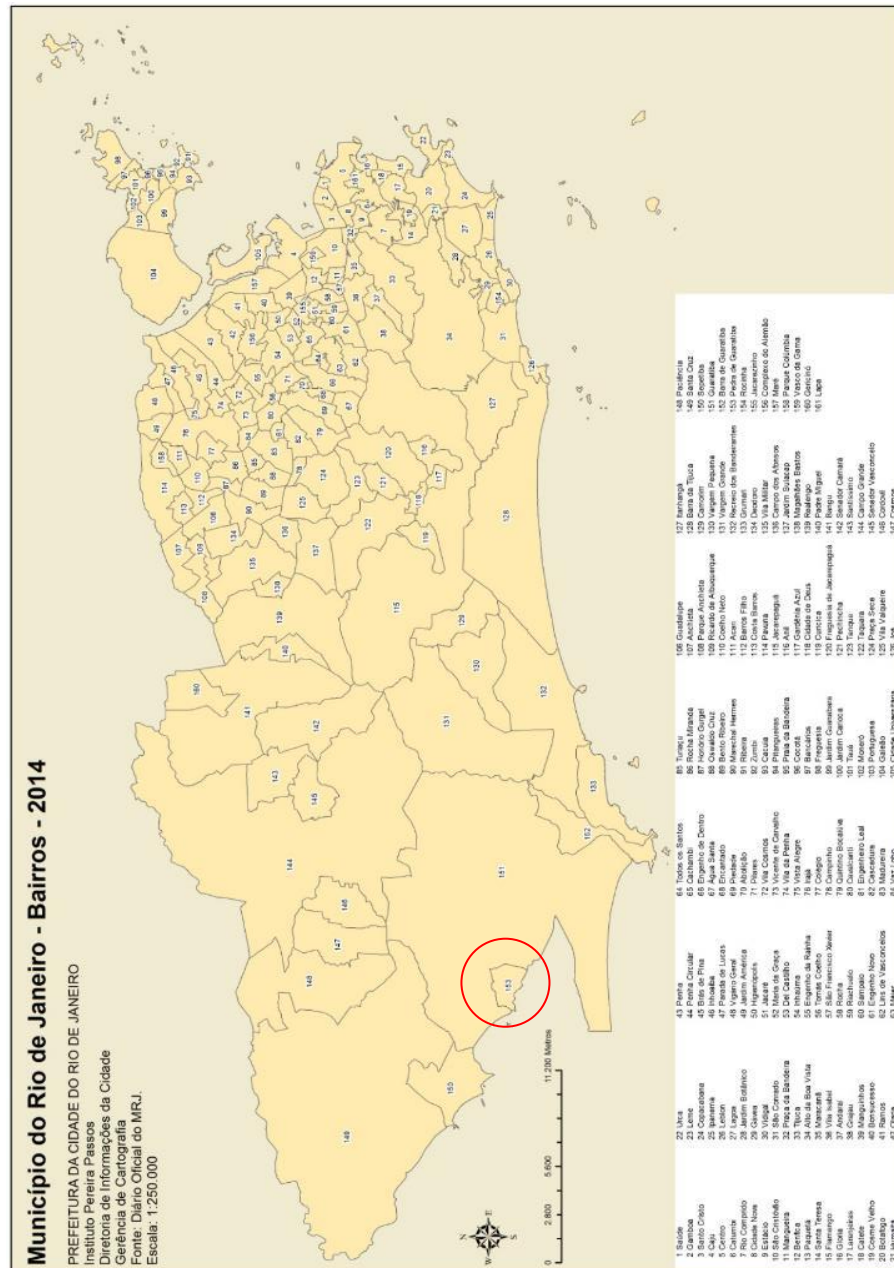
Tais relações se apresentam como peças importantes e que estimamos servir de contribuição para juntos fomentarmos uma leitura que nos auxilie a entender a construção do espaço a partir da vida em sua pluralidade relacional, a fim de que possamos construir novas frentes de discussão, as quais nos possibilitem continuar a reflexão em torno das geografias das existências. (SILVA, 2014)

Analisar a relação trabalho-moradia do pescador artesanal remete, portanto, ao estudo da experiência destes sujeitos na produção social do lugar, identificando e cartografando seus movimentos, suas trajetórias, suas ações e estratégias na cadeia produtiva, sua circulação espacial e social frente aos atores hegemônicos. O estudo da pesca artesanal tem me inspirado para a reflexão necessária e mais profunda do entendimento dos elos possíveis e verdadeiros entre o morar-trabalhar. No entanto, a literatura acadêmica historicamente foi construída de forma setorial separando o trabalho (produção) da moradia (reprodução).

O objetivo geral desta dissertação é analisar a mediação entre o trabalho e a moradia dos pescadores artesanais da metrópole fluminense, compreendendo como área de estudo a comunidade/localidade de Pedra de Guaratiba, situada no município do Rio de Janeiro. Este bairro se localiza na Zona Oeste carioca, mais precisamente na Região Administrativa de Guaratiba, sendo esta englobada pela Área de Planejamento 5 do município em questão. Inserida no contexto da periferia urbana carioca, Pedra de Guaratiba vem ganhando nos últimos anos uma importância considerável no cenário turístico da cidade do Rio de Janeiro, e isto se deve a combinação de três fatores de grande relevância presentes no bairro: 1- a preservação de alguns dos símbolos que remetem à sua história e ocupação espacial, como as fazendas de engenho (utilizadas nos ciclos brasileiros da cana-de-açúcar e do café) e as construções religiosas (como a Capela de Nossa Senhora do Desterro, fundada no século XVII); 2- as belezas naturais existentes no bairro, pois suas praias de águas calmas, a proximidade com algumas ilhas da região e o sossego encontrado ao longo de toda sua orla (destacamos aqui alguns piores planejados para o passeio e contemplação do mar), são de fato grandes atrativos para seus usuários; 3- a presença de uma produção pesqueira de origem artesanal (sumariamente) de grande variedade e quantidade alavancando não só o comércio de

peixarias, mas também estimulando o surgimento de vários restaurantes, para diversos gostos e segmentos de consumidores.³

Cartograma 1 - Município do Rio de Janeiro e seus bairros. Em destaque o bairro de Pedra de Guaratiba (RJ)



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Instituto Pereira Passos – IPP, 2014.

³ Este conjunto de fatores que faz do referido bairro um local de crescente relevância para a cena turística carioca acaba por estimular também o crescimento do número de pessoas que desenvolvem alguma atividade artística na região, compreendendo de maneira geral músicos, artesãos e artistas plásticos (pintores e escultores). O grande movimento de pessoas nos fins de semana faz com que esses trabalhadores possam expor seus talentos a um público bastante diverso.

Os fatores que acabamos de apresentar levaram Pedra de Guaratiba a experimentar um grande crescimento em número não só de visitantes (turistas), mas também de moradores, pois muitos que apenas vinham aproveitar o bairro nos fins de semana ou feriados acabaram por fixar residência no mesmo, principalmente por causa de suas características que revelam um ambiente calmo e com uma boa estrutura de bens e serviços. Como falamos anteriormente, a pesca artesanal é uma atividade bastante relevante no bairro em questão, mas isto não se dá pela elevada capacidade produtiva dos meios de produção utilizados pelos pescadores locais, mas sim pela grande quantidade de pessoas que exercem a referida atividade.

Aproximadamente são 300 pescadores que saem de Pedra de Guaratiba todos os dias para o trabalho, no entanto, este número já fora muito maior, sendo que esta queda se deve ao enfraquecimento da categoria nos últimos anos, especialmente devido ao enfrentamento de problemas como a crescente poluição dos ambientes utilizados em seu processo produtivo, ao pujante aumento da especulação imobiliária em suas áreas de moradia e de trabalho e à privação de direitos sociais ligados ao exercício da profissão e aposentadoria.

Os principais pontos de embarque e desembarque de pescadores e pescado situados em Pedra de Guaratiba (e que a pesquisa conseguiu desvendar) foram as comunidades/localidades de: Ponta Grossa, Praia da Capela e o Píer (com sua adjacência, a “Pracinha”).⁴ Já os principais locais de concentração de moradia dos pescadores artesanais locais são: Ponta Grossa, Praia da Capela, Morro das Três Orelhas, Catruz e Cabuís.

A base empírica da área de estudo é averiguada à luz de como estes conceitos (trabalhar e morar) nos possibilitam entender os processos que incidem na luta pelo trabalho e pela manutenção de seus espaços de sociabilidade, buscando assim a compreensão da relação do lugar com a da totalidade da vida coletiva urbana e metropolitana. Sendo assim, ao final do trabalho, foram contemplados os seguintes objetivos: análise da literatura acadêmica com a busca por referenciais aos conceitos de metrópole, moradia, trabalho, produção social do espaço, lugar e cotidiano; compreensão da atual situação dos lugares que experimentam o cotidiano produzido pela pesca artesanal, analisando o bairro de Pedra de Guaratiba frente ao processo de modernização impulsionado pela urbanização e industrialização da região da Baía de Sepetiba nas décadas de 2000 e 2010, cartografando os principais problemas identificados

⁴ As adjacências somente estão sendo consideradas porque abrangem em seu território as dinâmicas que compreendem os desdobramentos espaciais provocados pelo movimento de embarque e desembarque de pescadores e pescado nos pontos principais identificados pela pesquisa. As adjacências também se constituem como locais de moradia e de trabalho dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, tendendo a envolver, exclusivamente no caso da Pracinha, as dinâmicas inerentes ao processo produtivo desses trabalhadores.

pelos moradores/pescadores e utilizando como ferramenta metodológica a Cartografia da Ação Social (RIBEIRO, 2009 e 2011); análise da configuração do cotidiano vivido nas comunidades/localidades pesqueiras abrangidas pela área de estudo, compreendendo como estas se inserem na dinâmica da cadeia produtiva da pesca artesanal (identificando os locais de reparo dos apetrechos de pesca e as formas de comercialização do pescado), seguida de uma avaliação da existência de conflitos no uso do território por parte das associações e das colônias de pescadores; identificação da negação do direito à moradia aos pescadores artesanais da área de estudo e sua relação com o processo de deterioração de suas condições de trabalho; sistematização das principais ações do Estado para a pesca artesanal e sua abrangência ao fomento da categoria; compreensão do bairro de Pedra de Guaratiba e a influência do urbano na vida dos pescadores artesanais locais.

Desse modo, o que será abordado nas linhas que se seguem diz respeito à concretude final desse estudo. Para tal foram preparados um conjunto de quatro capítulos, os quais se dividiram da seguinte forma: *1- O espaço e as dimensões do trabalhar e do morar: a busca por um recorte teórico-conceitual e metodológico*: neste primeiro capítulo, trazemos discussões em torno dos conceitos-chave para o entendimento desta temática, os quais destacamos aqui o debate sobre produção social do espaço, ação social, trabalho, moradia e lugar. Dividimos este capítulo em três subcapítulos a fim de que toda uma construção pedagógica do pensamento tornasse mais didático o entendimento de duas indissociáveis dimensões da existência do pescador artesanal, o morar e o trabalhar; *2- A pesca artesanal brasileira: uma análise entre diferentes escalas*: neste capítulo estarão presentes análises que levarão o leitor ao entendimento do contexto geral em que a pesca se encontra na atualidade. Traremos aqui importantes análises dos índices produtivos em diferentes escalas geográficas, promovendo assim uma discussão geral sobre a produção de pescado no Brasil e suas tendências. Nesta seção colocaremos em evidência também algumas importantes características da Baía de Sepetiba, no tocante a elucidação de algumas de suas peculiaridades, bem como de processos os quais se encontram vinculados aos desejos de uma modernização excludente, difundidos pelo projeto capitalista de sociedade e sua incidência na atividade pesqueira artesanal local. Realizaremos ainda análises em torno do perfil do pescador artesanal fluminense, os quais estão inscritos e possuem uma vida de relações com o meio urbano; *3- Retornando à escala do lugar e do cotidiano dos pescadores: Pedra de Guaratiba, sua história e construção no tempo presente*: neste apresentaremos a área de estudo, revelando índices socioeconômicos e estruturais do bairro de Pedra de Guaratiba,

além de sua vinculação com um conjunto de atividades econômicas, dentre elas a pesca artesanal. Serão expostos (com o auxílio de imagens), os principais lugares concentradores da atividade no bairro, ou seja as áreas mais importantes no que concerne à concentração de moradias e ao trabalho do pescador artesanal. Neste buscaremos apresentar ainda uma experiência diferente, a partir de uma observação no que concerne ao acompanhar do processo produtivo pesqueiro, a fim de buscar uma construção reflexiva em torno de sua relação com o morar e, de ambos, com o lugar. Além de se configurar como uma continuação da exposição da área de estudo faremos, por meio de um relato (narrativa), um aprofundamento da experimentação científica no que compreende ao cotidiano vivido pelos pescadores artesanais.

A base empírico-metodológica da dissertação se deu com apoio do Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC) da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, no qual exerço a função de pesquisador desde o segundo semestre de 2004. A construção desta empiria se deu em parte por meio dos recursos provindos de projetos elaborados e executados pelo grupo em loco. Tal fato contribuiu significativamente para a realização de inúmeros trabalhos de campo no estado do Rio de Janeiro, sendo que na área recortada para a dissertação realizamos oito atividades de campo nos últimos 18 meses, as quais tornaram possíveis a produção e organização de registros de diversas ordens e de depoimentos dos pescadores artesanais. Dentre estes realizamos um trabalho de campo específico promovendo uma pescaria profissional (nos moldes artesanais da pequena produção) em condições noturnas na Baía de Sepetiba. Para este fomos preparados a passar um fim de semana (com o apoio do grupo de pesquisa) na casa de um pescador artesanal residente no bairro de Pedra de Guaratiba, seu nome é Isac Alves, um dos líderes do movimento dos pescadores na região em questão.

Este campo foi feito com a participação do autor do presente trabalho, atuando em conjunto com outro integrante do NUTEMC e também pesquisador, o bolsista Rodrigo Correa Euzébio. Durante o campo foram feitos vídeos e imagens fotográficas, além de registros textuais que nos permitiram construir um material de grande fidelidade sobre todo o processo que consistiu aquela pescaria. Nossa participação neste campo nos possibilitou encontrar a medida certa de como são realizadas cada etapa deste processo produtivo, de construirmos nossa percepção sobre a relação da prática pesqueira com as forças produtivas da natureza, de nos sensibilizarmos em torno dos riscos da navegação em embarcações de pequeno porte (mesmo em áreas relativamente abrigadas, como nas águas da Sepetiba) e de

compreendermos com grande clareza todo o peso de um trabalho sacrificante (fisicamente e mentalmente) que concerne a prática da atividade pesqueira artesanal.

No que se refere ao recorte teórico-metodológico, vimos dialogando junto ao grupo de pesquisa, sob a orientação de nossa coordenadora a professora Catia Antonia da Silva, no sentido de encontrarmos um caminho analítico que nos leve a compreender a contribuição da geografia para pensar a totalidade da atividade pesqueira artesanal, em suas dimensões econômica, política e cultural. O desafio tem sido compreender sob uma base teórico-interdisciplinar a complexidade em torno da produção social do espaço, buscando assim o entendimento sobre a geografia das existências, no intuito de torná-la como uma possibilidade analítica de melhor compreensão da construção da cidade, por onde diferentes atores e agentes, atuando e agindo a partir das mais variadas escalas, desempenham um papel fundamental. De fato para a geografia atual o desafio de um exercício metodológico perpassa pela compreensão do cotidiano e do lugar. Por isso, estimamos que o estudo sobre a pesca artesanal em Pedra de Guaratiba, seja de grande valia para a reflexão e para a construção de caminhos que levem à estruturação e lapidação deste desafio metodológico.

Desse modo, buscamos compreender o pescador artesanal de uma forma diferente dos outros trabalhadores urbanos, os quais realizam suas atividades a partir de um tempo controlado e subordinado pelo capital. É de fato interessante adiantar que o pescador artesanal urbano não se encaixa na análise clássica que nos permite entender a construção do trabalhador comum da *urbe*, simplesmente porque as experiências espaciais de ambos não se pautam pelas mesmas relações. O campo relacional que permeia a experiência urbana dos pescadores artesanais compreende uma grande diversidade (diferente da que constitui os demais trabalhadores urbanos) a qual abrange os mais variados aspectos de sua existência.

Para termos uma pequena noção deste plano diferencial, atentemo-nos primeiramente para o circular destes sujeitos pelo espaço urbano, pois este movimento se dá de uma forma bastante peculiar e se apresenta dotado de uma grande complexidade, uma vez que seus trajetos são traçados e percorridos tanto por terra, quanto por mar, estejam eles envolvidos com o processo de trabalho pesqueiro (compra da matéria prima para a construção dos meios de produção, visita aos órgãos regulamentadores da atividade para assegurar seus direitos, dentre outros motivos), esteja relacionado com a experiência urbana cotidiana do pescador (busca do lazer, e/ou do encontro).

Outro aspecto importante é que estes trabalhadores se caracterizam por serem detentores de seus meios de produção, podendo trabalhar em regime de parceria ou de forma

individual. Nos casos do processo produtivo nos moldes do regime de parceria, convém elucidar que quando o núcleo familiar não participa ativamente de todo o processo produtivo, participarão do mesmo o pescador dono dos insumos e seu parceiro que, dependendo do tamanho da embarcação, poderá ser mais de um. Geralmente a renda obtida na atividade é extremamente flutuante, especialmente na pesca realizada pelos pequenos produtores, o que impossibilita esses trabalhadores de pensarem e programarem com tranquilidade investimentos tanto nos seus bens de produção, quanto em seus bens patrimoniais.

Muitos deles ainda moram bem próximos ou imediatos aos seus locais de trabalho, no entanto esta realidade vem sendo remodelada cada dia mais, em decorrência de processos alavancados pela modernização do espaço e da vida, acarretando no deslocamento de suas moradias para locais muito distantes de suas comunidades/localidades de origem, as quais foram historicamente construídas por processos econômicos e culturais anteriores até mesmo a própria formação do urbano que as circundam. Estes trabalhadores na maior parte dos casos não possuem um elevado nível de escolaridade, o que por vezes dificulta o caminho a percorrer na luta pelo acesso aos seus direitos, em contrapartida os saberes relacionados ao seu ofício jamais provieram de instituições formais de ensino, constituindo assim como principal escola de pesca, o próprio seio familiar, a praia e a relação com os amigos mais experientes na arte de pescar.

A pesca artesanal, ao se fazer presente no espaço (presença esta que anima um conjunto de formas pretéritas que se caracterizam como rugosidades⁵, e que se apresentam numa constante interação com os mais variados objetos provindos da modernidade), realizará a sua prática cotidiana numa temporalidade mais lenta do que as atividades econômicas dominantes, engendradas pelo mundo capitalista, tais como aquelas que se caracterizam por serem produtoras e estandarte da modernização urbana: a indústria, o comércio, os serviços e a administração/gestão. A atividade pesqueira artesanal possui experiências que enriquecem as trajetórias do pescador na cidade e isso se dá a partir da ação de produzir e reproduzir suas vidas, na construção do cotidiano a eles comum. Mas a construção desse ser não se dá apenas a partir de si, mas também se dá com a contribuição de sua inserção na produção social da

⁵ O espaço construído incorpora em sua materialidade as formas pretéritas de uma divisão social (e internacional) do trabalho e das técnicas que levaram o homem a interagir com o meio e, assim, modifica-lo. As rugosidades são, portanto, essas formas passadas que configuram o espaço construído. Servem como testemunho de um dado momento, de um modo de produção nas suas diferentes formas, mas, sobretudo, no modo de produção da vida cotidiana. Assim, o espaço é uma forma durável, onde a maior parte dos processos que nele incidem, tendem a se adaptar a essa materialidade previamente construída, enquanto que uma outra parte cria novas formas que atendam a demanda de suas funções. (Santos, 2008, p. 173)

cidade de representações simbólicas que intencionam apontar novos rumos para a constituição de suas trajetórias sociais e espaciais.

Na maioria das vezes a construção do ser se dá a partir do nada. O nada, entretanto, não é o vazio. O nada é a negação do ser! A construção do mundo que conhecemos hoje, que respeita um modelo capitalista de produção e de reprodução do espaço, dos modos de vida, da economia, entre outros, historicamente produz a negação do outro, daquele que lhe é diferente, do que não se encaixa nos seus modelos e nos seus padrões de existência (Sartre, 1978). Ao fazer isso, esse modelo, ou melhor, esse sistema-mundo nega as práticas espaciais que exercem uma temporalidade distinta da sua própria temporalidade, desencadeando, a partir daí, um profundo processo de deterioração de saberes constituídos num tempo e num espaço únicos e que carregam em si um conjunto de experiências geradas no cotidiano dos sujeitos que o vivenciam.

No caso dos pescadores artesanais, o ser pescador é historicamente negado pelo Estado e pelos grandes atores capitalistas. Esse processo se dá, inicialmente, pelas instituições que regulamentam a pesca artesanal, colocando-a como uma atividade arcaica, desnecessária em tempos de modernização do espaço geográfico. Essa filosofia, que visa o ordenamento do território, é passada ao pescador de maneira velada, subentendida nas políticas públicas fomentadas para a categoria (as quais buscam tornar o pescador, pequeno produtor, num pescador com alta capacidade produtiva ou em um aquicultor de mesmo porte – voltaremos a esta discussão mais adiante) e na execução de um planejamento que organiza o espaço geográfico para que o mesmo atenda às demandas de produção e reprodução do capital.

Neste sentido não há como pensar a totalidade como algo estático. Totalidade é movimento, totalidade é totalização! O ser está no mundo e o mundo está em constante processo de construção e reconstrução. Por vezes esse movimento de produção do espaço se dá num ritmo acelerado, impulsionado pelo capital. O Outro (esse ser historicamente negado), por sua vez, se encontra no meio do caminho destes processos e, na maioria das vezes, é concebido como um empecilho à execução dos mesmos. Neste momento sua existência é negada pelas estratégias que o Estado (influenciado por interesses capitalistas) executa no sentido de promover o ordenamento do território e a transformação do espaço geográfico, fazendo com que os lugares sejam completamente remodelados, da mesma forma em que são destruídos os modos de vida seculares nele presentes, suas histórias, seus saberes. A respeito disso, Couto (2009), ao analisar Santos (2004), argumenta:

[...] Desde os macrossistemas (barragens, aeroportos, telecomunicações, etc.) até os produtos da chamada revolução científico-técnica (rádios, televisores, microcomputadores, máquinas fotográficas, etc.), o atual sistema técnico se difunde rapidamente, implanta-se de forma integrada e sem necessidade de articulação com heranças culturais locais, tornando-se indiferente ao meio e elemento exógeno para a maior parte da humanidade” (COUTO, 2009, p. 3).

Dessa forma, a fim de compreender os movimentos da atualidade, proponho um fazer geográfico calcado na geografia do presente, aquela que busca a análise das questões geradas na atualidade dos processos e que configuram a realidade do nosso tempo. Essa geografia do presente parte da compreensão do sistema técnico atual, a fim de entender a estrutura, o funcionamento e a interação entre as diferentes espacialidades.

Para compreender a totalidade existente na relação entre trabalho e moradia para a pesca artesanal é necessário, portanto, buscar o exercício metodológico de unir teoria e prática, de fazer uma ciência geográfica que busque nos processos a essência de sua própria existência para que, em contrapartida, contribua para a decifração das complexidades de nosso tempo. A respeito das consequências de um fazer científico marcado pela separação entre a teoria e a prática, Sartre (1978) elucida:

[...] O pensamento concreto deve nascer da *práxis* e voltar-se sobre ela para iluminá-la: não ao acaso e sem regras, mas – como em todas as ciências e todas as técnicas – em conformidade com princípios. (...) A separação entre a teoria e a prática teve como resultado transformar esta num empirismo sem princípios, aquela, num Saber puro e cristalizado. (SARTRE, 1978, p. 121).

Neste sentido, compreender a dimensão transescalar da produção do espaço surge como parte de uma metodologia de análise proporcionada a partir de um exercício de método que busque o entendimento das contradições que emanam do espaço geográfico. A transescalaridade (peculiaridade intrínseca ao meu objeto de estudo) evoca como uma particularidade da totalidade desse processo de produção espacial e, para entendermos como este é produzido, torna-se necessário analisar as ações transescalares que nele se fazem presentes, além, é claro, dos diversos outros fenômenos que se dão concomitantemente. Desse modo, Santos (1996) argumenta:

O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento. (SANTOS, 1996, p. 76)

A totalidade é um momento possível, totalidade é possibilidade. Ela é simultaneamente tempo e espaço (indissociáveis em existência e em análise) e o entendimento de sua complexidade se dá a partir da compreensão da possibilidade de existência de múltiplas temporalidades (Sartre, 1978). O tempo como vida, o tempo do cotidiano, o tempo como produtividade, o tempo como transformação, dentre outros, constituem as relações que dão movimento a essa totalidade, movimento este que parte da interação entre essas diferentes temporalidades. Neste sentido, a respeito da complexidade do todo e do movimento do pensamento necessário a sua compreensão, Santos (1996) elucida:

O processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. Daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem no universo, este podendo ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas [...]. (SANTOS, 1996, p. 75).

O tempo da transformação do espaço pelo capital, que é o tempo da dominação, vai entrar em conflito com as demais temporalidades que destoam de seu ideário de visão de mundo. Essas temporalidades antagônicas ao tempo do capital são constituídas por um movimento mais lento de percepção e de experiência pelo espaço. Neste sentido, identifico nesse ser pescador esse ritmo mais lento do tempo, ritmo este que coordena a maior parcela das relações produzidas por esses sujeitos no fazer de seu cotidiano. Sua percepção do espaço é completamente diferente da percepção que o Estado e que as grandes empresas têm sobre o mesmo, pois para estes o fundamental é a propriedade privada, enquanto que para os pescadores o espaço pressupõe a livre circulação, a solidariedade e a sensação de pertencimento, compreendendo-o assim, como algo comum a todos.

Entretanto, o movimento da totalidade é conduzido pelo dominador, pelos ritmos que ele impõe. Conceber o espaço como propriedade é impor aos sujeitos uma fragmentação não só do espaço, mas também do tempo, de suas temporalidades. A produção social do espaço acaba por se configurar como um processo que abriga em seu cerne a contradição relacional existente entre os atores hegemônicos e os sujeitos desse processo. Entender o movimento da produção social do espaço é compreender de fato quais as dinâmicas que realmente cooperam para a formação do mesmo, além das interações entre os atores e os sujeitos que dão vida a tudo isso.

Compreender o conceito de lugar nos surge como uma alternativa para a análise das microconjunturas que se fazem presentes pelo espaço geográfico. O entendimento sobre tal

conceito tem a sua relevância neste trabalho porque pensamos que é por meio do lugar que será possível entender a trajetória dos sujeitos sociais em foco, os quais a partir de suas ações se tornam responsáveis por fazer surgir e vivenciar, em meio à temporalidade fugaz praticada pelo capital, um tempo lento. Este, por sua vez, só nos é passível de ser analisado senão a partir do aprofundamento de pesquisa proposta pela experimentação e pelo circular por entre os meandros da dimensão cotidiana vivenciada por esses mesmos sujeitos. Fazer esse exercício no tempo presente é papel da ciência geográfica, o qual incorporo para a realização deste trabalho. Boa leitura a todos e todas!

1 O ESPAÇO E AS DIMENSÕES DO TRABALHO E DO MORAR: A BUSCA POR UM RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL E METODOLÓGICO

No decorrer deste primeiro capítulo serão abordados conceitos centrais e secundários que me auxiliarão na sustentação argumentativa da temática aqui trabalhada. Dentre os que balizarão minhas reflexões sobre a atividade pesqueira artesanal merecem destaque como conceitos centrais: a formação social do espaço, espaço urbano, ação social, trabalho, moradia (morar), cotidiano e sítio/lugar. Como conceitos secundários merecem destaque: táticas e estratégias, técnica, rugosidades, localidade e comunidade, espaço banal, valor de uso/valor de troca e homem lento (ordinário e *situs*). Estes serão de suma importância para o desdobramento da temática, bem como para seu posterior aprofundamento.

1.1 Produção do espaço e ação social: um diálogo inicial e indispensável

Para compreendermos o espaço em sua complexidade devemos entender que o mesmo é composto tanto por um conjunto material, quanto por um apanhado de ações inerentes à *práxis* humana. Tais ações são responsáveis por modificar, além desta materialidade, os sentidos, produzindo não só uma nova configuração do espaço, mas também modificando o próprio ser que o cria.

Ao alterar o espaço, o homem, no decorrer desse processo, também se modifica, recria-se, o que nos leva a constatar que o caráter dialético está intrínseco a esta relação. Por sua vez, tal relação se dará no decorrer de um determinado período (um tempo histórico) e se desenrolará durante a experiência de um cotidiano vivido por parte dos sujeitos que participam deste processo. Neste sentido, Santos (2008) explana:

O espaço deve ser considerado como sendo um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. [...]. (SANTOS, 2008, p. 153).

Ao entendermos a composição do espaço, a disposição de seus objetos e suas funções, além das ações humanas, tem-se a oportunidade de decifrar o passado, entender os processos que são traçados no presente e analisar os possíveis caminhos percorridos pela sociedade em sua produção e reprodução. Em meio a isto, a experiência espacial não está para todos da mesma forma, o que caracteriza a incidência de distinções (materiais e existenciais) no seu processo de formação. Santos (2008) compreende ainda que o espaço construído é caracterizado por incorporar, em sua materialidade, as formas pretéritas de uma divisão social (e internacional) do trabalho. Tal materialidade é produzida por um conjunto de técnicas que possibilitaram o homem a interagir com o meio e, assim, modifica-lo.

Santos (2008) definirá como “rugosidades” as formas passadas que compõem este espaço construído. Servem como testemunho de um dado momento, de um modo de produção nas suas diferentes formas. Assim, o espaço é uma forma durável, onde a maior parte dos processos que nele incidem, tendem a se adaptar a esta materialidade previamente construída, enquanto que uma outra parte cria novas formas ou ressignificam as já existentes, a fim de que atendam às necessidades de suas funções (SANTOS, 2008).

Assim as “rugosidades” nos ajudam a pensar as localidades⁶ da pesca artesanal da metrópole fluminense. Facilita-nos a compreensão não somente das áreas de estudo em foco no presente trabalho, mas também nos ajuda a entender a realidade de boa parte das localidades pesqueiras existentes na metrópole em questão, simplesmente pelo fato de que algumas delas se constituíram bem antes da formação metropolitana e conservam numa materialidade resistente algumas de suas práticas e relações primeiras.

Por se localizarem em áreas altamente estratégicas para a atuação dos grandes atores ligados à produção capitalista, as localidades pesqueiras tiveram sua materialidade remodelada principalmente, num primeiro momento, devido ao espraiamento do tecido urbano, em especial para a alocação de pessoas que não conseguiam se manter nas áreas centrais e/ou valorizadas das cidades metropolitanas e, num segundo momento, este mais recente, para o desenvolvimento de atividades industriais e logísticas. Junto com a construção de uma nova configuração de sua materialidade, tais localidades também sofreram com a

⁶ Usaremos a definição de localidade para quando nos referirmos aos agrupamentos pesqueiros de maneira geral. Isso é necessário porque são muitos os casos em que nesses agrupamentos não se experimenta a pesca artesanal como a única produtora dos sentidos do lugar, ou seja, existem, concomitantes aos sentidos da pesca, a produção de sentidos do trabalhador urbano comum, que vive a experiência de um outro tempo, o tempo da metrópole. No entanto, em algumas situações (em especial quando nos referirmos a Pedra de Guaratiba), o conceito de comunidade entra em cena para nos ajudar a interpretar diversas situações que estão postas não na constituição material daquele lugar, mas sim na experimentação de seus sentidos e do movimento do tempo que por ele flui.

alteração de parte dos seus sentidos de existência, pois ao mesmo tempo em que outros objetos foram lá inseridos, novas funções e competências se fizeram presentes neste espaço, tornando-o cada vez mais distinto e distante daquilo que os sujeitos anteriores a este processo pensaram para o mesmo.

As localidades pesqueiras representam também um dos pilares de sustentação do movimento de resistência⁷ dos pescadores frente ao processo de reconfiguração das bases materiais e culturais que caracterizam a atividade em questão. Se hoje os pescadores artesanais dividem seus espaços de moradia e de trabalho com a materialidade e os elementos constituídos pelo modelo urbano-industrial, isto se deve pelo fato de que existe um processo de valorização da referida atividade que provém do seio da própria categoria, a qual dificulta o processo de sedução destes trabalhadores pelos diversos “atrativos” da vida moderna, caso contrário, nada relacionado à sua existência permaneceria presente neste espaço. Não se trata aqui de afirmar (até porque isso estaria incorreto) que os pescadores não vivem no seu dia a dia a experiência do urbano, cheia de conflitos e tensões, a qual está inerente à produção dos desejos deflagrada pela lógica capitalista, mas sim de esclarecer que o experimentar da vida urbana não é condição para eliminar a vivência coletiva da pesca artesanal. Sua existência (enquanto construção coletiva), seus costumes, seus modos de vida, seu cotidiano representam parte importante do que foi necessário para manter viva a categoria em vários momentos adversos ao longo do tempo. Esta porção imaterial do ser pescador sustenta também a sua própria base material, ao mesmo tempo em que ambas se recriam num movimento dialético de reconstrução de suas forças produtivas e de seus saberes, a partir das experiências vividas entre os próprios pescadores e sua relação com a dinâmica urbana.

O espaço jamais pode ser considerado um produto terminado, finalizado de fato. A velocidade de sua produção (ou reprodução) dependerá da capacidade de transformação correspondente ao corpo social nele presente. Sendo assim, ao concebermos o espaço como uma estrutura social, devemos compreender que o mesmo não é passivo nesta relação traçada com a sociedade (e suas estruturas econômica, produtiva, política e simbólica). O espaço reage a todas as ações que nele ganham vida, levando a sociedade a um processo constante de readaptação às novas realidades provenientes deste movimento.

⁷ Este resistir, entretanto, não pode ser pensado como uma negação incondicional ao processo de modernização que se segue. Muitas são as inovações tecnológicas incorporadas neste fazer cotidiano dos pescadores artesanais e que contribuíram por transformar o seu espaço e as suas relações de acordo com as suas necessidades e desejatos. No entanto, esta experiência “modernizadora” não intende afetar o cerne de sua existência, pois o próprio pescador é quem permite e conduz este processo, diferentemente, da modernização que lhes é imposta por terceiros.

Neste sentido, o espaço pode ser compreendido como fruto de um processo social no qual sua produção e/ou reprodução trará como resultado as formas inerentes ao tempo (histórico) em que se deu sua constituição. Esta relação entre o espaço e a sociedade é dialógica e, como bem salienta Lefebvre (1974), o espaço não é somente um receptáculo das ações humanas, ele também as sugere ou as interdita.

[...] o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas produzidas, e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. [...] Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. (LEFEBVRE, apud SANTOS, 2008, p. 190).

Tudo isto nos ajuda a compreender a relação existente entre a atividade pesqueira artesanal e o meio onde a mesma é praticada. Ao mesmo tempo em que a pesca artesanal tende a produzir espaços peculiares a sua existência, esta tende a conviver com uma série de desafios que dificulta a sua realização ou até mesmo a limita, a fim de assegurar a reprodução e o desenvolvimento de outras atividades.

Os modos de produção quer sejam capitalistas, quer provenham de outras naturezas tais como as economias populares, as economias solidárias, ou até mesmo o mercado socialmente necessário⁸ (RIBEIRO, 2005), são responsáveis por produzirem e/ou reproduzirem o espaço, no entanto, isto não se daria sem o auxílio das técnicas. O desenrolar da história humana se estabeleceu por meio da relação existente entre os grupos sociais e os artefatos por eles elaborados, no intuito de garantir a sobrevivência individual e coletiva. A cada nova descoberta, transformam-se as técnicas e os modos de produção vigentes, dando lugar a novas possibilidades de apropriação do espaço e de leitura da realidade. As técnicas são produto histórico e fruto da racionalidade humana e, ao ser peça fundamental à produção espacial, atribui ao espaço uma nova competência, a racional. (SANTOS, 1996)

As técnicas estão também relacionadas com as formas de dominação criadas pelos atores hegemônicos dentro dos modos de produção onde se prima a alta competitividade, como, por exemplo, no modo de produção capitalista. Sendo assim, estas se apresentam como a expressão da produção de um espaço modelado para o exercício da dominação, subjugando,

⁸ O mercado socialmente necessário possui sua origem em práticas ancestrais, anteriores ao modelo hegemônico de mercado em suas bases capitalistas. Este se encontra conectado ao circuito inferior da economia (SANTOS, 2008), correspondendo assim aos grupos sociais e formas de sociabilidade sobreviventes aos processos de modernização e seus anseios pela homogeneização do espaço geográfico. Por meio do mercado socialmente necessário se construirão também frentes de resistência, as quais irão se opor às formas de operacionalização das trocas (e de dominação da vida) provenientes da concepção hegemônica de mercado. (RIBEIRO, 2005)

dentro desse contexto capitalista de produção, outras técnicas. A partir daí o processo de dominação de outras classes e grupos sociais ganha corpo, tendo como base a imposição cultural das técnicas hegemônicas: novos objetos e modo de agir (MARX, 1996).

No caso das economias populares em que se inserem alguns grupos sociais, tais como os pescadores artesanais, algumas técnicas que são consideradas obsoletas pela racionalidade imposta pelo modo de produção capitalista são responsáveis por garantir a sobrevivência de muitos, além também de ser peça importante na manutenção dos mesmos no cenário competitivo do mercado atual. Estas são incorporadas em um aparato técnico já existente e diverso, por meio de adaptações criativas, as quais não extinguem a essência maior do grupo social de que fazem parte, ou seja, de sua necessidade de promover uma interação equilibrada com os recursos da natureza. Estes grupos, por meio de seu aparato técnico, buscam extrair os elementos naturais indispensáveis à reprodução de sua existência, sem que este ato venha prejudicar seu equilíbrio e biodiversidade. Isto os torna capazes de formular para si estratégias de sobrevivência que se desdobram no espaço tendo em vista a formulação de um agir em sintonia com o meio natural e com os seus recursos, a partir de uma construção verdadeiramente racional de um conjunto de formas de percepção das suas necessidades básicas e da manutenção da vida coletiva. E em meio a tudo o que foi exposto no que concerne ao uso das técnicas podemos afirmar que por meio delas o homem constrói a sua própria história e, desse modo, o mesmo se promove como ser social.

A partir daí, como afirma Santos (2008), produzir e reproduzir espaço são dois atos indissociáveis, pois ao modificar a natureza bruta, o homem produz uma nova natureza, na qual estarão presentes diversos elementos técnicos, os quais já são concebidos para serem substituídos por novos elementos. Portanto, o homem produz uma natureza social (socializada), caracterizando o ato de produzir como sendo o ato de (re)produzir o espaço (SANTOS, 2008, p. 203).

Esta racionalização da natureza e do espaço, provém de duas origens distintas e divergentes entre si, porém uma se encontra em profundo diálogo com a outra. A primeira delas corresponde às racionalidades dominantes, as quais provém dos movimentos verticais que incidem gradativamente pelo espaço, carregando em si o desejo de tudo conquistar, no entanto, paralelamente a estas se encontram as contra-racionalidades ou racionalidades populares, aquelas que atingem sua espacialidade tendo como primor a interlocução horizontal (e possuindo como principal característica o potencial criativo de seus objetos),

estas buscam ser um dos alicerces dos movimentos de resistência ao processo de subordinação imposto pelas racionalidades dominantes.

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista económico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemónicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 1996, p. 210).

As técnicas inerentes à atividade pesqueira artesanal se inscrevem nas racionalidades populares, constituídas por lógicas anteriores ao modo capitalista de produção, e dentre vários podemos trazer como exemplo a ausência das relações de assalariamento e a predominância das relações de parceria, assim como também a utilização de meios de produção (na maior parte dos casos) construídos de forma manual e com um baixo poder de captura. No entanto na produção de seu circuito produtivo, são utilizados objetos produzidos e vendidos nos mercados capitalistas, tais como a rede, o motor, as ferramentas para construção das embarcações, entre outros.

No que se refere a outras especificidades da atividade, as ações dos pescadores artesanais são responsáveis não só por produzir e trazer peculiaridades (materiais) ao espaço em que estão presentes, especialmente se concebermos as técnicas a partir da sua dimensão do saber-fazer. Olhando-as por este viés as identificamos não somente como uma instrumentalidade (ope)racional mas sim (e também) como uma racionalidade experimental que tem como funções a identificação e, sobretudo, a diferenciação (no meio) daquilo que se encontra presente no universo praticável da pesca artesanal. Para facilitar a compreensão, peguemos como exemplo os pontos de pescaria que estão localizados nos ambientes praticáveis da pesca, os quais são chamados pelos pescadores de *pesqueiros*⁹ (o lugar de concentração dos cardumes).

⁹ A localização precisa desses pontos de pesca é tida para o pescador como sendo um grande segredo de trabalho, um trunfo. Este conhecimento sobre o meio em que o pescador se reproduz é construído a partir de anos de trabalho nas águas mais próximas e comuns ao seu cotidiano. Segundo Diegues (1983), os pescadores que detêm este saber tendem a assegurar uma maior produção, rendendo-lhes assim, uma melhor pescaria. No entanto, apesar deles tratarem os *pesqueiros* como uma área exclusiva, de conhecimento único, boa parte dos pescadores sabe da existência dos mesmos, cabendo-lhes apenas contar com a sorte, com seus meios de produção ou com o bom manejo das artes de pescar para se conseguir uma boa produtividade (DIEGUES, 1983).

Pois bem, os pesqueiros não estão visíveis para todos de maneira ampla, mas sim só se tornam perceptíveis por aqueles que detêm o conhecimento sobre uma série de fatores e condições inerentes ao meio em que estão inseridos, pela constituição de um saber-fazer fundamentado na *práxis* cotidiana do trabalho e pela formação de uma racionalidade técnica que foi (e continua sendo) aperfeiçoada no tempo e no espaço de maneira experimental. Por mais que a existência do pesqueiro não altere (materialmente) este determinado ponto presente no espaço, sua existência o diferencia perante este sujeito que o nomeia, sendo assim suficiente para o entendermos como espaço transformado, como um espaço racionalizado pelo homem.

O ato de produzir está intrinsicamente relacionado ao processo de trabalho, através do qual o homem, por meio das técnicas, modificará a natureza e, ao mesmo tempo, modificará o seu próprio ser. O trabalho contribui para a constituição do homem como um ser social, atribuindo a ele a autonomia de construir e conduzir os rumos de sua própria vida, ou seja, de sua própria história. Desse modo, o homem modifica o espaço (e a si mesmo) por meio de suas ações, dentre elas o trabalho, dando-lhe assim, uma outra qualidade, uma nova representação (SANTOS, 2008).

O espaço geográfico é, portanto, este espaço construído, modificado pelas ações humanas e, sobretudo, pelo processo de trabalho. A divisão internacional do trabalho aponta para a produção de um espaço geográfico cada vez mais homogêneo (padronizado), condicionando seu processo de transformação às possibilidades de um padrão técnico específico e hegemônico.

Entretanto, por mais que os grandes atores compreendam o espaço como uma estrutura homogênea que se inclina às suas necessidades e anseios por acumulação, tal verdade não deve ser considerada de maneira unívoca, pois a heterogeneidade do espaço geográfico provém da existência (e da resistência) de uma multiplicidade de sujeitos que, por meio do cotidiano e de suas ações, colaboram para preservar a diversidade de sua disposição social (e material). A composição dessas relações (sociais) é o que atribuirá vida ao espaço, é o que lhe dará sentido, num conjugar de imanência (fatores imediatos inerentes à racionalidade técnica que orientam a ação) e de transcendência (valores e desejos que emergem de um sentido mais profundo e que também orientam o curso da ação) (SILVA, 2002, p. 17).

Ao entendermos que o espaço é caracterizado por uma dimensão plural do plano da existência, avançamos na compreensão de que o mesmo é fruto não somente de ações econômico-produtivas, mas também da presença e atuação de forças políticas e culturais

muitas das vezes distintas e que se apresentam num constante movimento de encontro e desencontro, de similitude e colisão.

Considerar o espaço como uma pluralidade parte de um esforço metodológico que busca dar movimento ao processo de percepção e de valorização das diferenças e da multiplicidade de sua produção social, a fim de compreendermos o mundo tendo como ponto de partida as múltiplas trajetórias (o tempo) que atribuem sentido à materialidade construída (o espaço). Não se trata aqui de representar uma dicotomia analítica entre ambas as categorias, simplesmente porque não acredito que este seja o método mais prudente para entendê-las de fato, mas o que busco deixar claro aqui é que a identificação e a valorização de diferentes subjetividades que experienciam o espaço têm que ser encaradas como parte importante do movimento de compreensão do processo de formação espacial e dos diversos fenômenos que dele brotam.

Se essas múltiplas trajetórias (subjetividades) atuam diretamente na formação do espaço é porque este não pode ser concebido como um sistema fechado e estático, no qual as ações, por mais que se façam presentes, não sejam determinantes para a sua remodelação. Muito pelo contrário, o espaço deve ser concebido como uma dimensão aberta e em constante produção da sua exterioridade, por parte de uma multiplicidade de agentes que carregam em suas trajetórias a chave para a construção de um devir, ou seja, de novas histórias. Sendo assim, Massey (2009) aponta para esta metodologia de análise, na qual a busca pela compreensão do espaço passa pela valorização das diferentes subjetividades (tempo) que nele se encontram presentes e, acima de tudo, agentes.

O debate partiu da proposição de que o espaço é uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade. Uma contemporaneidade estática foi rejeitada em favor de uma simultaneidade dinâmica. [...]. Além de injetar temporalidade no espacial, isto também reitera seu aspecto como multiplicidade discreta, pois enquanto o sistema fechado é a base para o universal singular, abrindo-o cria-se espaço para uma genuína multiplicidade de trajetórias, e assim, potencialmente, de vozes (MASSEY, 2009, p. 89).

Desse modo, o tempo se encontra presente no espaço por meio de uma diversidade de atores e agentes que se envolvem e se confundem num movimento dialético de produção de suas histórias e do próprio espaço. A construção histórica desses sujeitos se dá por um processo constante de inter-relações com diversos outros comuns e não comuns, fazendo com que esta pluralidade interacional seja responsável por gerar a temporalidade inerente ao espaço. O Outro, portanto, se torna uma condição necessária para o futuro ser possível e

somente o encontramos senão no próprio espaço. Sendo assim, este último se torna a condição irrestrita para a existência dessas relações que geram o tempo, num movimento dialético e dinâmico (MASSEY, 2009).

Tempo este que por vezes dá forma e vida a uma contiguidade anexada ao espaço. Esta costura do espaço por meio da ação do tempo nos remete à ideia de que a experiência do cotidiano reflete a percepção (e, sobretudo, da experimentação) da pluralidade que emana da experiência espacial, fazendo-nos entender que ao mesmo tempo em que o espaço é fruto de ações estratégicas deliberadas por atores globais vinculados ao capital, este se constitui também como o lugar da vida conhecida e compartilhada, como o lócus das experiências afetivas ou repulsivas, enfim, como um condicionante imprescindível que torna possível as mais diferentes formas de relações geradas pela intencionalidade humana (SANTOS, 1996; RIBEIRO, 1996, 2000, 2001, 2002, 2005 e 2010; SARTRE, 1978).

Logo, entender o cotidiano se faz necessário a uma análise que busca a valorização dos tempos do lugar. Tempos estes que nos colocam à vista a contradição gerada pela relação na qual, de um lado, se encontram aqueles que concebem o lugar a partir de uma interação meramente econômica e fluída (visando à aceleração do tempo mundo) e, de outro, se apresentam os que vivem o lugar a partir de uma produção de sentidos de existência, da criação e manutenção de relações que só existem somente, senão, a partir do Outro (caracterizando-se pela lentidão) – (SANTOS, 1996, 1994). Tais experiências temporais não apenas se encontram presentes no espaço, elas se veem, interagem e disputam a prevalência de seus projetos de futuro.

De acordo com Merleau-Ponty (apud, MASSEY, 2009), a necessidade de se compreender o tempo se cria a partir da urgência de se entender os sujeitos. A subjetividade nada mais é do que a própria temporalidade. Neste sentido, a experiência do cotidiano surge como uma possibilidade metodológica de compreensão da subjetividade e de sua dinâmica relacional com a materialidade em que é agente. Sendo assim, ao decifrarmos o cotidiano estaremos dando um passo importante para a compreensão das subjetividades que a ele atribuem sentido.

Compreender a dimensão do cotidiano faz parte de um processo de amadurecimento daquilo que nos permite aprofundar a análise do tempo/espaço conservando sua heterogeneidade. De valorizar as realidades diversas, de atores diversos, os quais se apresentam inseridos num espaço comum a todos, comum não por estar para todos da mesma forma, mas comum pela possibilidade de disputa (que se concentra desigualmente nas mãos

de atores e agentes), pela inter-relação entre as partes (e destas com o todo) e por compreender todas as dimensões do acontecer, eis o *espaço banal*. (SANTOS, 1994, p. 38).

Conforme nos afirma Santos (1994), este espaço banal nos remete a ideia de um tempo plural, um cotidiano partilhado e que é constituído em meio aos conflitos gerados pela co-presença. Segundo ele, esta forma de conceber o espaço nos permite decifra-lo também como sendo o lugar do acontecer solidário, como o criador da interdependência obrigatória e ainda como o lócus das relações mais íntimas e pessoais. Todavia, ao mesmo tempo ele se revela também como o espaço das relações impessoais, das ações estratégicas das grandes empresas e do Estado, como o espaço da produção e da circulação do capital e de suas contradições.

O conceito de espaço banal sugerido por Milton Santos (1994) se aproxima do conceito de espaço múltiplo, cingido por Doreen Massey (2009). Para a autora, o espaço deve ser considerado a partir de suas múltiplas trajetórias, das diversas subjetividades que lhe atribui sentido. Desse modo, estes nos ajudam a entender que tempo e espaço são duas categorias de representação de um mundo em constante transformação, inacabado e que vivencia um intenso processo de disputa de sentidos, de valores de existência.

O espaço banal (ou espaço múltiplo), portanto, surge para nós como de importância ímpar para entendermos a pesca artesanal como parte atuante e, portanto, relacional do processo de constituição espacial da própria metrópole fluminense. Digo isto porque os espaços que produzem e são produzidos pela pesca, não a tem como a única força atuante. Conforme já dissemos, atualmente as localidades pesqueiras se encontram tomadas por diversas atividades que possuem suas origens no modelo urbano-industrial de transformação do espaço. Desse modo, ao mesmo tempo em que a pesca produz um espaço que lhe é peculiar, esta se relaciona diretamente com outras atividades que, na maioria das vezes, são responsáveis por produzir seus principais antagonismos, as limitações das dimensões do seu fazer e do seu viver. Trataremos isto com o devido cuidado mais adiante.

A construção histórica do ser no mundo se inicia a partir do momento em que o mesmo compreende que ao seu redor está tudo aquilo de que necessita para garantir a sobrevivência de si e dos de sua espécie. Este, por conseguinte, buscará a elaboração de instrumentos no intuito de prevalecer perante os desafios (quase sempre mortais) que o meio lhe propõe dia após dia em sua jornada de vida.

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta,

armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução (SANTOS, 1994, p. 17).

A partir disto, podemos dizer que as ações humanas, sobretudo no sentido do trabalho, perdem cada vez mais seu caráter local em detrimento de uma projeção global. É por meio do trabalho que o homem produzirá uma grande quantidade de objetos técnicos, criados na maior parte das vezes para atender a demandas específicas seja no plano produtivo, seja na sustentação de uma estrutura simbólica de construção dos desejos.

A natureza é, portanto, transformada em natureza tecnicizada o que nos permite compreendê-la também como uma natureza abstrata, onde sua construção se dará a partir da reprodução de discursos que fundamentarão a necessidade de objetos técnicos (indispensável ao uso) e da inteligibilidade das ações a eles inerentes (indispensável a sua legitimação) (SANTOS, 1994, p. 20).

O espaço, desse modo, pode ser percebido por meio da tecnoesfera e da psicoesfera. Essas duas resultantes do espaço geográfico, juntas, formam o meio técnico-científico. A tecnoesfera surge como produto do ininterrupto processo de artificialização da natureza, nos quais os objetos técnicos buscam substituir sucessivamente os elementos naturais, seja na cidade, seja no campo. A psicoesfera é produto das reflexões humanas, dos desejos, dos costumes, das crenças, que estimulam os comportamentos e as relações entre os indivíduos num tecido social. Neste sentido, o espaço geográfico, ao compreender essas duas resultantes será caracterizado como um meio técnico-científico. (SANTOS, 1994, p. 32).

A experiência social da tecnoesfera e da psicoesfera percebida e analisada por Santos (1994) também contribui para a análise dos espaços produzidos e vividos pela pesca artesanal. O universo técnico intrínseco à atividade tende a tornar peculiar não somente o espaço do trabalho do pescador, mas também o local do seu morar. O trabalho, neste sentido, se encontra presente na moradia do pescador, no seu cotidiano mais íntimo e pessoal, pois é nela que o pescador artesanal (na maior parte dos casos) realizará o reparo, a manutenção e/ou a construção de seus materiais de trabalho, dos seus meios de produção (redes, armadilhas, motores, etc.).

É nela também que será guardada parte de seu excedente obtido na pescaria e que não conseguiu ser vendido prontamente no ponto de desembarque. Esta parcela do excedente,

provavelmente, fará parte de um processo de beneficiamento¹⁰ (limpeza e/ou filetagem do pescado) e comercialização de porta em porta, o que acontece muito comumente em bairros cujo a incidência de casas é maior do que a de condomínios fechados.

Para a pesca artesanal, tecnoesfera e psicoesfera interagem num único ritmo, num ritmo lento, sendo responsáveis por produzir, conseqüentemente, saberes e fazeres singulares e que são responsáveis por configurar espaços heterogêneos, onde a vida se faz presente nas mais ínfimas, porém indispensáveis relações que se costuram a partir da cooperação e da solidariedade, numa interação livre e direta entre os envolvidos.

A percepção do espaço por meio da tecnoesfera e da psicoesfera nos permite também compreender o mesmo como um substrato heterogêneo e que sofre constantes transformações em sua estrutura social e material. As mudanças mais incisivas provêm de uma ordem global, de um processo homogeneizador de dimensão mundial, que se fundamenta em fatores inerentes, principalmente, a uma lógica de mercado.

A partir da difusão desta concepção de mundo, diversos serão os atores responsáveis por promover outras formas de percepção da realidade, com ideários que visam contrapor ao ordenamento pré-existente e divergente deste padrão global. Em meio a isto, o processo de resistir a essas mudanças (mais impostas do que propostas) parte da conjugação de forças em movimento no tecido social e que se expressa a partir da menor dimensão existencial presente no espaço geográfico. Falo aqui do lugar¹¹.

O lugar se caracteriza por concentrar os principais confrontos travados pela resistência ao processo de homogeneização do mundo imposto pelo fenômeno da globalização. Dessa forma, é correto afirmar que é por meio do lugar que a globalização será colocada à prova, será testada e, possivelmente, também poderá ser negada (SANTOS, 1994). Os sentidos do lugar, as histórias, os saberes e as heranças culturais construídas pelos sujeitos, se apresentam como obstáculos aos processos de homogeneização do espaço geográfico, fazendo com que a escala do local se torne (para nossa análise) a escala da vivência e da transformação do fazer

¹⁰ Muitas das vezes a mulher se insere no regime de trabalho da pesca artesanal a partir deste momento, beneficiando o pescado e agregando nele um pouco mais de valor. Quando o pescador é solteiro, o próprio realiza todas as etapas deste processo, mas provavelmente não venderá esta parte da produção, pois a distribuirá abertamente aos amigos e vizinhos próximos. Tal ato contribui por solidificar as relações com uma diversidade de pessoas que vivem nas localidades pesqueiras, fazendo com que todos, mesmo aqueles que não possuem relação direta com a pesca, comunhem de um mesmo modo de vida.

¹¹ Como bem salienta o autor nesta mesma obra: “[...] o lugar é o encontro entre as possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas. [...]”. (SANTOS, 1994, p. 44).

cotidiano, sendo também por meio dela a percepção dos processos de adaptação ou de negação das realidades inerentes à globalização.

Segundo Santos (1994), cada lugar (não buscando aqui uma generalização) vive a experiência de numa intensa comunicação com o mundo. Entretanto, tal experiência não os torna iguais, muito pelo contrário. A vivência deste ensaio global possibilita a emergência das particularidades de cada lugar, fazendo com que suas diferenças sejam colocadas à tona. Isto nos permite compreender que cada lugar é produto de diversos processos, os quais, por sua vez, são incitados a partir da experiência espacial de diferentes sujeitos e atores. Desse modo, podemos afirmar que é por meio do lugar que podemos operar o conceito de cotidiano, tão necessário para a compreensão das subjetividades nele presentes.

Vale lembrar ainda que as sucessivas revoluções técnicas permitiram a construção de uma rede mundial de telecomunicações, fator importante e indispensável à intensificação do processo de globalização. O espaço geográfico, que outrora era compreendido como meio técnico-científico, tem cada vez mais a presença do componente informação. Desse modo, compreender a estrutura do meio técnico-científico-informacional nos permite entender essa nova dimensão do tempo e do espaço. Habilita-nos também a identificar as estratégias dos agentes hegemônicos na busca pela apropriação do mesmo e na transformação dos lugares em locais mundializados. (SANTOS, 1994, p. 44-45).

Segundo Santos (1994), o espaço deve ser concebido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (materialidade) e de sistemas de ações (intencionais ou espontâneas). No decorrer do tempo, novos objetos e novas ações trarão uma nova representação do todo, caracterizando um constante processo de mudança das formas e das funções que compõem o espaço geográfico.

[...] objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais (SANTOS, 1994, p. 49).

Inserido nessa discussão em torno dos sistemas de objetos e sistemas de ações, o autor identifica no espaço geográfico dois traços importantes para compreendermos a dimensão relacional no que concerne ao seu processo de constituição. A existência de formas materiais e de sociabilidade que se encontram anteriores aos vetores de modernização e regulação do espaço geográfico, acaba por caracteriza-lo como um espaço diversificado, heterogêneo.

Neste sentido, Santos (1994) identificará as horizontalidades (construída coletivamente e cotidianamente) e as verticalidades (decisões vindas de cima para baixo, ordens globais com efeitos locais).

[...] As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância. [...]. (SANTOS, 1994, p. 54).

As relações costuradas no cotidiano e que tem como base o mútuo conhecer, nos ajudam a identificar a pesca artesanal como parte desta horizontalidade presente no espaço geográfico. Suas relações de produção quase sempre não ultrapassam a barreira do lugar, cabendo a terceiros, ou seja, aos atravessadores¹² este processo de projeção para além da escala local.

Esta relação do pescador artesanal com os atravessadores reproduz um dos principais paradoxos vividos pela pesca. Isto porque ao mesmo tempo em que o pescador vive a segurança de ter um comprador fixo de sua produção, o mesmo tem que conviver com uma política de sucateamento dos preços, pois são muitas as opções de compra (dezenas, dependendo do lugar) que este atravessador tem em cada ponto de desembarque que visite. O sucateamento dos preços leva à precarização da categoria, dos seus meios de produção e dos seus modos de vida.

Apesar do pescado ser comprado a preços baixos pelo atravessador, o mesmo o insere num mercado construído (simbolicamente) para agregar-lhe valor e distinção. É o que acontece nas grandes redes de supermercados e de restaurantes, quando um peixe que é vendido a preços baixos na sua chegada aos pontos de desembarque é colocado a peso de ouro nas prateleiras e cardápios dos médios e altos cenários do consumo. O contato com este “facilitador” da circulação da produção é de fato uma das experiências da verticalidade vivenciada pela pesca artesanal.

¹² Os atravessadores podem ser de influência local e/ou estar ligados a grandes redes de consumo de pescado, tais como, restaurantes, supermercados ou até mesmo a grandes mercados (regionais). Em alguns casos a produção proveniente da pesca artesanal pode extrapolar os limites estaduais ou até mesmo do próprio país. Isto dependerá do grau de envolvimento que o atravessador terá com os principais locais de revenda de pescado no país e no exterior.

As relações horizontais, que por sua vez, estão presentes (dentre tantas dimensões do fazer do pescador) no ato corriqueiro de produzir suas redes e no preparo do motor, por exemplo, são também influenciadas pela verticalidade, pois são várias as empresas (nacionais e internacionais) que se especializam na confecção dos insumos e dos instrumentos utilizados como meios de produção na pesca artesanal. No entanto, são muitos os casos em que a criatividade se faz presente no cotidiano do pescador, haja vista que ao se apropriam das novas tecnologias trazidas pelos atores da verticalidade, os pescadores as adaptam à sua realidade (como na improvisação de motores movidos a gás de cozinha, por exemplo). E em meio aquilo que poderia lhe enfraquecer, o pescador se recria e se fortalece.

Outro bom exemplo vivenciado pelos pescadores artesanais que expressa bem a relação horizontalidade x verticalidade diz respeito à implantação de grandes empreendimentos industriais (estaleiros) ou portuários próximos às áreas de pesca. Tal situação nos ilustra fielmente a atuação de uma força exógena, implicando em transformações drásticas ao nível do lugar. O resultado disso é o remodelamento total das horizontalidades, as quais buscarão se readaptar às novas realidades impostas pelas verticalidades, a fim de resistir e manter as relações que lhes dão e fazem sentido, que lhes atribuem vida.

Seja de maneira sutil (como na influência sobre as técnicas), seja de maneira drástica (como na atuação dos empreendimentos) o vertical sempre implica ao horizontal, mudanças, transformações. Ao que parece, a criatividade surge como um dos estágios da existencialidade que é responsável por determinar se os rumos tomados pelos sujeitos levarão ou à destruição do ser ou à sua recriação. Ao menos no caso da pesca artesanal este, dentre outros fatores, vem contribuindo consideravelmente para a manutenção de sua permanência e, conseqüentemente, de sua resistência.

Neste sentido, o que proponho aqui é compreendermos espaço como produto das ações humanas. A vida em sociedade traz como consequência um constante processo de produção e reprodução do espaço. Sua formação não se dá da noite para o dia, mas sim através do tempo, um tempo histórico. A sociedade (inclui-se aqui o Estado, os grandes e os pequenos agentes) ao produzir o espaço, insere no mesmo uma complexidade de normas e técnicas, construindo assim uma vasta quantidade de objetos que estão conectados por redes de circulação de produtos e de informações. Tudo isso caracteriza o que conhecemos – e que entendemos como conceito base para este trabalho – por espaço geográfico.

Em meio a um espaço constituído por pluralidades, a ação social evoca como um dos vetores de formação das materialidades e, sobretudo, das subjetividades que nele ganham

vida. Neste sentido, identificamos o conceito de ação social como de relevante importância na decifração do processo de formação espacial, a qual possui como matriz metodológica a análise do cotidiano.

Em decorrência disto, se faz aqui necessário dialogarmos com os principais autores que buscaram a análise da dinâmica social (e, conseqüentemente, espacial) realizando mediações analítico-reflexivas, a partir do entendimento do conceito de ação social. Como pontapé inicial, propomos o diálogo com um dos principais debatedores do conceito de ação social, falamos aqui de Max Weber.

Para Weber (2000), ação significa um determinado comportamento humano, o qual o praticante (agente) ou praticantes venha(m) a relacioná-lo com um sentido subjetivo. Dessa forma, a ação social compreende uma ação cujo sentido se orienta a partir do comportamento de outros, sendo assim conduzida pelo(s) seu(s) agente(s) causador(es). Tais sentidos nem sempre se apresentam claramente aos olhos do analista, fazendo com que seja difícil a compreensão dos sentidos que permeiam a ação dos sujeitos. Weber sinaliza que esta dificuldade se fundamenta na divergência de valores que pode existir entre o pesquisador e o fenômeno estudado. Todavia, registrar as ações é de fato pertinente e necessário, pois estas podem representar marcos históricos (de ruptura e/ou de continuidade) da dinâmica social e sua relação com o espaço.

Desse modo, o conceito de ação social é orientado a partir do comportamento de outros, seja ele projetado em qualquer dimensão temporal (passado, presente ou futuro). Para o agente, os outros podem lhe ser conhecidos ou não, sendo, portanto, indiferente para o primeiro a necessidade prévia de relação com o incitador de sua ação. (WEBER, 2000). As trocas comerciais surgem como um bom exemplo, pois nem sempre ambas as partes se conhecem anteriormente ao processo de negociação. No entanto, a referida ação está enraizada de sentido simplesmente pelo fato de que algo está posto à venda e de que alguém está disposto a comprar, dando a possibilidade àquele que vende de se lançar novamente ao mercado em busca, agora, do que lhe é essencial. A ação social está claramente posta e seu sentido se encontra aí embutido, cabe ao analista aprofundar e decifrar o seu movimento.

Ainda conforme os pensamentos de Weber (2000), é pertinente entendermos a questão do agente causador da ação, pois este, geralmente, não possui consciência plena do sentido de suas ações o que, no entanto, não o impede de agir de fato. Em decorrência disso, durante o curso da ação, o agente pode conseguir a revelação do próprio sentido que o motivou a agir, possibilitando-o a descobrir novas conexões e desdobramentos de sua ação.

A ação não se dá somente a partir de um agente único, mas sim e também pode ser realizada por um ou mais grupos de pessoas. No entanto, a ação de uma determinada pessoa que se encontra em meio a uma massa agente, pode levar à intensificação da ação da massa ou à sua inibição. Por outro lado, a ação de uma pessoa numa massa agente não é ação caso a primeira esteja imitando o comportamento do grupo, especialmente se a imitação parte de um comportamento reativo da pessoa em relação à ação promovida pela massa. Portanto, se ação da pessoa não comunga do sentido da ação projetada pelo grupo, a mesma não passa apenas de uma reação ao comportamento alheio. No caso da pessoa ou o do grupo agir de maneira instintiva, esta também não pode ser considerada ação, simplesmente pelo fato de que o instinto é fruto também de uma reação “natural” a uma situação adversa ou favorável presenciada pelo sujeito. Em relação ao que pode ou não ser considerado ação social, Weber (2000) argumenta:

Ação social não é idêntica a) nem a uma ação *homogênea* de várias pessoas, b) nem a qualquer ação *influenciada* pelo comportamento de outras. a) Quando na rua, ao começar uma chuva, muitas pessoas abre ao mesmo tempo os guarda-chuvas, a ação de cada um (normalmente) não está orientada pela ação dos outros, mas a ação de todos orienta-se, de maneira homogênea, pela necessidade de proteção contra a água. b) É sabido que a ação do indivíduo está fortemente influenciada pelo simples fato de ele se encontrar dentro de uma “massa” aglomerada em determinado local [...]: ação *condicionada* pela massa. E massas dispersas, também, ao influírem sobre o indivíduo (por exemplo, por intermédio da imprensa), por meio de ações simultâneas ou sucessivas de muitos, percebidas como tais, podem tornar a ação do indivíduo condicionada pela massa. Determinados tipos de reações são facilitados ou dificultados pelo simples fato de o indivíduo se sentir parte de uma “massa”. Por conseguinte, determinado acontecimento ou comportamento humano pode provocar os mais diversos tipos de sentimentos [...], os quais não sucederiam (ou não tão facilmente) no indivíduo isolado, como consequência – sem que exista, entretanto (pelo menos na maioria dos casos), uma relação *de sentido* entre o comportamento do indivíduo e o fato de ele fazer parte de uma massa. Uma ação que, em seu curso, se determina ou se co-determina, de maneira apenas reativa, pelo simples fato de haver uma situação de “massa”, sem que haja uma *relação* de sentido com essa situação, não seria “ação social” no sentido aqui adotado do termo. A distinção, entretanto, é naturalmente muito fluida. [...]. Mas o simples fato de alguém adotar para si determinado comportamento observado em outras pessoas e que lhe parece conveniente para seus fins não é ação social em nosso sentido. [...]. Sua ação está determinada *causalmente* pela de outra pessoa e não pelo sentido inerente àquela. [...]. (WEBER, 2000, p. 14, grifo do autor).

Conforme o próprio Weber ressaltou, a linha que separa o que é de fato ação social do que é uma simples imitação ou até mesmo uma reação (instintiva) ao comportamento alheio ou às condições do meio, é muito tênue e cabe ao analista saber ponderar entre as situações em evidência. Para ele, a ação social pode ser determinada a partir de quatro situações: 1- *de modo racional referente a fins*: quando uma pessoa cria expectativas em relação ao

comportamento dos objetos que a cerca ou referente ao de outras pessoas, utilizando dessas expectativas como uma forma de conseguir (de maneira racional) seus *fins*; 2- *de modo racional referente a valores*: pela vivência consciente de determinados valores (éticos, estéticos, religiosos ou de qualquer outra dimensão) que estejam atrelados ao comportamento do agente, independente do resultado alcançado; 3- *de modo afetivo*: ação por meio das emoções, pelo estado emocional atual da pessoa; 4- *de modo tradicional*: a pessoa age conforme os costumes praticados rotineiramente.

Segundo Weber (2000), o agir de modo racional referente a fins se fundamenta na ação pelos fins, meios e consequências secundárias (desde que ela não se guie pela tradição ou por sentimentos). Ele afirma que esta tipologia de ação é conduzida buscando atingir um determinado objetivo desejado. Dessa maneira, a ação racional referente a fins tenderá a ser mais flexível em relação aos meios que serão utilizados no curso da ação para alcançar um determinado fim, independente das consequências que impliquem todo este processo. Há de se entender ainda que esta ação é conduzida de maneira racional, tendo o agente à consciência total do que se deseja fazer para conseguir seu objetivo, embora, não possa prever a totalidade em torno das consequências desencadeadas pelo seu agir, mas sim de parte dele.

Em relação ao agir racional referente a valores, Weber (2000) sinaliza para o fato de que esta forma de ação está diretamente relacionada à convicção do agente no cumprimento de uma determinada ordem que lhe é dirigida (sejam “mandamentos” ou “exigências”). Esta ordem deve estar embebida em valores diversos da existência humana e necessita fazer sentido ao agente antes, durante e depois do curso da ação. Uma das principais diferenças deste tipo de ação para aquela que é direcionada a fins diz respeito a não consideração prévia (ou consciência) por parte do agente, em relação às consequências criadas no desenrolar da ação em si. Neste sentido, o autor afirma que a qualidade de racional desta ação não compete ao agente propriamente dito, mas sim a quem (ou ao que)¹³ lhe atribui a ordem a ser cumprida.

No que se refere ao agir de modo tradicional, Weber (2000) apontará que este por vezes se encontra no limite da ação que pode ser orientada ou não “pelo sentido”. Isto se dá porque o agente se guia pelos costumes arraigados em práticas cotidianas habituais e que fatalmente pode ser percebida como uma ação mecânica, repetitiva e/ou reativa. Dessa

¹³ Nem sempre é necessário que o agente obedeça a alguém. Em alguns casos a ordem que lhe é dada parte da reprodução dos discursos que são proferidos pela escrita ou pela fala de quem já não mais se encontra presente fisicamente (a dimensão religiosa, com a existência dos livros sagrados, surge como um bom exemplo disso). Todavia, o discurso necessita ser legitimado pelos valores que dão sentido à vida do agente, assim como no caso das ordens atribuídas por seus referenciais (líderes) presentes fisicamente.

maneira, o que diferenciaria esta forma de agir de uma simples imitação ou de uma reação (instintiva) é o fato de que nesta ação a pessoa se mantém consciente no decorrer do seu curso nos mais variados graus e sentidos que permeiam o seu fazer.

Apontando agora para a análise do referido autor em relação à ação referente ao modo afetivo, veremos que ele se preocupa em deixar claro que esta tipologia remete a uma forma de agir condicionada a partir de uma descarga consciente do estado emocional, mas não de seus fins e das consequências que ela poderá impelir. Segundo Weber (2000, p. 15), “age de maneira afetiva quem satisfaz sua necessidade atual de vingança, de gozo, de entrega, de felicidade contemplativa ou de descarga de afetos (seja de maneira bruta ou sublimada)”.

Todas essas dimensões da ação elaboradas por Weber (2000) podem estar presentes, entre outras instâncias, nas relações comunitárias. Para o autor, a comunidade representa um espaço dinamicamente plural, onde ao mesmo tempo em que se constitui como o cerne das lutas sociais, também pode se configurar como o lugar do conhecido, das coisas comuns e não comuns e de interesses diversos.

A relação comunitária constitui normalmente, por seu sentido visado, a mais radical antítese da *luta*. Mas isto não deve enganar-nos sobre o fato de, mesmo dentro das mais íntimas dessas relações, serem bem normais, na realidade, todas as espécies de pressão violenta exercida sobre as pessoas de natureza mais transigente. Do mesmo modo, a “seleção” dos tipos, que leva às diferenças entre as probabilidades de viver e sobreviver, tanto ocorre dentro das comunidades como em outras situações. [...]. Luta e comunidade são conceitos relativos; a luta tem formas bem diversas, determinadas pelos meios (violentos ou “pacíficos”) e a maior ou menor brutalidade com que se aplicam. É um fato, como já disse, que ordem de ações sociais, qualquer que seja sua natureza, deixa em pé, de alguma forma, a seleção efetiva na competição dos diversos tipos humanos por suas possibilidades de vida. (WEBER, 2000, p. 26, grifo do autor).

Logo, a comunidade não se configura como um simples ajuntamento de pessoas de características similares, mas sim compreende uma variedade ampla de situações e realidades heterogêneas. Entretanto, segundo Weber (2000), uma das coisas que pode ser considerada como algo em comum entre os integrantes da comunidade, algo que os unifique perante terceiros, é a linguagem. Por outro lado, a linguagem não se apresenta como a única semelhança e/ou como a única diferença em relação a terceiros. Ainda segundo o autor, cada relação evidenciada em campo (seja em comunidade ou não) apresentará uma série de variáveis e conexões que precisam ser analisadas e ponderadas com profundidade pelo pesquisador.

Desse modo, seguindo com a análise/apreensão do conceito de ação social, podemos afirmar que não é de fato difícil encontrar as quatro dimensões da ação em meio ao cotidiano

vivido pelos pescadores artesanais. A grande questão gira em torno da diferenciação na percepção de cada uma delas no cotidiano experienciado por esses trabalhadores tanto no seu meio de trabalho, quanto no seu espaço de convivência. No entanto, conforme esclarece o próprio autor, a elaboração de tais definições não visa a uma completa classificação dos tipos de ações sociais, mas sim intenciona construir um instrumento de diferenciação sobre o que poderá ser considerada uma ação ou não.

Vale lembrar aqui que o conceito de ação social nos ajudará a entender a dimensão espaço/tempo vivenciada na prática da atividade pesqueira. Conforme o próprio Weber (2000) salientou, nem tudo que se apresenta como movimento na sociedade é ação social, ao mesmo tempo em que a mais banal das ações pode de fato ser. Sendo assim, entendemos aqui o espaço, no que tange à sua formação, como fruto tanto das atividades programadas (repetitivas e vazias de sentido), quanto das ações sociais. Em decorrência disto, o agir só se fará presente no espaço por meio das subjetividades, as quais (conforme já dissemos anteriormente) são responsáveis por conceder à dimensão espacial, vida e movimento. A produção de sentidos qualifica o espaço, distinguindo-o das demais dimensões da vida coletiva, fazendo assim com que uma contínua produção de valores (conectados entre si) se constitua a partir de uma *práxis* cotidiana.

Para termos uma melhor compreensão sobre o conceito de ação, tiremos como exemplo a experiência cotidiana do trabalho na pesca artesanal. A simples ação de pescar pode remeter à conexão de uma série de sentidos, vejamos: se o pescador executa essa ação (a pescaria) é para que ele garanta ao fim do dia (ou da semana, ou do mês) uma determinada quantia em dinheiro que satisfaça suas necessidades pessoais e/ou de terceiros; ou se ele pesca é porque isto lhe remete a prática de um saber familiar (ou local) historicamente construído, transmitido ao pescador como uma tradição; ou ainda se a ação cotidiana de pescar é encarada pelo pescador (e seus comuns) como forma de resistência e de luta frente ao processo de modernização que vem limitando e, em alguns casos, proibindo o pescador do direito ao trabalho. Exemplos não faltam e o mais curioso é que todos esses sentidos aqui elencados (além de outros que ainda não são perceptíveis à nossa interpretação) podem estar conectados ao cotidiano vivido de algum pescador (ou de vários) sendo, portanto, responsáveis por orientar uma das dimensões do seu agir, o trabalho.

Dessa forma, o trabalhar está presente para o pescador artesanal como uma ação, como uma maneira (guiada por sentidos diversos) de relação com o meio e com o Outro, como uma forma de sociabilidade. Ao compreendemos aqui o morar como algo intrínseco ao trabalhar

(como sua extensão) o mesmo também se remeterá a ação, pois esta dimensão existencial do sujeito (pescador) compreende a uma série de sentidos que se conectam com aqueles experimentados na ação do trabalho. Sendo assim, a pesca artesanal se configura como uma atividade produtora de sentidos e possui na ação um importante vetor de transformação espacial e de interação com as mais variadas subjetividades nele presentes.

Dentre as possíveis consequências que o curso de uma determinada ação social pode levar (neste caso, sumariamente estimulados pela racionalidade tradicional), Weber (2000) argumenta que a solidariedade se encontra como a mais vivente no âmago das relações comunitárias e pode se configurar na direção de que:

[...] pela ação de um dos participantes, todos os demais se consideram responsáveis, do mesmo modo que ele mesmo; por outro lado, todos estão considerados legitimados, no mesmo grau que o próprio agente, a desfrutar das possibilidades asseguradas por esta ação. [...]. (WEBER, 2000, p. 29).

Entender que a prática da solidariedade pode estar presente nas relações experienciadas em comunidade, nos auxilia a compreender uma das engrenagens mais importantes da dinâmica do cotidiano vivido nos lugares produzidos (e reprodutores) da pesca artesanal. Conforme algumas experiências de campo nos possibilitaram decifrar, boa parte do que é vivido na rotina de trabalho do pescador (bem como em sua experiência comunitária) brota de laços de solidariedade e companheirismo que esses trabalhadores têm uns com os outros¹⁴.

De acordo com Silva (2014), sobre os diálogos interdisciplinares entre geografia e sociologia, a autora aponta uma proposta importante a partir do estudo da pesca artesanal em contextos urbanos e metropolitanos, revelando a importância do diálogo com autores como Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro, Max Weber, Hassan Zaoual, J. Sartre e Michel de Certeau, numa construção teórico-metodológica denominada pela autora de “geografias das existências”. Este esforço reflexivo consiste na busca de uma análise que contribua para repensar a geografia a partir da análise do cotidiano, do lugar e das ações tecidas no espaço vivido e concebido pelos agentes subalternizados ou invisibilizados, como no caso dos pescadores artesanais em contextos urbanos e metropolitanos. Segunda Silva (2014):

¹⁴ Algumas vezes a solidariedade entre os pescadores artesanais se estende também por meio de sua rede de sociabilidade comunitária, fazendo com que pessoas que não estão diretamente ligadas à prática da atividade pesqueira também comunguem desta dimensão. No entanto, o que motivará esta ação não provém (estritamente) das tradições que lhe atribuirão sentido, mas sim se orientará (basicamente) pela afetividade existente entre as partes.

Por uma geografia das existências é uma proposta de “consciência do fazer” que fazemos aqui e agora e que interfere na formação de gerações de geógrafos, quer sejam bacharéis, quer sejam professores. A geografia das existências busca possibilidades de método de pensar, que reconheça a dialética da dominação e da resistência e insurgência, como um processo que somente pode ser compreendido como totalidade. Aprofundar as relações entre as escalas, em que não existe uma mais importante que a outra. [...] (SILVA, 2014, p. 21).

Esta abordagem, a das geografias das existências, contribui para a organização do pensamento acadêmico a fim de auxiliar no melhor entendimento das ações cotidianas que permeiam os trajetos de trabalho-moradia do pescador artesanal, em contextos urbanos. São muitas as situações experimentadas nos lugares da pesca artesanal em que viver esse estado de busca por soluções coletivas a partir da elaboração de estratégias criativas para resolver uma série de problemas se tornam fatores indispensáveis à prática do trabalho e, ainda, à convivência em comunidade. A experiência plural da vida nas comunidades pesqueiras não existiria sem o envolvimento solidário que os pescadores mantêm entre os seus comuns e entre os seus conhecidos. A vida nesses lugares é experimentada por meio da ajuda mútua, mas isto não exclui a possibilidade do conflito, do embate fomentado pelas diferenças pautadas em valores divergentes, os quais guiam as ações dos envolvidos.

Dessa maneira, a experiência solidária no exercício da atividade se configura mais do que uma simples conduta guiada pelos bons costumes. É muito maior do que isto. Esta experiência, acima de qualquer coisa, se encontra absorvida e arraigada nos códigos morais e éticos do exercício do trabalho do pescador artesanal e para que este usufrua desta experiência, é vital que esta seja aceita em sua mutualidade. Para que se possa construir uma sensibilidade analítica capaz de entender o sentido e a importância desses movimentos e relações se faz necessária a compreensão de suas historicidades e geograficidades, o que nos remete a uma inserção nos estudos geográficos sobre o tempo da globalização, mas principalmente num mergulho mais profundo no tempo do cotidiano e do lugar, como orienta Silva (2014), na sua construção metodológica para a compreensão geográfica dos estudos da pesca artesanal:

Nestas leituras de tempo, estamos falando do tempo presente da dominação, instruído pelas formas e normas dominantes, e que disputam projetos e sentidos de futuro, mas falamos também do tempo presente, do vivido e concebido nas relações cotidianas de cada grupo social. Esta já é uma forma de resistência e de insurgência, ou seja, de manter-se no espaço geográfico em construção, quer seja de sua dimensão físico-concreta, quer seja pelos imaginários sociais, culturais e políticos, que disputam sentidos. O tempo do cotidiano, este, diz Certeau (2009), não parece interessante aos historiadores, é o tempo da vida coletiva, dos trajetos dos homens ordinários. Tempo apreendido pela simplicidade do aqui e agora, do estar junto, das

decepções, dos encantamentos, desencantamentos, dos desejos e desideratos, dos sentidos das ações na busca de resistências e de insurgências – fazer fazendo, tomar consciência dos formatos ideológicos e dos projetos em disputa. (SILVA, 2014, p. 22).

Neste debate com o método da geografia para o estudo do trabalho dos pescadores nos ajuda a entender, também, a dimensão do lugar, conforme orienta Silva (2014):

Na busca da geografia das existências é fundamental compreender a relação entre o tempo e o espaço. Tempo-espaço relacional da vida coletiva e do cotidiano, da dominação e da emancipação humana. Da luta entre poder e emancipação. É esta a tensão que vemos no cotidiano dos pescadores. Na construção da totalidade analítica é fundamental compreender os movimentos da sociedade, os movimentos da relação sociedade-Estado-espaço, e os movimentos das relações tempo-espaço vivido e concebido. (SILVA, 2014, p. 24).

E ainda,

Assumir o fenômeno como movimento, ou seja, pensar a pesca artesanal e sua relação com a produção social do espaço contribui para pensar a totalidade do fenômeno e, ao mesmo tempo, a totalidade do fazer geografia, na sua relação com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Esta totalidade do fazer científico remete de vez para a descrença da neutralidade científica, na medida em que ao fazer, estamos também disputando sentidos e visão de mundo (WEBER, 2001). Ao ler o espaço em construção somos obrigados a dizer qual o sentido de ciência que tecemos. Compreender o jogo entre a alienação e a consciência do sujeito pescador e repor o sentido dos jogos de alienação e consciência a que também está submetido o fazer científico. (SILVA, 2014, p. 24).

Desse modo, conforme orienta Silva (2014), nosso diálogo com Max Weber somente foi possibilitado a partir de uma necessidade metodológica em buscar na relação interdisciplinar com a Sociologia, ensinada também por Ana Clara Torres Ribeiro (2011), categorias que nos levassem a uma compreensão mais ampla de mundo, de suas dinâmicas sistêmicas e das ações dos diferentes grupos sociais. Neste sentido, cabe-nos aqui continuar o debate em torno do conceito de ação social a partir da imersão em novos contextos de discussão tais como a busca pela compreensão das “geografias das existências”, a fim de construirmos uma possibilidade analítica de melhor compreensão das dimensões do espaço geográfico, a qual atribua ao referido conceito uma atualização que julgamos ser altamente indispensável nos dias de hoje, no intuito de nos colocar a refletir com mais profundidade as contradições que emanam de sua produção capitalista, bem como das possibilidades de vida que são apagadas ou reacendidas (com criatividade, sangue e suor) na toada que dá ritmo a este movimento.

Sendo assim, Ana Clara Torres Ribeiro (1996, 2000, 2001, 2002, 2005, 2010 e 2011) nos possibilitará entender que a ação social surge como possibilidade de mudança em meio a uma conjuntura caótica (aceleradora dos tempos da vida) criada no espaço pelos grandes agentes vinculados à reprodução ampliada do capital. Ainda segundo a autora, a ação se encontra colada aos contextos produzidos pela globalização ao mesmo tempo em que é responsável por coloca-la à prova e, em alguns casos, por reinventar seus sentidos e sua materialização no espaço.

Em seus vários diálogos com Milton Santos, Ribeiro (2002, 2005 e 2009) afirmará que é pelo território (usado) que serão articuladas as condições técnicas da ação social. Esta afirmação nos permite a reflexão de dois importantes aspectos em torno da teoria da ação. A primeira nos remete à importância da técnica para a operacionalização da ação. Todavia, esta nem sempre se apresenta ao agente como tendo em sua função um potencial libertário, emancipador. Em decorrência disto, o agente pode recriar sua função para que lhe seja permitida a ação, dando ao seu uso a possibilidade de condução de novos sentidos e, conseqüentemente, de contestação aos valores primeiros difundidos pelo uso ampliado da técnica em sua forma primeira.

[...] A violenta desestabilização da vida urbana, radicalizada pela atual modernização, introduz a sagacidade, o utilitarismo e o pragmatismo nas relações sociais em geral; além, é claro, de estar presente, com outros conteúdos e formas, nas lutas pela sobrevivência em contextos metropolitanos, inclusive dos setores populares, aqueles que, segundo Milton Santos (1994, 1996), efetivamente praticam o espaço, usando diariamente a materialidade para sobreviver. (RIBEIRO, 2001, p. 5-6).

A segunda, parte do princípio de que a ação social, além de abranger as tipologias pensadas por Max Weber, também vem compreender a dimensão da luta, da disputa entre diferentes visões de mundo, o que faz da ação uma possibilidade de resistência frente aos impulsos globais homogeneizantes do espaço geográfico.

É a partir da ação (protestos, reivindicações e lutas) contextualizada que sujeitos sociais vivenciam a sociabilidade que permite a sobrevivência e, conseguem defender valores culturais recusados pela modernidade tardia. Observa-se que, com a crise societária, segmentos e grupos sociais tomam "para si" a responsabilidade por traçar o seu futuro, o que modifica a sua leitura dos recursos territorializados. A cidade, como território alienado e alienante, tem sido desvendada por sujeitos sociais que interrompem vias, ocupam pedágios e impedem a circulação urbana. Este é apenas um sintoma de processos, muito mais amplos, que denunciam o esgotamento das formas dominantes de construção das relações sociedade-espaço. (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Em meio aos protestos e reivindicações que eclodem na alta cena mediática de reprodução de notícias (quase sempre baseadas em narrativas que se encontram descoladas ou deturpam os sentidos que motivaram a ação), Ribeiro (2009) nos atentará para o fato de que é extremamente importante para o analista estimular sua sensibilidade em torno do reconhecimento e da valorização de cada gesto que possibilite reconhecer a luta dos sujeitos sociais que se situam no cerne de processos como a exclusão social, a opressão e a invisibilidade. (RIBEIRO, 2009, p. 5).

Isso nos permite refletir que nem sempre o resistir se coloca a partir do conflito, mas também pode implicar na execução das formas mais comuns do plano da existência. Sendo assim, o território surge como uma categoria importante para entendermos o conceito de ação social, desde que o concebamos num sentido amplo e que não abranja somente o conflito. O território usado de Milton Santos (que fora discutido anteriormente), sinônimo de espaço banal, é uma importante peça da engrenagem que nos leva a entender muitas das diferentes formas de existência que, só pelo fato de existir, já remetem à resistência frente aos mais variados contextos de fragmentação do tecido social.

Ao mesmo tempo em que o território usado nos permite compreender o potencial emancipador da ação, devemos entender que é por meio do lugar que a ação social de fato ganha vida. Segundo Ribeiro (2005), é pelo lugar que as experiências sociais vividas no cotidiano constroem sentidos e produzem valores indispensáveis à existência das artes de fazer daqueles que se apresentam como diferentes aos padrões imputados pelos agentes dominantes.

Sendo assim, os lugares produzidos e produtores da pesca artesanal se configuram como um espaço importante para entendermos o cotidiano vivido dos sujeitos sociais simples (os homens lentos de Milton Santos), sendo que o trabalhar (e, conseqüentemente, o morar) inerente à atividade, se apresenta como um bom exemplo para compreendermos a ação enquanto resistência. Isso se dá pelo fato de que são inúmeras as adversidades encontradas pelo pescador em seu ambiente de trabalho (e que serão tratadas com seu devido cuidado em momento à parte) das quais ele convive e supera com muita criatividade, persistência e esperança.

Criatividade porque este trabalhador se insere em seu processo de trabalho, em boa parte das vezes, com poucos recursos e baixa capacidade de investimento. Se levarmos em consideração que os pontos de pesca se encontram cada vez mais distantes e de que é necessário percorrer longas distancias para trabalhar, o pescador, frente a essas adversidades,

necessita criar suas possibilidades de trabalho. Muitas das vezes essa solução¹⁵ se dá com a compra de um motor usado, permitindo-o assim percorrer maiores distâncias na busca pelo pescado, ou ainda trabalhando como parceiro numa outra embarcação.

Persistência, pois são constantes as situações em que o pescador necessita visitar e revisitar o mar na busca por uma maior produtividade e, conseqüentemente, por uma maior renda. O pescado se encontra cada vez mais escasso em decorrência de sucessivas alterações nos padrões dos ecossistemas importantes à renovação dos recursos pesqueiros, simplesmente por se situarem em área de influência direta da ação antrópica de alta capacidade de degradação. Com isso o exercício da persistência acompanha o pescador em seu processo de trabalho, fazendo também com que toda jornada se prolongue cada vez mais, expondo o trabalhador às imprevisibilidades relacionadas ao meio (como às condições climáticas, por exemplo).

Esperança devido à capacidade que este trabalhador possui de seguir renovando suas forças e perspectivas em meio a um cenário nada animador para a categoria, especialmente porque este convive com grandes dificuldades no que concerne, por exemplo, a criação de uma escassez produtiva devido a diminuição da quantidade de pescado disponível em decorrência da poluição e degradação dos meios naturais que compreendem seus ambientes de trabalho, bem como também do acesso precário às políticas públicas que intencionam fomentar projetos de incentivo e recuperação da categoria. Vale lembrar que a dificuldade na promoção da atividade pesqueira artesanal via políticas públicas não tem em seu cerne a complexidade que emana de seus sujeitos (pois muitos não possuem a documentação básica), mas sim se faz necessário mencionar aqui a inoperância do Estado na resolução efetiva desses problemas o que de fato revela sua predileção pela produção empresarial de pescado em detrimento de sua forma artesanal (trataremos disto com mais profundidade no decorrer do trabalho).

Essas dimensões imateriais que acabamos de identificar e que compreendem parte da essência do pescador (dentre outras que ainda não foram percebidas em nossas análises) nos permite, portanto, entender que a ação enquanto resistência não precisa necessariamente do conflito, ou seja, do corpo a corpo, para estar presente e fazer sentido para esses sujeitos. Em meio a isto, compreender a ação como resistência nos possibilita entender que ao mesmo

¹⁵ É comum encontrarmos pescadores artesanais que possuem em outra atividade uma segunda fonte de renda (como pedreiro, pintor, carpinteiro, entre outros). No entanto, em boa parte desses casos esta outra função é exercida como alternativa ao defeso (período de procriação das espécies que proíbe a pescaria) ou em momentos de grande escassez, não configurando, portanto, a migração entre postos de trabalho.

tempo em que a ação social existe como potencial libertária dos sujeitos que vivem excluídos, existe também uma ação estratégica (dominante) a qual permite aos seus agentes a operacionalização dos trunfos necessários para o prevalecimento de seus próprios interesses.

Segundo Ribeiro (2001), a ação estratégica possui um caráter basicamente instrumental e ao entrar em contato com as heranças culturais produzidas pelos sujeitos sociais em seu cotidiano vivido, tendem a negá-las por completo (e assim, destruindo-as) ou, em certos casos, buscam incorporá-las como meio de expansão do mercado a fim de assegurar as transformações que operam a favor do sistema dominante.

A ação hegemônica contemporânea desloca-se do lugar da produção para atingir o tecido social, em associação com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias. Este deslocamento transparece nas formas de planejamento e de intervenção que desconhecem o lento acúmulo de conhecimentos e práticas das experiências populares, onde são construídas a confiança mútua, a compreensão e possibilidades de compartilhamento de recursos. [...]. (RIBEIRO, 2001, p. 5).

No entanto, a operacionalização da ação estratégica (dominante) no território estimulará a manifestação dos sujeitos sociais na busca pela sobrevivência frente às adversidades produzidas pela fragmentação (e/ou apropriação) de suas práticas e saberes. De acordo com Ribeiro (2001), é por meio deste movimento que serão expressadas as estratégias de sobrevivência desses sujeitos, ou melhor, que serão praticadas as suas táticas (em diálogo com Michel de Certeau¹⁶), as quais são responsáveis por inseri-los no circuito de consumo da cidade capitalista e também por criar condições indispensáveis à manutenção das formas de sociabilidade que os diferenciam perante os demais grupos que compõem o tecido social. Entretanto, para a autora, a ação estratégica poderá ser praticada também pelos excluídos, haja vista que se operacionalize o confronto desta com outras ações estratégicas, ou seja, com aquelas que são executadas a partir de seus antagonistas.

[...] Esta ação estratégica, efetivamente tática, confronta-se com a radicalização da ação estratégica de outros segmentos sociais, cada vez mais instrumentalizada pelo empresariamento do medo (lutas marciais, carros blindados, condomínios fechados, consumo a domicílio, fechamento de ruas, segurança privada). Confronta-se, ainda, com os códigos da ação estratégica dominante que desconhece as teias cotidianas tecidas nas ruas, no transporte coletivo e nas praças da cidade (RIBEIRO, 2001, p. 6).

¹⁶ As táticas pensadas por Michel de Certeau (1990) correspondem às alternativas que grupos excluídos da sociedade lançam mão para ampliar a sua experiência (simbólica, econômica, produtiva, religiosa, entre outras dimensões) com o meio em que se insere. As táticas são responsáveis por dar mais corpo ao poder de disposição (WEBER, 2000) desses grupos frente a um sistema dominante que nega suas histórias e trajetórias. Trataremos das táticas de Michel de Certeau, com a devida prudência, mais adiante neste trabalho.

Desse modo, a ação estratégica está presente em todos os sentidos na relação entre Estado-sociedade, a qual estimula a competição e acentua as diferenças no próprio seio do tecido social. No entanto, a ação estratégica colocada em prática pelos grupos marginalizados deve ser concebida como alternativa de inserção destes sujeitos ao projeto de modernização que os nega sumariamente. Suas estratégias (quase sempre articuladas em grupo) são responsáveis não somente por inseri-los no contexto de experimentação (criativa) da modernidade, mas sim e, sobretudo, tem por primeira condição garantir-lhes a realização de suas práticas espaciais e a perpetuação dos seus saberes. A ação dos pobres, conforme afirma Ribeiro (2005), evoca no espaço como a arte de “resolver” a vida, como uma possibilidade de valorização das técnicas materiais e imateriais que os diferenciam (e não distanciam) perante os demais.

Segundo Ribeiro (2005), os agentes hegemônicos (executores da ação estratégica dominante) concebem a arte de “resolver” a vida como uma forma de existência subalterna em relação aos ideais propagados por suas ações. O processo de desenraizamento dessas heranças culturais (guiado por tais agentes) faz com que os lugares que compreendem tais formas de saber, se apresentem também como o *locus* de disputa entre diferentes valores e sentidos que compõem a dimensão existencial do ser.

No entanto, a ação enquanto “arte de resolver a vida” surge como indispensável para a manutenção da pluralidade que emana do espaço e, mais do que isso, para colocar a prova o projeto de modernidade difundido pelos agentes hegemônicos por meio da execução de estratégias que visam uma padronização do tempo e, conseqüentemente, do espaço. Logo, os sujeitos sociais, por meio de suas ações, se colocam em oposição às regras da racionalidade técnica dominante, fazendo da solidariedade uma ferramenta importante no curso desse processo. (RIBEIRO, 2005).

Conforme exemplificamos anteriormente, a pesca artesanal e tudo o que permeia seu fazer e sua produção de sentidos, nos ajuda a entender (amplamente) os movimentos que evocam do interior do tecido social em torno da ação como possibilidade de mudança, a partir da resistência (enquanto existência) e/ou do confronto frente aos ideais hegemônicos produtores do espaço. A ação social, por meio desses sujeitos, é também responsável por produzir um espaço plural, diverso em sua materialidade e imaterialidade. Essas bases, por sua vez, se encontram num processo ininterrupto de transformação das racionalidades responsáveis pelos sentidos que as operam, o que faz com que a existência do Outro (e as

relações que daí emergem) seja uma condição indispensável à constituição e, sobretudo, à manutenção da diversidade que brota da dimensão espacial.

Conceber o espaço em meio a todos esses fatores nos permite entender que este se encontra inserido num movimento constante de transformação de seus fluxos e de seus fixos. Desse modo, é a partir desta mesma ótica que aqui é compreendido o urbano, o qual se constitui por meio de diversos processos de reprodução (e de mutação) de suas bases econômica, social e cultural.

O urbano pode ser compreendido como o abstrato, o geral, o externo. Partindo desta análise podemos afirmar que este é o resultado das relações e das ações da sociedade, as quais produzem e reproduzem as formas presentes neste espaço. Logo, o espaço urbano é fruto (inacabado) das práticas sociais que nele se fazem presentes e são responsáveis por lhe dar vida e movimento. (SANTOS, 1994).

Todavia, não há possibilidade de pensar o atual quadro de reprodução do espaço urbano se concebermos o seu processo (trans)formador fora dos contextos impulsionados pelos agentes dominantes e difusores dos ideais capitalistas. A partir daí, analisar os movimentos inerentes à sociedade é indispensável para compreendermos a dinâmica dos processos de transformação que incidem sobre o espaço, estejam eles atrelados à reprodução (ampliada) do capital ou conectados às táticas de sobrevivência dos sujeitos sociais. Sendo assim, a cidade é uma construção social, um produto histórico e em constante mutação de sua materialidade e (em parte) dos sentidos que dela evocam.

Para Harvey (1993) o capital se caracteriza como um importante agente de produção do espaço urbano, transformando-o conforme sua própria necessidade de acumulação. Logo, o desenvolvimento do capital e a expansão desse sistema como modelo dominante se dá a partir da construção, desconstrução e reconstrução das formas fixas no espaço, o que irá caracterizar um constante processo de reprodução de sua própria contradição e, atrelado a isto, de alteração (na busca pela padronização) de diferentes modos de vida.

Sendo assim, o espaço urbano é também *lócus* (e produto) do processo de trabalho. Sua incidência sobre o urbano se dá a partir da dinâmica (e das consequências) da ação do homem ao longo do tempo. Dessa forma, as diversas revoluções técnicas e sociais que se deram no decorrer da história do mundo, são também responsáveis pela (re)produção desse meio.

Ao abrigar em seu substrato as marcas de sucessivas revoluções tecnológicas, o urbano compreenderá em sua materialidade uma complexidade de redes de infraestrutura que

favorece (ou impede) a produção, a circulação (de pessoas e de mercadorias), o consumo de bens e de serviços, dentre outras atividades.

O urbano é produto da interação entre diversos grupos sociais, bem como dos conflitos gerados a partir dessas relações. Neste sentido, é correto afirmar que no processo de reprodução do espaço urbano os diferentes agentes executam suas ações de acordo com suas próprias estratégias (e táticas), movidos pelos seus próprios interesses (e valores). Com isso, podemos afirmar que a intensidade da ação desses agentes se dará de acordo com as oportunidades que lhes são permitidas (ou proibidas), levando assim, a vivência de uma experiência urbana plural, porém segmentada e produtora da exclusão.

Com isso, o urbano surge para nós como um produto plural das relações sociais que se deram ao longo da história. Do processo de sua formação participam diferentes agentes, os quais irão transformá-lo de acordo com os sentidos e valores que orientam as suas ações. Este, por ser produto das relações engendradas no sistema capitalista, carregará (e produzirá) em si a sua própria contradição, fazendo com que as experiências espaciais que nele ganham vida tenham como valores norteadores o consumo desenfreado da cidade e a exclusão daquilo que se apresenta como diferente aos ideais propagados pela modernização.

Logo, o urbano se apresenta como um espaço diverso carregando em sua materialidade diferentes temporalidades. O Estado é o principal agente intermediador e executor do seu ordenamento, mas como os interesses deste se encontram atrelados aos interesses do capital. O urbano se configurará como a expressão máxima da ideologia capitalista e, conseqüentemente, abrigará em seu território as marcas de uma modernização seletiva e preconceituosa, a qual enaltece determinadas formas e valores ligados ao circuito superior do consumo e desvaloriza lugares que compreendem a presença de um corpo material e humano animado por práticas e saberes históricos que desafiam (e resistem) a proposta de homogeneização do espaço e das relações que nele se fazem presentes.

As metrópoles, por sua vez, surgem como a grande expressão desse urbano e, de acordo com Milton Santos, foram criadas para comandar as grandes transformações mundiais trazidas pelo Capitalismo e pelo Imperialismo que exercem uma lógica internacional em diálogo com as lógicas nacionais. Diz ainda que o planejamento, as construções e as aglomerações metropolitanas são acrescidos de relativo esplendor, sobretudo na configuração dos espaços luminosos, espaços centrais, enfim, espaços do consumo, em cisão com os espaços dos pobres, os espaços opacos, pobres de novos objetos, mas ricos em inventividade e criatividade. Para o autor a metrópole é um território usado complexo e diversificado,

explicativo como categoria espaço-temporal porque traz consigo marcas de uma época onde se combina “modos de produção estatal e modos de produção urbana”, dando contorno ao capitalismo monopolista (1994, p. 75). Numa linha próxima ao raciocínio de Milton Santos, David Harvey (2005) analisa o capitalismo contemporâneo considerando que o desenvolvimento político e econômico na produção social da cidade impõe grandes riscos de dominação, fragmentação e dispersão.

[...]. De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. [...]. (HARVEY, 2005, p. 167-168).

Vale ressaltar que Harvey destaca o conceito de “governança” urbana afirmando que o mesmo é mais do que “governo” urbano. Trata-se da compreensão do poder de organizar o espaço que se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um processo conflituoso que se torna de densidade social muito diversificada no contexto metropolitano, considerando aí a “formação política da coalizão” a “formação de aliança de classes” relacionados ao empreendedorismo urbano (2005, p. 169).

Harvey (2011) analisa a produção social urbana e metropolitana em diálogo com a explicação do modernismo, da modernização e da pós-modernidade. Analisa as interpretações capitalistas em Marx, Berman, dentre outros, explicando como o capitalismo produziu o alto grau de estruturação por meio de sucessivos processos de modernização (industrial, urbanístico, artístico e econômico) que fez da modernidade o lugar da exacerbação da insegurança e da instabilidade “na medida em que massas de capital e de trabalho vão sendo transferidas entre linhas de produção deixando setores inteiros devastados, enquanto o fluxo perpétuo de desejos, gostos e necessidades do consumidor se torna um foco permanente de incerteza e de luta. Abrem-se necessariamente novos espaços quando os capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção.” (2011, p. 103).

Desse modo, compreender a metrópole é compreender como os agentes dominantes exercem de fato a sua dominação (pautada na ideologia do consenso e da persuasão) num contexto atravessado pelo excesso de veiculação de informação e de domínios virtuais; e do

peso do cotidiano (do engarrafamento, do cansaço, da violência urbana, da criminalização da pobreza urbana) – Serpa (2008), Modesto (2008), Wacquant (2001).

Por outro lado, conforme afirma Michel de Certeau, o urbano, ou melhor, a cidade, deve ser compreendida também como o lugar onde se pratica uma racionalidade que nega a calculabilidade do tempo imposta pelo sistema dominante. A cidade se apresenta como uma experiência vital e que se encontra vinculada ao cotidiano praticado pelos comuns, fazendo assim ebulir uma multiplicidade de histórias que se entrecruzam e reinventam a materialidade instrumental que busca a pulverização dessa mesma racionalidade, popular e ordinária. (1990, p. 171).

Essa tal racionalidade popular e ordinária discutida por Certeau (1990), só é possível a partir da construção histórica de sujeitos sociais que são constantemente negados (em sua existência) pelos condutores do pensamento social-global dominante, no qual suas práticas, saberes e narrativas são postas como dispensáveis na composição do tecido social moderno, sendo, portanto, interpretadas como trivialidades urbanas passíveis de descarte. Tais banalidades, apesar de se encontrarem descoladas do processo de construção das necessidades fundamentais à legitimação e difusão da cultura fugidia do capital, se inscrevem na cidade a partir da conjugação do binômio exclusão x criação. Este conjugar se projeta no território pelo homem ordinário sendo que todo este processo é fruto das diferenças e similitudes que este sujeito possui em relação ao Outro iminente, ou seja, em relação tanto àqueles que lhes são comuns, quanto aos que não o são. (1990, p. 63).

Este homem ordinário opera suas ações pela cidade visando driblar as condições adversas que lhes são impostas pelos grupos dominantes da sociedade. Configura-se aí uma disputa entre forças desiguais, na qual a ação do homem ordinário entrará em curso por meio da sutileza, da criatividade e inventividade, alterando as regras impostas pelo espaço opressor e seus antagônicos. Esta maneira de agir do homem ordinário é concebida por Certeau (1990) como suas astúcias, ou seja, como, em meio a tantas dificuldades que lhes são colocadas, estes sujeitos conseguem aproveitar as brechas concedidas (involuntariamente) por seus algozes no espaço por eles controlado. Operar as astúcias para assim ludibriar as estratégias dominantes e sobreviver. Eis de onde surgem as táticas que ajudam a destacar o homem ordinário pensado por Michel de Certeau.

Em suma, a tática é a arte do fraco. [...]. Quanto maior um poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos de astúcia: é com efeito perigoso usar efetivos consideráveis para aparências, enquanto esse

gênero de “demonstrações” é geralmente inútil e “a seriedade da amarga necessidade torna a ação direta tão urgente que não deixa lugar a esse jogo”. As forças são distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso”: “Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia”. Traduzindo: tanto mais se torna tática. (CERTEAU, 1990, p. 93).

Por ser a arte do fraco, as táticas necessitam ser operadas a partir do reconhecimento do Outro como indispensável à sua execução. Logo, seu curso não se dá individualmente, ou seja, o homem ordinário necessita que suas ações se projetem de maneira conjunta, solidária, ao lado daqueles que lhes são comuns. Desse modo, as táticas remetem à experiência de um cotidiano conhecido e praticado, possibilitando assim a continuidade e a permanência de saberes (e formas de fazer) que são históricos, contribuindo para que estes venham a subverter (mesmo que isto não seja o que motiva e dá sentido à sua ação) a ordem e os valores pregados pelo ideário moderno de sociedade. (CERTEAU, 1990).

Neste sentido, o ato de operar as táticas não se dá a partir de um ponto fixo no espaço, ou seja, de um lugar de comando. Diferentemente de algumas formas de operação da estratégia, a tática está relacionada com o movimento, com o caminhar dos sujeitos que a praticam pelo espaço. Como sua experiência se dá no (e pelo) cotidiano o curso das táticas do homem ordinário remeterá aos seus trajetos, ao seu caminhar por entre os lugares (conhecidos ou não) e por toda e possível articulação de forças que podem emanar dessa experiência espacial, seja ela realizada na cidade ou para além dela. (CERTEAU, 1990).

Para Certeau (1990), pensar sobre o homem ordinário é fazer o exercício de entender a cidade como um espaço plural e contraditório em sua essência. Segundo o autor, a cidade compreende três importantes dimensões de expressão: a primeira diz respeito à construção de uma racionalidade técnica (dominante) que inviabilize a superação do modelo vigente por aqueles que representam o seu avesso; a segunda dimensão concerne ao estabelecimento de estratégias e condições (normas e valores) que visem combater as formas de resistência que emergem da opacidade construída pelo princípio da contradição; e, por fim, a terceira remete à sua própria universalidade, ou seja, pela inevitável articulação entre os diferentes sujeitos, assim como entre os mesmos e as formações sociais responsáveis pela gestão e ordenamento do seu território, tal articulação produzirá diferentes contextos dos quais muitos serão marcados pela desvalorização e pela exclusão de práticas e saberes históricos presentes neste espaço.

No entanto, ao conceituar a cidade, o autor sente a necessidade de tornar evidente uma compreensão maniqueísta e, portanto, ampla deste espaço, fazendo com que não se perca de vista a apreensão (crítica) sobre seu processo de constituição, a qual visa, sobretudo, a manutenção do *status quo* segmentário do tecido social, bem como das ações (estratégicas) que impulsionam os avanços (e os retrocessos) decorrentes da modernização do território:

[...] “A cidade”, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. Nesse lugar organizado por operações “especulativas” e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto os “detritos” de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte, etc.). Certamente, o progresso permite reintroduzir uma proporção sempre maior de detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (na saúde, na seguridade social, etc.) em meio de densificar as redes de ordem. [...]. Além disso, a racionalização da cidade acarreta a sua mitificação nos discursos estratégicos, cálculos baseados na hipótese ou na necessidade de sua destruição por uma decisão final. Enfim, a organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. (CERTEAU, 1990, p. 173-174).

Todavia, por mais que a cidade desponte como o *lócus* dos acontecimentos ligados às transformações sobre o que há de visível e invisível na dimensão espaço-temporal dos dias atuais é extremamente necessário fazer um mergulho analítico, que não restrinja a análise do pesquisador somente com o que lhe é aparente, mas também que lhe permita o aprofundamento de suas pesquisas levando-o a decifrar o movimento das “práticas microbianas” que se fazem presentes nesta materialidade imponente que enche os nossos olhos com todo seu esplendor. Compreender essas práticas em sua essência nos leva a entender o outro lado deste urbano fabuloso, constituído a partir de operações estratégicas guiadas pela intolerância e que traz como consequência a exclusão e a repressão. Mais do que isso, a análise dessa *práxis* ordinária pelo espaço nos levará a reflexões sobre como são constituídas as condições determinantes responsáveis por fundamentar a pluralidade da vida social contemporânea. (CERTEAU, 1990, p. 174-175).

Quando falamos aqui sobre a pluralidade da vida social devemos apreendê-la pela existência de diferentes formas de sociabilidade que animam o espaço. Aos olhos de muitos, o espaço ganha dinamicidade apenas por meio das relações que visam garantir a reprodução do

capital, as quais são orientadas pela lógica do mercado. Entretanto, a coordenação da vida social não se restringe aos sentidos produzidos por essa cultura mercantil, muito pelo contrário. Estar sensível à percepção do espaço múltiplo e à leitura do cotidiano é atentar-se para as formas de sociabilidade coordenadas, por exemplo, pela solidariedade, pela reciprocidade, pela cooperação, entre outros sentidos que nos levam a questionar esse modelo único da vida social responsável por exacerbar a competição entre as pessoas, realçando (negativamente) suas diferenças e produzindo, assim, a exclusão daqueles que não se adaptam ao circuito de consumo amplo e formal da cidade.

Segundo Hassan Zaoual (2006), a enorme pressão (exercida a partir das dimensões econômica e simbólica, sumariamente) que o sistema capitalista faz nas mais diferentes realidades sociais espalhadas ao redor do mundo, nem sempre tem um desfecho bem sucedido no que tange à incorporação de novas economias em sua engrenagem de reprodução ampliada. Muitas das vezes, a não incorporação dessas formas, digamos locais de reprodução econômica, trazem como consequência a sua própria desestabilização, fragmentando o tecido social e produzindo uma série de disparidades pelo espaço. (2006, p. 15-16).

De acordo com Zaoual (2006), ao se deparar com essa nova realidade adversa, os sujeitos tendem a buscar no convívio em comunidade a solução para todos os problemas causados pelo avanço do capital. Ao pensar dessa forma, o autor nos ajudará a pensar o fenômeno urbano a partir de uma análise voltada para a valorização dos lugares, ou melhor, para a emersão dos sítios como uma alternativa de fuga desses sujeitos (lentos, ordinários) face à racionalidade (técnica, econômica) capitalista que brota do urbano.

Nessas condições, o retraimento comunitário se torna uma das soluções para muitos grupos da população, na qual encontram “certezas”. [...]. O homem precisa crer, pertencer a algo e ser integrado em uma sociedade. Quando essa não lhe oferece mais tais conteúdos simbólicos, ele tende a procurá-los em outros lugares. O homem só se sente bem onde encontra seu lugar, seu sítio. Esse imperativo existencial não é atendido pelo mercado. Essa necessidade escapa à ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que permanece dominada por valores utilitaristas, mercantis e instrumentais e não leva em consideração as múltiplas dimensões da existência humana: identidade, civismo, cidadania, ajuda mútua, solidariedade, qualidade de vida, etc. Todos esses aspectos da vida cotidiana nos introduzem no universo do paradigma dos sítios simbólicos de pertencimento. [...]. (ZAOUAL, 2006, p. 16-17).

Compreender a dimensão dos sítios proposto por Zaoaul (2006) é se colocar num movimento de entender a diversidade que emana das práticas locais, bem como da sutileza que as envolve. Lidar com essas questões possibilita ao analista exercitar uma “epistemologia suave”, a qual o permitirá se lançar em reflexões que o leve a pensar a existência dos sítios

como uma consequência dos insucessos de paradigmas econômicos operados pelo (e em prol do) sistema dominante. Logo, pensar os sítios consiste em um exercício indispensável para a reflexão da complexidade dos fenômenos sociais e econômicos responsáveis por configurar o espaço que conhecemos. (2006, p. 17).

A orientação das dimensões econômica e social experimentadas pelos sujeitos sociais nos sítios segue um conjunto de códigos de conduta, fazendo com que nesses lugares esteja enraizada uma série de comportamentos, de normas e de convenções que serão responsáveis por determinar as consequências da ação daqueles que dele fazem parte. Sendo assim, “[...]. O pensamento dos sítios associa os mundos simbólicos e morais dos homens e suas práticas cotidianas. [...]”. (ZAOUAL, 2006, p. 31).

Neste sentido, os sítios compreendem um conjunto de valores, mitos e heranças culturais construídas conscientemente ou inconscientemente, ou seja, sua “caixa preta”. Tais imaterialidades formam uma espécie de “caixa conceitual” dos sítios sendo composta pelos conhecimentos empíricos e/ou teóricos (saberes) acumulados a partir da trajetória de suas subjetividades. Ainda nos sítios, o saber-fazer e as técnicas formam uma espécie de “caixa de ferramentas” dos sujeitos que operam suas ações a partir desse território. Este também se configura como um espaço sensível às mudanças exógenas que lhes são impostas, provocando nele um encadeamento de reações que buscam o apaziguar dos fatos por meio da expulsão (resistência) ou da integração (adaptação) do ente exterior. (ZAOUAL, 2006, p.32).

Conforme vimos, Zaoual (2006) destaca a operacionalização de um conjunto de técnicas que são responsáveis por compor um conjunto de saberes que são colocados em prática nos sítios. Esse conjunto de técnicas lá presentes caracteriza a existência de uma racionalidade diferente daquela que toma corpo na cidade capitalista. Vai para além dessa possibilidade. Esta tende a operar não somente a partir do conjunto de técnicas (meios e fins) que no sítio se encontram, mas também e, sobretudo, é conduzida por meio das crenças e das regras (sociais) constituídas ao longo da história e tendo como sentido balizador as demandas que brotam da experiência solidária em comunidade. Segundo o autor, “[...]. Ser racional consiste em usar adequadamente os costumes do sítio dentro dos limites possíveis. [...]”, mesmo que por vezes estas experiências se confrontem com alguns interesses individuais desses sujeitos. (ZAOUAL, 2006, p. 46).

Sujeitos esses que por executarem suas práticas cotidianas dentro da estrutura simbólica dos sítios, recebem a denominação de *homo situs*, ou seja, de homem da situação. Suas relações geralmente se encontram ocultas (à percepção dos insensíveis) e contribuem por

compreender a concretude desse ser tanto em sua multiplicidade, quanto em sua singularidade. Negligencia-lo nos leva a dar continuidade a um reducionismo analítico presente em diversas ciências (não só a geográfica) que se sustentam em modelos de reflexão (e de prática) científica em torno daquilo que se configura como o aparente, perdendo-se assim a essência das coisas e dos fenômenos. (2006, p. 50).

O homem situado, portanto, assemelha-se ao homem ordinário de Michel de Certeau e ao homem lento de Milton Santos. Estes somente podem ser compreendidos a partir de análises que nos leve a experimentar o seu tempo, ou melhor, o seu cotidiano. O mergulho analítico em torno da análise desses cotidianos nos coloca a entender relações que não são perceptíveis aos olhos treinados para a fugacidade. O entendimento em torno do sentido (e das conexões) dessas relações entre esses sujeitos nos possibilita a pensar alternativas ao modelo de sociedade vigente, o qual se encontra em marcha a um verdadeiro cataclismo de suas bases econômico-produtivas, bem como do próprio tecido social.

Pensar a dimensão existencial desses sujeitos é nos colocar dispostos a entender que nem tudo se resume a competitividade e/ou ao consumismo (valores primordiais presentes nos agir das pessoas nos dias de hoje), mas sim nos torna capazes de comprovar que a lógica solidária, a reciprocidade e o companheirismo (entre outras) são responsáveis diretos na consolidação de estruturas sociais históricas e que apresentam um nível de complexidade que ao mesmo tempo em que nos assusta e nos surpreende, nos encanta (e desencanta ao mesmo tempo), exigindo do analista uma experiência diferenciada a qual o possibilite a pensar novas propostas de mundo, novas utopias. Conforme afirma o próprio autor “[...] define-se quem é pobre não direta e totalmente pelo critério de renda monetária, mas pelo fato de estar só: *pobre é quem é solitário*. [...]”. (ZAOUAL, 2006, p. 51).

Outra importante conexão que podemos fazer em torno dos conceitos aqui expostos diz respeito à teoria dos sítios de Hassan Zaoual e sua aproximação em torno da apreensão sobre o lugar proposta por Milton Santos. Ambas as reflexões nos colocam a pensar a dimensão do cotidiano e de toda sua gama de imaterialidades (valores, saberes, hábitos, representações, etc.) que anima uma materialidade peculiar em relação aos modelos únicos de produção da cidade moderna. São espaços de vida que se constituem de maneira dinâmica por meio das trajetórias dos sujeitos que os animam. Por todos esses motivos, os sítios e/ou os lugares se tornam dimensões indispensáveis ao exercício da vida e à construção do sentimento de pertencimento entre os sujeitos que vivem esses espaços.

Neste sentido, é a partir da análise dos sítios/lugares e pela experimentação do cotidiano que, em meio aos múltiplos contextos que evocam da metrópole do Rio de Janeiro, buscaremos entender a diversidade subjetiva responsável por produzir novos sentidos de existência e por possibilitar outras leituras de mundo.

A pesca artesanal, desse modo, nos permite entender a construção desses espaços de vida guiados por códigos específicos, os quais seus sujeitos tendem a se basear no exercício da solidariedade e do companheirismo (veremos isto mais detalhadamente nas páginas que se seguem). Em meio à produção de estigmas (preconceitos) e da exclusão social, os pescadores artesanais resistem e possuem no seu trabalho e na vida entre seus comuns a força para romper com os discursos que os invisibilizam diante da metrópole moderna.

Logo, trabalhar e morar surgem como suas táticas de sobrevivência a partir do momento em que ambas as dimensões são indispensáveis à existência do pescador enquanto ser no mundo. Ao mesmo tempo em que essas dimensões são preponderantes para sua existência, estas também se manifestam como forma de resistência ante aos processos de sucateamento e de desvalorização da profissão e de suas tradições. No entanto, as táticas operadas não remetem a uma intenção direta de resistência, muito pelo contrário, nas táticas são colocadas à prova a criatividade e a inteligibilidade desses sujeitos para garantirem sua sobrevivência e a de seus dependentes e, assim, existirem.

Da mesma forma que esses sujeitos operam suas táticas, estes também são capazes de fazer valer suas estratégias, essas sim visando à resistência em primeiro plano. Tais estratégias demandam a articulação entre esses sujeitos, na qual são discutidos seus interesses e traçados planos de ação que venham a fortalecer o grupo perante as adversidades encontradas em seus sítios. A importância de se manter unido enquanto grupo, faz com que os pescadores, por vezes, deixem de lado o seus interesses individuais em prol do bem coletivo. Aquele que não respeita as regras estabelecidas pelo grupo se encontra só, colocando-se assim, lançado à sua própria sorte ou tendo que fazer valer a sua própria capacidade de superação.

Enfim, o que buscamos tratar aqui foi como os conceitos abordados podem nos ajudar a entender uma série de contextos que ganham vida nos espaços produzidos pela pesca artesanal. O entendimento em torno desses contextos nos levará a refletir a indissociabilidade entre as dimensões do trabalhar e do morar e sua importância ao exercício do cotidiano por parte desses sujeitos.

1.2 O trabalho e a sua dimensão reflexiva

O sentido da existência do homem no mundo passa por uma complexidade de ações que ganham projeção no tempo e no espaço de maneira consciente e também, por vezes, inconscientemente.

Tal fato, ao mesmo tempo em que parece para nós como uma equação simples (mesmo que a complexidade da trama seja aparente), se revela também como uma construção sócio-simbólica sutilmente elaborada, cunhada ao fogo de valores e saberes historicamente produzidos, cujas centelhas correspondem à alquimia da vida, o tempo, e seus respectivos passos, os quais são responsáveis pela constituição *de múltiplas trajetórias e, por consequência, do próprio espaço*.

Cabe para nós neste momento a reflexão de uma das ações humanas que se projeta no espaço, por vezes carregando em si a responsabilidade em torno da construção de sentidos de existência para aqueles que a executam, assim como para os que se encontram imediatos às consequências deste agir. Esta provém de uma prática relacional do homem com o meio e com o Outro, se apresentando também como parte importante do processo de reconhecimento do mundo perante o homem e do mesmo perante o mundo. O que venho, a seguir, propor à reflexão diz respeito ao trabalho humano.¹⁷

Se o trabalho humano é fruto de uma ação consciente do homem, ou seja, é construído por meio de abstrações que, racionalizadas, ganham vida e contribuem por constituir parte do real imediato ao homem, de onde compreenderá o substrato material do trabalho humano? Segundo Marx (1974), a natureza é a base material do crescimento humano, é o meio por qual ele retira as condições necessárias para sua evolução. Ao mesmo tempo em que a natureza é condição indispensável para a existência humana, o homem se constitui também como parte integrante da natureza, mesmo que se considere (e que relativamente seja) uma peça importante dentro da hierarquia sistêmica do meio natural. (1974, p. 36).

Esse crescimento humano se daria por intermédio do trabalho, de suas práticas racionais e conscientes sobre a natureza. A consciência por detrás do trabalho humano estará

¹⁷ A construção do raciocínio neste momento da dissertação se dará em diálogo com parte importante da obra construída por Karl Marx, no que concernem seus estudos sobre o trabalho humano e os processos espaço-temporais a ele relacionados. Como o objeto de estudo aqui contemplado diz respeito a uma categoria de trabalho (o pescador artesanal) distinta da analisada pelo autor (o proletariado industrial), serão acrescentados outros diálogos, com autores que buscaram compreender mais especificamente o processo de trabalho não vinculado necessariamente ao capital e o seu processo de reprodução.

intrinsecamente ligada a um fim racionalmente construído, tornando este processo uma parte incontestavelmente importante do movimento de construção da história dos homens no mundo. Por vezes o acaso se encontra presente em meio aos fins propostos e possíveis por este processo consciente da ação humana sobre a natureza, entretanto, a presença do casual não aponta para a inconsciência sobre a *práxis*, mas sim nos mostra que o trabalho humano compreende uma estrutura complexa geradora de fins diversos que interagem dialeticamente em movimentos de aproximação (pares similares) e de colisão (pares antagônicos), sendo, portanto, de difícil previsão a exatidão dos desdobramentos causados pela prática humana sobre o meio natural. O desvendar das sutilezas que envolvem estes processos se revela como necessário para o entendimento da existência humana, de suas relações sociais e produtivas. No tocante à reflexão anterior, Marx (1974) aprofunda:

As finalidades dos atos são frutos da vontade, mas os resultados que, na realidade, deles derivam, não o são e, mesmo quando parecem aplicar-se momentaneamente ao fim proposto, acabam por conduzir a consequências muito diferentes das propostas. Por isso, no conjunto, os acontecimentos históricos parecem ser também dominados pelo acaso. Mas onde, na superfície das coisas, parece reinar a casualidade, esta é sempre governada por lei internas ocultas, e o que é necessário é descobrir tais leis. (MARX, 1974, p. 92).

E também,

São os homens que fazem a sua história, quaisquer que sejam os rumos desta, ao tentar, cada um, alcançar os seus próprios fins, conscientemente propostos; e a resultante destas numerosas vontades, projetando-se em diversas direções, e de sua múltipla influência sobre o mundo exterior, é precisamente a história. (MARX, 1974, p. 92-93).

Desse modo, o trabalho é parte importante e irrefutável do processo de construção da história do homem no mundo. Por ele a humanidade transforma a natureza e, por ser uma ação consciente projetada por sua mente e executada pelo seu corpo, permite ao homem a transformação de si mesmo, em suas dimensões corpórea, psíquica e social.

Desse modo, antes do trabalho ser uma profunda relação entre o homem e a natureza, ele necessariamente é fruto de interação com outros trabalhos, regulado pela colaboração e pelo vínculo com outras formas de trabalho humano. Assim, o trabalho se constitui como um importante vetor de construção e modelagem das relações sociais, as quais ganharão projeção a partir da construção de uma lógica de colaboração mútua (pautada por uma multiplicidade de interesses), proporcionando ao homem a formulação de uma vastidão de possibilidades de existência, de interação com o meio e com o Outro. (MARX apud CHAGAS, 2010).

Em meio a isto, a natureza não se apresenta apenas como o substrato que permite a *práxis* humana e sua manutenção, mas também se configura como uma totalidade das formas aparentes. O caráter dialético que se encontra presente na relação entre homem e natureza se revela a partir do momento em que identificamos a ação transformadora do homem como atribuidora de sentido para a natureza. Se natureza e homem são separados, ou melhor, se a dialética é rompida, a primeira perde toda sua importância e referência para a raça humana. (MARX apud DIEGUES, 1983)

Segundo Diegues (1983), Marx pouco explorou a relação entre homem e natureza enquanto metabolismo, ou seja, no contato direto do primeiro (por meio do processo de trabalho) com as forças produtivas da natureza. Segundo o autor, Marx se preocupou no aprofundamento de análise do sistema capitalista industrial, na qual a natureza participava do processo produtivo como matéria-prima, passiva e concretamente possível de ser explorada. Para Diegues, a natureza ganha um papel de maior destaque, porém nas primeiras fases do processo produtivo, no qual seus ciclos conduzem boa parte da dinâmica de produção das atividades que estão diretamente ligadas às etapas iniciais da produção, na qual a agricultura e a pesca se mostram como bons exemplos a serem analisados. (1983, p. 88).

Segundo o autor, essas atividades dependem altamente dos ciclos naturais de reprodução das espécies, a fim de que sua produção atinja níveis que satisfaçam tanto os investimentos realizados nas etapas produtivas, quanto à própria subsistência do produtor. Essa dependência da natureza acaba por contribuir para a caracterização de grupos inseridos não na complexidade do circuito da reprodução capitalista, mas sim nos possibilita entender que estes produtores dependentes e vulneráveis às forças da natureza exercitem de fato uma economia distinta, se enquadrando assim no perfil da pequena produção mercantil. (1983, p. 148).

Apesar da distinção clássica feita por Marx (...), a natureza é quase sempre analisada como uma entidade estática. No capitalismo, os elementos naturais usados como matéria-prima podem aparecer, para a grande indústria, como um fator de produção inerte. No entanto, a situação é abstrata em formas de organização social de produção caracterizadas pelo pouco desenvolvimento das forças produtivas históricas, onde o homem vive quase ao sabor dos ciclos de produção e reprodução natural (como é o caso na captura de peixes). (DIEGUES, 1983, p. 7).

A partir daí podemos considerar que o homem não age sobre uma natureza passiva e estática, mas sim sobre uma complexidade ambiental de vasta extensão, a qual é conduzida por fenômenos e processos que independem do controle humano, mas que possui na figura do

homem o seu principal agente no que concerne às interferências e modificações possíveis de serem realizadas na ordem e no equilíbrio de algumas dessas dinâmicas, as quais se darão, principalmente, a partir da introdução das forças produtivas humanas no interior desse sistema. (DIEGUES, 1983, p. 7).

A sofisticação das forças produtivas pertencentes ao homem surge para buscar superar a inconstância e a mobilidade das forças produtivas da natureza. No entanto, o resultado disso aponta para uma gradativa predação dos recursos naturais, provocando assim fortes desequilíbrios no sistema em questão. No caso da pesca, a busca incessante pelo lucro (inerente ao modelo industrial de produção), gerou, ao redor do mundo, uma grande quantidade de casos de desorganização do equilíbrio de vários ecossistemas naturais, chegando até mesmo a provocar o desaparecimento de inúmeras espécies marinhas. (DIEGUES, 1983, p. 83).

Quanto menor for a escala de atuação desta pesca realizada nos moldes industriais, mas serão afetadas as forças produtivas da natureza, especialmente em ambientes como os lagunares e os estuarinos, onde a renovação das espécies ganha dinâmica e força para se perpetuar. Ao mesmo tempo, são nesses ambientes que predomina a prática de uma pesca com baixo poder de captura, uma vez que seus equipamentos de trabalho atendem principalmente às necessidades de subsistência de seus possuidores. Aqui se insere a pesca artesanal e, mais precisamente, os pequenos que a praticam em ambientes marinhos de escala reduzida, como baías, lagoas, rios e mangues. Mais adiante trataremos com mais detalhes sobre outras características concernentes à categoria.

Pois bem, vimos até então que o homem e a natureza são pares indissociavelmente construídos pelo processo que compreende ao trabalho humano. Vimos também que ao mesmo tempo em que o homem se relaciona com a natureza por meio do processo de trabalho, este também irá se relacionar com outros de sua própria espécie, fazendo com que o ato de produzir seja também uma construção social. Vimos ainda que a natureza ocupa papel de destaque na relação travada com o homem em seu processo de trabalho, todavia, esta relação ganhará sentido somente com as formas produtivas que defrontarão de maneira mais direta as forças naturais de produção. No entanto, devemos neste momento voltar ao diálogo com Marx, a fim de que possamos aprofundar um pouco mais o nosso entendimento sobre o conceito de trabalho e a didática metodológica que vai se revelando para compreendermos melhor o trabalho dos pescadores artesanais.

Segundo Marx (1996), o trabalho humano compreende a duas formas distintas do fazer e ambas são responsáveis pela produção de valores igualmente distintos. O autor afirma que o trabalho concreto corresponde a toda forma de dispêndio da força de trabalho humano, a qual tem por objetivo produzir uma determinada mercadoria, no intuito de emprega-la a um fim pré-determinado. Esse ato de produzir estará intrinsicamente ligado à construção de valores de uso, ou seja, de elementos que sejam de vital importância tanto para o homem que os produziram, quanto também para a sociedade que os utilizam. Em boa parte dos casos evidenciados por Marx, em que o processo de trabalho se restringia à produção de valores de uso, os homens responsáveis por esse processo se apresentavam como detentores dos meios de produção, fazendo-os assim os únicos controladores do seu próprio processo produtivo. No entanto, por mais que o trabalho concreto seja diretamente vinculado à produção de valores de uso, este também produzirá, todavia, de maneira indireta, valores de troca, uma vez que esses trabalhadores não produzem o todo essencial para a sua subsistência, havendo, portanto a necessidade de se lançar ao mercado na busca por outras mercadorias que satisfaçam por completo as suas necessidades. Porém, o fim aqui estabelecido remete à manutenção da subsistência do trabalhador e não à produção da valorização dos valores, conforme veremos no modelo a seguir. (MARX, 1996).

Na outra extremidade da relação do homem com o trabalho repousa o trabalho abstrato. Este por sua vez corresponde à exploração do trabalho humano para a produção da mais-valia (o sobretrabalho), sendo que esta estará vinculada à produção de valores indispensáveis à reprodução capitalista. Este trabalho abstrato é extraído do trabalho humano por meio da relação entre homens (trabalhadores) detentores de sua força de trabalho e homens (não-trabalhadores) detentores dos meios de produção. O segundo grupo paga ao primeiro uma quantia determinada e compra a sua força de trabalho para ser empregada e dar vida aos seus instrumentos produtivos. Estes trabalhadores se ocuparão durante uma jornada de trabalho também preestabelecida entre os envolvidos, sendo que, em parte desta, eles produzirão o que for relativo à reprodução de sua força de trabalho (sua subsistência), enquanto que na outra parte desta jornada este mesmo trabalhador produzirá o elemento tão desejado pelos compradores de suas habilidades, a mais-valia. Assim, diferentemente do concreto, o trabalho abstrato estará diretamente vinculado à produção de valores de troca, no intuito de buscar incessantemente o lucro exacerbado e que se personifica na mercadoria, a qual se produz a partir da exploração do trabalho humano por um não trabalhador, ou seja, o capitalista. (MARX, 1996).

Desse modo, é na mercadoria que estarão incorporados os valores tanto de uso, quanto de troca produzidos pelas duas categorias do trabalho humano, o concreto (produtor de utilidades) e o abstrato (produtor de valores). Assim, é por meio da mercadoria que o homem fará do seu trabalho ora um processo de produção e reprodução do que lhe é necessário para a vida, ora um movimento ordenado de produção e reprodução do capital, a fim de que também lhe seja possível à reprodução de sua subsistência¹⁸. A respeito do duplo caráter da mercadoria e do trabalho humano, Marx (apud CHAGAS, 2010) e o próprio Chagas (2010) argumentam:

Na análise da mercadoria o meu texto não se limita ao duplo modo em que ela se apresenta, mas se vai adiante imediatamente até que, nesse ser duplo da mercadoria, se apresenta o caráter duplo do trabalho, de que ela é produto: o trabalho útil [*die nützliche Arbeit*], os modos concretos dos trabalhos, que criam valores de uso, e o trabalho abstrato [*die abstrakte Arbeit*], o trabalho enquanto gasto de força de trabalho, qualquer que seja a forma 'útil' pela qual ela é gasta. (MARX apud CHAGAS, 2010, p. 65, grifo do autor).

E ainda,

Enquanto o trabalho útil-concreto é qualitativo e cria os valores de uso necessários ao ser humano, para satisfazer socialmente as suas necessidades físicas e espirituais, o trabalho abstrato é, pura e simplesmente, quantitativo, a substância e a grandeza do valor, e produz mais-valia (valor excedente) para o capital. Trabalho útil-concreto, que produz valor de uso (*Gebrauchswert*), não quer dizer uma substância metafísica, genérica, vaga e imprecisa, que não se põe na realidade histórico-social, mas sim como atividade de autodesenvolvimento e auto-realização da existência humana, atividade primária, natural, necessária e presente em todas as formas de sociabilidade humana, inclusive na capitalista, pois o trabalho útil-concreto, embora esteja aqui em benefício do capitalista ou sob seu controle, não muda sua essência, que é atividade dirigida, com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais que sirvam para satisfazer as necessidades humanas; o homem não pode viver sem produzir seus meios de subsistência, e só pode produzi-lo na medida em que trabalha; sem trabalho, não é possível, pois, pensar a produção e a reprodução social, ou seja, a vida humana, ou qualquer forma de sociabilidade. (CHAGAS, 2010, p. 65, grifo do autor).

Se o homem vende a sua força de trabalho ao capitalista, ele, portanto, passa a produzir prioritariamente valores de troca em detrimento de valores de uso. A partir daí, a consciência que este terá sobre o seu processo de trabalho se dará cada vez mais reduzida,

¹⁸ Vale lembrar aqui que aqueles que vendem a sua força de trabalho ao capitalista o fazem unicamente por necessidade de reprodução da sua existência, bem como de sobrevivência de sua própria família. Ele somente vende a sua força de trabalho, porque não possui meios para adquirir seus próprios insumos produtivos, uma vez que a constituição da classe detentora dos meios de produção se deu a partir da expropriação do trabalhador primário de seus instrumentos de trabalho (desde o cercamento dos campos, tão detalhadamente analisado por Marx), tornando-os assim uma classe relativamente vulnerável à absorção pelo sistema capitalista. (MARX, 1996).

pois a principal meta a ser alcançada aqui condiz com a produção exacerbada de valores, escamoteando assim toda a utilidade inerente ao produto final e mais do que isso, fragiliza-se, sobretudo, a relação que o trabalhador mantém com o fruto do seu trabalho. Assim, o homem se aliena em meio ao trabalho realizado, perde sua consciência e sua liberdade, pois uma vez que o capitalista, ao incorporar a sua força produtiva como meio de produção, coloca o trabalhador dentro de uma estrutura que o subordina e o torna dependente desta relação, haja vista que este último dificilmente acumulará o suficiente para ser ele próprio dono dos meios de produção. (MARX, 1996).

No entanto, esta relação de superação da percepção do valor de troca pelo valor de uso se dá basicamente na construção de uma nova consciência do trabalhador sobre o seu processo de trabalho, ou melhor, pela perda relativa da consciência total que este agente agora possui de seu processo produtivo. Todavia, valores de troca e de uso estão embutidos na mercadoria, mesmo que o trabalhador já não seja mais capaz de percebê-los em seu produto final. Ao capitalista a percepção de ambos é de fato algo possível e também necessário, pois este não se lançaria ao mercado se não conhecesse bem as carências do mesmo e isto não se faria senão a partir da projeção da utilidade de seu produto, bem como de sua capacidade competidora, mas para o não-trabalhador o que realmente interessa é a produção exponencial dos valores de troca, fazendo girar toda a engrenagem responsável por promover a reprodução do capital. (MARX, 1996).

O trabalho produtor de valores de uso, o trabalho concreto, se caracteriza por ser uma forma de produção humana que é responsável por atribuir utilidade à *práxis* do homem sobre a natureza. Desse modo, o produto final pode ser valor de uso sem necessariamente ser valor, pois se o homem, com o que produziu, contempla as suas necessidades, este produzirá sim valor de uso, e não mercadoria. Entretanto, nenhum produto pode ser valor se também não for de utilidade para alguma coisa, porém este pode ser verdadeiramente útil sem ser necessariamente valor. Assim o trabalho concreto é a antítese do capital, é a negação do sobretrabalho e sua existência independe da vinculação com as formas capitalistas de produção, superando assim as relações forçadas que ligam o trabalhador ao processo de geração de mais-valia, bem como caracteriza o rompimento deste agente com toda trama responsável por configurar a própria morte do seu trabalho, enquanto uma forma de sociabilidade livre e consciente. (MARX apud CHAGAS, 2010).

Dessa forma, esta produção de valores de uso está diretamente relacionada ao trabalho realizado pelos pescadores artesanais. Estes trabalhadores são detentores dos seus próprios

meios de produção e realizam o processo de trabalho no intuito de extrair dele o produto que se constitui como parte importante do suprimento de suas necessidades vitais e de sua própria família. Porém, seu processo de trabalho não se limita exclusivamente à produção de sua subsistência, muito pelo contrário, pois o principal motivo que impulsiona a realização da pescaria é de fato a produção de valores de troca, uma vez que esta se configura como uma atividade praticada por homens e mulheres que, em boa parte dos casos, tem-na como sendo a principal fonte de renda do seu núcleo familiar. Sendo assim, a atividade pesqueira também será responsável pela produção de valores de troca, uma vez que o pescado produzido se transforma em mercadoria.

Todavia, neste processo de transformação da produção em mercadoria, a exacerbação do desejo de valorização do valor somente será encontrada em algumas estratificações da pesca artesanal, mas não em sua totalidade, sendo que nestas (as que desejam a produção incessante de valores de troca) se caracterizaram por estarem ligadas à especialização do processo de trabalho, a fim de garantirem a incorporação do seu processo produtivo à reprodução direta e contínua do capital e assim satisfazer as suas necessidades de acumulação.

Para situarmos melhor o que estamos chamando de pesca artesanal, devemos entender que esta atividade possui uma abrangência tanto econômica quanto cultural¹⁹. É uma atividade extrativista e de base fundamentalmente familiar que envolve um grande número de homens e mulheres em sua cadeia produtiva, abrangendo, no Brasil, todo o território nacional. Em geral, seus trabalhadores criam os meios de produção²⁰ (apetrechos e embarcações), predominando uma baixa produção a qual é obtida a partir do uso de técnicas construídas manualmente e que (na maioria dos casos) se encontram à margem do alto padrão tecnológico moderno. A incidência da prática do seu trabalho se dá, predominantemente, em áreas próximas às regiões costeiras devido ao limite imposto por suas pequenas embarcações. Seus saberes são passados por meio da oralidade e se perpetuam como heranças que passam de pai para filho. (DIEGUES, 1983; SILVA, 2014).

¹⁹ No Brasil, a pesca artesanal tem origem nos primeiros habitantes de nosso território, os povos indígenas. Posteriormente à colonização, técnicas portuguesas (destaque para o arrasto de fundo) e africanas (as quais contribuíram para a adaptação da cercada/curral) foram introduzidas no rol das artes de pesca utilizadas em solo brasileiro.

²⁰ Esses meios de produção correspondem aos instrumentos de trabalho do pescador artesanal. Estes abrangem as redes de pesca, as linhas, os anzóis, as boias, as demais armadilhas, as iscas, os cabos, os salva-vidas, os remos, os motores, as embarcações, enfim, toda uma variedade de apetrechos utilizados no processo de trabalho e que são suficientes para garanti-lhes sua produção, bem como sua renda.

Segundo Diegues (1983), a pesca artesanal se enquadra nos moldes de uma pequena produção mercantil, possuindo como uma de suas principais características a produção de valores de troca de diferentes grandezas. Para o autor, a atividade prevê também uma certa divisão social do trabalho, na qual se destacam: os pescadores donos dos meios de produção e seus parceiros; os artesãos construtores de embarcações, de redes e/ou de armadilhas diversas; e os mecânicos. Dentre esses incluo aqui: os “pequenos pescadores” (os aprendizes)²¹; e as mulheres (esposas, companheiras) beneficiadoras de pescado ou até mesmo parceiras de pescaria.²² O processo de trabalho é organizado a partir da família e se espraia para o universo do lugar, podendo compreender vizinhos e amigos próximos. As relações de parceria são extremamente comuns e o que predomina aqui como forma de pagamento é a partilha ou quinhão (distribuição do pescado aos produtores diretos ou, por vezes, do dinheiro obtido com a venda do mesmo). (DIEGUES, p. 151-152).

Em relação a partilha é correto afirmar que esta acontece quando o pescador trabalha com algum familiar que não seja seu dependente, ou também quando este processo é realizado ao lado de algum amigo ou conhecido. Esta relação funciona da seguinte forma: o pescador dono dos meios de produção fica com a maior parte do pescado produzido (ou do dinheiro gerado com sua venda), pois este precisa arcar com as despesas da pescaria (compra de gasolina, de óleo, etc.), além disso, precisa também realizar a manutenção de seus instrumentos de trabalho (reparo das redes e/ou outras armadilhas, bem como também do

²¹ Estes “pequenos pescadores” ou aprendizes são geralmente garotos na faixa etária de 10 a 15 anos que participam de algumas pescarias com seus familiares. No momento da pescaria ele é colocado inicialmente para fazer algumas tarefas simples, como o lançar e o recolher da poita (âncora), o puxar final das redes de pesca ou até mesmo lhes são permitidas algumas manobras com o leme da embarcação, desde que esta se encontre em ambientes seguros para a navegação. Com o passar do tempo o pequeno pescador geralmente procura na praia novas oportunidades para aprender o ofício, só que agora isto se dará não somente com seus parentes, mas também com outros pescadores artesanais, uma vez que estes sejam minimamente conhecidos por sua família. Aqui podem até receber alguma parte da produção (em dinheiro ou em pescado) como recompensa pelo bom trabalho ou podem também virar motivo de chacota caso façam alguma besteira no mar (e isto para eles é motivo de grande preocupação, pois estes garotos geralmente gostam de desempenhar bem o seu papel, a fim de que sejam recompensados no fim do expediente e também para que seus nomes sejam lembrados por outros pescadores em novas oportunidades). Sua importância para a pesca artesanal é grande, pois mesmo que não participem com grande relevância e frequência do processo produtivo estes garotos representam a possibilidade de renovação da categoria. No entanto, são cada vez mais raros em localidades pesqueiras situadas próximas às áreas urbanas, pois as representações criadas pela *urbe* atraem cada vez mais esses jovens pescadores para um mercado de trabalho que se apresenta atraente, mas que aos poucos pode se revelar uma grande armadilha, especialmente se levarmos em conta que muitos chegarão à idade adulta sem terem completado a educação básica.

²² Em relação à complexificação desta divisão social do trabalho, Silva (2014) abordará o envolvimento de outros profissionais que se constituem como de importância ímpar para o entendimento do circuito produtivo da pesca artesanal, são eles: o proprietário dos ranchos (construções próximas à praia, as quais servem para guardar os instrumentos de trabalho dos pescadores artesanais), os comerciantes de gelo e os comerciantes dos apetrechos de pesca (redes, motores, combustível, anzóis, boias, entre outros). (Ibid. p. 33).

motor) e ainda, em algumas situações, este pescador precisa cobrir algum investimento que tenha sido realizado em meios de produção (como na compra das redes, de um motor ou embarcação nova, por exemplo).²³ (DIEGUES, p. 154).

A comercialização do pescado quase sempre se dá por meio de um atravessador e dificilmente o pescador conseguirá realizar esta etapa entrando em contato direto com o consumidor final. O atravessador, na maior parte dos casos, é quem de fato produzirá e absorverá a valorização do valor contido na mercadoria produzida pelo trabalho (útil-concreto) do pescador artesanal. Geralmente este ator possui uma capacidade de investimento relativamente alta o que lhe permite aplicar em meios de produção que o pescador sozinho, na maior parte dos casos, não é capaz de adquirir, como, por exemplo, câmaras frigoríficas e caminhões para o transporte do pescado. Além disso, este dispõe também de um capital de giro que serve para sanar as despesas geradas no decorrer da circulação. Em boa parte dos casos, o atravessador chega a construir para si um valor mínimo cinco vezes maior do que o valor de troca adquirido pelo pescador artesanal.

Apesar das adversidades encontradas, principalmente, na esfera da circulação de sua produção, o pescador artesanal se apresenta como um trabalhador que produz a sua própria existência a partir das condições possibilitadas e criadas pela própria atividade que exerce, mesmo que, em alguns casos, a renda tenha de ser complementada por outros ofícios.²⁴ Este, por meio do seu trabalho, produz tanto valores de uso, quanto valores de troca. Como dissemos anteriormente, apesar do seu trabalho produzir valor, a acumulação decorrente da busca incessante por sua valorização não acontecerá da mesma forma em todas as estratificações que representam o cotidiano da atividade.

Quando a realização do trabalho se dá pautada por relações mais simples, a mercadoria, mesmo atribuindo a ela um valor, não se apresentará como um vetor de acumulação capitalista, mas sim como um instrumento de amortecimento das necessidades

²³ Quando a pescaria não é boa (quando produz muito pouco ao ponto de não valer o esforço da venda), algo que é extremamente comum, esta servirá aos parceiros como alimento (valor de uso), garantindo assim a subsistência das famílias desses trabalhadores. Vale lembrar que esta condição adversa na geração da produção pesqueira decorre de um excedente altamente irregular, uma vez que este é consideravelmente dependente das forças produtivas da natureza.

²⁴ É comum haver casos de pescadores que, devido às adversidades provocadas pelas forças produtivas da natureza em combinação com uma baixa capacidade produtiva dos meios de produção, vão complementar sua renda em outras atividades. Em decorrência disso é considerável a incidência de movimentos migratórios destes trabalhadores para outras ocupações, especialmente naquelas em que as habilidades artesanais do pescador são mais exigidas, como a marcenaria, a pintura, a construção de redes, entre outros. Todavia, estes continuam a se considerar pescadores artesanais, pois a simples conexão com a atividade, como morar próximo à praia, por exemplo, os fazem sentir em contato direto com a profissão que os identificam perante eles mesmos e diante da sociedade.

vitais do pescador artesanal (acesso a uma alimentação ampla e diversificada, não só o pescado), como um meio de satisfazer seus desejos de consumo mais simples e triviais (vestuário, mobilidade, lazer, acesso a bens, etc.), e ainda como uma forma de assegurar a manutenção básica dos seus meios de produção (compra e conserto de embarcações e apetrechos).

Entretanto, essa configuração inicial apresentada nos parágrafos anteriores nos possibilita realizar um exercício de compreensão da pesca artesanal de uma maneira mais geral. Em decorrência disso, a atividade poderá apresentar algumas peculiaridades de acordo com a capacidade produtiva inerente a três estratificações distintas e que são responsáveis por produzirem diferentes realidades e possibilidades para os mais variados sujeitos que participam do processo produtivo. Desse modo, proponho uma divisão da pesca artesanal em três formas, são elas: os grandes produtores, os produtores intermediários (a média produção) e os pequenos produtores.

Em meio a isto, achamos de fato interessante trazermos para a discussão a existência dessas formas distintas de concepção filosófica do trabalho inerente à atividade em questão. Essa heterogeneidade presente na pesca artesanal possui a essência de seus contrastes nos seguintes fatores: a disparidade dos meios de produção disponíveis, a divisão social do trabalho (na pescaria em si), a inserção da produção em diferentes esferas da circulação e ainda na relação dual que os pescadores manterão com o produto final do seu trabalho.

A primeira que trataremos aqui diz respeito aos grandes produtores da pesca artesanal. Estes possuem uma capacidade produtiva que gira em torno de 10 toneladas, compreendendo embarcações que variam entre 10 a 12 metros, as quais são equipadas com a propulsão de fortes motores e comportam uma tripulação de 12 a 15 pessoas (SILVA, 2014, p. 33). Essas embarcações podem transportar instrumentos de trabalho de elevada capacidade produtiva, além de possuir uma estrutura de grande qualidade no que concerne à conservação e o armazenamento do pescado. Estes produtores por vezes conseguem se inserir numa esfera de circulação mais ampliada e de alto rendimento, se colocando de maneira franca na alta cena do circuito produtivo pesqueiro (SILVA, 2014, p. 34). Aqui, um pescador artesanal pode possuir uma ou mais embarcações de grande porte e, ao mesmo tempo em que é dono dos meios de produção, é também trabalhador, participando ativamente e diretamente do processo produtivo junto dos demais embarcados.

No entanto, é importante lembrar aqui que esta forma de realização da pesca artesanal representa uma minoria. Em contrapartida, esta tende a ser expressamente confundida com

outra categoria que envolve a prática da pesca extrativista, categoria esta que se diferencia sutilmente dos grandes produtores da pesca artesanal, principalmente no que concerne a participação do dono dos meios de produção em seu processo produtivo. Vejamos.

A modalidade que acabamos de descrever se aproxima sensivelmente (mas não completamente) da percepção de Diegues sobre os armadores de pesca. Este compreende um grupo de indivíduos que se caracteriza por serem proprietários de uma ou mais embarcações (por vezes de grande capacidade produtiva). Contudo, os armadores não participam diretamente da atividade de produção, o que os levam a recrutar mestres²⁵ para comandar seus barcos durante o processo produtivo. Os demais tripulantes são pescadores menos qualificados que, no decorrer da pescaria, realizam as mais diferentes tarefas a bordo, como, por exemplo, de motorista, de cozinheiro e de homens de convés. Os embarcados não possuem propriedade sobre os meios de produção e sua remuneração se dará também pelo sistema de partes. (DIEGUES, 1983).

É de fato interessante lembrarmos que os armadores, no passado, possuíam uma participação direta no decorrer do processo produtivo, pois estes, antes de conquistarem o acesso ampliado aos meios de produção, eram pescadores comuns, cuja maior referência se deve à pesca realizada nos moldes europeus do último quartel do século XIX. Aqui a pesca se pautava por possuir uma sofisticada capacidade produtiva (guardada as devidas proporções em termos de modernização dos instrumentos), a qual se representava pela utilização de embarcações de mais de 10 metros, bem como de redes de arrasto de grande envergadura. Estes pescadores possuidores dos meios de produção se organizavam em companhias, isto é, numa pesca mais elaborada e que compreendia a participação de muitos (dentre eles, o mestre), os quais desempenhavam várias funções ao longo de uma pescaria (inclusive o dono dos meios de produção), sendo que esta poderia durar até oito dias no mar (geralmente em ambientes relativamente complexos como as baías, por exemplo). A partir do momento em que o mercado demandara maiores produções, as companhias foram perdendo espaço e o pescador, detentor dos insumos, se afastou do processo de trabalho direto, no intuito de se dedicar exclusivamente à tarefa de administração de sua frota e de comercialização da

²⁵ Segundo Diegues (1983), a mestria compreende uma capacidade individual e extremamente rara no universo pesqueiro, a qual envolve habilidades sobre as dinâmicas inerentes aos recursos pesqueiros. Ele conhece a rota dos cardumes e, mais do que isso, sabe avistá-los a dezenas de metros de profundidade. Este também tem um maior conhecimento sobre as condições climáticas e sobre os principais canais e correntes marítimas, saberes indispensáveis a uma pescaria segura e tranquila. Esta gama de conhecimentos abrange também as diversas maneiras de lidar com a tripulação em meio às condições adversas que se apresentam durante a lida. Tais habilidades são adquiridas somente com anos de experiência e fatalmente não pode ser adquirida em cursos profissionalizantes. (Ibid. p. 37).

produção obtida pela mesma.²⁶ As companhias, portanto, saem de cena, configurando assim a gênese dos armadores de pesca. (DIEGUES, 1983).

Segundo o autor, estes agentes se situam numa categoria acima à pesca artesanal, no que concerne ao nível de complexidade inerente às relações de trabalho e de produção desenvolvidas dentro desse contexto. Ainda assim, estes não se constituem como a categoria mais elaborada dentro da atividade pesqueira, pertencendo esta posição às empresas de pesca. Estas possuem sua origem no capital acumulado por grandes comerciantes de pescado, o qual fora aplicado nas etapas de captura, de beneficiamento e também de comercialização. Dessa forma, a empresa de pesca seria a expressão máxima da atividade pesqueira extrativista em moldes capitalistas (DIEGUES, p. 127). No entanto, não é o nosso foco detalhá-la neste trabalho.

É de fato inegável que possam existir semelhanças entre os armadores e os pescadores artesanais da grande produção, especialmente porque existe uma grande variedade de casos em que o pescador artesanal, dono dos meios de produção, possui mais de uma embarcação de porte complexo como as descritas anteriormente. Este pescador, ao participar diretamente do processo produtivo, atuará na pescaria ocupando posição de destaque no barco, ou seja, como o mestre.²⁷ Assim, ele conduzirá seus tripulantes por ambientes mais amplos (porém não em mar aberto) e em jornadas de trabalho mais extensas (pois tais embarcações possibilitam tal feito), participando diretamente do processo produtivo e não eliminando assim a sua condição de pescador artesanal. Portanto, a característica dos armadores que os diferenciam dos pescadores artesanais está evidentemente contida no momento em que os primeiros, por serem donos dos instrumentos de trabalho, preferem não participar diretamente do processo produtivo, contratando assim, outros pescadores para protagonizarem a dinâmica de trabalho. Assim, os pescadores artesanais da grande produção se diferenciam dos armadores por optarem pelo exercício pleno do ser pescador, e isto se dará pelo vínculo direto que irão manter com os saberes e práticas que estão vinculados ao seu trabalho.

²⁶ Apesar dos armadores de pesca serem proprietários de mais de uma embarcação, estes não poderiam ser considerados empresários do setor pesqueiro. Segundo Diegues (1983), as empresas de pesca “implicam uma organização mais complexa, que supõe uma integração vertical de setores de captura e industrialização”. (Ibid. p. 127).

²⁷ Geralmente este pescador dono dos meios de produção, por vezes possuirá uma vida inteira no exercício da atividade de pesca. Seus conhecimentos sobre a arte de pescar foram construídos ao longo dos anos, em experiências cotidianas junto do seu núcleo familiar e/ou de amigos próximos. Caso este pescador não consiga desempenhar bem a função de mestre, ele certamente recrutará um, pois a necessidade das habilidades deste no mar é o que faz a diferença entre uma rede farta ou escassa.

Assim, a pesca artesanal se complexifica no momento em que lança mão de mecanismos e estratégias que buscam a sua reprodução de maneira ampliada. A participação de pescadores possuidores de uma alta capacidade de investimento²⁸ retrata uma realidade bastante incomum, porém consideravelmente presente no universo pesqueiro. Esta elevada capacidade de acumulação somente se torna possível devido à grande quantidade dos meios de produção que estes pescadores poderão dispor.

Assim como no caso dos armadores, o recrutamento das tripulações dos grandes produtores da pesca artesanal também é relativamente simples e os pescadores embarcados se encontram vinculados ao trabalho por meio de uma relação de parceria, isto é, vendendo a sua força de trabalho por partes da produção, conforme foi exposto. A divisão do trabalho embarcado também seguirá os moldes já mencionados, e o dono das embarcações geralmente apresentar-se-á como mestre de um dos barcos, enquanto que nos outros se faz necessária a contratação de pescadores experientes para desempenhar tal função.

Nela, a comercialização da produção se dará com uma menor incidência dos intermediários, pois a elevada capacidade de captura possibilitada pelos instrumentos de trabalho altamente especializados, gera uma produção em larga escala a qual os permitem ter uma maior independência no mercado, negociando-a diretamente com uma boa variedade de compradores, geralmente o grande mercado atacadista²⁹, as fábricas de enlatados, os grandes distribuidores nacionais e até mesmo internacionais.

A quantia de dinheiro gerada com o total da produção é extremamente alta (em se tratando de pesca artesanal), porém as despesas de uma pescaria longa (mais de quatro dias no mar) também costuma acompanhar a proporção. Os gastos com combustível, gelo e provisões são retirados antes da partilha e, somente após este ritual, as partes são distribuídas aos embarcados, sendo que estas se diferenciam de acordo com a especialidade do trabalho realizado na embarcação. Ao total serão de 38 a 50 partes que são possíveis de serem geradas numa pescaria que englobe de 12 a 15 tripulantes. A maior parte da produção fica na mão do

²⁸ Tal capacidade de investimento não necessariamente procederá de uma acumulação gerada anteriormente pela atividade pesqueira. Mas pode estar vinculada ao processo de venda de bens alheios à atividade, como imóveis, por exemplo. A possibilidade deste capital ser proveniente de um empréstimo bancário ou de programas de crédito do Estado é bastante reduzida, caso o pescador não seja possuidor de algum bem valioso que possa servir de garantia para as instituições financiadoras. Caso contrário, o receio do endividamento supera a necessidade do investimento.

²⁹ Aqui se destacam as Centrais Estaduais de Abastecimento – a CEASA – que por meio da atuação de comerciantes estruturalmente capitalizados, entram na esfera da circulação possuindo um elevado poder de compra e utilizando insumos altamente estratégicos em suas operações comerciais, como, por exemplo, caminhões frigoríficos com capacidade de transporte de até 10 toneladas de pescado. (SILVA, p. 37).

pescador dono dos insumos, no mínimo 50% do que foi produzido (depois de retirada as despesas), seguido dos mestres que recebem 10% (o qual é retirado da quantia separada para o dono do barco), além de 10 partes da produção³⁰, pois estes desempenham a função mais respeitada e de maior importância em todo processo de trabalho; posteriormente chegar a vez do contramestre (auxiliar do mestre) ganhando para si 6 partes; depois vem o chundereiro com 4 partes (este trabalha na rede e sua função é determinante para a abertura da mesma quando lançada ao mar, após o avistar dos cardumes); a seguir, com 3 partes e meia, aparece o maquinista da embarcação (com a função de colocar o motor para funcionar não importa a situação); depois aparece o caiqueiro com 3 partes (seu ofício é fechar a rede lançada pelo chundereiro para o cerco dos cardumes); logo depois vem o cozinheiro que também recebe 3 partes da pescaria; e por fim o pessoal de convés (geralmente 5 ou 6 pessoas que realizam todo tipo de tarefa de ordem física) recebendo 2 partes cada um. A divisão das partes também chega nas mãos de trabalhadores que participam do processo produtivo, mas não embarcam, os quais são conhecidos como os mestres da rede (trabalham na manutenção das redes utilizadas na pescaria), totalizando, geralmente, 4 pessoas, as quais recebem 1 parte e meia cada uma. Desse modo, é inegável que a exploração da força de trabalho recrutada se apresenta fielmente explicitada nas relações de parceria estabelecidas na pesca dos grandes produtores artesanais, principalmente no grupo dos pescadores que desempenham as funções mais comuns no decorrer deste processo produtivo.³¹

Conforme afirma Diegues (1983), sobre o sistema de partilha na pesca fomentada pelos armadores, esta se caracteriza por ser uma forma de assalariamento obscurecida, uma vez que as despesas geradas pelo processo produtivo são cobertas pelo trabalho conjunto de todos os tripulados. Desse modo, o trabalho de todos se faz necessário para garantir a reprodução do capital do armador, possibilitando este a produzir a constância dos investimentos realizados nos meios de produção. Esse fato nos permite compreender que na pesca dos armadores o sobretrabalho também se apresenta vivo, caracterizando assim a exploração da força de trabalho dos embarcados a partir do momento em que estes trabalham

³⁰ Na embarcação em que o pescador dono dos insumos for o mestre, então o seu rendimento será muito maior. Nas demais, respeita-se a divisão acima explicitada.

³¹ É de fato interessante lembrar que esta pescaria, nas funções mais triviais, digo nas funções em que, a priori, não é necessário nenhum conhecimento pesqueiro para serem executadas (como os moços de convéns e o cozinheiro, em suma), é comum haver pessoas que nunca exerceram a atividade e, por convite de algum amigo inserido neste processo, somado ao fato de estar momentaneamente desempregado, este será admitido, assumindo assim alguma função condizente com as habilidades que venha apresentar ao mestre ou ao dono do barco.

não só para produzir suas partes na produção, mas também para construir toda uma quantia produtiva que os possibilitem cobrir os investimentos feitos pelo armador (DIEGUES, 1983, p. 262).

Na pesca dos grandes produtores artesanais isso também se torna evidente, pois todos trabalham para produzirem o mínimo necessário para sanar os custos da pescaria providos pelo pescador dono dos insumos produtivos. Logo, os pescadores se veem obcecados por abarrotar os porões das embarcações com o máximo de pescado possível, sendo que para isso trabalham incessantemente, por longas e intermináveis subseqüentes horas, às vezes se arriscando em marés pouco favoráveis, a fim de que consigam tanto cobrir as despesas do pescador proprietário, quanto gerar para si uma parte vantajosa. A inconstância inerente às forças produtivas da natureza acaba por provocar, para aqueles que ficam em terra, a falsa sensação de que o trabalho embarcado é algo vantajoso, pois quando se volta de uma boa jornada no mar (após construírem uma ótima produção) a distribuição das partes pode gerar boas quantias, capazes até mesmo de possibilitar os tripulantes a começar um trabalho independente, com seus próprios meios de produção (de pequena capacidade produtiva).

No entanto, por vezes se volta de uma longa jornada com uma produção que mal consegue cobrir as despesas por ela geradas, fazendo com que os embarcados fiquem com uma remuneração muito abaixo do esperado (com relativa exceção do pescador proprietário, pois este por mais que não tenha gerado para si uma maior renda, ainda pode produzi-la em outras embarcações que sejam de sua propriedade). Esta relação com a remuneração acaba por configurar a produção de um “rendimento médio”, o qual será construído a partir de sucessivas pescarias, boas e ruins, construindo assim uma necessidade de realização (velada) do sobretrabalho, que se realiza a partir da participação constante dos embarcados neste formato sócio-produtivo da pesca artesanal.

O pescador dono dos insumos será o principal responsável por desempenhar também as funções de administração de suas embarcações (manutenção e aprimoramento destas e dos equipamentos de pesca), assim como de tudo o que envolve a circulação de sua produção. Os mestres das embarcações em que o dono não participa do processo produtivo, geralmente é uma pessoa de confiança, mas mesmo assim o segundo sempre estará presente nos atracadouros³² e pontos de desembarque, seja para verificar as condições de suas embarcações e apetrechos, seja para cuidar do processo de negociação de toda produção gerada.

³² Locais onde se estacionam os barcos. Estes podem estar situados próximos às áreas de moradia dos pescadores, mas nem todos os que lá ancoram seus barcos necessariamente moram nessas imediações. No

Em decorrência de todos os fatores apresentados e que caracterizam a pesca artesanal realizada pelos grandes produtores, não podemos negligenciar a intenção máxima do “pescador investidor” neste processo: a busca constante pela produção de valores de troca, o desejo incontrolável pela acumulação. Se a produção de riqueza supera, e muito, a busca pela produção do útil, então, neste caso, já não podemos mais falar em pequena produção mercantil, mas sim, por mais que a figura do não-trabalhador não se faça presente, não podemos negar que estes “pescadores investidores” se aproximam consideravelmente do sistema capitalista de produção, especialmente por meio de dois fatores importantes: a capacidade de promover uma circulação ampliada da mercadoria produzida e também pelas francas condições de acumulação que todo este sistema produtivo poderá gerar.

A segunda forma de compreensão da atividade pesqueira artesanal está contida no grupo dos produtores intermediários. Estes, por meio do seu trabalho, obtém uma produção em escala mediana e, a exemplo do grupo anterior, são possuidores de uma ou mais embarcações, mas a diferença principal aqui é que estas não possuem a mesma capacidade produtiva dos grandes, haja vista que elas variam entre 7 a 9 metros de comprimento, utilizam motores para sua propulsão e possuem um limite de tripulação de até quatro pessoas.³³ As relações de trabalho também respeitam as regras do regime de partilha e o recrutamento dos embarcados será pautado por relações de confiança. Nas embarcações de médio porte a partilha se dará conforme o exposto no caso dos grandes produtores (50% para o dono-pescador – depois de retirada as despesas e a taxa de manutenção dos meios de produção – e as demais partes para serem divididas entre os outros pescadores).

No grupo dos produtores intermediários é extremamente comum o proprietário-pescador possuir embarcações que são costumeiramente utilizadas na pesca dos pequenos produtores, inserindo-as no processo de trabalho juntamente com as demais embarcações de médio porte. Nas embarcações da pequena pesca aqui utilizadas (as quais variam no uso de motores ou de remos para a propulsão), a tripulação possível é de no máximo dois pescadores

entanto, os atracadouros configuram ora um ponto de partida, ora de chegada das embarcações da pesca artesanal.

³³ Na pesca dos produtores intermediários, a capacidade de investimento pode ser compreendida de uma maneira relativa. Tal fato aponta para a necessidade de entendimento de que os meios de produção disponíveis podem variar em quantidade e em estrutura. Desse modo, ao mesmo tempo em que se pode fazer um investimento em embarcações e redes que possibilitem uma pescaria ampla (de até 5 toneladas), este poderá optar também pela compra de meios de produção que venha gerar uma produção mais razoável (de 400 kg a 1 tonelada). Os dois fatores principais que determinarão a grandeza do investimento realizado pelo pescador são representados, primeiro, pela quantidade de capital disponível para a compra dos insumos e, segundo, pelos tipos de pescado disponíveis nos ambientes em que estes desempenham a pescaria (relatividade das técnicas utilizadas).

e a capacidade produtiva é ainda mais limitada do que nas demais. Nesta, o pagamento das partes se dará de uma forma menos desigual, evidentemente após de serem retiradas as despesas geradas com a pescaria. Caso o pescador dono dos insumos não trabalhe na embarcação (mais sim em outra de sua frota) as partes serão divididas por três: dono, mestre e parceiro, logo, 33% para cada; caso o dono trabalhe diretamente nesta, a divisão compreenderá 50% para cada um.

A relatividade em relação aos meios de produção aqui disponíveis se configura como a principal evidência do distanciamento (produtivo) dos intermediários para com a grande pescaria. As embarcações aqui utilizadas possuem uma capacidade de locomoção considerável, possibilitando a navegação também por ambientes relativamente complexos, porém o tempo de pescaria será muito menor, limitando as suas jornadas no mar para no máximo 24 horas. O principal motivo desta redução do tempo de trabalho ocorre porque os instrumentos aqui utilizados dispõem de uma menor sofisticação (menor automação), assim como em decorrência da capacidade mediana de armazenamento e conservação do pescado que caracterizam suas embarcações.

Por conta disso, o esforço físico empreendido pelos pescadores no decorrer do processo produtivo é de fato muito maior do que na pesca dos grandes, pois o manuseio dos instrumentos se dará de uma forma muito mais intensa e corporal. A utilização de motores para a puxada da rede, por exemplo, é uma tecnologia apropriada somente nas embarcações de grande porte, pois estas conseguem suportar estruturalmente o referido equipamento. Isto fatalmente contribuirá para uma jornada de trabalho mais sacrificante, apesar de mais reduzida, colaborando também, e conseqüentemente, para a geração de uma produção muito mais limitada.³⁴

No tocante à circulação de sua produção podemos afirmar que esta se dará de maneira bastante relativa, pelo fato de que sua capacidade produtiva não o possibilita se lançar no mercado de uma forma mais independente, limitando assim a negociação direta com o grande mercado atacadista. A possibilidade de uma conexão com a alta esfera da circulação somente será concreta se o pescador dono dos meios de produção conseguir construir uma rede de relações com os comerciantes que estão no cerne deste grande mercado. No entanto, mesmo que tais relações sejam estabelecidas, é necessário que sua frota se mantenha constantemente

³⁴ No entanto, essas embarcações utilizadas pelos produtores intermediários tem uma autonomia de navegação tão grande quanto às de porte complexo. Contudo, seu tempo da pescaria será muito menor por causa das limitações automotivas dos equipamentos utilizados, bem como do limite de transporte e de conservação do pescado, conforme falamos anteriormente.

produzindo (e quanto mais próximo do seu limite, melhor), para que assim consiga suprir a demanda estipulada pelos grandes compradores. Caso esta relação não se concretize, não há muitas opções a não ser negociar com os atravessadores.

Se a produção obtida for demasiadamente pequena, sua comercialização consequentemente tenderá a ser realizada por meio dos atravessadores. Tal situação se apresenta como uma grande desvantagem para todos, mas principalmente para os pescadores vendedores da força de trabalho, pois a partilha será consideravelmente menor do que se conseguissem vender diretamente para o grande mercado. A fim de mitigar os impactos nos valores obtidos com a produção, resta aos produtores intermediários a negociação direta com as médias peixarias e/ou com os atacadistas de média grandeza³⁵, o que nem sempre é uma tarefa fácil devido a elevada concorrência que caracteriza esse mercado intermediário.

Dentro do trabalho realizado pelos produtores intermediários podemos identificar a busca incessante pela produção de valores de troca, se apresentando como condição principal para o dono dos meios de produção, especialmente em suas embarcações de médio porte. Por outro lado, nas pequenas embarcações que são de propriedade desses produtores, isto poderá se dar de maneira relativa, pois como aqui a relação entre as partes envolvidas no processo produtivo tende a ser menos complexa no que se refere aos gastos com a pescaria e à divisão da partilha, a produção do útil pode se tornar possível, uma vez que as condições de igualdade no processo divisão do pescado entre as partes, somado a uma fortuita pequena produção (a qual possivelmente não valerá o esforço do desembarque no píer em que se realiza a negociação com os atravessadores), pode fazer com que esta venha servir de alimento para todos os envolvidos.

Desse modo, consideramos que tanto os grandes produtores, quanto os produtores intermediários, são de fato subcategorias da pesca artesanal que compreendem características sociais e produtivas com certo grau de complexidade. Em decorrência disto, estas não nos permitem compreendê-las como sendo praticadas nos moldes da pequena produção mercantil, pois ao levarmos em consideração aspectos como a propriedade dos meios de produção e a

³⁵ As médias peixarias são estabelecimentos com uma estrutura relativamente complexa, as quais geralmente são compostas por alguns frigoríficos, sendo que o peixe fica exposto em balcões divididos de acordo com a espécie. O ambiente, por conta disso, é refrigerado a fim de atender o consumidor final com peixes frescos e bem vistosos. Já em relação aos médios mercados atacadistas, estes dispõem de um número considerável de fábricas de gelo e o peixe é negociado em atacado com comerciantes geralmente possuidores de média capacidade de investimento, promovendo a circulação da produção por meio de caminhonetes (abastecidas de gelo) e, por vezes, de pequenos caminhões frigoríficos. É provável que aqui a produção não atinja o consumidor final de maneira direta, mas sim seja comercializada com grandes peixarias ou até mesmo siga para o grande mercado atacadista. (SILVA, 2014).

circulação do pescado em vinculação ao grande e médio mercado, criamos a possibilidade de levantar a discussão de que tanto os produtores intermediários, quanto os grandes se encontram no limite do que podemos chamar de produção mercantil ampliada.³⁶

Em meio a isto, devemos salientar que estas subcategorias da pesca artesanal compreendem uma parcela bastante reduzida no que concerne ao contingente de trabalhadores atuantes na atividade em questão. Por conseguinte, a construção de importante evidência está contida no fato de que a próxima subcategoria (protagonista nas reflexões que seguem) compreende a maioria dos trabalhadores vinculados na pesca artesanal. Estes são majoritariamente donos dos seus instrumentos de trabalho (embarcações e apetrechos), sendo muito poucos aqueles que não possuem propriedade dos meios de produção, os quais poderiam servir como força de trabalho recrutável aos formatos ampliados da referida atividade.³⁷

Com isso, chegamos à outra extremidade do quadro sócio-produtivo em que se revela a pesca artesanal, o qual compreende o exercício da atividade pelos pequenos produtores. Aqui, quando da presença do parceiro, as relações de trabalho são pautadas também pelo exercício mútuo da confiança, participando do processo produtivo o dono da embarcação e um parceiro, sendo que esta geralmente medirá de 5 a 6,5 metros de comprimento, com uma maior predominância de barcos com propulsão a motor, mas com uma frota considerável de embarcações à remo. Aqui já não mais predomina uma grande complexidade em termos de meios de produção, pois na maioria dos casos o pescador dono dos insumos possui apenas uma embarcação de pequeno porte, a qual é constantemente utilizada no processo produtivo.

³⁶ O não entendimento dos produtores intermediários e dos grandes da pesca artesanal, como capitalistas de fato se pauta especialmente por uma importante característica: a da condição do pescador dono dos meios de produção como participante direto do processo de trabalho, sendo ele responsável, em boa parte dos casos, por desempenhar a tarefa de principal valor para a geração de uma boa pescaria, a de mestre do barco. Sendo assim, se não há a figura do não-trabalhador no processo produtivo, o capital não se concretiza em sua totalidade. (MARX, 1996).

³⁷ Aqui está contida uma das principais contradições em que vivem os pequenos produtores da pesca artesanal. Conforme afirmamos, a maior parte dos trabalhadores possuem seus próprios meios de produção, configurando assim uma pequena parcela de pescadores que detém somente a sua força de trabalho (não possui seus próprios insumos). Este fato, num primeiro momento, nos aponta para uma condição positiva, pois configuraria uma possibilidade de investimento por parte também dos pequenos produtores. Porém, contraditoriamente tal situação foi criada a partir de investimentos realizados não pelos pescadores, mas sim por seus filhos, os quais não possuem vínculo com a atividade e eventualmente ajudam seus pais a comprarem seus instrumentos de trabalho. A contradição se constrói no momento em que a geração que possivelmente se configuraria como a renovação da categoria, sai do universo pesqueiro para buscar uma melhor condição de vida em outros ofícios. Daí a renovação da categoria se conduz parcialmente interrompida (pois ainda existem jovens inseridos e atuantes na atividade), se configurando assim como uma das alternativas de manutenção da pesca dos pequenos produtores na atualidade. O presente se torna um paradoxo ao mesmo tempo em que produz um futuro que se percebe imprevisível.

Caso esta tenha que ser levada ao estaleiro por um período de médio a longo prazo, ambos os pescadores passarão por grandes complicações no processo de geração de suas rendas.

Os instrumentos de trabalho são predominantemente rudimentares, compreendendo a utilização de técnicas cujos moldes estão intrinsecamente ligados à origem da atividade e sua prática pelos nativos. Em decorrência disto, sua produção será totalmente dependente das forças produtivas da natureza (relativamente diferente das outras classificações apresentadas), vivendo assim, numa constante incerteza quanto à escassez e à fartura. Voltando a questão das embarcações, estas serão construídas de acordo com a possibilidade de investimento, bem como a partir da total consideração aos limites impostos pelos ambientes em que o processo produtivo será realizado. Desse modo, o conhecimento sobre as condições climáticas, da movimentação das marés, das direções dos ventos, da diversidade dos cardumes, da morfologia do fundo marinho, das correntes marítimas, e de tudo mais que pode representar o que identificamos como forças produtivas da natureza, são levadas em consideração no processo de construção e aquisição dos seus meios de produção, a fim de que os investimentos realizados sejam precisos e deem o retorno esperado.

A fluibilidade produtiva que envolve os pequenos produtores os coloca sempre numa situação de alerta, fazendo assim com que venham a desenvolver (poderíamos dizer, aprimorar) suas habilidades artesanais em outros ofícios (conforme já relatamos aqui), complementando assim toda uma estrutura sócio-produtiva que envolve o exercício da sobrevivência destes trabalhadores. Ao mesmo tempo em que o pescador migra para outras atividades (que lhe possibilite um tempo livre), este não se furta de pescar, a fim de que ao menos produza para si o seu próprio alimento. Por conta disto, a produção de valores de uso, por meio do processo de trabalho que consideramos a pescaria, não pode ser desconsiderada, pois a produção do útil indispensável à sobrevivência do pescador e do seu núcleo familiar (o alimento, o pescado) se concretizará a partir do momento em que as adversidades já não lhes permitem produzir valores de troca, configurando o processo de trabalho como um importante meio de reprodução de si próprio e da vida de sua família.

Desse modo, é nessa estratificação da pesca artesanal que convém uma interpretação nos moldes da pequena produção mercantil, pois os meios de produção são controlados pelo trabalhador protagonista do processo de trabalho, além também de estarem subordinados e articulados a outras modalidades de produção. Estes ainda são consideravelmente de baixa capacidade produtiva e extremamente vulneráveis às adversidades do mar, o que contribui para erigir barreiras que limite a produção de um excedente amplo e constante, os

impossibilitando assim de transformá-lo em capital, mas que são apropriados (de maneira indireta, pelas mãos dos atravessadores) pelo modo de produção dominante na esfera da circulação. Veremos isto, com uma maior profundidade, em parágrafos posteriores (DIEGUES, 1983, p. 204-205).

Em relação aos meios de produção (embarcações e apetrechos) utilizados pelos pequenos produtores da pesca artesanal, vale lembrar que as condições de locomoção pelos ambientes marinhos serão bastante reduzidas. Por outro lado, estes pescadores utilizam-se comumente de instrumentos de trabalho extremamente complexos em inventividade e que, muitas das vezes são arquitetados de forma criativa e espontânea, por vezes criados pela necessidade do improviso.³⁸

Conforme nos afirma Diegues (1983), a concretização do ser pescador no interior da pequena pesca passa, sobretudo, pelo domínio das técnicas, da arte de pescar. Diferentemente das outras subcategorias, aqui é de extrema necessidade o pescador ser conhecedor dos segredos do mar, das estratégias de navegação, de saber a localização dos pesqueiros, da decifração do movimento dos cardumes e do manejo preciso de seus instrumentos de trabalho. Segundo o autor, o domínio da arte de pescar demanda uma série de competências físicas e intelectuais, as quais são constantemente construídas a partir do fazer cotidiano e que se apresentam como indispensáveis ao controle sobre os saberes intrínsecos ao seu ofício. Aqui, os instrumentos e a força de trabalho participam do processo produtivo de maneira indissociável, e uma vez que se rompa a referida relação, o trabalho não se permite realizar. Desse modo, a técnica não compreende somente os instrumentos de trabalho, mas sim toda uma gama de conhecimentos que compreende a arte do seu fazer, os quais são construídos de acordo com as experiências vividas num tempo lento e em constante diálogo com o meio (e suas condições produtivas) e seus semelhantes (DIEGUES, 1983, p. 197-198).

Participa do processo produtivo tanto a família, quanto os companheiros próximos, inserindo em certos casos, pessoas com quem não possuíam vínculo anterior. Em meio a isso, é comum que encontremos parceiros que já trabalham junto há anos, devido terem uma amizade sólida ou uma relação de parentesco sadia, ao mesmo tempo em que é também comum nos depararmos com parcerias recém-construídas, em decorrência de novos laços de amizade e/ou de reconciliação que são constantemente costurados. A forma de pagamento que

³⁸ Conforme nos afirma Euzebio (2014), as técnicas utilizadas pelos pescadores artesanais quase sempre não estarão vinculadas ao uso da alta tecnologia e de instrumentos de grande precisão. Segundo o autor, “a técnica (...) combina elementos da vida cotidiana, que muitas vezes surge da necessidade, da falta de acesso às tecnologias de última geração, mas que revelam processos de grande criatividade.”. (Ibid. p. 16).

predomina nesta relação continua a ser a partilha, sendo que, depois de retiradas as despesas (só que estas são consideravelmente menores do que as geradas pelas demais subcategorias da pesca artesanal) as partes são distribuídas de maneira igual para ambos.

Em decorrência de participarem do processo produtivo, dono e parceiro da embarcação, a relação entre as partes envolvidas se configura de uma forma mais próxima e pessoal. Tal fato contribui para uma construção sócio-produtiva menos exploratória do trabalho, principalmente se levarmos em consideração a grande e a média produção. Digo isto porque os vínculos que permeiam a relação entre os dois pescadores os levam a experimentar uma maior confiança um no outro, estreitando assim laços pautados pela solidariedade e pelo companheirismo, configurando ainda uma rede de sociabilidades que flexibiliza (até certo ponto) a rigidez encontrada nos modelos de parceria experimentados nas formas ampliadas da produção pesqueira artesanal. É de fato relevante considerarmos que tal característica é diretamente responsável pela construção de condições que levam muitos desses trabalhadores a suportarem os piores momentos de escassez, contribuindo por vezes para sua manutenção na categoria.

Por outro lado, é muito comum haver conflitos na relação entre o pescador dono dos insumos e o parceiro. Tal situação pode ocorrer devido a sucessivas discordâncias em torno das estratégias criadas para a realização do trabalho, especialmente a partir de discussões em torno dos tipos de investimentos que ambos terão de arcar para possibilitar alterações nos meios de produção (manutenção ou ampliação das redes, compra de uma embarcação que crie maiores condições para a superação das adversidades provocadas pelas forças produtivas da natureza, etc.) que os levem a experimentar uma pescaria que possa gerar uma renda mais constante e relativamente maior. A construção desses impasses geralmente leva ao fim da parceria.

Atualmente é muito difícil a realização do processo produtivo estando presente a figura do parceiro. Como falamos anteriormente, o número de trabalhadores não proprietários dos meios de produção é consideravelmente baixo o que condiciona participar do processo produtivo apenas o pescador dono dos insumos de produção. Isto também contribuirá para dificultar o processo de trabalho na pesca dos pequenos produtores artesanais, uma vez que este, antes organizado para a participação de dois pescadores, agora será feito por apenas um. O puxar sacrificante das redes se configura como a etapa de maior esforço físico, assim como o ato de remar (mas este um pouco menos recorrente, haja vista que os barcos são motorizados, em sua maioria), contribuindo assim para o aparecimento de doenças específicas

na coluna vertebral e articulações. O risco de acidentes também aumenta, pois o pescador terá de fazer, em algumas situações, duas funções ao mesmo tempo (lançar as redes ao mar e controlar o leme). Apesar da renda gerada atingir um aumento sensível, esta ainda não atinge valores que cubram todo o esforço e risco criados a partir da pescaria individual.

Voltando à questão do trabalho e sua produção de valores, este terá como principal objetivo a produção de valores de troca. Tal fato se explica porque, conforme já dissemos, os praticantes da pesca artesanal se caracterizam por fazer da atividade o seu primeiro ofício³⁹, a sua fonte principal de renda. Devido a isto, o pescador faz de suas saídas para o mar uma ação que produz o sentido maior do seu trabalho, a arte de pescar, mesmo em momentos de escassez, pois por mais que ele não consiga a produção de valores de troca, este possivelmente produzirá valores de uso, os quais serão destinados à manutenção de sua força de trabalho.

Desse modo, a construção de um dos cerne de seu trabalho se sustentará na produção tanto do valor, quanto do uso. Aqui a comercialização da produção se realiza, conforme já apresentamos, por meio dos atravessadores, configurando uma relação de extrema desigualdade de ganhos e valores, na qual o pescador pequeno produtor constantemente se apresenta como a parte mais vulnerável desta intermediação, uma vez que este não gera para si o lucro, mas sim produz e entrega os meios para a sua geração nas mãos do atravessador. As limitações que permeiam as condições mínimas no que se refere o processo de trabalho no interior da pequena pesca são edificadas gradativamente e só encontram meios para serem superadas, basicamente nos momentos em que a pescaria for surpreendentemente vantajosa.⁴⁰

A questão dos atravessadores suscita uma necessidade de ampliação analítico-argumentativa de sua abordagem, o que ainda não nos sentimos metodologicamente confortáveis de realiza-la com a devida precisão. No entanto, a construção empírica de nossa leitura sobre a atividade pesqueira artesanal nos possibilitou compreender que os atravessadores se colocam para a pequena pesca como um importante interlocutor, ao ponto de que a possibilidade do não diálogo pode significar a incerteza da comercialização da

³⁹ Aqui a questão do primeiro ofício não nos remete à primeira profissão do indivíduo, mas sim aponta para o fato de que este, mesmo que saiba realizar outras formas de trabalho (como pintura, construção civil, mecânica, vendas, etc.), não se considerará de outra profissão, a não ser da pesca artesanal.

⁴⁰ A questão da cooperação e da solidariedade, de um exercício de companheirismo mútuo, também se apresenta como um fator determinante para a superação das dificuldades no interior da pesca dos pequenos produtores. Esta prática pode se expressar a partir de situações concretas como, por exemplo, no empréstimo dos meios de produção a um pescador que não possui seus próprios instrumentos de trabalho, ou até mesmo, na cessão de parcelas da produção a companheiros que estejam passando por necessidades financeiras, seja ele parte do processo produtivo ou não.

produção causando, conseqüentemente, o agravamento da flutuabilidade da renda dos pescadores, fragilizando assim suas condições de trabalho e de vida.

O atrelamento das relações comerciais que os pequenos produtores mantêm com os atravessadores se constitui a partir do momento em que os primeiros não possuem capital para investir em insumos (conservação e transporte adequados, basicamente) que tornem possível a circulação de sua produção. Ao analisarmos mais profundamente esta relação, veremos que os atravessadores dispõem também de outras ferramentas, as quais se apresentam como indispensáveis à circulação produtiva da pesca, dentre as quais destacamos aqui toda uma estrutura organizacional, construída a partir do costurar das relações comerciais e (em alguns casos) pessoais, com os diferentes tipos de mercado e comerciantes, atingindo um raio de atuação extremamente amplo e diversificado podendo abranger diferentes escalas, compreendendo tanto o nível local, quanto as esferas regionais e até mesmo a escala nacional.

De fato, os meios que dispõem os atravessadores realmente os colocam em posição de vantagem na relação que mantêm com os pequenos produtores, contribuindo assim para a manutenção da exploração do segundo pelo primeiro grupo, algo que já evidenciamos em parágrafos anteriores. Todavia, esta regra necessita ser tratada com o mínimo de relativismo, pois algumas condições espaciais podem tornar possível (mesmo que com bastante dificuldade e rareza) a relação da pequena pesca com o grande e o médio mercado. Dessa forma, isto só seria possível em casos em que o ponto de desembarque do pescador artesanal se situe próximo aos pontos de comercialização da alta esfera da circulação, facilitando assim a etapa do transporte da produção.

No entanto, este fator isolado não configuraria a concretude das relações, uma vez que o tipo e a quantidade de pescado produzido podem influenciar também e diretamente no processo de realização das trocas comerciais. E, mesmo que o pescador esteja próximo do grande mercado e que disponha ainda de uma produção atraente em quantidade e em espécie (de pescado), este ainda encontraria a barreira edificada pelo desconhecimento da estrutura organizacional que compreende os meandros da comercialização na alta esfera da circulação, pois o contato com o comerciante não é algo de simples manejo, requerendo um conhecimento amplo das personas mais acessíveis, além de terem que superar toda uma estrutura socialmente construída para sustentar a atuação dos atravessadores no cenário amplo da circulação produtiva da pesca, pautada em relações de pessoalidade e confiança entre atravessadores e comerciantes. Enfim, apesar de existirem casos em que o pequeno produtor possua todo este conjunto de competências, a concretização da relação direta deste com a alta

esfera da circulação ainda é consideravelmente rara no universo econômico-produtivo que compreende a atividade, contribuindo assim para a geração de incertezas no que se refere, principalmente, à produção de sua renda.

Desse modo é por meio da circulação que o pescador artesanal, pequeno produtor, ficará subordinado a outros modos de produção, os quais possuem a sua base de sustentação no sistema capitalista. Segundo Diegues (1983), nesta relação de subordinação, a realidade vivida pelo pescador se aproximará sensivelmente daquela vivida pelo camponês, pois ambos, ao mesmo tempo em que possuem a propriedade de seus meios de produção e utilizam de sua própria força de trabalho durante o processo produtivo, estes se veem na necessidade de intermediarem, por meio de outros agentes, a circulação de suas mercadorias e assim poderem gerar uma renda, que na maior parte dos casos, se dará bastante reduzida. Porém, algumas considerações necessitam serem feitas, pois as condições de produção não são criadas para ambas as categorias tendo como ponto em comum a igualdade, cabendo assim uma necessidade de elucidação de tais peculiaridades. A respeito disso, o referido autor afirma:

Enquanto a colheita agrícola é predominantemente sazonal, a produção pesqueira pode ser diária. [...] O agricultor recebe o valor de sua produção por ocasião da colheita e pode prever a porcentagem dos ganhos que será consumida ou investida na compra de equipamentos, etc. Já o pescador pode ter uma renda diária, mas de maneira irregular e imprevisível. Por outro lado, enquanto o agricultor armazena sua produção, o pescador em geral não pode fazê-lo, dada a perecibilidade do produto, daí resultando uma maior dependência do intermediário (DIEGUES, 1983, p. 213-214).

E também,

O sistema de propriedade na agricultura permite a acumulação, pois o excedente pode ser investido na compra de porções adicionais de terra, aumentando a propriedade, o mesmo não ocorrendo na pesca. Segundo Ivo (1975), o investimento a ser feito na compra de uma embarcação é muito grande e não pode ser feito gradativamente (DIEGUES, 1983, p. 215).

Nesse sentido, tais diferenças não nos permitem colocar em igualdade de condições, pescadores artesanais da pequena produção e camponeses, tanto no que compreende as condições apresentadas por ambos no decorrer de seus processos produtivos, quanto no que se refere à inserção dos frutos do seu trabalho na esfera da circulação produtiva. Todavia, essas categorias de trabalho, ou melhor, essas formas de existência possuem semelhanças que consideramos importantes para o entendimento de suas articulações com o modo de produção capitalista, especialmente no que diz respeito ao processo de resistência que ambas irão edificar perante a lógica de subordinação imposta pelo referido sistema. Esta subordinação

(conforme veremos paulatinamente a seguir) não acontece somente por meio da circulação de sua produção, conforme afirmamos até aqui, mas também possui outra extremidade, a qual estará ligada a própria circulação produtiva, mas que se concretizará no processo de aquisição dos meios de produção por parte desses trabalhadores.

Antes de qualquer outra coisa, achamos importante aprofundar um pouco mais a questão das semelhanças e das diferenças entre esses sujeitos, nos ajudando assim a construir o entendimento sobre o processo de subordinação que ambos vivem em relação ao capital. Desse modo, se faz necessário lembrar aqui que tanto camponeses quanto pescadores artesanais se diferem dos demais trabalhadores que possuem a origem de seu trabalho no modelo assalariado urbano, calcado sob o ideário do sistema industrial pós-moderno e suas adaptações. Assim, conforme nos afirma Caio Prado Júnior (1966 apud Velho, 2009), os camponeses são pequenos produtores autônomos – proprietários, parceiros, etc. – que exercem a sua atividade por conta própria, sem estar a serviço de terceiros.

Conforme vimos até então, isto também se reproduz no seio da pesca artesanal, mais predominantemente praticada nos moldes da pequena produção. Por mais que os pescadores possam viver e desempenhar seu processo produtivo em ambientes circunscritos pela *urbe*, e até mesmo se autodenominem trabalhadores urbanos, estes não comungam da mesma dinâmica produtiva do assalariado que se encontra inserido nesse meio, apesar de tocar (e às vezes estar, mesmo que involuntariamente) no cerne de toda a aceleração da vida que permeia esse contexto.⁴¹

Outro fator de semelhança importante entre as duas categorias e que convém elucidar antes de aprofundarmos a questão da subordinação, nos atenta para o fato de que as etapas do processo de trabalho do camponês correspondem a saberes ancestrais que são transmitidos no seio da unidade familiar por meio da oralidade e da prática cotidiana, podendo ao máximo, extrapolar esta perpetuação de saberes para dentro da escala da aldeia (SHANIN, 2005, p. 4). Em relação à pesca artesanal, isto acontece com a mesma frequência, pois os saberes inerentes à *práxis* cotidiana dos pescadores correspondem a heranças provindas de famílias que

⁴¹ Contudo, não podemos esquecer que os pescadores artesanais (principalmente aqueles que se encontram fora do contexto da grande e da intermediária produção, em termos de propriedade dos insumos), se apresentam na *urbe* como trabalhadores invisíveis, pois boa parte dos cidadãos urbanos muitas das vezes contribui por perpetuar estigmas deveras preconceituosos para com a categoria e seus praticantes, excluindo-os e interpretando o seu processo de trabalho (e tudo que remete à sua produção material e imaterial) como algo dispensável em tempos de modernidade. Isto se assemelha e muito com todo preconceito que envolve também o trabalho dos vendedores ambulantes nas cidades, os quais são constantemente execrados por discursos que sujam a sua imagem perante a totalidade social e contribui por colocar em xeque o seu trabalho, sua forma de existência.

historicamente fizeram da atividade a sua forma primeira de sustento, passando de geração a geração as referências e os sentidos atrelados a esta forma de trabalho. Na pesca artesanal (em semelhança com o campesinato), quando os saberes da profissão não são transmitidos pela família, este processo é assumido por amigos próximos, não extrapolando (salvo algumas exceções) a escala da localidade onde reside o pescador aprendiz, mas mantendo, contudo, a oralidade como o principal método de perpetuação desses saberes.

Conforme já relatamos aqui, o pescador artesanal se apresenta, assim como o camponês, como proprietários de seus meios de produção, seja ele pequeno médio ou grande produtor. Quando não detém os meios de produção, o pescador se torna parceiro daquele que os detém, configurando assim a parceria. Uma coisa importante a salientar é que esta relação insere também no contexto do regime familiar⁴² de produção, tão amplamente encontrado no processo de trabalho tanto do camponês quanto do pescador artesanal. Outro ponto importante a salientar é que camponeses e pescadores artesanais representam duas categorias de trabalho autônomas, e isto se dá por serem donos de sua própria força de trabalho e também de seus meios de produção. No entanto, esta autonomia se torna relativa, no momento em que o acesso à parte dos insumos produtivos poderá atrelar o processo de trabalho desses sujeitos à subordinação capitalista.

No entanto, antes de ponderarmos sobre a autonomia relativa do pescador se faz necessário entendermos aqui que este, relativamente semelhante ao camponês, possuirá uma relação diversificada com a sua produção. Neste sentido, procuro entender o processo produtivo do pequeno produtor sob três óticas distintas: a primeira delas está intrinsecamente relacionada (como já dissemos) a produção de valores de troca, pois a mola mestra de seu processo produtivo está contida no principal objetivo de seu trabalho: a extração de sua renda a partir da comercialização de sua produção; a segunda forma é que a pesca pode ser para eles uma alternativa em tempos de escassez, configurando sua produção não como mercadoria, mas sim para fazer com que a mesma (ou parte dela) se torne alimento para si e sua família⁴³, produzindo assim valores de uso, conforme expomos também linhas atrás; e a terceira é que a pescaria pode não ter nem fins de mercado, nem de estratégia alimentar em tempos de

⁴² Este regime familiar de trabalho, em todas as obras que foram consultadas sobre as peculiaridades do processo de trabalho da pequena produção mercantil (AMIN, 1977; PAULINO; ALMEIDA, 2010; VELHO, 2009; VERGÉS, 2011; VERGOPOULOS, 1977), compreende uma relação onde não somente a unidade familiar do trabalhador participa ativamente das etapas de produção, mas também terceiros (amigos, demais parentes, entre outros), desde que a mesma não se pautem pelo assalariamento das partes envolvidas.

⁴³ A parte que não for consumida por sua família poderá se espalhar por outras unidades familiares numa rede solidária de partilha da produção.

dificuldade para o pescador, mas sim pode estar relacionada ao fomento do encontro, o qual gerará uma produção direcionada à celebração de festejos e/ou reuniões entre amigos e familiares em seus lugares de moradia e/ou de trabalho.

É de fato uma tarefa muito delicada falar dos fins que serão contemplados pela produção obtida pela atividade pesqueira artesanal. Todas essas classificações (dentre outras que a própria experiência de pesquisa ainda não deu conta de revelar) podem estar presentes em sua intencionalidade ao se lançar no mar para produzir. Estamos diante de uma profunda complexidade a qual não atingiremos aqui o seu completo entendimento. Todavia, tal classificação foi construída para situarmos melhor a questão que envolve a relação entre trabalho *versus* produção para a pesca, em especial aqui dos pequenos produtores artesanais, uma vez que nem sempre esta terá o sentido primeiro de garantir a subsistência desses trabalhadores (assim como me parece para com o camponês), mas, sobretudo, e primeiramente para fazê-los gerar uma renda, a qual será para eles um meio de acesso à uma base alimentar similar à dos demais trabalhadores urbanos, uma vez que a cidade produz e impõe a todos (veladamente) um desejo de consumo amplo e padronizado, e que compreende até mesmo os hábitos alimentares de seus moradores.

Isto acontece pelo fato dos pescadores artesanais estarem inseridos também num ambiente urbano, espaço este que se configura como um grande celeiro de signos e símbolos em ebulição, interação e transformação permanentes, os quais são responsáveis por gerar uma variedade de possibilidades de consumo vinculadas aos padrões globais, dentre os quais estão abrangidos até mesmo a questão de um modelo alimentar urbano-industrial, e que também se encontra presente nos lares dos pescadores artesanais. Neste sentido, a variedade de alimentos presente na mesa do trabalhador urbano é a mesma da mesa do pescador que vive a urbanidade, levando em conta os limites de sua renda, configurando assim um fator preponderante para entendermos o seu trabalho não nos moldes de uma economia de subsistência, mas sim a partir de um modelo de trabalho que se encontra inserido e em constante diálogo com a complexidade da *urbe* capitalista, e que compreende relações bastante diferentes às conhecidas pelo camponês e seu regime de trabalho baseado, este sim, numa economia que geralmente se pratica nos moldes de subsistência.

Uma coisa interessante que o debate em torno dos ambientes marinhos inscritos no meio urbano pode nos trazer se faz a partir da multiplicidade de seus usos. Para introduzir esta discussão sugiro aqui um breve paralelo no que compete à relação entre o camponês e sua terra durante o processo produtivo. Para ele a terra é um meio de produção de extrema

importância que, associada aos outros instrumentos (técnicos) de produção, configura um conjunto de fatores essencial para o fazer deste trabalhador. Logo, a terra e os demais meios de produção são indissociáveis para a existência do camponês, uma vez que as formas de expressão concretas da existência humana (dentre elas o trabalho) não podem ser a-espaciais, ou seja, não se encontram externas à relação espaço-temporal.

A negação do uso da terra para o camponês é a negação de seu trabalho e, conseqüentemente, de sua própria existência. Ao pescador artesanal isto está posto na mesma proporção no que concerne ao uso da água, e cada vez mais o território “normado”, desenhado e controlado pelo Estado vem negando aos pescadores o acesso livre aos ambientes marinhos, impedindo-os assim de usufruírem o direito ao trabalho, à liberdade e à vida. Em algumas áreas do território brasileiro (como na metrópole do Rio de Janeiro, por exemplo, mais precisamente nas Baías de Sepetiba e de Guanabara) a normatização do território vem criando áreas de exclusão à atividade pesqueira artesanal, em favor da atração de empreendimentos industriais e portuários de capital privado, assim como também de empresas de capital público.⁴⁴ A respeito dos processos de normatização do território e de criação das áreas de exclusão, Silva (2013) e Ferreira (2013), respectivamente, afirmam:

Com a expropriação das “terras comuns”, meio de produção da vida das populações, faz-se a história do homem alienado produtor do trabalho abstrato. Assim, a geografia do capital vai renovando os processos de acumulação e diversificando o espaço geográfico essencial para a sua reprodução. Nesse sentido, a luta dos pescadores artesanais por permanecerem em seus territórios contraria com a privatização da baía pelos grandes conglomerados internacionais. [...] Deste modo, as normas ou desregulamentações precisam do Estado, pois este tem o monopólio da violência para impor o seu poder legal e burocrático, criador de novas normas com o interesse de assegurar os privilégios do mercado global, que as grandes corporações comandam. [...] (SILVA, 2013, p. 19).

Assim os espaços que comandam são evidenciados, como já citado, pela nova forma de ocupação da baía de Guanabara, que se impõe e pode ser constatada pela crescente instalação de gasodutos e oleodutos, pelas novas instalações da Petrobrás na baía de Guanabara, pelas áreas Militares e pelo aumento do tráfego e fundeio de grandes navios – muitos de bandeiras estrangeiras – em algumas de suas áreas, tais como o profundo Canal Central, também conhecido pelos pescadores como “Canal Varrido”. Áreas como essa, de grande profundidade e importante dinâmica de circulação das águas, vêm tendo seu acesso dificultado aos pequenos e médios barcos em razão dos riscos provocados por esse aumento de tráfego de embarcações

⁴⁴ No caso da Baía de Sepetiba (a área de estudo escolhida para este trabalho) a TKCSA (ThyssenKrupp – Companhia Siderúrgica do Atlântico), bem como todo o Distrito Industrial de Santa Cruz (RJ), a USIMINAS, a NUCLEP, o Estaleiro da Marinha do Brasil e os Portos de Docas e da MMX, em suma, se apresentam como os principais atores econômicos responsáveis por contribuir significativamente para o aumento dos conflitos envolvendo a pesca artesanal na região. Já na Baía de Guanabara, a Petrobrás (e toda sua capacidade de catalisação de vários outros empreendimentos industriais, em suma) se configura como o principal agente antagonista da pesca praticada em suas águas (a referida empresa se encontra em estágio inicial de implementação, em região de abrangência da Baía de Sepetiba)

de grande porte. Desta forma, entendemos que os pequenos e médios pescadores estariam perdendo espaço para a circulação das grandes embarcações. Devemos lembrar que esses pescadores, ao longo do tempo, foram se afastando da costa, em razão da diminuição da quantidade de pescado ocasionada pela degradação e pela poluição de todo o tipo, originada a partir da intensificação da urbanização e da modernização (FERREIRA, 2013, p. 129).

No Brasil, a normatização do território imposta pelo Estado em alguns ambientes marinhos e costeiros, vem restringindo a pequenas porções, as áreas pesqueiras historicamente constituídas pela prática cotidiana da atividade, e fazendo com que estas se encontrem cada vez mais distantes de seus principais atracadouros. Os pesqueiros que restam dentro de toda esta trama adversa podem se situar em três diferentes contextos: estes podem se localizar em áreas completamente assoreadas, devido a constante poluição gerada em decorrência da urbanização e industrialização que margeiam esses ambientes; estes também podem estar englobados em áreas de exclusão pesqueira utilizadas para diversos usos industriais e/ou portuários (locais de passagem de dutos ou área de fundeio de grandes navios); e ainda podem estar até mesmo em locais de preservação ambiental permanente, as quais excetuam o uso sustentável desses espaços. Vale lembrar que todos os locais de trabalho utilizados pela pesca artesanal (especialmente os marinhos) foram construídos há milhares de anos, uma vez que a pesca artesanal possui uma origem histórica em todo o mundo, sendo uma das primeiras atividades realizadas pelo homem na luta pela sobrevivência de seus grupos sociais ao longo de sua história. Logo, o conhecimento sobre os pesqueiros remete a um saber histórico e que vem sendo gradativamente suprimido e negado pelas forças produtivas vinculadas ao capital. A normatização do território nos lembra do processo que Marx (1996) vigorosamente analisou e criticou sobre o cercamento dos campos ingleses. A respeito do processo por ele discutido, o autor afirma:

Eu falo aqui do cercamento de campos abertos e terras que já estão sendo cultivados. Mesmo os escritores que defendem os *inclosures* admitem que estes últimos aumentam o monopólio dos grandes arrendamentos, elevam os preços dos meios de subsistência e produzem despovoamento (...) e mesmo cercamento de terras desertas, como empreendem agora, rouba aos pobres parte de seus meios de subsistência e incha arrendamentos que agora já são grandes demais.” “Se”, diz o dr. Price, “a terra cair nas mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários” (antes designados por ele como ‘uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários, que mantêm a si mesmos e a família com o produto das terras cultivadas por eles, com ovelhas, aves, porcos etc. (...) que criam na terra comunal, tendo portanto pouca oportunidade de comprar meios de subsistência’) “serão transformados em pessoas que terão de ganhar sua subsistência trabalhando para os outros e que serão forçadas a ir ao mercado para comprar tudo de que precisam (...) Será realizado, talvez, mais trabalho, porque há mais compulsão para isso. (...) Cidades e manufaturas crescerão, pois mais pessoas que buscam emprego

serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos opera naturalmente e em que, neste reino, há muitos anos tem realmente operado (MARX, 1996, p. 350).

E também,

Ao todo a situação das classes inferiores do povo tem piorado em quase todos os sentidos; os pequenos proprietários fundiários e arrendatários são rebaixados à condição de jornaleiros e trabalhadores de aluguel; e, ao mesmo tempo, tornou-se mais difícil ganhar a vida nessa condição (MARX, 1996, p. 350-351).

Tal semelhança com o “cercamento dos campos ingleses” nos leva ao entendimento do processo de normatização do território como sendo uma espécie de “cercamento das águas”, uma vez que o pescador é retirado dos territórios em que realiza seu trabalho de maneira livre e autônoma, para que assim seja assegurada a propriedade do uso (mesmo sendo evidente a inconstitucionalidade de tal situação)⁴⁵ a diversos atores e suas diferentes intenções. A apropriação dos ambientes marinhos vem contribuindo para a consolidação de uma série de obstáculos que os pescadores artesanais necessitam transpor no exercício diário de seu trabalho, colaborando, dentre tantos fatores, para o aumento da concorrência no interior da própria categoria e, conseqüentemente, por acirrar ainda mais o plano desigual no que compete aos rendimentos gerados pelas diferentes realidades produtivas existentes na atividade.

Voltando à questão da autonomia relativa, é importante elucidar que a mesma está intrínseca à relação que tanto camponeses quanto pescadores artesanais possuirão com os seus meios de produção, juntamente ao poder de geração de renda por meio da capacidade de circulação mercantil de suas mercadorias (o camponês, seu excedente e o pescador, a totalidade de sua produção)⁴⁶. Para entendermos a relatividade desta autonomia, devemos compreender como funciona o processo que configura as duas extremidades desta relação, as quais se apresentam, conforme veremos, como peças-chave para a subordinação capitalista.

A primeira extremidade se constitui a partir da inegável dependência produtiva que camponeses e pescadores artesanais manterão em relação aos seus meios de produção, pois

⁴⁵ Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

⁴⁶ Conforme nos afirma Diegues (1983), mesmo colocando sua produção na esfera da circulação, os pescadores artesanais tendem a guardar um ou dois peixes para levar pra casa. No entanto, isto não se configura um excedente, pois a relatividade da produção imposta pelas forças produtivas da natureza não lhes permite planejar um ótimo médio de produção, e assim, projetar um excedente. A separação desses peixes fica a por conta das necessidades inerentes a cada pescador e seu próprio julgamento em torno desse contexto.

para acessar alguns deles é necessário buscar matérias-primas, ou até mesmo produtos já industrializados para realizar a sua construção artesanal. Em decorrência disto, mesmo que o processo de constituição das técnicas empregadas nesses insumos produtivos seja de origem histórica (SANTOS, 2006), a vinculação, mesmo que indireta, destes trabalhadores ao mercado global é inevitável e irrefutável. No caso dos pescadores artesanais, podemos citar alguns exemplos bastante evidentes como, por exemplo, a utilização de redes de *nylon* importadas, de caícos (barcos) movidos a motores com "x" cavalos de potência, ao uso de boias feitas de poliestireno ("isopor") e lanternas que funcionam com baterias alcalinas, na utilização de combustíveis derivados do petróleo para o abastecimento de suas embarcações, dentre outros.

Todos estes exemplos nos dão a medida exata do quanto o pescador artesanal, em seu processo de trabalho, se encontra dependente de outras formas capitalistas de produção para poder realizar partes importantes de seu processo produtivo. Mas isto isoladamente não configura a autonomia relativa do seu trabalho, nem também a sua subordinação. Sendo assim, é preciso entender o processo a partir da conexão entre duas extremidades. Vejamos.

Esta outra extremidade está contida na circulação da produção destes trabalhadores, pois esta possui um valor de mercado extremamente reduzido, basicamente devido à dependência que estes sujeitos possuem em relação aos atravessadores (conforme relatamos linhas atrás), fazendo-os perder a possibilidade de gerar uma renda maior para si, ou até mesmo de construir condições que lhes permitam fazer surgir o lucro. Ao relacionarmos os rendimentos obtidos a partir da circulação da pequena produção, com os custos para a aquisição dos meios de produção, chega-se a um descompasso que reflete a impossibilidade desses sujeitos de aprimorarem seus insumos produtivos, não os permitindo ampliar a sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, contribuindo para a estagnação de seus rendimentos num patamar médio mínimo, precarizando assim suas condições de vida.

Conforme vimos em diálogo com Diegues (1983), tal situação ainda se torna mais grave na pequena pesca artesanal do que no campesinato, pois as relações produtivas de ambos se diferenciam em pequenos detalhes que são preponderantes para definir o grau de subordinação que estes manterão com o capital. Para o autor, a situação da relatividade produtiva vivida pela pequena pesca, coloca-os a viverem profundas incertezas em relação aos rendimentos possíveis com cada pescaria. Logo, planejar os investimentos que possibilitariam uma ampliação de sua capacidade produtiva é uma tarefa extremamente difícil de realizar com o mínimo de precisão. No caso do camponês, o simples fato de haver uma mínima

possibilidade de controle das forças produtivas da natureza, os permitirá planejar a construção de um mínimo de excedente, e assim pleitearem com uma maior clareza a possibilidade de realização de investimentos para aprimorar o seu processo produtivo.

Caso o pequeno produtor da pesca artesanal adquira seus instrumentos de trabalho configurando assim um investimento em meios de produção, este poderá produzir para si (e isto é amplamente considerado por eles) um endividamento a curto e médio prazo. Isto acontece pelo fato de que a não acumulação possibilitada pelo seu trabalho não lhes permite realizar investimentos seguros em novos meios de produção, os quais poderiam lhes garantir uma maior segurança no mar e menos tempo de trabalho, como embarcações mais equipadas e mais bem preparadas para a navegação, assim como técnicas com uma maior capacidade produtiva, as quais poderiam lhes assegurar ainda uma renda mais consistente. O acesso aos programas de crédito públicos também não se apresentam como uma alternativa a este problema, pois a estrutura dessas políticas públicas ou não se apresentam de uma forma clara para esses sujeitos ou possuem uma inflexibilidade financeira que não condiz com a realidade flutuante dos rendimentos possibilitados na pequena produção pesqueira. Tal situação já fora evidenciada por nós em trabalhos anteriores, como podemos ver nos trechos que seguem:

Ao analisar a atuação do Estado na atividade pesqueira artesanal identificamos algumas estratégias que apontam para o sentido da supressão da pequena produção pesqueira. A implantação de políticas públicas que intencionam alavancar a produtividade do setor se dá, basicamente, por meio da injeção de crédito aos médios e grandes produtores da pesca artesanal. Em contrapartida, àqueles que não se enquadram neste perfil resta conviver com uma realidade bastante complicada no sentido do fazer de seu trabalho, o que vem ocasionando a desmotivação de milhares de pescadores por todo país. [...] a política pública vem se apresentando não como um incentivo à autossuficiência econômica dos pescadores artesanais, mas, antes, como um instrumento de dominação visando a regulação espacial, pois se impõe aos sujeitos como um modelo rígido, inflexível.

Verifica-se que a preocupação do Estado ao fomentar políticas públicas se encontra no sentido de garantir a reprodução capitalista a todo custo. O aumento da produtividade do setor pesqueiro artesanal se encontra nesse contexto e vem submetendo milhares de trabalhadores à lógica da acumulação (desigual) do capital, bem como às consequências inerentes a sua reprodução (RAINHA, 2013, p. 29).

Com isso, entendemos que é por meio da relação entre renda gerada x renda necessária que a subordinação do trabalho dos pequenos produtores da pesca se projeta. Muito pior do que a questão do endividamento em si, são as consequências que este processo poderá acarretar nas suas relações de trabalho. Como a renda obtida pelo pescador artesanal é extremamente flutuante (instável), este terá de passar ainda mais horas no mar para assegurar uma maior produção e, conseqüentemente, um maior rendimento médio, e isto se dará mesmo

que o próprio pescador tenha a ciência de que o seu processo de trabalho não depende somente de suas forças produtivas, mas também e, sobretudo, da disponibilidade dos recursos móveis (DIEGUES, 1983) o pescado em si.

Todavia, muitas das vezes a extensão da jornada de trabalho do pescador está vinculada não à busca por investimentos em meios de produção, mas sim para assegurar uma renda que lhe permita construir as condições básicas para a manutenção de sua própria força de trabalho e da alimentação de seu núcleo familiar. Outras necessidades surgem também como prioridades, como a aquisição de bens consumo necessários para a vida (vestuário, móveis residenciais, etc.), e também para prover condições de acesso ao próprio urbano em seus serviços básicos-essenciais como, por exemplo, saúde, educação, moradia e lazer. O investimento em meios de produção virá em segundo plano e isto só será concretizado em momentos de extrema fartura produtiva (algo que é bastante incomum, dadas às condições de produção dos pequenos produtores) ou, como já elucidamos anteriormente, quando o dinheiro a ser investido provém de outras fontes externas a pesca artesanal (pela ajuda de familiares – por meio de herança adquirida ou pelo auxílio de filhos e parentes; e/ou pela venda de bens de grande valor de troca – como imóveis e/ou automóveis, por exemplo).

Portanto, a necessidade de buscar uma renda que lhe confira o acesso a todas essas dimensões da vida, faz com que os pequenos produtores da pesca artesanal, devido à dificuldade de ampliação de sua capacidade produtiva, levem as suas condições de trabalho ao limite extremo do que é possível a sua realização, configurando assim, a subordinação do seu trabalho ao sistema capitalista. No entanto, é preciso relativizar sobre alguns aspectos, considerar e ponderar certos pontos que são de grande relevância para entendermos a (re)ação que parte como uma resposta destes trabalhadores a toda esta ordem dominante, promovendo assim resistências frente a este processo de subordinação de suas formas de trabalho.

Fator relevante para construir a contraposição da subordinação de ambas as categorias ao capital, reside na importância da perpetuação de seus saberes e, por conseguinte, de seus modos de vida. Deste plano relacional que compreende parte importante da vida desses sujeitos, são constituídas as competências necessárias para fomentar o poder de disputa desses trabalhadores frente à ordem dominante responsável pela deterioração das suas formas de existência.

A questão do modo de vida desses trabalhadores é de fato um aspecto preponderante para o seu fortalecimento. Autoras como Eliane Paulino e Rosimeire Almeida (2010), apontam para a existência do campesinato como uma formação social viabilizada por um

modo de produção, ou seja, mais do que uma forma de trabalho, o camponês se projeta no amplo convívio social como um modelo de sociabilidade peculiar, que ao mesmo tempo em que está inserido na sociedade capitalista, produz antagonismos que confrontam e por vezes emperram projetos de secularização do capital não pelo seu modo de produção (trabalho), mas sim pelo seu modo de vida (trivialidades⁴⁷). A respeito da centralidade do modo de vida do camponês, Shanin (2008) elucida:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN, 2008 apud PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 19).

O pensamento de Shanin nos expõe a importância das relações tecidas entre os camponeses no cotidiano, para juntos superarem as adversidades que configuram períodos de crise. Tais particularidades evidenciadas pelo autor nos possibilitam entender que a vida desses sujeitos, diferentemente de outras subjetividades arraigadas ao capital, não é organizada pelas necessidades do mercado, mas sim por um simbólico que os transcende, responsável por dificultar a ressonância do ideário propagado pela lógica dominante, configurando-se, portanto, como importantes pilares de sua resistência.

Em relação ao pescador artesanal isto acontece de forma bastante similar, contudo, é necessário entender um conjunto de outros fatores que diferenciam a sua complexidade daquela que está inerente à realidade camponesa. A primeira a ponderarmos diz respeito à particularidade espacial.

Apesar das localidades pesqueiras terem sido constituídas antes mesmo da formação do espaço urbano que as envolve (se constituindo, portanto, como rugosidades), estas ainda abrigam uma considerável quantidade de pescadores artesanais, os quais são responsáveis diretos pela geração de uma dinâmica peculiar, a partir da formação de um conjunto imensurável de símbolos (materiais e imateriais), os quais fazem destes lugares o nó de maior relevância para a construção do cotidiano vivido por esses sujeitos.

⁴⁷ Identifico o *modus operandi* do cotidiano do camponês como trivialidades, não no sentido pejorativo e diminuto que o termo conota, mas sim pela valorização das coisas banais que compõem a vida desses sujeitos, das quais destaco aqui: as relações familiares que se sobrepõem à mera reprodução funcional do trabalho; a oralidade como instrumento de perpetuação de saberes e imaginários responsáveis por cimentar a operacionalização da vida camponesa; e ainda na lógica de cooperação praticada nas aldeias, as quais correspondem a uma estratégia solidária na busca pela superação de dificuldades das mais diversas ordens. (PAULINO; ALMEIDA, 2010; CERTEAU, 1990).

Esta produção de sentidos e símbolos que se encontram presentes nos lugares da pesca é fruto, sobretudo, do próprio trabalho do pescador. Sendo assim, não podemos considerar seu processo de trabalho apenas como um simples ato de produzir, que como vimos se encontra subordinado pelo capital por meio da circulação de sua produção e do acesso aos insumos produtivos. Seu trabalho está para além dessas relações, sendo assim responsável pela geração de competências que se apresentam como de importância ímpar para a geração de um poder de disputa que lhes servirá até mesmo para manipular e subverter as regras inerentes ao jogo da dominação capitalista.

A peça-chave para entendermos o trabalho dos pescadores artesanais situados em localidades pesqueiras imersas num contexto urbano reside, assim como no caso dos camponeses, na análise e compreensão dos seus modos de vida, daquilo que os diferenciam das inúmeras realidades produzidas em meio à complexidade urbana. Tal esforço se faz necessário porque não podemos entendê-los somente pela análise de seu processo de trabalho, simplesmente porque a totalidade desses sujeitos perpassa também por uma complexa variedade de sentidos, os quais se encontram imersos em suas espacialidades imediatas.

No caso da Pedra de Guaratiba, bairro da cidade do Rio de Janeiro, existem cerca de 300 pescadores artesanais, sendo que sua grande maioria trabalha em caícos de até 6 metros de comprimento, seja de maneira individual ou com um parceiro. Quando estes não estão em seu horário de trabalho, é comum vê-los conversando pelas ruas do bairro, trocando experiências sobre as pescarias recentes e os melhores pesqueiros que encontraram. Talvez no decorrer desses encontros possam ser costuradas até mesmo novas parcerias de trabalho, ou quem sabe descobrir algum pescador local em necessidade de um parceiro experiente. O simples ato da conversa entre os pescadores que pode acontecer numa esquina qualquer, ou debaixo de uma árvore, ou até mesmo durante o reparo de algum instrumento de trabalho, pode abranger o processo de elaboração de suas táticas e estratégias, no entanto, um fator se faz preponderante para que esta forma de sociabilidade possa se fazer presente nas ruas do bairro: a confiança entre as partes envolvidas.

É preciso conhecer bem os seus semelhantes antes de uma boa conversa a beira mar. As ruas do bairro nos fins de semana são cheias de grupos de conversa que se repetem constantemente, se reunido vez ou outra no decorrer dos dias comuns. Aqui o tempo da conversa também é reservado para a avaliação de seus representantes (presidentes e diretorias de colônias e associações), podendo ser usado até mesmo para começar a incitação de uma ruptura política com a instituição em que estão afiliados. Essas rodas de conversa não se

limitam pelo número de participantes, mas sim pelo nível de reconhecimento e de envolvimento que os integrantes possuem uns com os outros. Nestas também são discutidas as necessidades financeiras dos amigos próximos e, caso algum destes passe por dificuldades, logo se estabelece (de maneira coletiva) um desejo de ajuda ao amigo com problemas. A construção desta forma de sociabilidade em Pedra de Guaratiba (e em várias outras comunidades/localidades pesqueiras em todo o Brasil) não se concretiza se ambas as partes não comungarem dos mesmos valores (em suma aqui a solidariedade, o companheirismo) e, caso isto ocorra, poderemos estar diante do processo de fragmentação da atividade no local em questão.

Entender a existência desses sujeitos por meio da consideração dos seus modos de vida nos remete a um exercício metodológico capaz de auxiliar-nos na identificação e na compreensão de fatores responsáveis por produzir a superação desses sujeitos frente a subordinação de seu trabalho. Dessa forma, os sentidos que possibilitam sua existência são o cerne da própria resistência desses trabalhadores, é o que lhes permite seguir em frente em meio a tantos desafios e limitações que a eles são impostas sob o discurso de uma modernização que, ao mesmo tempo em que não o exclui da teia social, o inclui tendo como condição irrefutável a inviabilização de sua relevância e visibilidade social.

Quando mencionamos a questão dos modos de vida na pesca artesanal (especialmente no envolvimento entre os pequenos produtores), dos sentidos de sua existência, não podemos de fato nos esquecer de dois importantíssimos componentes que se constituem como pilares desse imaginário coletivo e que se encontram intrínsecos à materialidade produzida pela sua *práxis* cotidiana: a solidariedade e a criatividade. Ambos os elementos estão presentes não só no processo de trabalho desses sujeitos, mas também nas trivialidades que compõem a trama social que ganha corpo nesses lugares. Além disso, é de extrema importância nos atentar aqui para o fato de que trabalho é cotidiano, ou, para ser mais claro, de que trabalho e moradia são dois elementos indissociáveis no processo de decifração deste ser pescador, de sua existência coletiva no contexto urbano, conforme veremos mais adiante.

As experiências solidárias e o exercício da criatividade se misturam e se confundem tanto no processo produtivo dos pescadores artesanais, quanto em sua vida pessoal. As relações de parceria inerentes ao processo produtivo⁴⁸, o empréstimo (não monetário) dos

⁴⁸ Mesmo que esta possa ser pautada pelo conflito, não podemos negligenciar aqui o fato de que, na pequena pesca, a solidariedade presente nas formas de parceria é realmente determinante para a sobrevivência de vários pescadores, pois mesmo havendo desavenças, o tempo em que estiverem trabalhando juntos, servirá para facilitar o processo de trabalho, pois a pescaria individual, como aqui dissemos, é muito desgastante. Além

meios de produção (entre amigos e/ou entre pessoas da mesma família), a partilha da produção para pessoas da vizinhança (pescadores ou não) em situação de necessidade, o conserto de embarcações e/ou motores em mau funcionamento (livre de cobrança ou com valores menores do que nos estaleiros e mecânicos convencionais), o reboque de embarcações enguiçadas no mar, o resgate de pessoas náufragas (pescadores ou não), a adaptação de instrumentos à sua embarcação (motores movidos à gás de cozinha, por exemplo), a passagem dos instrumentos de trabalho antigos (repostos por novos) à outros pescadores desprovidos de meios de produção, a divisão do rancho com outros colegas de trabalho, a moradia como a extensão do seu trabalho (conserto e preparo dos meios de produção). No que concerne a essa experiência criativa (ou inventiva, como prefere o autor) inerente ao cotidiano vivido pelos pescadores artesanais, Euzebio (2014) afirma:

[...] O convívio com uma materialidade, interpretada apressadamente como precária, faz com que os sujeitos desenvolvam suas técnicas utilizando outros elementos presentes em seu meio (na falta de um GPS, utiliza-se como referências para localizar os cardumes a posição de uma rocha ou uma árvore), elementos inimagináveis aos pensamento puramente calculista e instrumentalizado por grandes aparatos tecnológicos. Na verdade, a materialidade desses homens não é precária, ela é exatamente aquilo que ele precisa para desenvolver suas práticas num intenso processo de inventividade (EUZEBIO, 2014, p. 16-17).

Todas essas relações (e uma variedade de outras mais) configuram o que estamos chamando aqui de experiências solidárias e criativas, ou pelo menos criam as condições necessárias para o exercício de ambas as dimensões. O sentido de trazermos essas dimensões à tona se dá no intuito de ilustrarmos parte da complexidade que constitui os sujeitos que fazem destas experiências a força, ou melhor, um dos combustíveis necessários para a promoção de suas ações, a fim de que seja possível prover a manutenção e o fortalecimento de uma ordem dialógica que está contida no seio da própria categoria, o conjugar do existir e do resistir.

Desse modo, ao analisamos o processo de subordinação do pequeno produtor da pesca artesanal pelo capital não podemos negligenciar os sentidos que produzem a (re)ação desses sujeitos ao referido processo. Ambos são de extrema importância para entendermos a questão do trabalho na pequena pesca, pois configuram as táticas e as estratégias que seus trabalhadores utilizarão para driblar as correntes traiçoeiras do capital. Sendo assim, nos exemplos que pudemos ver no bairro da Pedra de Guaratiba (e acreditamos que isto não seria

disso, a parceria põe o pescador que não possui propriedade de meios de produção na ativa, possibilitando assim a geração de renda para mais uma família dependente da pesca artesanal.

tão diferente em outras comunidades/localidades pesqueiras), em tempos de crise tais fatores são responsáveis por mantê-los em sua atividade. Incapazes de negar a pesca como atividade principal, mesmo que muitos também realizam também atividades secundárias como pintores, pedreiros, carpinteiros, mecânicos (entre outros), é importante reforçarmos a necessidade de compreendermos estes sujeitos a partir da sua própria afirmação, pois os mesmos projetam seus desejos de futuro como pescadores artesanais, trazendo à tona, mesmo com tantas adversidades, um contínuo processo de fortalecimento de suas identidades, bem como de sua própria resistência cotidiana.

Por mais que os pescadores artesanais costurem e executem suas táticas e estratégias no intuito de superarem a subordinação do seu trabalho pelo capital, em certos casos o peso das incertezas que se expressa vigorosamente na flutuabilidade de sua renda, e nas dificuldades de circulação produtiva e de acesso a bens de produção, pode produzir a emigração do trabalho, mesmo que momentânea, em parte do contingente da pequena produção. Conforme falamos anteriormente, em boa parte dos casos estes pescadores irão em direção a ofícios também ligados ao trabalho artesanal, e que às vezes pode também se encontrar vinculado à pesca (no caso dos pintores, carpinteiros e mecânicos) ou pode ainda fazer parte dos circuitos formal e informal da economia urbana (como a situação dos trabalhadores da construção civil, ambulantes, pequenos comerciantes, etc.) Estes também poderão se colocar a serviço dos grandes e/ou dos produtores intermediários da pesca artesanal, ou talvez venham trabalhar até mesmo para os armadores de pesca, embarcando para pescarias mais longas, na esperança de que lhes rendam um bom dinheiro. Caso volte da longa jornada com uma quantia considerável, esta poderá ser aplicada na aquisição de seus próprios meios de produção (no caso de não serem proprietários) ou de ampliação dos seus insumos produtivos (caso já tenham propriedade em meios de produção), colocando-os assim na ativa novamente, possibilitando-os de atingirem um novo patamar de produção, mesmo que este não configure sua saída da pequena pesca. Apesar de representar um processo bastante raro (devido aos baixos e médios rendimentos do trabalho embarcado), tal realidade se faz necessária considerar.

Outro fator interessante, no que diz respeito à emigração do trabalho na pesca artesanal, especialmente nos grupos dos produtores intermediários e principalmente dos

pequenos, está contido na saída destes trabalhadores em direção à indústria naval.⁴⁹ Em consequência disto, uma grande contradição aqui se instala, pois o referido segmento se apresenta como um dos principais antagonistas da pesca artesanal, tudo isso em decorrência da localização estratégica de seus empreendimentos em áreas onde a prática pesqueira se faz pujante. Logo, mesmo que por grande necessidade, a qual muita das vezes fora criada pela produção da escassez e da instabilidade da renda (sendo que estas são consideravelmente agravadas pelos impactos produzidos, também, pelo modelo industrial em questão), os pescadores acabam por compor uma atividade que se apresenta como um dos principais vetores da degradação de suas condições de trabalho, constituindo assim um paradoxo difícil de se compreender.

Porém, seria comum nos perguntarmos o porquê destes trabalhadores se vincularem a demasiada condição adversa e contraditória. No entanto, um dos motivos que acredito ser de grande relevância para a escolha dos pescadores por esta opção de trabalho (além é claro dos altos rendimentos que algumas funções presentes na indústria naval podem gerar), se apresenta no fato de que fazer parte deste segmento não o tiraria por completo de suas raízes com a pesca, isto é, de que possibilitaria este pescador a estar em proximidade e ainda em ligação direta com o mar. A sensação que isto cria nesses sujeitos os fazem manter intensa toda a construção simbólica que a categoria representa para eles, possibilitando-os de preservarem o vínculo que os liga diretamente à pesca artesanal.

Em decorrência disto, torna-se evidente que o exercício do trabalho na atividade se encontra em profunda sintonia e é sensivelmente dependente das dimensões simbólica e cultural que envolve o seu exercício cotidiano, as quais não são rompidas ao mínimo flagelo, mesmo que se configure o distanciamento do pescador com seu processo produtivo. Apesar dos elos com a pesca serem presença forte na vida desses sujeitos, tais vínculos não aliviam o peso da distância de seu exercício cotidiano, construindo assim a possibilidade de produção de um sofrimento que não se revela a priori, mas que se projeta no corpo e na fala desses sujeitos de maneira sutil, tornando perceptível todo um processo (intencionalmente criado por seus antagonistas – o Estado e o modelo industrial de modernização) de desmotivação desses trabalhadores, invisibilizando suas formas de trabalho e de vida, a fim de segmentar e transformar seus espaços de acordo com os interesses inerentes ao grande capital.

⁴⁹ Em Pedra de Guaratiba os jovens, filhos de pescadores artesanais, estão migrando em direção ao Nordeste Fluminense em busca de trabalho na indústria do petróleo, que há décadas mantém suas operações na Bacia de Campos.

Todavia, como nos ensina Boaventura de Souza Santos (2002), mesmo que as dificuldades se apresentem de maneira franca e desafiadora, a construção de alternativas que se colocam no horizonte das possibilidades concretas, se constituem como parte importante do cabedal simbólico que remete aos saberes e práticas dos sujeitos protagonistas da dinâmica espacial. Desse modo, os pescadores artesanais produzem a sua própria existência no tempo presente, a partir da conjugação de um universo amplo de possibilidades e de construção contínua de expectativas futuras, sendo que este esperar, ou melhor, que esta esperança é vivida exponencialmente, por meio do exercício cotidiano das dimensões existenciais inerentes à *práxis* de sua profissão, seus sentidos (em destaque a solidariedade e a criatividade), mesmo que momentaneamente dela esteja afastado fisicamente, porém não em sua condição psico-afetiva, conduzindo-os à superação das frustrações que o “Ainda-Não”, ou seja, que o futuro poderá lhes reservar (SANTOS, 2002, p. 256).

Numa situação de crise, como, por exemplo, a que vem acontecendo nos últimos três meses para a pesca do camarão na Baía de Sepetiba e que tem afetado os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, principalmente, o grupo dos pequenos produtores, os sentidos comungados pela sua experiência cotidiana, e muitos outros, são responsáveis por dar ânimo à vida desses sujeitos, tendo assim, um papel decisivo na fundamentação de um simbólico coletivo e compartilhado entre eles e que também abrange aqueles que lhes são imediatos. Portanto, tais dimensões da existência deste ser pescador estão presentes e são produtores de um cotidiano onde o existir se confunde e se une ao resistir, pares dialéticos que são responsáveis por fortalecer a pesca artesanal enquanto categoria de trabalho e de vida.

Não há como falar do trabalho do pescador artesanal sem levarmos em consideração à sua vida e não há como ponderarmos sobre a vida desses sujeitos sem considerarmos da mesma forma o seu trabalho. Desse modo, trabalho e vida, ou melhor, trabalho e cotidiano são categorias indissociáveis, pois se articulam numa teia relacional que dão sentido à existência desses sujeitos, suas histórias e trajetórias, bem como também aos lugares que ao mesmo tempo são produto e produtor dessas subjetividades.

E é neste plano relacional que se insere a questão da moradia dos pescadores. O morar está para todos nós, seres humanos, como o meio por onde reproduzimos as nossas próprias vidas e para o pescador artesanal isto não será diferente. Como o trabalho também está intrínseco à reprodução cotidiana da vida dos pescadores, logo este se encontra diretamente atrelado ao lócus principal da reprodução da vida desses sujeitos, ou seja, à sua moradia. Veremos com maior profundidade, na seção seguinte, como isto se dará.

1.3 O morar e o lugar: discussões necessárias

Até então, o debate teórico conceitual que se realizou nas linhas anteriores nos colocou em cenários que nos possibilitam compreender a pesca artesanal como uma forma existência produtora de tempos e espaços peculiares, responsáveis por diferenciar seus praticantes do urbano que lhes é imediato.

A construção dos espaços relativos à atividade pesqueira artesanal remete ao conjugar imanente e transcendente de suas relações de trabalho. Imanência porque é por meio do trabalho que o pescador trará para si (e sua família) o sustento de cada dia, que irá assegurar o acesso aos seus insumos produtivos, que irá construir a sua potencialidade de consumo de toda uma parafernália de objetos que são colocados a todos os cidadãos urbanos como indispensáveis à vida na cidade. Transcendência porque o seu fazer cotidiano remete à perpetuação dos seus saberes e seu modo de vida, significa estar em paz com os antepassados que lhe ensinou o ofício, é prover o equilíbrio de sua própria existência em meio à metrópole caótica, é se permitir ao prazer de fazer aquilo que gosta e encontrar reverberação nos olhos dos seus comuns, é viver a dimensão solidária, é reinventar a vida com criatividade e astúcia, é resistir existindo.

A vivência desses valores (a solidariedade e a criatividade), e de vários outros ainda não percebidos pela pesquisa, não poderia ser fomentada, experimentada e evidenciada a não ser na dimensão do lugar. Os lugares de existência produzidos pela pesca artesanal, rugosidades como dito, nos proporciona (a partir da experimentação do cotidiano vivido) evidenciar a construção de um *modus operandi* peculiar, responsável por dar significado e sentido a esses espaços.

Vale esclarecer aqui que o esforço de percepção dos valores presentes nesses espaços não corresponde a uma romantização em torno das localidades pesqueiras e do ser pescador, mas sim compreende a uma experiência metodológica de valorização do cotidiano no intuito de perceber as sutilezas que se escondem na opacidade da metrópole cintilante e que nos revelem “novas” leituras de mundo, “novas” possibilidades de ser e estar no espaço.

Anteriormente neste trabalho, discutimos o conceito de lugar a partir da perspectiva de Milton Santos (1994), o qual o concebe como um nó presente no espaço geográfico onde se espalham as ações hegemônicas e sua racionalidade técnica materializada ou não, esta pautada principalmente pelo movimento vertical; bem como será composto também pela ação dos

pobres e sua racionalidade criativa material e/ou abstrata, movida pelas conexões horizontais. Por compreender essas disparidades, o lugar se caracterizará a partir da experimentação do confronto e da vivência cotidiana, numa inter-relação espacial entre diferentes atores e sujeitos, atribuindo assim, vida e sentido a toda materialidade nele construída.

Posteriormente, o conceito de lugar foi aprofundado a partir da perspectiva de Hassan Zaoaul (2006), trazendo para nós uma importante elucidação sobre os sítios, seu significado e relevância para os homens da situação (*homo situs*). Para o autor, a experiência dos sítios (dos lugares) remete à construção de um espaço dotado de uma valorização simbólica que se encontra interiorizada no ser vivente e que se exterioriza nas ações e práticas espaciais deste mesmo ser a partir da interação que este estabelece com o Outro e/ou com o próprio meio.

No entanto, o aprofundamento sobre o referido conceito se mostra necessário a fim de que se construa um conjunto conciso de argumentações que nos sustente no entendimento em torno da importância que a moradia possui na vida dos pescadores artesanais no tocante à vivência de um habitar que se fundamenta num constante diálogo entre duas dimensões de sua experiência vital: o morar e o trabalhar.

Segundo Michel de Certeau (1998), o lugar tem seu fundamento a partir das relações de coexistência. A prática espacial, que ganha vida a partir da ação dos sujeitos históricos, tende a dar significados e especificidades a este espaço por eles praticado. Suas operações levam a um movimento de produção temporal e espacial do lugar em que se inscrevem (1998, p. 202-203).

Em diálogo com Merleau-Ponty, Certeau (1998) elucidará a ideia de que o “espaço é existencial” e a “existência é espacial”. Essa espacialidade, construída a partir de uma racionalização do mundo, tem fundamento na experiência do ser que se situa (*homo situs*, como afirmou Zaoaul) e se relaciona com o seu meio imediato. Portanto, essa experimentação parte de um desejo irrepreensível de construção de suas trajetórias existenciais, as quais são inscritas e reescritas no espaço, no lugar (1998, p. 202).

Desse modo, podemos dizer que o homem busca, por meio de suas experiências espaciais, a criação de laços com seu espaço imediato e com o Outro. As relações por ele produzidas são responsáveis por conectá-lo ao seu lugar de moradia, de trabalho, de lazer, de religiosidade, fazendo-os se sentir parte de uma totalidade espaço-relacional. Logo, o homem se encontra no lugar e o lugar no homem, a mínima perturbação nessa estrutura relacional pode gerar uma ressignificação dos sentidos do lugar, bem como do próprio ser (ou seja, da vida) que nele se faz presente.

Qual seria então a abrangência para a delimitação do lugar? Antes de qualquer coisa, o lugar não compreende limites físicos rigidamente definidos para todos da mesma forma. A delimitação do lugar se dá pela experiência vital de seus sujeitos, pela abrangência de suas práticas espaciais, pela ressonância dos seus valores e sentidos de existência. De acordo com Ana Fani Alessandri Carlos (2007), o lugar pode ser concebido a partir do conhecido e do reconhecido, dos encontros permitidos e possíveis, do cotidiano experimentado e praticado.

Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motoristas de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente, não é o que caracteriza a metrópole.

E continua...

Por outro lado a metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida /reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável – a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, – espaços do vivido, apropriados através do corpo – espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc. (CARLOS, p. 17-18).

Bairro e lugar se configuram aqui como espaços de experimentação do cotidiano conhecido pelas pessoas e sujeitos que os animam. Não se trata aqui de compreendermos o lugar a partir da delimitação político-administrativa do bairro, mas se trata sim de entendermos que a experimentação do lugar se faz por meio da capacidade de conhecimento e reconhecimento dos sujeitos e de seus comuns, de suas trajetórias lentas no tempo e no espaço que lhes são imediatos, por meio dos quais imanência e transcendência se tornam possíveis.

O caminhar se torna uma ação essencial para o processo de conhecimento-reconhecimento do lugar e de seus praticantes. Ação porque os percursos dos sujeitos em relação aos lugares pode evocar uma série de sentidos e significados. Como vimos no exemplo elucidado por Carlos (2007), o simples gesto de ir ao mercado pode remeter não somente a uma necessidade de compra, mas sim a construção de uma situação de encontro com seus pares semelhantes (ou antagônicos). Os trajetos, pautados por uma lentidão produtora (o caminhar), convocam os sujeitos ao relacionamento mútuo com o meio e com o Outro, fazendo do lugar uma trama complexa de sociabilidades latentes e sensíveis (mas não frágeis) ao mínimo movimento perturbador.

Se o homem, ao operar suas ações, dá um passo importante para o processo de conhecimento do lugar, quanto tempo demora a, enfim, conhecê-lo de fato? Segundo Yi-Fu Tuan (1983), “sentir” um lugar demanda certo tempo, um tempo este que é pautado pelas experiências cotidianas, pelo exercício das trivialidades humanas, pelas banalidades que compreendem a nossa prática diária (sair pra trabalhar, a contemplação da paisagem, os encontros casuais e programados, etc.). O tempo de conhecimento do lugar é, portanto, um tempo lento que nos leva à experimentação e transformação do nosso corpo e da nossa mente, a fim de que nos conduza ao processo de familiarização com o mesmo, elucidando dinâmicas e valores antes ocultos, tornando conhecido-reconhecido materialidades e imaterialidades nele presentes.

O homem moderno se movimenta tanto que não tem tempo de criar raízes; sua experiência e apreciação de lugar é superficial. Esta é uma sabedoria convencional. O conhecimento abstrato sobre um lugar pode ser adquirido em pouco tempo se se é diligente. A qualidade visual de um meio ambiente é rapidamente registrada se você é um artista. Mas sentir um lugar leva mais tempo: se faz de experiências [...], repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar (TUAN, 1983, p. 203).

Mas o processo de conhecimento-reconhecimento do lugar de que falam Tuan (1983) e Carlos (2007) não requer somente um tempo prolongado das experiências dos sujeitos que nele se inscrevem. Conhecer-reconhecer o lugar remete também à intensidade das experiências nele vividas, ou melhor, ao envolvimento com o lugar. As diferentes formas de sociabilidade (como as relações de vizinhança e entre familiares), o sustento gerado e retirado a partir do meio, as histórias, as heranças culturais e os saberes experienciados no lugar compreendem este ensaio envolvente que os sujeitos mantêm com o mesmo. O homem lento

se experimenta e se reinventa no e a partir do lugar e, conseqüentemente, no e a partir do cotidiano.

A decifração do cotidiano se envereda por caminhos que buscam construir no pesquisador a sensibilidade para tornar perceptíveis os elementos práticos presentes no lugar, elementos estes que se fundamentam a partir de uma relação de coexistência e proximidade. Segundo Pierre Mayol (2013), o lugar remete a uma temporalidade/espacialidade que se experimenta “a pé saindo de sua casa”, possibilitando a criação (consciente e inconsciente) de seus conhecimentos e reconhecimentos, de seus itinerários de uso e de prazer. Esta construção se dá de maneira progressiva em decorrência da sucessividade de seus atos e ações, e também pelo engajamento do seu corpo pelo espaço. Para o autor, as trivialidades que compõem lugar e cotidiano carregam em sua sutileza uma complexa trama de desejos e de aspirações, as quais promovem nos sujeitos a potencialidade para agir e se fazerem presentes na cidade, enquanto usuários (de fato) desse meio (2013, p. 41-42).

Para Mayol (2013), o bairro (o lugar) é o espaço em que é possível a relação com o Outro. Sair de casa e andar pela rua inscreve os sujeitos numa rede simbólica preexistente, compreendendo assim uma série de relações conscientes ou não entre os mesmos e o seu mundo físico e social. Os sujeitos, em seus movimentos de ir e vir, seus trajetos, constroem (experi)mentalmente uma extensa lista de significados e códigos de conduta que os possibilita o reconhecimento do espaço enquanto social, de percepção dos seus íntimos e dos seus distantes (2013, p. 43).

Pois bem, as discussões que percorremos ao longo das linhas anteriores nos levaram ao entendimento de que o lugar não compreende a uma área geométrica, política e/ou administrativamente delimitada, está para além disso. O lugar compreende a vida, a experimentação do cotidiano, as banalidades e sua relevância na construção da experiência dinâmica de superação das adversidades do mundo moderno e fugaz. Os lugares remetem ao relacionamento com o Outro (comum ou não), com o meio e com todo um conjunto de signos que se encontra inscrito e conduz os ritmos e as arritmias possíveis no espaço.

Os lugares produzidos pela pesca artesanal, conforme mencionado, corresponde a um tempo (histórico) anterior à própria constituição do espaço da metrópole. Sua formação está intrinsicamente ligada à vivência de uma experiência em comunidade, na qual se fundamenta a partir de costumes enraizados no exercício da solidariedade, da ajuda mútua, do profundo conhecimento-reconhecimento do Outro, de seus problemas mais íntimos e de suas aspirações, conforme orienta Silva (2014):

Esta mudança necessária de sentido de fazer ciência, apoia-se em autores e pensadores tais como Zaoual (2006) – economista marroquino que aponta a necessidade de compreender os sítios como uma relação existencial dos grupos com a sua relação econômica, social e política. O sítio é o lugar – território existencial, cuja linguagem e sentido somente pode ser compreendido diante e para dentro do grupo. Neste sentido, Zaoual (2006) reconhece que na África o mercado é categoria social e relacional complexa e que a explicação simplesmente pela orientação da abordagem do mercado capitalista, ou seja, o mercado globalizado, mercado abstrato, impede ou torna invisível a complexidade das relações sociais e da luta pelo sentido das ações. Interessante que na nossa análise da relação entre o trabalho e economia incorporamos a política – na análise das relações entre a pesca artesanal, o território e o Estado, incorporamos a cultura como possibilidade de compreender aquilo que não é visto imediatamente, que são o sentido das ações e o dos saberes (SILVA, 2014, p. 17).

Atualmente, já com a influência do urbano, os lugares produzidos pela pesca artesanal ainda conseguem experimentar muitos dos sentidos que dizem respeito a essa herança cultural construída no passado. No entanto, este conjunto de valores e códigos de conduta, os sentidos de existência, passaram e continuam passando por constantes processos de remodelação de seus significados, devido, principalmente, à propagação da lógica do individualismo e da meritocracia tão presentes nos ideários inventariados pela modernização em marcha. A tal uniformização, ou homogeneização, tão desejada pelo capital vem para transformar (ao seu bel prazer) não só o espaço, a materialidade construída, mas também o tempo, a subjetividade que o anima. Logo, corações e mentes se tornam o alvo principal do processo de modernização, a fim de eliminar as diferenças (culturais) que se apresentem como um entrave aos anseios da acumulação.

Os lugares produzidos pela pesca artesanal vivem uma temporalidade lenta em sua essência. Muito do que se vivia no passado ainda está presente e se mostra indispensável para a manutenção dos sujeitos que a praticam. O processo de trabalho que envolve a atividade contribuiu diretamente para o espraio dos valores gerados no seio da mesma, atingindo assim, os seus lugares imediatos. Nesse caso, um exemplo bastante peculiar está contido no fato de que os pescadores artesanais possuem o hábito de ajudar outros pescadores que estejam passando por alguma dificuldade quando em alto mar. Esta ajuda, movida pelo sentimento/valor/código de conduta, a qual já salvou inúmeras vidas, não é esquecida quando o fato se encerra, ela se multiplica, ela continua vivente e, mais do que isso, ela não se restringirá ao local de trabalho (o mar), mas sim ganha projeção no lugar da vida, nas ruas do bairro, percorridas por pescadores ajudados e ajudantes, por vizinhos conhecidos ou desconhecidos. Os valores produzidos pela pesca artesanal rompem a barreira do espaço e atingem a dimensão do tempo, contagiam mentes e corpos e conduzem a ação de muitos,

daqueles que estão em contato direto com a experimentação desse cotidiano, quer seja pescador quer não.

Dessa forma, a relação entre os pescadores artesanais (e entre estes e seus vizinhos não pescadores) tende a ser uma relação bastante próxima, íntima. É comum todos se conhecerem, quer se gostem ou não. Ao longo de uma manhã, ou de um fim de tarde é comum vê-los costurando uma rede debaixo de uma sombra qualquer ou na calçada de suas casas. Ao encontrar algum amigo passando pela rua, se cumprimentam e logo começam a conversar. Falam de tudo um pouco e por longas e duradouras horas. A pauta é diversa: falam de futebol, de política, da vizinhança, da violência da cidade, falam de outros amigos, fazem brincadeiras um com o outro e falam também sobre o trabalho de cada um, suas estratégias, seus sucessos e seus desejos de futuro. Se quem cruza o seu caminho for algum vizinho conhecido não pescador, a conversa também se configura como algo importante (porém tende a ser mais sucinta), prezando aqui a manutenção da boa relação com aqueles que lhes são imediatos. Nesta última situação também é experimentado o exercício solidário, pois é comum os pescadores (após uma farta pescaria) distribuírem peixes pela sua vizinhança, aos que são mais próximos e/ou necessitados.

A experiência da venda do pescado também surge como uma importante forma de sociabilidade nos lugares vivenciados pelos pescadores artesanais. Apesar de na maior parte das vezes o pescador ter de vender a sua produção ao atravessador (o que pode influenciar em seu processo de conhecimento-reconhecimento do/no lugar), em algumas situações a venda se realizará diretamente com o consumidor final, fazendo com que o pescador crie alguns laços de confiança com este agente. Se este consumidor viver no mesmo bairro em que o pescador, os laços criados poderão ser ainda maiores, fazendo com que ambos saiam ganhando nesta relação, pois o pescador adquire um cliente fiel e compadecido com sua luta diária, a partir do acompanhamento de notícias sobre o seu trabalho e suas dificuldades, enquanto que o cliente ganha um fornecedor leal, que se comprometerá (por meio de um acordo selado, em algumas situações, veladamente) a lhe reservar os melhores peixes e com preços, às vezes, abaixo dos de mercado.

A caminhada pelo bairro, pelo seu lugar conhecido, pelas ruas e ruelas vazias da esquizofrenia urbana, porém cheias de vozes que propagam histórias (e estórias) se fim, cheias de roncões de motores que partem para a lida por terra ou por mar, cheias de músicas cantadas à capela ou à moda digital, cheias de folhas secas que caem das árvores balançadas com a força do vento que vem da vastidão das águas, cheias da maresia misturada ao ar suave

que se respira e se sente prazerosamente; essas ruas, ou melhor, o caminhar por essas ruas faz do encontro com seus pares (e ímpares) uma prática quase que inevitável. Para o pescador, qualquer que seja o motivo da caminhada, esta se desdobra em múltiplos sentidos a partir dos encontros que esta simples ação virá estabelecer ao longo do seu movimento pelo espaço. Uma mera saída ao mercado pode ocasionar um encontro que lhe renda, por exemplo, o selamento de uma parceria de trabalho que venha mudar as suas perspectivas financeiras no mês. Pode também fazer propagar o sentimento de solidariedade, no momento em que o pescador vê um conhecido chegando à praia com dificuldades para parar a embarcação, daí o primeiro abrevia a sua caminhada e se põe a ajudar na orientação do segundo na chegada à beira. Pode também gerar o conflito uma vez que encontre alguns de seus desafetos ao longo do trajeto. Pode-se também iniciar a negociação da próxima produção a partir do encontro com um cliente assíduo, garantindo assim alguma venda para a semana. Enfim, o conjugar entre movimento e encontro possibilita ao pescador viver a experimentação de um cotidiano diverso e peculiar. Sua experiência espacial de fato é algo diferente da experiência vivida pelos demais trabalhadores urbanos. O lugar e seus valores possuem significância senão a partir da experiência cotidiana desses sujeitos e de seus comuns. Logo, o lugar está no pescador, ao mesmo tempo em que o pescador está nele.

A experiência dos pescadores artesanais com o seu lugar é construída ao longo do tempo e da intensidade das relações que são experimentadas em seu cotidiano. Esta vivência está intrinsecamente ligada ao seu processo de trabalho e, conseqüentemente, com suas trajetórias. As saídas para o mar são consideradas pelos pescadores como uma grande “caixinha de surpresas”, da qual é necessário se precaver de várias formas. No entanto, as condições naturais oferecidas pelo meio fazem com que estes trabalhadores construam (mentalmente) uma diversidade de trajetos para diferentes situações adversas. A maré seca (maré baixa), por exemplo, tende a fazer com que os pescadores mudem de rota para poder desembarcar em um ponto seguro com a sua produção, uma vez que a diversidade morfológica das praias produzirá pontos de desembarque privilegiados em relação a outros. A utilização desses outros pontos de desembarque presentes no lugar em que vive, faz o pescador experimentar um constante processo de conhecimento-reconhecimento do seu meio, das pessoas e dos valores que dão sentido ao cotidiano partilhado nas diferentes porções do lugar. Logo, os trajetos traçados pelos pescadores artesanais são extremamente importantes para a construção do seu conhecimento-reconhecimento com o lugar em que vive e trabalha.

No entanto, a coexistência entre esses sujeitos nem sempre se dá de maneira pacífica. As diferenças que são enaltecidas nesta relação de conflito quase sempre são criadas a partir da experiência política desses sujeitos, provinda da formação de grupos que são liderados por um pescador escolhido em processo democrático. As decisões tomadas por esse líder podem fazer com que essa vivência do associativismo provoque a motivação ou a desmotivação do grupo, frente às lutas que se apresentam no cotidiano, interferindo assim no exercício de sua militância.

A desmotivação gera a cisão e, conseqüentemente à criação de outro grupo liderado por outrem. Este novo grupo lutará pelas mesmas causas que o primeiro, no entanto, lançará mão de seus próprios métodos e ideais de militância. Dificilmente há algum pescador que não pertença a um grupo definido, mesmo que haja apenas uma empatia por alguns deles, isso já é o suficiente para gozar de alguns benefícios, entretanto, tal postura poderá provocar o distanciamento do grupo preterido. A relação explicitada remete ao conflito⁵⁰ entre Colônias e Associações pesqueiras, o que vem causando sérios problemas no processo de construção da legitimidade necessária ao fomento de uma pauta reivindicativa e política concisa que os fortaleçam na luta pelo direito ao trabalho e pelo seu pleno reconhecimento perante a sociedade.

No caso de Pedra de Guaratiba os pescadores relatam que são muitas as irregularidades cometidas pelos seus órgãos representativos locais, nos quais muitos pescadores afiliados deixam de ser assistidos pelas referidas instituições em favorecimento de seu corpo diretivo, uma vez que este último vem recebendo forte apoio financeiro dos grupos industriais locais para operar uma série de medidas as quais têm provocado graves conseqüências aos pescadores artesanais pertencentes ao seu quadro associativo. Em suma, tais medidas compreendem o cerceamento de direitos como o acesso a documentos que os possibilitem a dar entrada em sua carteira de pescador profissional (RGP), na aposentadoria (segurado especial) e no seguro defeso (benefício financeiro pago ao pescador no período em que não pode pescar de forma comercial, devido a procriação das espécies marinhas)

Os casos de conflitos entre pescadores artesanais vêm aumentando consideravelmente a partir da disputa pela legitimidade de representação da categoria. O Estado e as grandes empresas acirram ainda mais o conflito no momento em que são os responsáveis diretos pela

⁵⁰ Todavia, este conflito possui um potencial significativo de catalisar uma ruptura dentro da própria categoria. Tal fato contribuiria para que o exercício solidário, por exemplo, se tornasse uma prática que se restringisse aos pescadores do próprio grupo, colocando em xeque valores que são responsáveis por ser a base de sustentação do seu existir e, conseqüentemente, do seu resistir.

criação dos principais problemas vivenciados por esses trabalhadores. Para termos uma ideia, a criação dos programas de compensação em decorrência dos impactos ambientais gerados pela industrialização acaba promovendo conflitos entre os diferentes grupos associativos da pesca artesanal, os quais são pautados, muitas das vezes, pelos interesses individuais de algumas lideranças. No que concerne aos principais problemas vivenciados na Baía de Sepetiba e que, consequentemente, se reflete nos locais de moradia e de trabalho dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Silva (2013) argumenta:

Data das últimas décadas do século passado o início da história dos impactos ambientais causados à Baía de Sepetiba por projetos de reprodução do capital. Entre estes figura o da Cia. Mercantil Ingá, indústria produtora de zinco altamente puro que foi instalada na ZUPI de Coroa Grande, na Ilha da Madeira, Município de Itaguaí, e, hoje em situação falimentar e sob intervenção federal, continua a ser o empreendimento que em maior risco põs o ecossistema da região, contaminando-a com resíduos que, sem pararem de se acumular há mais de trinta anos, ainda enfraquecem ameaçadoramente o equilíbrio ecológico da Baía de Sepetiba (INEA, 2012). A área em que se localizava a Cia. Mercantil Ingá pertence agora à LLX Sudeste e é onde se está construindo um porto destinado à exportação de minério de ferro. Um grande túnel ao ser construído rasga o resquício de mata atlântica da ilha. A Marinha do Brasil constrói um estaleiro de submarinos em outra parte da ilha, aterrando boa parte de um manguezal, e contribuindo diretamente para a degradação desse berçário da vida marinha (SILVA, 2013, p. 69).

E ainda,

Nesta baía, o Porto de Itaguaí, outrora Porto de Sepetiba, ocupa área de 10,4 milhões de metros quadrados no Município de Itaguaí, a leste e sul da Ilha da Madeira. As obras para construir o porto, e depois as que o ampliaram e expandiram adaptando-o ao recebimento de navios cada vez maiores e mais rápidos, foram intervenções potencialmente poluidoras, assim como o têm sido desde o começo as próprias atividades do porto e o tráfego dos navios, e o vem sendo ocupação litorânea, que há muito cresce. Além disso, a infraestrutura do Porto de Itaguaí, que se constitui numa barreira entre a cidade o mar, interfere vigorosamente no uso e ocupação do solo (SILVA, 2013, p. 70).

O vertical cai sobre o horizontal e transforma o lugar a partir de sua ruptura a fim de garantir a prevalência de seus projetos de futuro. O “dividir para conquistar” tão utilizado pelos Romanos em suas incursões “bárbaras” por terras e aldeias vizinhas, ainda se faz presente em nosso tempo, estando enraizada nas estratégias dos atores hegemônicos. Tal fato vem fazendo emanar do lugar uma variedade de conflitos, os quais vêm interferindo diretamente no cotidiano e na vida das pessoas.

Desse modo, a dimensão política desses sujeitos também remete aos seus trajetos, suas práticas pelo espaço. No entanto, gostaria de colocar em segundo plano essa dimensão política

do ser pescador, para voltarmos nossa atenção à dimensão social deste ser e suas trajetórias aparentemente banais pelo lugar praticado, pelo lugar do vivido.

Como vimos, seus trajetos podem estar diretamente relacionados com o seu trabalho ou não. O fato de estar ou não diretamente relacionado à sua prática laboral cotidiana não furta o pescador de viver sua experiência com o lugar. A intensidade das relações permitidas pelo caminhar, pelos trajetos, construirá nesse ser toda uma gama de competências que serão responsáveis por tornar o lugar algo familiar ao pescador. Desse modo, nos fica evidente que não é somente pelo trabalho que será construído os seus laços afetivos (e racionais) com o lugar, mas também acontecerá a partir da experimentação do morar.

Segundo Tuan (1983), a moradia denota uma organização íntima do ser nela vivente. É uma construção única, dotada de densidade e de significados, os quais se encontram conectados aos espaços e aos usos a que eles são atribuídos, formando assim uma totalidade, o lar propriamente dito. (1983, p. 199-200) No caso da pesca artesanal, a moradia, além de servir para a reprodução da força de trabalho do pescador, serve também como o lugar do próprio trabalho. É comum ver nas casas dos pescadores algum espaço que sirva para guardar parte de seus instrumentos (como motores de popa, remos, paus e afins), ou que seja utilizado para construir ou reparar algum material (como no caso das redes, por exemplo).

Fato curioso e extremamente compreensível está contido na abrangência geográfica das casas dos pescadores que utilizam sua moradia como extensão do seu trabalho. Os pescadores que ainda conseguem manter suas casas próximas à praia e/ou ao seu atracadouro, algo que vem progressivamente diminuindo devido à especulação imobiliária nestas áreas (trataremos disso um pouco mais adiante), conseguem fazer a conexão entre o trabalhar e o morar de maneira natural e frequente. Por outro lado, aqueles que já não estão mais próximos assim da beira da praia se veem obrigados a realizar a construção ou reparo de seus materiais de trabalho e embarcações nos espaços públicos distantes de sua nova moradia (como nas praias que correspondem ao seu atracadouro, nas calçadas ou nas ruas acerca) ou até mesmo nas casas de pescadores amigos. É comum também que eles guardem algum material de trabalho na residência de um amigo que fique nos arredores da praia.

Porém, a relação entre trabalho e moradia para o pescador artesanal não está presente somente na situação recentemente explicitada. Não que a relação entre trabalho e moradia que se encontra contida no exemplo anterior não reflita de fato esta complementariedade, muito pelo contrário, está mais do que evidente que esta comunhão existe e interfere diretamente na

vida desses sujeitos. Todavia esta relação adquire uma condição mais profunda e que constitui o lugar como o elo responsável por ligar essas duas dimensões do ser pescador.

Pois bem, retomemos o lugar como a expressão máxima das relações sociais e de produção donde atuam diversos atores e agentes. (SANTOS, 1994) Partindo dessa definição, a pesca artesanal se torna responsável pela produção de lugares que condizem com as práticas espaciais por ela estimuladas. O processo de trabalho da referida atividade produz não só uma materialidade, mas também sentidos de existência nos lugares que a compreendem (como já bem falamos aqui), responsáveis por conduzir a experiência vital do cotidiano. Ao produzir esses sentidos, a pesca produz espaços de conhecimento e reconhecimento por aqueles que vivem a dimensão deste tempo praticado, que o experimentam em intensidade e em regularidade. A experimentação desse tempo, desses sentidos, levam a criação de um espaço íntimo e único, o lugar, o qual torna possível o movimento do ser por trajetos que o leva à experiências extremamente necessárias para o seu próprio reconhecimento enquanto ser no mundo. Que dê significado à sua própria existência.

Entretanto, esta intimidade com o lugar não se inicia a partir da experimentação dos trajetos, mas sim esta intimidade é uma continuidade da extensão da sua moradia, do seu lar, ou seja, do seu íntimo mais íntimo. Por mais que o pescador não utilize a sua moradia para a construção e reparo de seus instrumentos, seu trabalho o coloca a experimentar valores e situações que se prolongam à sua vida cotidiana mais íntima, aquela vivida em seu habitáculo. Em seu lar, o pescador é ainda mais solidário com seus familiares e visitantes (estes escolhidos com muito critério), pois aqui (diferentemente dos espaços públicos) não há a possibilidade de se criar julgamentos de valor pejorativos provindos de terceiros, os quais não entendem e/ou não vivem a mesma experiência espacial desses sujeitos. Seu lar é o lugar onde será sentido o verdadeiro peso da alegria de uma mesa farta em decorrência de uma ótima pescaria, ou da tristeza produzida pela escassez da dispensa em consequência de uma baixa produção. Seu lar é o lugar de rascunho dos trajetos (no mar e na vida), é onde o pescador individualmente monta suas estratégias de pesca e de sobrevivência. Seu lar é o lugar de descanso do corpo depois de uma intensa jornada de trabalho ou até mesmo depois de ter se acidentado ou adoecido devido há horas subsequentes no mar. Seu lar é o lugar do encontro com seus parceiros de trabalho, a fim de que se fale sobre as dificuldades e alegrias da lida e da vida. Portanto, é na casa que se inicia, que se constrói a “arte de resolver a vida” desses homens e mulheres da pesca artesanal.

Segundo Mayol (2013), as trajetórias dos sujeitos são inauguradas a partir do seu local de habitação. Aqui não há uma separação, mas sim uma continuidade que conecta a moradia e o sujeito ao lugar. A construção dessa continuidade não está para todos da mesma forma, mas sim depende exclusivamente do engajamento dos sujeitos na experimentação do seu cotidiano e do lugar em que se inscreve (2013, p. 42). Não se trata de dizer que a moradia comportará os processos e conflitos que se experimenta no lugar em sua totalidade, mas sim de que essas relações também são vividas no plano da habitação com uma nova roupagem. Isto, como disse, não está para todos da mesma forma, no entanto, no caso dos pescadores artesanais, especialmente naqueles que vivem a experiência de estarem próximos aos seus locais de trabalho, o lugar se complementa com a moradia, ao mesmo tempo em que a moradia se torna uma continuidade do lugar.

Digo isso porque foi na sua própria casa que muitos pescadores tiveram seu primeiro contato com a atividade, que começaram o processo de aprendizagem dos saberes pesqueiros. Mas daí vocês me perguntam: Mas como? Ele não aprendeu a pescar na praia? Na beira de um rio? Como poderia a moradia ser o seu primeiro lugar de aprendizagem da pesca? Daí, respondo a vocês: Família! O primeiro contato que grande parte dos pescadores artesanais teve em sua vida com os saberes relacionados à pesca foi a partir de sua proximidade com seus pais, avós e tios pescadores e isso aconteceu antes que pisassem o primeiro grão de areia ou que salpicassem seus rostos com a água do mar ou de um rio qualquer. E não se vive essa proximidade com a família senão no lugar mais íntimo e particular da existência humana, não se vive esta experiência primeira em outro lugar a não ser na sua própria moradia.

Outro ponto importante que gostaria de levantar aqui corresponde ao alimento. O peixe se configura como um importante símbolo do trabalho do pescador artesanal dentro de sua própria casa. Alimento ou produto, a figura do peixe remete à existência desse ser pescador, ao seu suor, à dor do corpo provocada pelo peso da lida, à superação das imprevisibilidades no mar (o renascimento), ao acidente inevitável (o padecimento), às suas habilidades e destrezas na movimentação pelas águas, às dificuldades de acesso aos meios de produção, às horas intermináveis no mar, às doenças da profissão, à pobreza e à fartura. No píer, na praia, na calçada, no mercado, de porta em porta, na mesa, na sua própria mesa, o peixe resume a vida, é sagrado para o pescador, é sua renda ou alimento, é a sobrevivência, é o seu trabalho dentro de sua moradia, é a sua moradia dentro do seu trabalho, é a lembrança do mar quando se está na mesa e é a lembrança da mesa quando se está no mar e não se chega

ao peixe a não ser por meio do lugar e suas possibilidades criadas a partir de práticas de solidariedade e de criatividade.

Em meio ao que foi exposto, e na certeza de que isto compreende apenas a uma ínfima parte daquilo que representa a relação entre trabalho e moradia para a pesca artesanal, e que se revelou com toda sua sutileza aos olhos do pesquisador, não podemos refutar que moradia e trabalho para os sujeitos viventes desta prática são dialeticamente construídos a partir de significados sensíveis e intensos, experimentados por eles no cotidiano e no lugar. A perturbação dessa relação é sentida profundamente por aqueles que comungam dessa realidade.

A interferência que o urbano vem provocando nas localidades pesqueiras (com o seu crescimento planejado pelo capital e apoiado pelo Estado) é de fato algo que influencia e muito na vida dos pescadores artesanais. Estes vêm experimentando o peso de abandonar seus lugares de moradia e de trabalho, onde se experimentava a vida num ritmo conhecido e reconhecido por todos, onde se vivia valores originados de uma herança cultural provinda de seus antepassados, cunhados no ambiente da lida e do lar. A especulação imobiliária, o aumento do valor da terra, vem fazendo com que muitos pescadores mudem o roteiro de seus trajetos (no mar e no lugar), pois já não se pode mais suportar o alto custo da vida que vem se tornando padrão nas localidades pesqueiras.

De acordo com Edésio Fernandes (2010), o processo acelerado de urbanização que se inicia no Brasil em meados do século XX estimulou e continua a estimular uma profunda crise urbana que se configura por uma combinação de importantes fatores como a segregação socioespacial, o déficit habitacional, os impactos ambientais e o acesso informal à terra urbana e à moradia (essas duas últimas fomentadas a partir da frieza e parcialidade dos “doutores da lei”). Segundo o autor, o que levou o país a experimentar esse processo de urbanização fragmentador do espaço se deve à natureza elitista e tecnocrática das intervenções governamentais tão presentes no início desse processo (2010, p. 56).

Outra situação lembrada por Fernandes (2010) corresponde à existência de uma ordem jurídica obsoleta e proibitiva que ignorava o princípio da função social da propriedade, a qual está contida em todas as Constituições Federais desde 1934. No entanto, se os planos e projetos de urbanização negligenciavam o princípio da função social da propriedade, estes continuaram a seguir o “paradigma anacrônico do Código Civil de 1916”, o qual reforçava a “tradição histórica de reconhecimento de direitos individuais de propriedade sem uma maior qualificação” (2010, p. 56).

Após muitas lutas e pressões causadas pelos movimentos sociais na segunda metade do século XX, a Constituição de 1988 trouxe em seu texto importantes formulações e instrumentos que tornasse possível a realização de uma ampla Reforma Urbana, a qual tinha como princípios fundamentais: a autonomia do governo municipal; a gestão democrática das cidades; o direito social de moradia; o direito à regularização de assentamentos informais consolidados; a função social da propriedade urbana; e o combate à especulação imobiliária nas áreas urbanas (FERNANDES, 2010, p. 58).

A nova Constituição possibilitou também a criação do Estatuto das Cidades, um instrumento legal e que visava promover a reforma urbana a partir do combate à especulação imobiliária e da garantia do uso do solo em equilíbrio com os interesses sociais, culturais e ambientais de grupos que comungam dessas experiências no ambiente urbano. Tal fato aponta para o dever do poder público de promover a construção de uma cidade em que a vida se realize verdadeiramente em equilíbrio com o meio. A respeito dos deveres do Estado, Fernandes (2010) nos fala o seguinte:

Mais do que nunca, cabe aos municípios promover a materialização do novo paradigma das funções sociais da propriedade e da cidade através da reforma da ordem jurídico-urbanística e ambiental municipal. Confirmando e ampliando o espaço constitucional garantido para a ação dos municípios (e em menor escopo também para os Estados e para a própria União) no controle do processo de desenvolvimento urbano, o Estatuto da Cidade não só regulamentou os instrumentos, urbanísticos e financeiros pela Constituição Federal de 1988, como também criou outros. Há na lei federal uma série de instrumentos jurídicos que podem ser usados pelas administrações municipais, especialmente no âmbito dos seus planos diretores, para regular, induzir e/ou reverter a ação dos mercados de terras e propriedades urbanas, de acordo com princípios de inclusão social e sustentabilidade ambiental. Todos esses instrumentos podem, e devem, ser utilizados de maneira combinada, devem promover não apenas a regulação normativa dos processos de uso, desenvolvimento e ocupação do solo urbano, mas especialmente induzir ativamente os rumos de tais processos. Podem, dessa forma, interferir diretamente com — e reverter — o padrão e a dinâmica dos mercados imobiliários produtivos formais, informais e, sobretudo, especulativos que, tal como operam hoje, têm determinado o processo crescente de exclusão social e segregação espacial nas cidades brasileiras (FERNANDES, 2010, p. 62).

No entanto, apesar de existir instrumentos que garantam o direito à moradia, muitas barreiras precisam ser superadas para que estes sejam devidamente utilizados na promoção de uma gestão urbana que privilegie o exercício da função social da propriedade em detrimento da proteção dos agentes promotores da especulação imobiliária, especialmente em áreas onde há uma ambiência sociocultural latente. Para Fernandes (2010), o principal motivo por detrás do atual processo caótico de constituição das cidades brasileiras se apresenta pelo fato de que

a formação dos juristas se encontra bastante obsoleta, fazendo com que suas ações sigam um modelo jurídico pautado em ideais liberalistas ultrapassados. Tal situação contribui ainda para a operação de estratégias que visam garantir os interesses individuais dos proprietários ao mesmo tempo em que os interesses coletivos não são levados em consideração.

Os juristas voltados para a ação do poder público justificam a aplicação de restrições administrativas externas ao exercício da propriedade urbana, mas não entendem que a propriedade é essencialmente uma fonte de obrigações sociais: a função social está exatamente no poder de obrigar intrinsecamente decorrente da propriedade, e não meramente nas limitações administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia. Em relação a uma forma específica de propriedade – a da propriedade imobiliária –, por razões históricas e políticas, o Estado brasileiro não conseguiu reformar o liberalismo jurídico clássico, e por isso ainda não conseguiu promover reforma agrária, nem reforma urbana. As cidades brasileiras – fragmentadas, segregadas, excludentes, ineficientes, caras, poluídas, perigosas, injustas e ilegais – são o resultado desse fracasso do Estado na reforma da ordem jurídica liberal, já que a lógica especulativa do mercado, que vê na propriedade tão somente um valor de troca, não dá conta das questões sociais e ambientais, e, sobretudo, das necessidades dos mais pobres (FERNANDES, 2010, p. 66).

Dessa forma, a inoperância do Estado no tocante ao ordenamento social do espaço urbano brasileiro se mostra como um processo historicamente construído. Tal fato, fazendo uma ponte com as realidades vividas nas localidades pesqueiras, vem produzindo uma crescente exclusão dos pescadores artesanais de seus lugares de trabalho e moradia. Isto está contido nos discursos e nas histórias contadas pelos primeiros pescadores lá situados e que, com muito custo, se colocam nesta cena como bravos remanescentes da luta contra o capital imobiliário, ou até mesmo como sortudos, uma vez que em determinadas áreas dessas localidades a dificuldade do acesso se configura um “bem-vindo” obstáculo que o mercado ainda não ousou transpor. O fato é que o avanço moral das estruturas do Estado não acompanhou os passos largos das conquistas possibilitadas pela nova legislação, o que vem fazendo com que a lei do mercado seja o primeiro instrumento a ser utilizado no “processo democrático” (por que não dizer... autocrático) do ordenamento territorial urbano.

A necessidade de evocar a questão da reforma urbana para este debate sobre a moradia do pescador pode se revelar, à primeira vista, um equívoco de estratégia no processo de construção do pensamento sobre o tema em questão. Entretanto, digo-vos: a aparência não revela a essência! O motivo pelo qual promovi este diálogo se encontra adormecido por entre os discursos proferidos até aqui.

Segundo Henri Lefebvre (1991) o cotidiano se revela como um conjunto de insignificâncias (trivialidades), não no sentido pejorativo (como já bem esclarecemos em

momentos anteriores), mas sim na valorização do modesto essencial, dos fragmentos encadeados, articulados num movimento produtor da vida, da existência social. A vivência dessa dimensão cotidiana, em seu movimento, encontra confronto na modernidade, o tempo da estética, do novo, da novidade, é o luminoso, o esplêndido, enfim, é o produto do efêmero e vive a obsolescência como uma condição máxima de sua existência (1991, p. 38-39).

O cotidiano e o moderno, como afirma Lefebvre (1991), são contrários, pares opostos da *práxis* social. Entretanto, a existência de um, não elimina existência do outro, mas sim promove a sua remodelação, alterando significados, valores e práticas no seio do tecido social e promovendo mudanças nos processos constituidores (e reconstituidores) do ser, suas experiências, sua existência (LEFEBVRE, 1991, p. 39).

Um novo ser surge para o mundo. Liquida-se seu passado num movimento violador no qual suas origens são ocultadas, suas heranças culturais se desmancham, os traços de sua história são acaçapados, tudo isso devido ao privilégio da “estratégia vitoriosa”. (LEFEBVRE, 1991, p. 39). Vencido, o tempo lento é sobreposto à fugacidade apressada; o trabalho (*a práxis*) é secundarizado pelo consumo (a arte de consumir); e a cidade (experiência social complexa e criativa) dá lugar ao urbano (modelo da homogeneização e de comando da vida social). A modernização busca a conquista do cotidiano, tenta a todo custo transforma-lo no intuito de dar sustentação aos seus projetos de futuro, à sua leitura de mundo caótica e individualista.

Todavia, como bem salienta o autor, em meio a esse processo há algo de “irredutível” que se opõe a tudo isso (LEFEBVRE, 1991, p. 103). A força que comanda essa resposta emerge do cotidiano (e do lugar) e se revela para nós como a vida praticada, a experiência social em todas as suas dimensões, a qual é animada pelo exercício de sua capacidade criativa (a arte de resolver a vida) e dos laços de solidariedade possíveis pela existência (conhecimento e reconhecimento).

A atuação do capital imobiliário (impulsionados pelos ideários urbano-industriais e avalizado pelo Estado) se configura como um importante ator de transformação das localidades pesqueiras. A homogeneização desses espaços se dá sob a lógica da modernização que, conseqüentemente, se faz presente para garantir a prevalência do valor de troca em detrimento do valor de uso desses lugares. Padrões arquitetônicos modernos e perfeitamente simétricos, frios (ausentes de vida e de vínculo com o lugar)⁵¹ se revelam em meio à paisagem

⁵¹ O veraneio se apresenta como a expressão máxima da efemeridade do uso (o consumo do lazer) e da modernidade impositora. Mesmo que as localidades pesqueiras não tenham nenhum atrativo (mercadológico)

diversa das localidades pesqueiras. Muitos são os pescadores (e outros moradores) que não conseguem suportar o peso da valorização dos seus imóveis (como já falei aqui) e por isso, partem em direção a “portos mais distantes”, mudam seus trajetos e refazem a vida, seus vínculos com o lugar e com o Outro.

Nesse sentido, é de fato necessária (ou melhor, urgente) a mobilização dos pescadores artesanais na luta pela manutenção dos lugares que fundamentam a sua própria existência, seus territórios praticados e construídos historicamente e espacialmente. Sua luta é pela terra (a cidade), é pelas águas (o mar, as baías, os rios, as praias, o mangue), sua luta é pelo trabalho (seus valores, sua sobrevivência), é pela moradia (seu abrigo, seu íntimo), sua luta é pela existência, é pelo cotidiano, é pelo lugar, é pela vida.

Distante de seus locais de trabalho e de andanças, o pescador é como um simples cidadão na cidade, influenciável pelo ritmo do urbano, pelo seu passo acelerado e esquizofrênico. A vida longe do seu lugar lhe causa incômodos, impertinências, constrangimentos. Falta-lhe algo, às vezes não se sabe o que, até porque o atordoamento da *urbe* não convida ao silêncio (tão habitual no mar e no lar), impossibilitando-o de descobrir dentro de si a ausência que sente. Mas o tempo, esse do relógio, logo lhe mostrará que o que se sente é a falta de sua lida, do seu lar, é a saudade de viver as experiências que brotam de seu próprio lugar.

A superação da fragmentação na tríade morar / lugar / trabalhar, fragmentação esta que é estimulada por forças exógenas a esses sujeitos, se revela como urgente e merece o apoio de todos aqueles que forem suficientemente sensíveis a perceber que a vida, as histórias, os saberes, os valores e as práticas provindas dos pescadores artesanais são indispensáveis para, junto de outras atividades que busquem promover a produção urbana, nos ajudarem a pensar uma nova leitura de mundo, uma que mude os rumos da sociedade para caminhos mais solidários e sustentáveis (criativos) de fato.

momentâneo ou se caracterizem por pertencer a uma área degradada da cidade (pela violência ou pela poluição, por exemplo), estas possuem um potencial ambiental (concentração de belezas naturais remanescentes) extremamente considerável. No caso da metrópole do Rio de Janeiro, nas Baías de Sepetiba e da Guanabara, mesmo em locais bastante precarizados por causa da poluição e/ou da exclusão social, a beleza do ambiente se revela de maneira tímida aos olhos do observador sutil, aquele que se impõe despreocupado com a visualidade do aparente.

2 A PESCA ARTESANAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE ENTRE DIFERENTES ESCALAS

Antes de aprofundarmos a análise sobre os pescadores no bairro da Pedra de Guaratiba, sob a orientação dos conceitos produção social do espaço urbano, cotidiano e lugar, elaboramos este capítulo com a intenção de apresentar uma caracterização da atividade pesqueira artesanal nacional a partir da análise de dados primários e secundários referentes à categoria, nos quais a escala do lugar também se encontra inscrita.

Neste sentido, justificamos este capítulo, porque neste momento da dissertação se faz relevante a necessidade de compreendermos os diferentes contextos provenientes de diferentes escalas de análise da produção pesqueira, bem como para entendermos também para onde apontam as ações estratégicas articuladas pelas instituições que gerenciam a categoria em questão. Desse modo, buscaremos neste momento traçar algumas considerações sobre como se apresenta a categoria dos pescadores artesanais no cenário produtivo nacional. Para a realização de tal tarefa usaremos aqui dados secundários, extraídos de pesquisas construídas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sumariamente. Este, por sua vez, é um importante articulador de ações estratégicas direcionadas à pesca artesanal e sua efetivação em Ministério Federal aconteceu ao longo da última década (2000-2010).

Todavia, é importante mencionarmos aqui que o referido ministério é resultado da complexificação da estrutura da antiga Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), criada por meio da Medida Provisória nº. 103, de 1º de janeiro de 2003, em seu art. 1º, § 3, IV. Sua criação se deu no intuito de viabilizar a elaboração, discussão e implementação de políticas públicas que buscassem atender as necessidades dos pescadores como um todo, promovendo o desenvolvimento da atividade em todo o país. A partir da criação da SEAP, foi pensada uma estrutura institucional para organizar discussões que visavam a elaboração das políticas públicas. Dessa forma, criou-se o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Criado pela Lei nº. 10.683/03 este tinha por finalidade a formulação de políticas públicas a partir da articulação e do debate entre os diferentes níveis de governo e os próprios pescadores e aquicultores, a fim de promover ações que levassem ao desenvolvimento da aquicultura e da pesca em todo território nacional.

Anos mais tarde, constatou-se que a estrutura inicial da SEAP já não era suficiente para atender a demanda de soluções que a realidade vivenciada pelos pescadores e aquicultores de todo o Brasil impunha ao respectivo órgão. Assim, a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca realizada em junho de 2009 (promovida pela SEAP), aprovou a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor pesqueiro nacional, num único órgão de governo, transformando a SEAP no Ministério de Pesca e Aquicultura. Junto à criação do MPA foi aprovada também a nova Lei da Pesca e Aquicultura (Lei 11.959/09), regulamentando as respectivas atividades e apontando diretrizes que intencionavam colaborar para a elaboração de planos e políticas que auxiliassem o pleno desenvolvimento das mesmas.

Em meio ao exposto, seria minimamente inconveniente negar a importância estratégica que o MPA possui para a promoção da pesca extrativista praticada no território nacional. No entanto, apesar da atividade se configurar como o maior vetor produtivo de pescado em nosso país (e ser regulamentada pelo Estado), muitos ainda são os obstáculos que seus trabalhadores vêm tendo que transpor para exercerem seu trabalho diariamente, situação que nos leva a pôr em discussão a atuação do referido órgão no fomento da pesca no Brasil.

Como de fato se configura como o responsável por gerir os recursos pesqueiros em todo Brasil, o MPA surge como principal fonte de consulta secundária de nossa pesquisa. Os dados que seguem em análise correspondem a estudos recentes realizados pelo referido Ministério e nos ajudam a entender como a produção de pescado e as atividades que dizem respeito à sua produção, se apresentam na atualidade. Também serão apresentadas algumas informações extraídas da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) e da Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas – FAO).

A meio caminho da leitura do presente capítulo, explicitaremos informações pertinentes a respeito da Baía de Sepetiba e sua relação com a pesca artesanal. Para isto, propomos uma caracterização da área, bem como uma exposição dos desafios inscritos neste território no que concerne o exercício cotidiano da atividade pesqueira. Após este momento, realizaremos uma discussão sobre o perfil dos pescadores artesanais que se inscrevem neste contexto, suas características principais e peculiaridades inerentes ao seu fazer.

2.1 A pesca na escala nacional

O setor pesqueiro brasileiro comporta atualmente 1.041.967 pescadores registrados no MPA. Destes, 604.955 (58,06%) são do sexo masculino e 437.012 (41,34%) do sexo feminino. Conforme podemos ver na *Tabela 1*, a distribuição desses trabalhadores pelo território brasileiro se dá de maneira bastante díspar, sendo a região Nordeste a maior concentradora deste contingente e o Centro-Oeste e de menor ocorrência. (MPA, 2012)

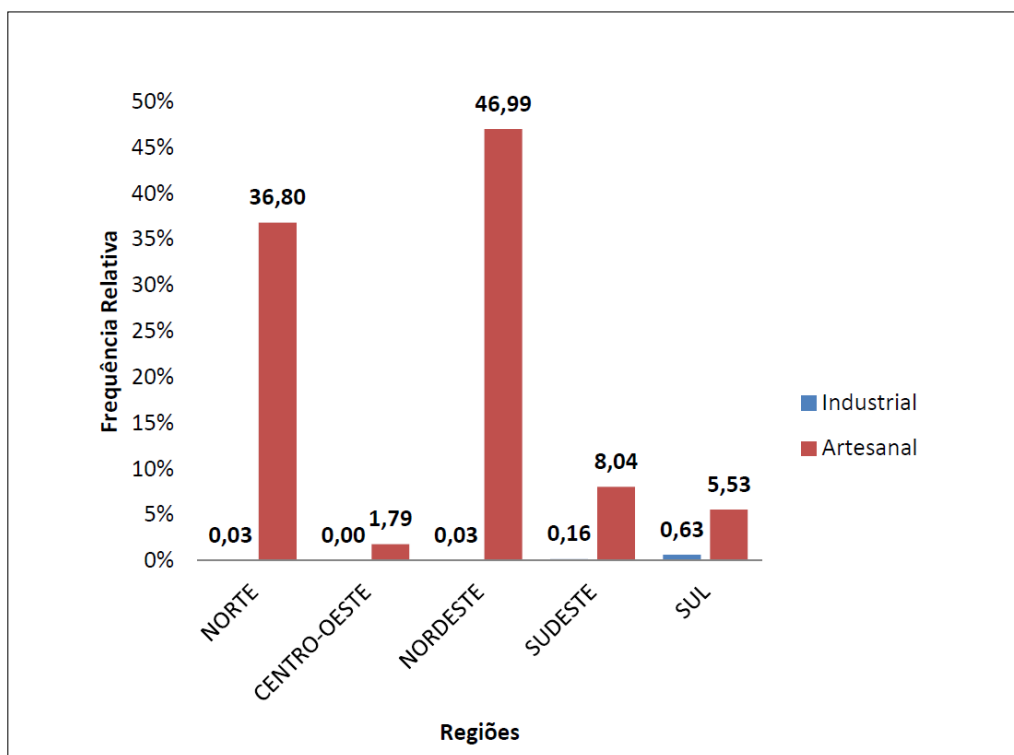
Tabela 1 – Distribuição dos pescadores profissionais por grandes regiões administrativas – 2012

Distribuição dos pescadores profissionais por grandes regiões administrativas – 2012		
Grandes Regiões	Quantitativo	Participação (%)
Norte	383.727	36,83
Centro-Oeste	18.638	1,79
Nordeste	489.940	47,02
Sudeste	85.464	8,20
Sul	64.198	6,16
Total	1.041.967	100

Fonte: Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP; MPA, 2012.

Dessa totalidade de pescadores profissionais, a grande maioria pertence à categoria dos pescadores artesanais. São 1.024.281 pescadores e pescadoras que praticam a atividade de maneira artesanal em todo o país. Os demais profissionais correspondem à pesca industrial e representam 0,84% do contingente total. Conforme nos mostra o *Gráfico 1*, construído a partir de estudos do MPA, a maior parte dos pescadores artesanais brasileiros se situa nas regiões Norte e Nordeste e de industriais na região Sul (MPA, 2012).

Gráfico 1 – Frequência relativa dos pescadores profissionais distribuídos por região e por categoria



Incidência relativa dos pescadores profissionais distribuídos por região e por categoria

Fonte: Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP; MPA, 2012.

Tal distribuição dos pescadores pelo Brasil não se dá por acaso e, conforme Diegues (1983) afirma, acontece pela diversidade das condições naturais que interferem diretamente na reprodução das espécies marinhas. De acordo com o autor, no Nordeste há a presença de uma diversidade bastante reduzida de espécies sendo estas também de difícil captura em larga escala, uma vez que seus habitats mais comuns são os fundos rochosos da linha costeira. Estes fatores acabam por atrapalhar a pesca industrial (apesar desta ainda se fazer presente na região), pois nesta a utilização de técnicas como o arrasto, que consiste no lançamento de grandes extensões de redes, as quais são abertas ao longo do pesqueiro e em seguida são puxadas mecanicamente ao atingirem o fundo marinho. Se a rede encontrar alguma rocha pelo caminho, esta será completamente rasgada, atribuindo ao produtor um grande prejuízo. Algo bastante interessante para lembrarmos aqui é que essas espécies, por serem de difícil captura, possuem um alto valor de mercado, contribuindo assim por configurar a base de uma grande representatividade de pequenos produtores artesanais na referida região⁵², os quais utilizam

⁵² Apesar da maior predominância de pescadores artesanais no Nordeste ser dos pequenos produtores, não podemos excluir a participação dos grandes e intermediários produtores artesanais, os quais representam sim

técnicas de captura mais precisas como, principalmente, a pesca de linha (DIEGUES, 1983, p. 107-108).

Nas regiões Norte e Centro-Oeste a pesca em rios parece ser a grande alternativa aos pescadores locais, haja vista que nestas áreas há uma grande predominância de ambientes fluviais e que também dificultam uma pesca realizada nos moldes industriais. No entanto, devido essas regiões possuírem rios de grande extensão e profundidade, a pesca dos produtores intermediários e do grandes produtores⁵³ também serão realizadas junto a pequena pesca, configurando assim um grande variedade de técnicas artesanais utilizadas no processo produtivo pesqueiro que envolve as regiões em questão (DIEGUES, 1983, p. 113).

Já no eixo Sul-Sudeste, a pescaria em grande escala é extremamente favorecida pelos ambientes e recursos marinhos disponíveis. Segundo Diegues (1983) a plataforma continental que abrange estas regiões possui uma base mais larga, com um fundo composto basicamente por areia e lama, favorecendo, desse modo, a ocorrência de grandes cardumes. Estes, por sua vez, serão capturados pelo uso de técnicas de grande capacidade produtiva presentes, sobretudo, na pesca industrial, seguida (com considerável diferença) das utilizadas pela pesca artesanal dos grandes e médios produtores, e por último pelas técnicas de baixo poder de captura presentes na pequena produção, esta se restringindo às baías e nas proximidades da linha de costa. Em decorrência disso, a predominância do setor industrial pesqueiro neste eixo regional brasileiro acaba por se tornar inevitável, especialmente quando ligamos estes favoráveis fatores naturais de produção com uma elevada estrutura e capacidade de acumulação constituídas historicamente por diversos processos econômicos que se fizeram presentes nas regiões em questão, os quais destacamos aqui não só a existência de uma pesca já altamente especializada (provinda especialmente da migração europeia que aconteceu para terras brasileiras ao longo do século XIX), mas também de figuras capitalistas vinculadas a outros ramos produtivos como o café e a indústria.

Outro fator interessante que podemos refletir a respeito dos dados presentes na *Tabela 1*, no que concerne ao número total dos pescadores profissionais, se revela na grande imprecisão desses números oficiais em relação ao que podemos encontrar na realidade vivida

um menor contingente, mas também se fazem presentes a partir da realização de uma produção possibilitada pela reprodução de espécies locais, uma vez que as espécies do eixo sul-sudeste não conseguem completar suas migrações devido serem capturadas pela pesca praticada no referido eixo.

⁵³ Porém, devido à diversidade morfológica do fundo fluvial, isto não os possibilitará de utilizarem a técnica do arrasto de fundo, mas sim de outras técnicas semelhantes como a rede de cerco, por exemplo, sendo que esta funciona da seguinte forma: ela fica acoplada ao barco e é lançada após ser avistado o cardume a ser capturado, após isso o barco faz movimentos a fim de cercar o pescado dentro da armadilha.

no cerne da categoria em questão. Conforme vimos, são pouco mais de um milhão de pescadores que praticam a atividade nos moldes artesanais em todo o Brasil, no entanto, o questionamento destes números é algo que não se pode negligenciar, pois os mesmos representam somente a contagem dos pescadores regularizados no MPA, isto é, que daqueles que exercem a atividade tendo em mãos o RGP (o Registro Geral de Pesca). Todavia, a realidade que encontramos em várias localidades pesqueiras situadas ao longo do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, nos aponta para o fato de que nem todos que exercem a pesca artesanal como um ofício propriamente dito, possuem tal registro, ficando assim de fora das estatísticas oficiais. Logo, este número apresentado pelo ministério se encontra muito aquém da realidade vivida pela categoria. Trataremos isto com mais detalhes em outra seção da dissertação.

O Brasil, apesar de possuir uma potencialidade gigantesca para a prática da pesca (existência de 8.500 km de extensão de costa, 4,3 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva, além de possuir 12% do total da reserva de água doce do planeta), não produz números tão expressivos no que se refere ao consumo de pescado *per capita* ao ano. Para termos uma ideia, o cidadão brasileiro consumiu em 2004 cerca de 8 kg de pescado. (SEAP, 2006)

Segundo o MPA (2012), o consumo médio de pescado por ano, ficou em torno de 9 kg em 2011, se colocando abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual diz que o consumo ideal por pessoa deve corresponder a 12 kg de pescado por ano. A FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations – Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas) realizou um estudo no qual expõe a produção mundial de pescado e o consumo *per capita* por continente. Ao analisarmos a *Tabela 2*, veremos que o Brasil se encontra ligeiramente abaixo da média anual de consumo de pescado da América Latina, por exemplo.

Tabela 2 – Produção do setor pesqueiro e aquícola e consumo *per capita* de pescado por continente – 2009

	<i>Produção total de pescado (milhões/ton.)</i>	<i>Consumo (kg/ano)</i>
África	9,1	9,1
América do Norte	8,2	24,1
América Latina e Caribe	5,7	9,9
Ásia	85,4	20,7
Europa	16,2	22,0
Oceania	0,9	24,6

Total mundial	125,6	18,4
----------------------	--------------	-------------

Fonte: O estado mundial da pesca e da aquicultura. Departamento de Pesca e Aquicultura; FAO, 2012.

Ainda segundo o estudo realizado pela FAO, a China é o país que mais produz este gênero alimentício no mundo inteiro, contribuindo para a produção de 39 milhões de toneladas de pescado por ano. No entanto, sua elevada produção corresponde não à eficácia da pesca extrativista, muito menos em sua forma artesanal. A produção chinesa em larga escala remete à atividade aquícola, a qual é responsável por 94,2% desse montante produzido. (FAO, 2012)

Tabela 3 – Produção pesqueira da China – 2010

	<i>Produção (ton.)</i>	<i>Parcela de contribuição para a produção (%)</i>
Pesca	2.289.343	5,8
Aquicultura	36.734.215	94,2
Total	39.023.558	100

Fonte: O estado mundial da pesca e da aquicultura. Departamento de Pesca e Aquicultura; FAO, 2012.

Diferentemente do padrão chinês de produção, a pesca brasileira possui no modelo extrativista tradicional (pesca em rios, mares, baías, lagoas, mangues, etc.) o seu principal método de produção pesqueira. Ao analisarmos a *Tabela 4* veremos que a atividade aquícola brasileira apesar de se encontrar ainda bem abaixo da pesca extrativista, em termos produtivos, ela vem crescendo num ritmo bem maior do que a segunda. Conforme o dado nos revela, esta teve um crescimento de 49,4% no período de seis anos, enquanto que a pesca extrativista⁵⁴ expressou um aumento de produção de apenas 15,9%.

Tabela 4 - Produção (t) brasileira de pescado - 2003 a 2009

	<i>2003</i>	<i>2009</i>
Pesca Marinha	484.592,5	585.671,5
Pesca Continental	227.551	239.492,6
Total Pesca	712.143,5	825.164,1
Piscicultura	177.125,5	337.353
Carcinicultura	90.196,5	65.189
Aquicultura (outros)	11.433	13.107,4
Total Aquicultura	278.128,5	415.649
Total Geral	990.272	1.240.813,1

Fonte: Produção Pesqueira e Aquícola: estatística 2008 e 2009; MPA, 2010.

⁵⁴ Todavia, o dado não nos possibilita decifrar o quanto a pesca artesanal é responsável por contribuir com essa produtividade, a qual se presume ser de grande relevância para o setor, haja vista que o número de trabalhadores vinculados à prática da categoria, como pudemos ver, é extremamente expressivo.

Este dado nos possibilita entender também que desde a criação da SEAP, ou seja, desde que as atividades de pesca e aquicultura começaram a ser mais acompanhadas pelo Estado, o crescimento da aquicultura passou a ser consideravelmente maior do que o registrado pela pesca extrativista. Tal fato aponta para a intenção do Estado de transformar o Brasil num dos grandes produtores de pescado do mundo, tendo na aquicultura (a exemplo do modelo chinês) uma peça fundamental para a construção desta realidade.

Isto fica ainda mais evidente quando, ao percorremos os meandros do MPA, vemos todo e qualquer tipo de informação sobre como se inserir na atividade aquícola e, mais do que isso, sobre como o pescador (artesanal, sumariamente) pode se lançar na referida atividade e conseguir maior produtividade e, por conseguinte, obter uma maior rentabilidade com a profissão.

Ao voltarmos as nossas análises para entendermos a produção pesqueira na relação entre as grandes regiões administrativas com as unidades da federação, verificaremos algumas peculiaridades. Analisando o *Cartograma 2* e a *Tabela 5*, veremos que o pescado provindo da pesca extrativista possui uma elevada produção na Região Nordeste, a maior de todo o Brasil, compreendendo 34% da produção total deste segmento. As vastas extensões do litoral nordestino somadas a uma grande diversidade de espécies são importantes fatores para esses números expressivos. Em relação à aquicultura, a mesma possui uma elevada capacidade produtiva correspondendo a 31,4% do total de pescado produzido por esta modalidade em todo o país. Logo em seguida no ranking nacional encontramos a Região Sul. Sobre esta região podemos afirmar que sua produção provém, majoritariamente, da pesca realizada em seu litoral, bem como pela aquicultura promovida no continente (marca que atinge 57,3% e 36,3% respectivamente e em relação a produção nacional destes subsetores). Em termos gerais de cada segmento a produção da pesca extrativista corresponde a 22,6% em relação à produção brasileira, enquanto que a aquicultura compreende a 31,1% no que concerne a esta mesma relação.

Posteriormente encontramos a Região Norte, a qual configura um equilíbrio no que se refere a origem do pescado, pois tanto na pesca continental, quanto na marinha a sua produção é elevada, atingindo juntas uma produção que equivale a 27,6% do total de pescado produzido pela pesca extrativista no Brasil. A produção atingida pela a aquicultura (oriunda, principalmente, de sua matriz continental) nesta região compreende 8,6% da produção total de pescado brasileira pelo segmento em questão.

A seguir veremos a Região Sudeste. Esta possui no litoral a sua grande fonte de extração dos recursos pesqueiros, sejam provindos da pesca, sejam oriundos da aquicultura. Desse modo, em relação à pesca extrativista, o total produzido corresponde a 14,2% do total produzido por esta modalidade no Brasil e, em relação à aquicultura estes números atingem um patamar bastante similar ao da pesca, com 14,3% em relação à produção nacional do referido segmento. Por fim chegamos a Região Centro-Oeste, cuja sua produção provém em suma da aquicultura (haja vista que a produção obtida pela pesca extrativista chega apenas a 1,6% do total brasileiro no referido segmento), produzindo o correspondente a 14,6% do total obtido pela aquicultura e se caracterizando como a 3ª maior produção nacional proveniente da referida modalidade.

Tabela 5 - Produção Nacional de Pescado por Unidade da Federação (t) - 2009

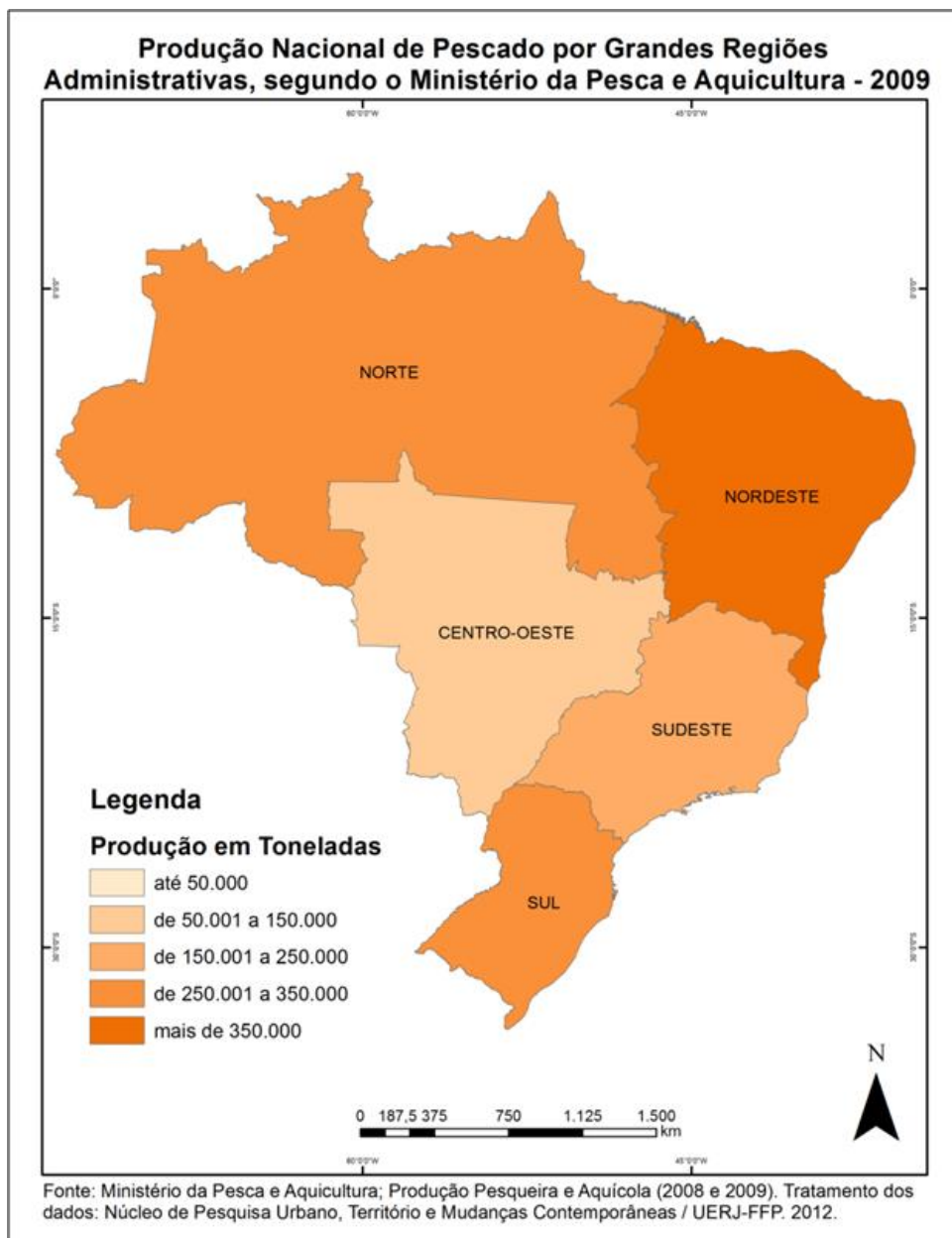
<i>Regiões e UFs</i>	Pesca Extrativa			Aquicultura			TOTAL GERAL
	Marinha	Continental	Total	Marinha	Continental	Total	
NORTE	97.095,0	130.691,0	227.786,0	246,1	35.782,3	36.028,4	263.814,40
Acre	0,0	1.568,3	1.568,3	0,0	3.536,2	3.536,2	5.104,5
Amapá	6.869,0	10.391,9	17.260,9	0,0	652,7	652,7	17.913,6
Amazonas	0,0	71.109,9	71.109,9	0,0	10.234,7	10.234,7	81.344,6
Pará	90.225,9	42.082,5	132.308,4	246,1	3.673,9	3.920,0	136.228,4
Rondônia	0,0	3.603,4	3.603,4	0,0	8.178,1	8.178,1	11.781,5
Roraima	0,0	396,6	396,6	0,0	3.502,5	3.502,5	3.899,1
Tocantins	0,0	1.538,4	1.538,4	0,0	6.004,1	6.004,1	7.542,5
NORDESTE	210.965,9	69.994,8	280.960,7	62.859,1	67.643,3	130.502,40	411.463,1
Alagoas	8.815,8	416,4	9.232,2	192,4	7.876,0	8.068,4	17.300,6
Bahia	81.884,0	17.687,0	99.571,0	6.023,1	14.007,7	20.030,8	119.601,8
Ceará	23.345,0	11.549,4	34.894,4	20.515,8	32.812,3	53.328,1	88.222,5
Maranhão	40.561,4	28.152,4	68.713,8	251,8	1.397,8	1.649,6	70.363,4
Paraíba	8.809,2	1.813,5	10.622,7	1.461,4	1.111,0	2.572,4	13.195,1
Pernambuco	14.722,6	3.348,9	18.071,5	3.518,0	1.887,6	5.405,6	23.477,1
Piauí	2.959,7	1.783,0	4.742,7	1.639,8	3.508,1	5.147,9	9.890,6
Rio Grande do Norte	24.395,6	4.236,6	28.632,2	26.478,1	1.085,7	27.563,8	56.196,0
Sergipe	5.472,7	1.007,7	6.480,4	2.778,7	3.957,1	6.735,8	13.216,2
SUDESTE	96.364,2	21.265,3	117.629,5	780,1	58.839,0	59.619,1	177.248,7
Espírito Santo	12.843,0	831,6	13.674,6	611,0	5.630,2	6.241,2	19.915,8
Minas Gerais	0,0	8.874,8	8.874,8	0,0	9.934,3	9.934,3	18.809,1
Rio de Janeiro	55.960,1	1.064,1	57.024,2	26,2	4.771,4	4.797,6	61.821,8
São Paulo	27.561,1	10.494,9	38.056,0	149,9	38.503,1	38.653,0	76.709,0
SUL	181.246,4	5.516,2	186.762,6	14.411,0	115.083,5	129.494,5	316.257,1
Paraná	5.973,0	1.822,6	7.795,6	1.101,4	30.878,8	31.980,2	39.775,8
Rio Grande do Sul	18.267,4	3.154,5	21.421,9	21,3	47.532,7	47.554,0	68.975,9
Santa Catarina	157.005,9	539,0	157.544,9	13.288,3	36.672,1	49.960,4	207.505,3

CENTRO-OESTE	0,0	12.025,3	12.025,3	0,0	60.004,9	60.004,9	72.030,2
Distrito Federal	0,0	282,2	282,2	0,0	1.025,9	1.025,9	1.308,1
Goiás	0,0	1.332,2	1.332,2	0,0	15.964,3	15.964,3	17.296,5
Mato Grosso	0,0	5.560,0	5.560,0	0,0	30.510,8	30.510,8	36.070,8
Mato Grosso do Sul	0,0	4.850,9	4.850,9	0,0	12.504,0	12.504,0	17.354,9
BRASIL	585.671,5	239.492,6	825.164,1	78.296,3	337.353,0	415.649,3	1.240.813,0

Tratamento dos dados: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

Fonte: Produção Pesqueira e Aquícola: estatística 2008 e 2009; MPA, 2010.

Cartograma 2 – Produção Nacional de Pescado por Grandes Regiões Administrativas



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

No que tange à produção ao nível das Unidades da Federação, verificaremos (de acordo com a *Tabela 5* e o *Cartograma 4*) que as cinco maiores produtoras de pescado pela pesca extrativista são, respectivamente: **1- Santa Catarina (157.544,9 t); 2- Pará (132.308,4t); 3- Bahia (99.571,0t); 4- Amazonas (71.109,9 t); e 5- Maranhão (68.713,8t).** Este ranking possui algumas peculiaridades interessantes de serem ressaltadas e que estão contidas na diferenciação entre os modelos produtivos de pesca praticados com maior predominância (ou não) nas unidades federativas em questão.

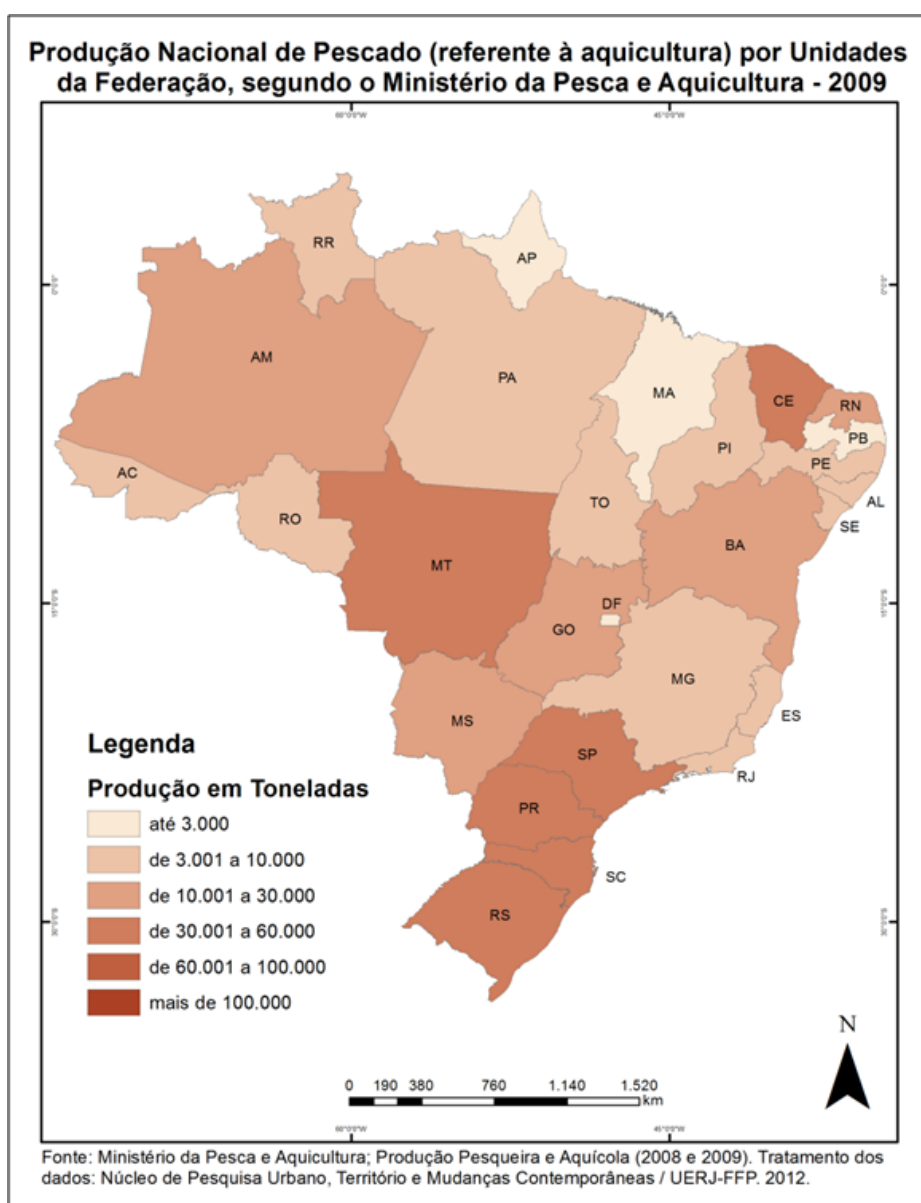
Para abrirmos uma discussão a respeito dos dados anteriormente apresentados, atentemo-nos para a disposição regional das Unidades da Federação que ocupam as cinco primeiras posições no ranking em questão. Aqui veremos que (sequencialmente) as regiões Norte, Nordeste e Sul mantêm a supremacia produtiva mesmo sem a participação dos seus demais estados. Apesar de não termos os dados sobre produção pelos modelos produtivos de pesca (o industrial e o artesanal) podemos levantar a hipótese de que na região Sul (e especialmente em seu maior produtor pesqueiro o estado de Santa Catarina) devido a pesca industrial reunir seu maior contingente de trabalhadores (*ver Gráfico 1*), a mesma possui neste segmento o seu principal vetor produtivo pesqueiro, o que coloca como coadjuvante a pesca artesanal em suas diferentes subcategorias nesta porção do território brasileiro. Em decorrência disto a elevada capacidade produtiva (predatória) dos pescadores industriais tenderá a prejudicar gradativamente as condições de trabalho dos produtores artesanais, especialmente dos pertencentes à pequena pesca e ser, conseqüentemente, uma das principais influências para que o modelo artesanal se apresente como o segundo menor contingente de trabalhadores dentre os modelos produtivos pesqueiros no quadro que compreende as cinco regiões brasileiras.

Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste, especialmente nas Unidades da Federação classificadas entre as cinco maiores produtoras de pescado no Brasil, ao fazermos a mesma relação com o contingente oficial de trabalhadores do setor (*ver Gráfico 1*), constataremos que a pesca artesanal possui uma ampla atuação no quadro produtivo, relegando aos poucos produtores industriais uma pequena participação nos índices apresentados. Em meio a isto, e de acordo com Diegues (1983) a disputa entre os grandes, médios e pequenos produtores artesanais do eixo Norte-Nordeste se dará de acordo com as condições oferecidas pelo meio em que se inscrevem, a partir da relação histórica entre as forças produtivas pertencentes às diferentes subcategorias da pesca artesanal e as forças produtivas da natureza. (DIEGUES, 1983)

No que concerne à aquicultura (*ver o Cartograma 3 e a Tabela 5*), este quadro se altera consideravelmente em relação a classificação da pesca extrativista, colocando em segundo lugar apenas o estado de Santa Catarina (49.960,4 t). Figura na primeira posição o estado Ceará (53.328,1 t), sendo ainda o único representante do hemisfério norte de nosso país. Aqui, junto com os estados mencionados, encontram-se em destaque como grandes produtores do setor aquícola: Rio Grande do Sul (47.554,0 t), São Paulo (38.653,0 t), e Paraná (31.980,2 t). O que podemos inferir sobre esses números apresentados, está contido na

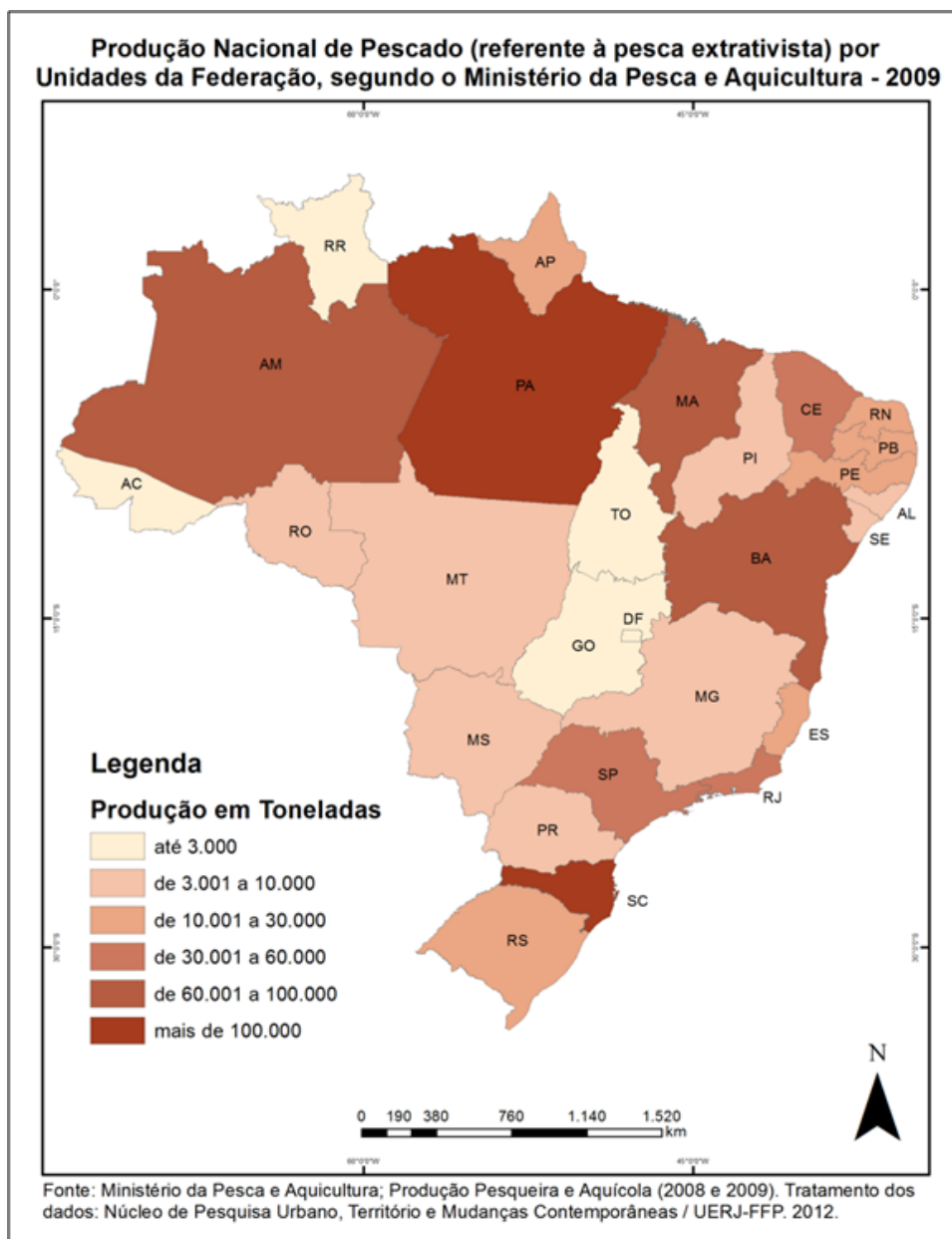
distribuição geográfica da produção aquícola, a qual se concentra, basicamente, no eixo Sul-Sudeste. Porém, isto não tem relação direta com as forças produtivas da natureza (como vimos na discussão sobre a pesca extrativista), mas sim com a capacidade do setor privado (mais concentrado no referido eixo) de realizar investimentos na referida modalidade. A concentração de empresas de pesca (as quais se vinculam à pesca industrial) e de outras atividades de alta concentração de capitais nestas regiões fazem com que a aquicultura seja um alvo em potencial de investidores ávidos por novos modelos produtivos, principalmente de atividades que contam com todo um suporte informacional e financeiro do Estado.

Cartograma 3 – Produção Nacional de Pescado (referente à aquicultura) por Unidades da Federação



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

Cartograma 4 – Produção Nacional de Pescado (referente à pesca extrativista) por Unidades da Federação



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

2.2 A pesca na escala estadual

O Rio de Janeiro figura como coadjuvante no contexto da produção nacional de pescado (conforme podemos ver no *Cartograma 4* e, detalhadamente, na *Tabela 5*). Na aquicultura ocupa a modesta 20ª posição, enquanto na pesca extrativista sua produção é mais

expressiva, colocando o estado na 6ª posição do ranking nacional. No panorama geral, o Rio de Janeiro ocupa a 9ª posição, se configurando assim um estado como uma considerável representatividade dentro do quadro produtivo de pescado brasileiro. Ao minuciarmos um pouco mais a nossa análise em torno da produção pesqueira fluminense (com dados um pouco mais recentes), veremos que esta vem sendo obtida tendo como produtores de destaque um conjunto de cinco municípios (ver *Tabela 6*), são eles: Angra dos Reis, Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo e São João da Barra. (FIPERJ, 2011)

De todos estes municípios, apenas Angra dos Reis possui uma relativa proximidade com a Baía de Sepetiba, região abrangente da área de estudo aqui evidenciada, Pedra de Guaratiba. Os demais municípios estão localizados na Baía de Guanabara (Niterói e São Gonçalo), na Região dos Lagos (Cabo Frio) e no Norte Fluminense (São João da Barra). Voltando a questão relacional envolvendo a Baía de Sepetiba e Angra dos Reis, é importante mencionarmos que diversos barcos ligados à pesca intermediária e dos grandes produtores que possuem seus atracadouros em localidades pesqueiras situadas na referida baía, muitas das vezes fazem o desembarque de sua produção no município em questão, elevando assim seus índices produtivos.

Segundo relatório publicado pela FIPERJ (2011) foi monitorado um total de 11.895 desembarques de pescado em diversos atracadouros espalhados pelos municípios acima mencionados. Todos estes desembarques totalizaram uma produção de 78.985 toneladas de pescado provindos da pesca extrativista, compreendendo um considerável aumento de 38,5% em relação ao ano de 2009. Ainda segundo a referida instituição, a sardinha verdadeira é a espécie mais pescada no estado, totalizando 44.628 mil toneladas e compreendendo cerca de 57% da produção geral fluminense

Tabela 6 – Estado do Rio de Janeiro, segundo os principais municípios produtores de pescado
- 2011

<i>Municípios</i>	<i>Produção (t)</i>	<i>Participação (%)</i>
Angra dos Reis	26.823	34
Cabo Frio	16.354	21
Niterói	25.576	32
São Gonçalo	8.717	11
São João da Barra	1.515	2
Total Geral	78.985	100

Fonte: Produção Pesqueira e Aquícola: estatística 2008 e 2009; MPA, 2010.

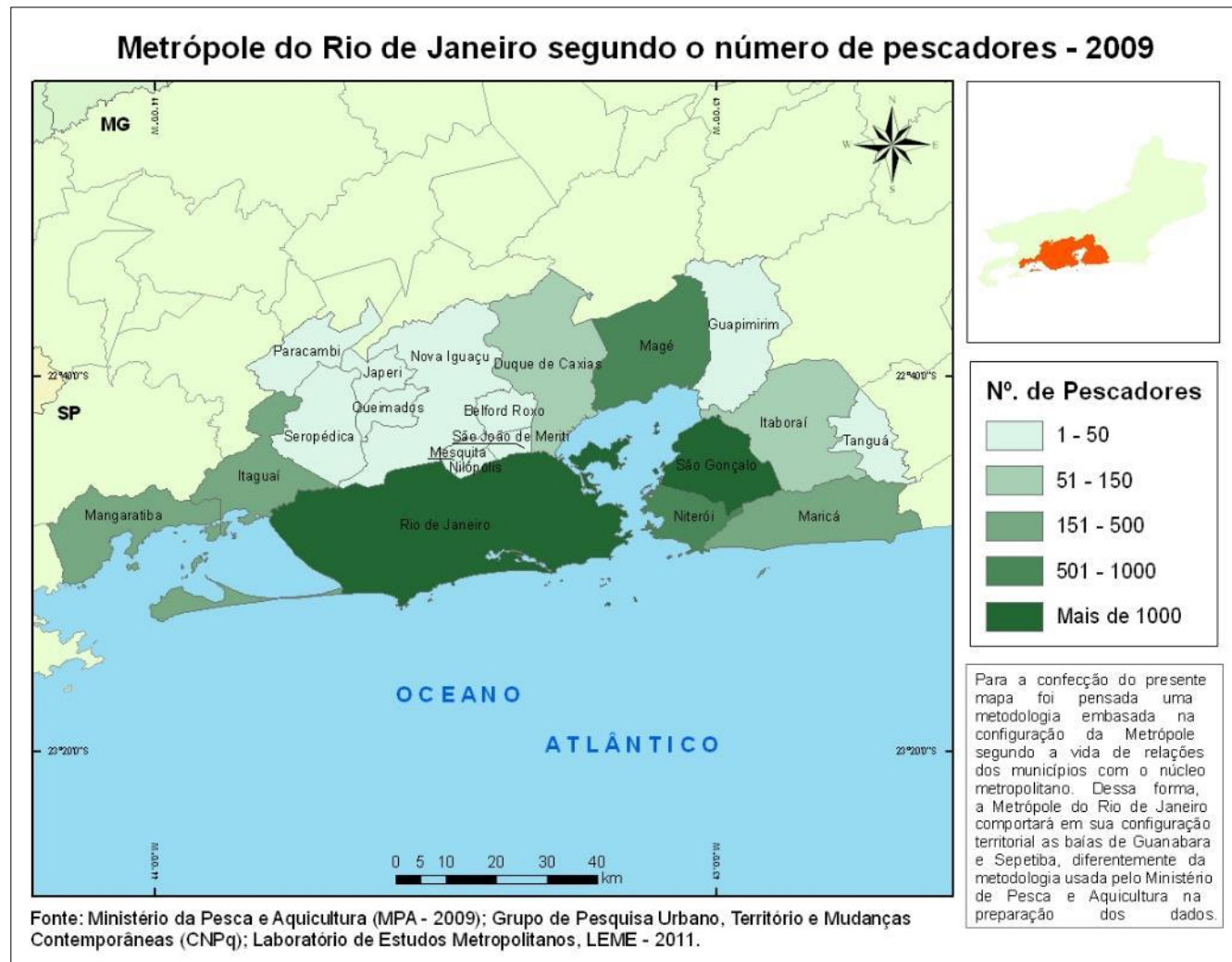
Verificando o *Cartograma 5*, veremos que os municípios metropolitanos que se destacam por abrigar os pescadores artesanais e o seu trabalho são: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Niterói e Magé. Ao confrontarmos as informações deste cartograma com as da tabela anterior nos depararemos com uma questão curiosa, haja vista que dos municípios que mais desembarcaram pescado no estado fluminense, apenas São Gonçalo e Niterói figuram entre os que compreendem um maior contingente desses trabalhadores em seu território. Isto se dá por dois motivos centrais: o primeiro deles é que São Gonçalo e Niterói se caracterizam por ser um grande celeiro da produção pesqueira artesanal, especialmente da pequena produção, fazendo assim com que todo pescado produzido permaneça nos próprios municípios, uma vez que suas embarcações não possuem um grande poder de navegação e assim atingir atracadouros em outros pontos do estado.

Niterói possui ainda um fator estratégico (semelhante à questão de Angra dos Reis): a presença do Mercado São Pedro tende a centralizar também o desembarque de pescado oriundo de grandes e intermediários produtores artesanais que possuem seus atracadouros em diversos outros municípios vizinhos (inclusive a capital fluminense), ou até mesmo distantes (como de regiões que variam de norte a sul do estado, dependendo consideravelmente do porte da embarcação) tornando mais expressiva a sua produção. São Gonçalo também se apresenta como um centro polarizador da produção pesqueira artesanal, mas este num contexto mais local, abrangendo em suma a região da Baía de Guanabara. O município em questão, além de atrair os pequenos produtores locais (que são milhares), atrai também produtores intermediários tanto locais, quanto de outros municípios próximos (pois suas embarcações de médio porte permitem uma navegação segura, em bom tempo, pelas águas da baía). Estes produtores seguem para atracadouros como o situado no bairro do Gradim, por exemplo, onde costuma haver um comércio intenso durante a madrugada, com ativa participação dos atravessadores. Para o desembarque produtivo em São Gonçalo é comum vermos pescadores provenientes de municípios como Magé, Guapimirim e até mesmo Duque de Caxias.

O outro motivo intrínseco ao referido dado está na capacidade produtiva que os pescadores dos municípios de São João da Barra, Cabo Frio e Angra dos Reis possuem. Estes são equipados com instrumentos de trabalho (embarcações, redes, etc.) que os possibilitam obter uma elevada produção a cada pescaria realizada, passando por longos períodos no mar (semanas se for o caso). Esta especialização do trabalho nessas áreas nos leva a contestar a legitimidade artesanal de seu trabalho, uma vez que (em algumas situações) as relações de

trabalho extrapolam o regime de partilha e, as vezes pode possuir até mesmo a presença do não-trabalhador.

Cartograma 5 – Os pescadores e sua distribuição pela metrópole do Rio de Janeiro



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas / UERJ-FFP, 2012.

Em meio a tantas discussões, o que podemos apreender com essas análises é que a pesca extrativista, na qual se insere com grande participação a artesanal, ainda compreende a principal modalidade produtora de pescado no Brasil, apesar da aquicultura crescer de maneira bastante contundente no período analisado. As ações do Estado para a promoção do pescado brasileiro tendem ao incremento da produtividade, buscando a inserção do país no rol dos grandes produtores mundiais.

No entanto, a nosso ver, as estratégias articuladas pelo Estado se pautam, sumariamente, pela frieza da calculabilidade de suas pesquisas (algo que vem sendo fortemente criticado por pescadores e pescadoras em todo o Brasil), se descolando, por conseguinte, de toda a realidade inerente à referida atividade. Isto vem trazendo fortes consequências para a categoria, fazendo até mesmo com que as políticas públicas voltadas para sua promoção se apresentem sumariamente alheias as mais variadas realidades encontradas na pesca, contribuindo assim, por intensificar um já intenso e preocupante processo de precarização da atividade, principalmente no que se refere aos pequenos produtores artesanais.

Se olharmos para o passado veremos que os trabalhadores da pesca artesanal, representam uma parcela da população brasileira que fora subalternizada historicamente (assim como o camponês, os caiçaras, os quilombolas, dentre outros). A negligência do Estado para com a categoria reflete a consonância do mesmo na criação de estratégias (expressas no território por meio das políticas públicas) que buscam assegurar a todo o custo a reprodução capitalista.

A incompatibilidade de ideais que envolve, de um lado, a categoria dos pescadores artesanais e, de outro, o Estado, de certo, não é algo recente (RESENDE, 2010). No entanto, atualmente isso ainda persiste e se torna ainda mais evidente com a concepção de uma estrutura de articulação estatal intencionalmente criada para o favorecimento das grandes empresas, bem como ao fomento do empresariamento nos mais variados segmentos de nossa economia, dentre eles o setor pesqueiro.

Como se não bastasse, a toada desse movimento de exacerbação e difusão da cultura empresarial (sob o escopo do discurso da modernização) vem provocando a desarticulação de milhares de experiências na dimensão das economias locais (nas quais a pesca artesanal se insere, muitas das vezes, assumindo protagonismo), aumentando possivelmente a margem de desemprego e provocando, conseqüentemente, a diminuição da renda de milhões de trabalhadores por todo o país.

2.3 Baía de Sepetiba: contradições e desafios

A Baía de Sepetiba possui um território de aproximadamente 450 km² se conectando a uma bacia de drenagem cuja sua extensão fica em torno de 2.620 km², compreendendo a totalidade dos municípios de Itaguaí (109.091 hab.), Mangaratiba (36.456 hab.), Queimados (137.962 hab.), Japeri (95.492 hab.) e Miguel Pereira (24.642 hab.), e parcialmente os municípios do Rio de Janeiro (6.320.446 hab.), Nova Iguaçu (796.257 hab.), Rio Claro (17.425 hab.), Piraí (26.314 hab.), Engenheiro Paulo de Frontim (13.237 hab.) e Vassouras (34.410 hab.). De acordo com o censo de 2010, publicado pelo IBGE, a população residente na área da bacia de drenagem da Baía de Sepetiba totaliza 7.611.732 habitantes. (WASSERMAN, 2005)

A área em questão corresponde a uma das frentes de expansão da metrópole do Rio de Janeiro, a qual mantém uma dinâmica muito significativa com boa parte da população dos municípios mencionados. Esta dinâmica se justifica, basicamente, pela procura de serviços urbanos e pelos movimentos pendulares relacionados ao trabalho. Segundo Wasserman (2005), as zonas urbanas que se encontram dentro dos limites da bacia de drenagem em questão correspondem a 9% do total deste território, caracterizando assim uma área urbanizada de 235 km². O principal vetor de transporte de sedimentos para a referida baía é o Rio Guandu cuja bacia corresponde as áreas dos municípios do Rio de Janeiro, Seropédica, Queimados, Nova Iguaçu, Japeri, Paracambi, Miguel Pereira e Engenheiro Paulo de Frontim. (SERBER, 2005; WASSERMAN, 2005)

A atividade pesqueira artesanal é praticada (sumariamente) nos municípios que margeiam a Baía de Sepetiba, são eles: Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. Esta atividade é de extrema importância para as economias locais situadas na zona costeira em questão. É responsável também por configurar uma teia comercial que interliga pontos de venda formais e informais ao longo de todo este ambiente. Segundo estimativas de lideranças pesqueiras locais, são cerca de 8.000 famílias que vivem com a renda obtida direta ou indiretamente da atividade pesqueira artesanal, configurando-a assim como uma categoria de trabalho de grande relevância na cena metropolitana, bem como para a referida baía.

O processo de urbanização que se encontra em marcha nos arredores da Baía de Sepetiba, vem trazendo uma série de complicações aos pescadores artesanais que fazem deste ambiente o seu local de trabalho e de moradia. A expansão da metrópole em direção à Zona Oeste do Rio de Janeiro, bem como ao encontro dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, traz

aos pescadores artesanais da região a vivência de diversos problemas, dentre os quais destaco aqui a especulação imobiliária.

Neste sentido, as localidades pesqueiras estão passando por um processo de reconfiguração de sua dinâmica cotidiana, perdendo gradativamente as peculiaridades que as diferenciavam do urbano imediato, se tornando cada vez mais localidades planejadas para servir de moradia às parcelas mais favorecidas de nossa sociedade. Tal fato vem fazendo com que os pescadores se sintam pressionados a saírem do seu local de origem, abandonando assim os lugares de realização do seu trabalho onde viviam um cotidiano que lhe era conhecido, responsável por fortalecer a unidade do seu grupo, suas identidades. Agora este pescador estabelecerá sua moradia em locais mais distantes dos seus atracadouros, tendo que se deslocar rotineiramente para trabalhar.

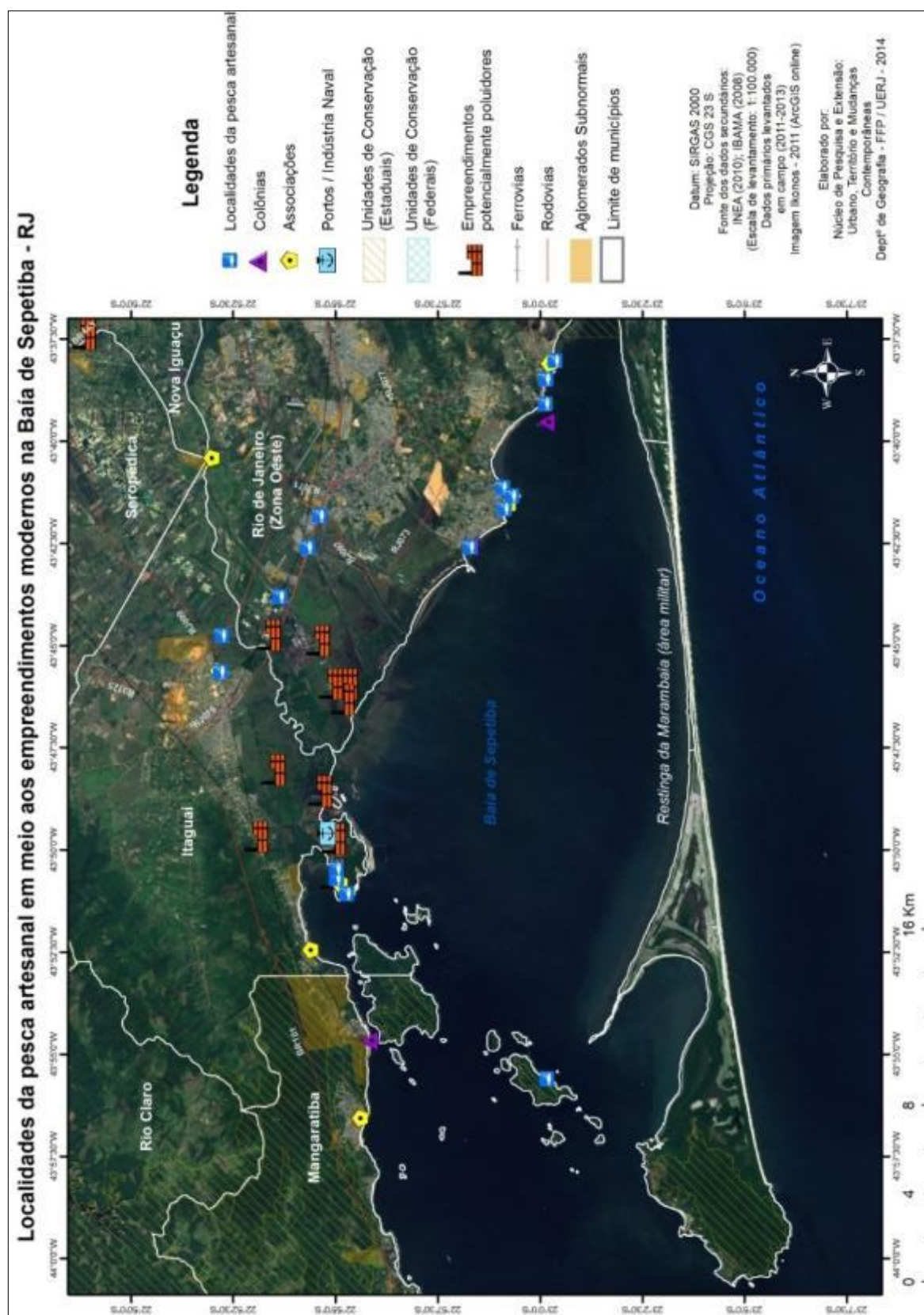
Tal processo vem dificultando a interação entre o morar e o trabalhar, tão presente na referida atividade. Quando o pescador se vê obrigado a deslocar a sua moradia para locais distantes de seus lugares de trabalho, a conexão do seu fazer com o seu cotidiano mais íntimo, a relação com seus comuns por meio do processo produtivo, a perpetuação dos seus saberes, tudo isto é colocado à prova.

Entretanto, a questão da especulação imobiliária não se apresenta para estes sujeitos como a única adversidade. Segundo os pescadores artesanais, a convivência diária com os empreendimentos industriais e portuários que se instalaram (e continuam a se instalar) nas proximidades da Baía de Sepetiba, é de fato um dos maiores desafios que lhes é posto para a vivência do seu cotidiano.

A criação do distrito industrial de Santa Cruz (RJ) em 1967 marca o início do processo de industrialização das áreas imediatas à Baía de Sepetiba. De lá para cá, não só a área em questão, mas também diversas outras localidades à margem da baía receberam dezenas de empreendimentos industriais. Atualmente, são aproximadamente 11 indústrias de grande porte instaladas na região (*ver cartograma 6*)⁵⁵ compreendendo os ramos de siderurgia, química, metalurgia e da construção naval. Na bacia de drenagem que alimenta a baía em foco este número aumenta para aproximadamente 100 estabelecimentos industriais (WASSERMAN, 2005).

⁵⁵ Importante lembrarmos aqui que o referido mapa foi confeccionado a partir de grupos focais com os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba e representa suas perspectivas e opiniões no que envolve os impactos provindos da industrialização na Baía de Sepetiba. A metodologia utilizada para a construção deste material corresponde à Cartografia da Ação Social, a qual conta com a participação direta dos sujeitos que estão inseridos nos processos representados nos mapas que eles próprios ajudam a desenvolver.

Cartograma 6 – Material construído junto aos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba a partir da utilização da metodologia da Cartografia da Ação Social



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013/2014.

Estas indústrias (como a ThyssenKrupp CSA, FURNAS, USIMINAS, GERDAU, NUCLEP, o Estaleiro da Marinha do Brasil, entre outros) vêm se territorializando ao ponto de desarticular consideravelmente a pesca artesanal na região, seja pela intensa poluição química e pelo assoreamento das praias e dos pesqueiros, seja pela criação das áreas de exclusão da atividade.

Esta área de exclusão consiste na proibição (normatizada pelo Estado por meio Marinha do Brasil) da prática pesqueira num raio de 500 metros de qualquer empreendimento e/ou de grandes embarcações situadas nas áreas de fundeio⁵⁶ da referida baía. Isto vem sendo um grande problema para os pescadores artesanais, pois estes empreendimentos estão situados próximos a importantes pesqueiros, o que faz com que eles tenham de se deslocar por grandes trajetos, colocando suas vidas em risco no mar agitado e imprevisível, haja vista que suas embarcações são de pequeno porte e não são preparadas para grandes deslocamentos.

Além dos empreendimentos industriais, os portos surgem também como um dos principais agentes antagônicos da pesca na Baía de Sepetiba. Um deles é o porto de Itaguaí (comandado pela companhia estatal DOCAS), o qual foi inaugurado em 1982 a fim de dar suporte ao Distrito Industrial de Santa Cruz. Atualmente este porto vem sendo peça chave para a exportação de minério de ferro proveniente, principalmente, do estado de Minas Gerais. Os navios cargueiros que chegam são gigantescos e quando não estão no porto se abastecendo com a carga que será exportada para diversos locais do mundo, estão estacionados nas áreas de fundeio. Esta região que serve como estacionamento para as grandes embarcações também corresponde às áreas de exclusão pesqueira, a qual regulamente, para as demais embarcações, que só é permitido o trânsito, mas não paradas programadas.

⁵⁶ Áreas de parada dos grandes navios. Estes, por vezes, necessitam parar no interior da baía, seja para realizar alguma atividade de rotina com as âncoras baixadas, seja para esperarem a sua vez de aportar na costa local.

Figura 1 – Porto de Itaguaí – DOCAS



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2012.

O outro porto presente na Baía de Sepetiba é o da empresa privada MMX (do grupo EBX). Este vem se tornando, pelo avançar das obras, num grande complexo portuário-industrial comportando não só o movimento diário de grandes embarcações, mas também atraindo e dinamizando vários segmentos industriais em articulação com a dinâmica portuária. Os pescadores artesanais temem muito este empreendimento, pois só na fase atual de construção já foi responsável pela remoção de centenas de famílias. Estima-se que, em fase de operação, este porto venha a aumentar exponencialmente o fluxo de grandes embarcações no local. Para termos ideia do poder de intervenção que estes empreendimentos realizam no território, é interessante atentarmos para o fato de que recentemente as cartas náuticas⁵⁷ da baía em questão estão em processo de alteração de suas bases, o que nos leva a acreditar que essas modificações estão sendo realizadas no intuito de atender toda a demanda criada por essas empresas.

⁵⁷ É um instrumento legal do Estado que por meio do Decreto-Lei Nº 243 de 28 de fevereiro de 1967, regulamenta o trânsito de embarcações, bem como as atividades permitidas ou proibidas em áreas oceânicas, mares, baías, rios, canais, lagos, lagoas, em todo o território nacional. As cartas náuticas de algumas áreas de nosso país, por serem de grande interesse para o Estado, não são disponibilizadas ao público comum. A carta náutica da Baía de Sepetiba, por exemplo, não está disponível para o acesso ao público.

Figura 2 – Obras do Porto Sudeste (MMX) – Itaguaí



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2014.

Em meio a tantas adversidades, os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba ainda resistem. Ao operar suas táticas e estratégias estes sujeitos dão forma à arte de resolver a vida com aquilo que lhe é possível. Mas este possível não está posto de maneira simples, mas sim remete a uma complexidade relacional com o meio e com o Outro, a uma racionalidade específica, fomentadora do devir.

A capacidade de criar está para esses sujeitos como um dos pilares de sua existência e, consequentemente, de sua resistência. Em nível de ilustração trago aqui a questão da adaptação das suas embarcações em resposta a atual realidade da diminuição e do distanciamento das áreas de pesca na baía em loco. Tal dificuldade (como elucidamos anteriormente) vem impondo a estes trabalhadores um deslocamento muito mais longo do que o habitual, o qual lhes coloca em risco devido às intempéries marítimas. Por outro lado, a dificuldade está para o fato de que a maior parte das embarcações, até recentemente, eram movidas a remo o que tornava impossível a alguns acessarem os pesqueiros mais distantes. Comprar motores novos era (e ainda é) uma tarefa pouco provável, uma vez que estes trabalhadores não possuíam (e não possuem de fato) um capital acumulado para a realização de tal investimento.

Uma das alternativas para este problema foi a compra de motores usados ou com defeito que pertenciam a pescadores de outras áreas pesqueiras como a Baía de Guanabara, por exemplo. Estes motores antigos, quando necessário o conserto, recebiam peças novas ou até mesmo peças de motores de carro, e logo voltavam a funcionar permitindo assim com que os pesqueiros mais distantes se tornassem acessíveis novamente. Esses motores são conhecidos como “motores de rabeta” (*ver Figura 3*), os quais são instalados na popa da embarcação e, por possuírem uma distância de cerca de 1 metro da hélice em relação ao corpo do motor, forma uma espécie de rabo, a qual facilita o manuseio das redes se a máquina estiver ligada. Este tipo de motor, apesar de não ser tão potente e de consumir mais combustível do que os demais motores de popa, ele é a preferência de alguns pescadores da pequena produção artesanal, por causa, principalmente de ser mais barato que os demais modelos.

Este intercâmbio dos pescadores da Baía de Sepetiba com os da Guanabara não acontecera por acaso. Desde muito tempo, esta relação entre eles se realiza de fato, no entanto, foi no início dos anos 2000 que ela obteve a sua maior incidência. Isto aconteceu devido ao aumento das adversidades encontradas pelos pequenos produtores da pesca no território aquático da Baía de Guanabara, em decorrência da poluição e assoreamento dos ambientes vinculados à prática pesqueira em resposta à intensa industrialização (esta vinculada à indústria do petróleo)⁵⁸ e urbanização da metrópole fluminense. Muitos optaram pela fuga para a Baía de Sepetiba, chegando até mesmo a fixar residência nos municípios de sua margem, mudando completamente as suas referências espaciais. De acordo com pescadores locais, alguns conseguiram receber ajuda de suas prefeituras locais (destaca-se aqui a prefeitura de Magé) para realizar o traslado de suas embarcações.

⁵⁸ Aqui não podemos nos esquecer dos constantes desastres ambientais que aconteceram ainda no início da década de 2000, principalmente os derramamentos de óleo causados pela PETROBRAS na baía em questão. Até hoje os pescadores artesanais sentem os reflexos daquele derramamento, principalmente nas áreas de fundo de baía, que, segundo eles, concentraram a maior parte do óleo derramado neste período, alterando consideravelmente a dinâmica natural de diversos berçários de espécimes variadas.

Figura 3 – Embarcação movida pelo “motor de rabeta”, o que relativamente facilita a pescaria feita por um único pescador



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Outro traço da inventividade desses trabalhadores está presente na adaptação de motores de carro à própria embarcação, o que também lhes garantia a mesma mobilidade pela baía, e até mesmo de motores adaptados para funcionarem com gás de cozinha, o que lhes aliviam os gastos com o combustível. Boa parte dos pescadores sabe realizar, ao menos, reparos mínimos em suas embarcações, no entanto, quando desconhecem tais procedimentos, estes sujeitos contam com uma prática rotineira de seu cotidiano, um traço importante que os une perante as adversidades do meio em que estão inseridos, falo aqui da solidariedade.

O exercício solidário, como já se viu aqui, leva esses sujeitos a uma possibilidade de construção de futuro. Tais experiências contribuem por fomentar na categoria, mesmo que não se apresente de maneira clara para aqueles vivem o movimento a partir do seu interior, a esperança em tempos de adversidade, tão necessária para a construção da superação conjunta dos problemas vivenciados por esses trabalhadores. De fato, tanto as experiências criativas quanto as solidárias possuem grande parcela de responsabilidade na construção complexa que permeia a vida desses sujeitos, se constituindo assim parte importante da composição de sua existência.

Portanto, a pesca artesanal na Baía de Sepetiba (e em diversos pontos do território fluminense) está viva e resiste enquanto reconstrói, com inventividade e companheirismo, o

seu próprio existir. Logo, a existência se torna um ponto chave para entendermos o processo de superação das adversidades que se projetam no seio da categoria, levando-nos a compreensão de que a vivência da *práxis* e a experimentação dos valores inerentes à atividade pesqueira artesanal se configuram como um dos mais importantes pilares de seu processo de resistência à modernização capitalista do território e da vida.

2.4 O perfil do pescador artesanal urbano

Nesta parte da dissertação buscaremos analisar alguns dados produzidos em pesquisas de campo do Núcleo Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas da UERJ (NUTEMC/UERJ). Vale lembrar também que esses dados se encontram armazenados em um banco digital preparado exclusivamente para sua armazenagem, consulta e manipulação.

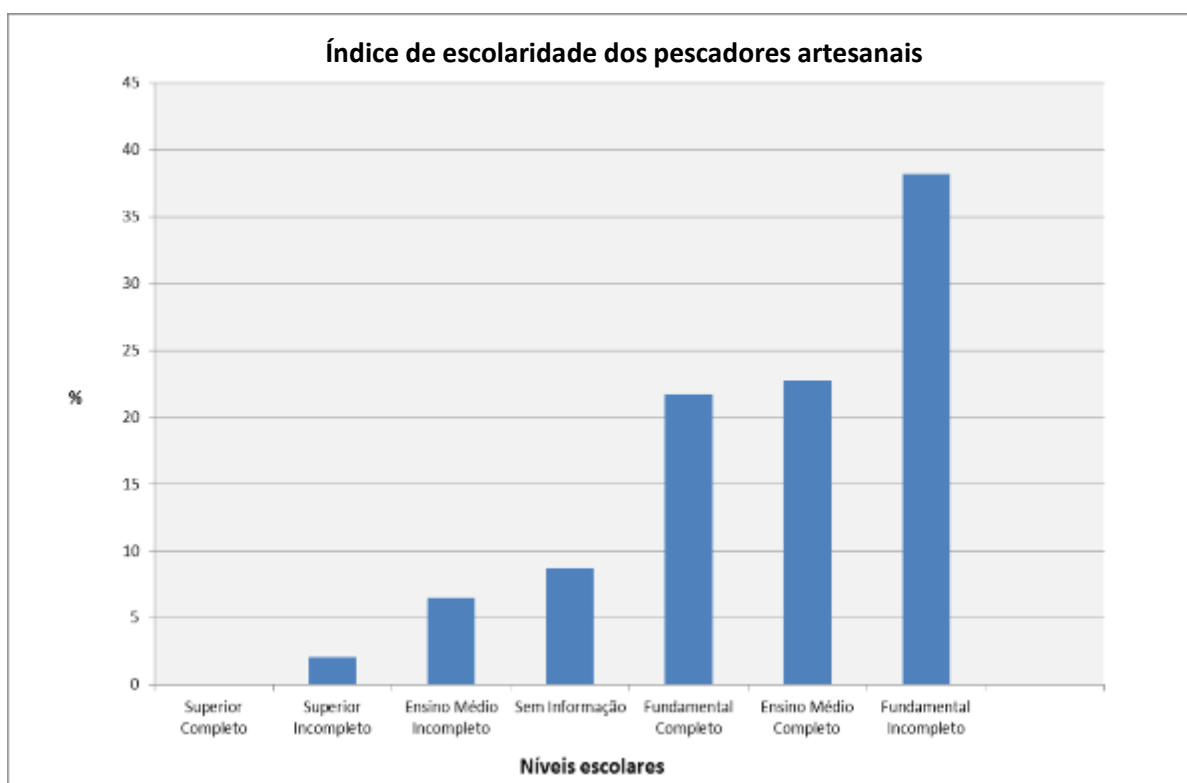
Estes dados foram obtidos em diversas visitas realizadas em comunidades pesqueiras artesanais localizadas na metrópole do Rio de Janeiro, em algumas incursões na Baía de Guanabara e na Baía de Sepetiba. Algumas dessas pesquisas também foram realizadas pelo grupo na Baía de Ilha Grande. O universo total destas compreende 92 pescadores artesanais da pequena, da média e da grande produção, sendo realizadas desde o final de 2012 até a metade do segundo semestre de 2014. Em alguns casos, as informações não foram possíveis de serem extraídas, uma vez que alguns pescadores diziam não saber responder algumas questões. No entanto, vimos que isto se configurava não como uma desinformação dos entrevistados, mas sim como uma estratégia de não nos passar todas as informações a respeito de suas condições de vida e de trabalho, haja vista que o contato que tínhamos com alguns deles não representava uma relação do amplo conhecer (uma confiança construída minimamente a médio prazo), algo extremamente importante para a realização da pesquisa nesse meio.

Contudo, a veracidade dos dados aqui apresentados é indiscutível, uma vez que os campos comprovaram tais informações. Estas representam estimativas sobre a categoria, as quais apontam para diferentes contextos que caracterizam o cotidiano vivido por seus trabalhadores. Estas análises, portanto, não são unicamente baseadas nos números que compõem os gráficos e tabelas que aqui serão expostos, mas também refletem a experiência espacial do pesquisador pelos lugares que fizeram parte de seus estudos, aprofundando assim, suas análises.

Antes da exposição e análise desses dados é importante lembrar que os mesmos foram obtidos por meio do preenchimento de alguns questionários com perguntas simples e diretas. Durante o campo, após algumas atividades de extensão universitária junto aos pescadores artesanais, era preenchido este questionário a partir do contato direto com cada um deles. Após isso, os dados eram passados para um banco informacional criado a partir de um sistema de armazenamento de dados computacionais, facilitando assim a consulta, bem como a produção de gráficos e tabelas específicas.

Sendo assim, iniciamos esta discussão trazendo para o debate a questão da escolaridade dentro da categoria, nos possibilitando abrir uma série de considerações a respeito da formação escolar do pescador artesanal e como isto se relaciona ao seu cotidiano. Pois bem, de acordo com o *Gráfico 2* a maior parte desses trabalhadores possui o nível Fundamental Incompleto, vindo em seguida pela parcela de trabalhadores que possuem o Ensino Médio Completo e com uma ligeira diferença em relação ao segundo, o grupo daqueles que cursaram de maneira completa o Ensino Fundamental.

Gráfico 2 – Pescadores artesanais em relação ao nível de escolaridade



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC, 2012/2014.

Este dado reflete uma situação bastante peculiar presente na vida desses trabalhadores, a de que muitos precisaram ainda bastante jovens, sair para o trabalho a fim de complementar

a renda familiar. A evasão escolar ainda na adolescência (período em que se cursa o Ensino Fundamental, segundo a LDB – Lei 9.394/96) faz com que a categoria se apresente com um nível de escolarização bastante precário e que por vezes contribui por intensificar o quadro caótico em relação ao acesso aos direitos sociais destes trabalhadores junto às instituições que gerenciam a categoria.⁵⁹

Digo isto porque, por mais que a luta pelo acesso aos direitos do pescador dependa muito mais de sua trajetória de vida (pela participação em reuniões de associações e colônias pesqueiras, no contato com as dificuldades geradas na rotina de trabalho, dentre outros fatores), a completa escolarização tende a permitir um entendimento maior sobre alguns detalhes que permeiam o percurso desse trabalhador na trama burocrática pelo acesso a esses direitos. Um bom exemplo está presente na maneira com que esses trabalhadores manuseiam seus documentos pessoais como RG, CPF, Certidão de Nascimento, etc. Para eles, tais documentos, quando velhos, não possuem mais o valor de quando eram novos e, quando percebem isto, os pescadores tendem a jogar seus documentos mais antigos no lixo. A falta de informação a respeito da importância de conservar os documentos pessoais é uma simples consequência dessa baixa escolaridade, o que, dentre outros fatores, tende a contribuir para a precarização da categoria.

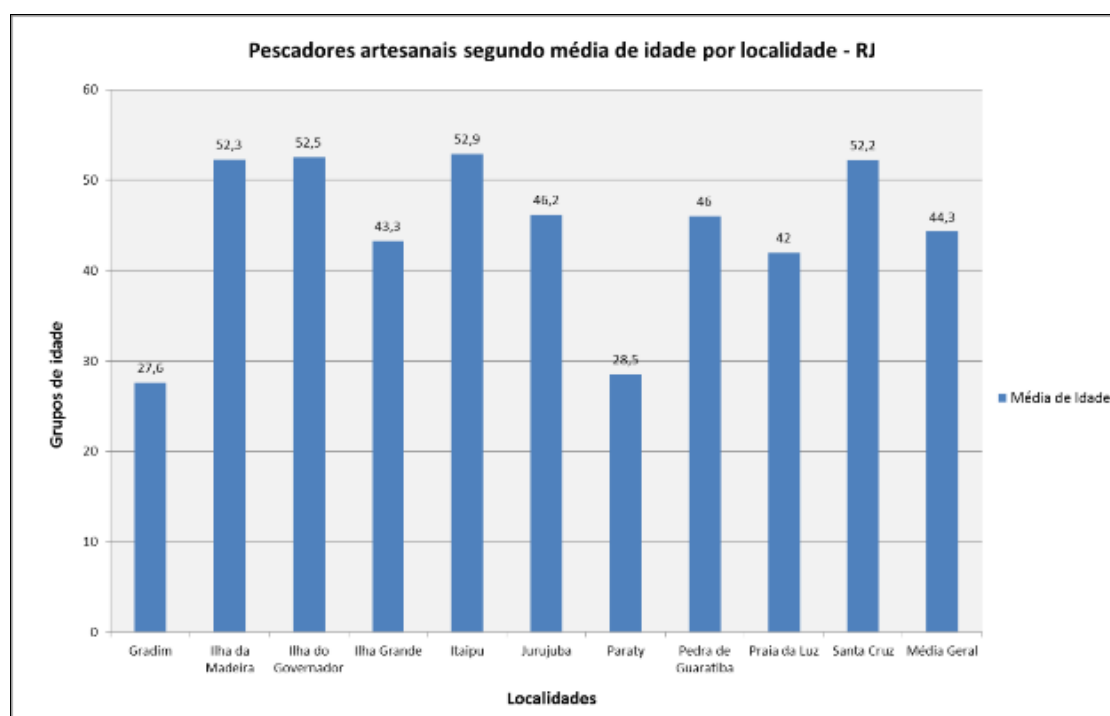
Outra informação importante em torno dos aspectos gerais que contribui por caracterizar os pescadores artesanais, diz respeito à média de idade da categoria. Como podemos ver no *Gráfico 3*, a média geral de idade dos pescadores artesanais que habitam em trabalhos nas áreas de abrangência de nossas pesquisas corresponde a 44,3 anos de idade. A grande incidência de médias de idade na casa dos 50 e 40 anos contribuíram significativamente para influenciar nesta média geral, uma vez que houve localidades visitadas em que a média passou pouco dos 25 anos. Tais circunstâncias tendem a configurar a pesca artesanal como uma categoria em processo de envelhecimento, na qual a renovação da força de trabalho se dá de maneira lenta e pontual.

⁵⁹ Outro fator importante para salientarmos a respeito deste dado se refere a inexistência do índice de analfabetos. Acreditamos que este grupo de fato esteja inserido no contingente de pescadores artesanais entrevistados, uma vez que em outros momentos, mais precisamente no início de nossos estudos sobre a pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro, tínhamos contato com vários pescadores em situação de analfabetismo crônico. No entanto, entendemos que o índice não aparecera nas pesquisas atuais em decorrência da ocultação desta informação por parte dos entrevistados, haja vista que em certos momentos esta pergunta causava desconforto em alguns pescadores. A justificativa da pesquisa sobre o ocorrido vai ao encontro da necessidade de não causar nenhum tipo de constrangimento aos entrevistados em decorrência de uma maior comprovação do nível de escolaridade (exigência de documentação), atribuindo assim um grande valor a palavra do entrevistado no momento de realização da entrevista.

É de certa maneira fácil, em conversas com os pescadores, encontrarmos os indícios que levam ao envelhecimento deste contingente. Os próprios afirmam que há uma dificuldade muito grande em incorporar seus filhos na atividade de pesca, principalmente porque ser pescador hoje em dia é uma tarefa cada vez mais difícil e arriscada. São diversos os problemas que abrangem a categoria e não falamos só de poluição dos meios naturais, mas também abrange uma série de situações em torno da normatização (excludente) do território, do embate com as grandes empresas, com a inoperância do Estado na aproximação com o pescador, nos problemas que envolvem a crise de representatividade que vive a categoria (conflito entre associações e colônias de pesca), entre outros.

Esta série de dificuldades tende a afastar os jovens da pesca na hora de escolher o rumo de sua carreira profissional. A produção dos desejos, guiada pelos ideários da modernidade, também tem sua parcela de responsabilidade na configuração deste quadro, pois todas as comunidades/localidades visitadas pelo grupo estão no urbano ou tem contato direto com sua simbologia, com a cultura urbana. Este contato ou vivência dessa dimensão espacial tende a colocar o jovem em rota de colisão com os valores produzidos nesta trama, fazendo com que este se encante com o que está a sua volta, com o moderno, construindo assim, a necessidade de pertencer a este outro mundo.

Gráfico 3 – Média de idade dos pescadores artesanais de acordo com as localidades situadas na Guanabara e na Sepetiba

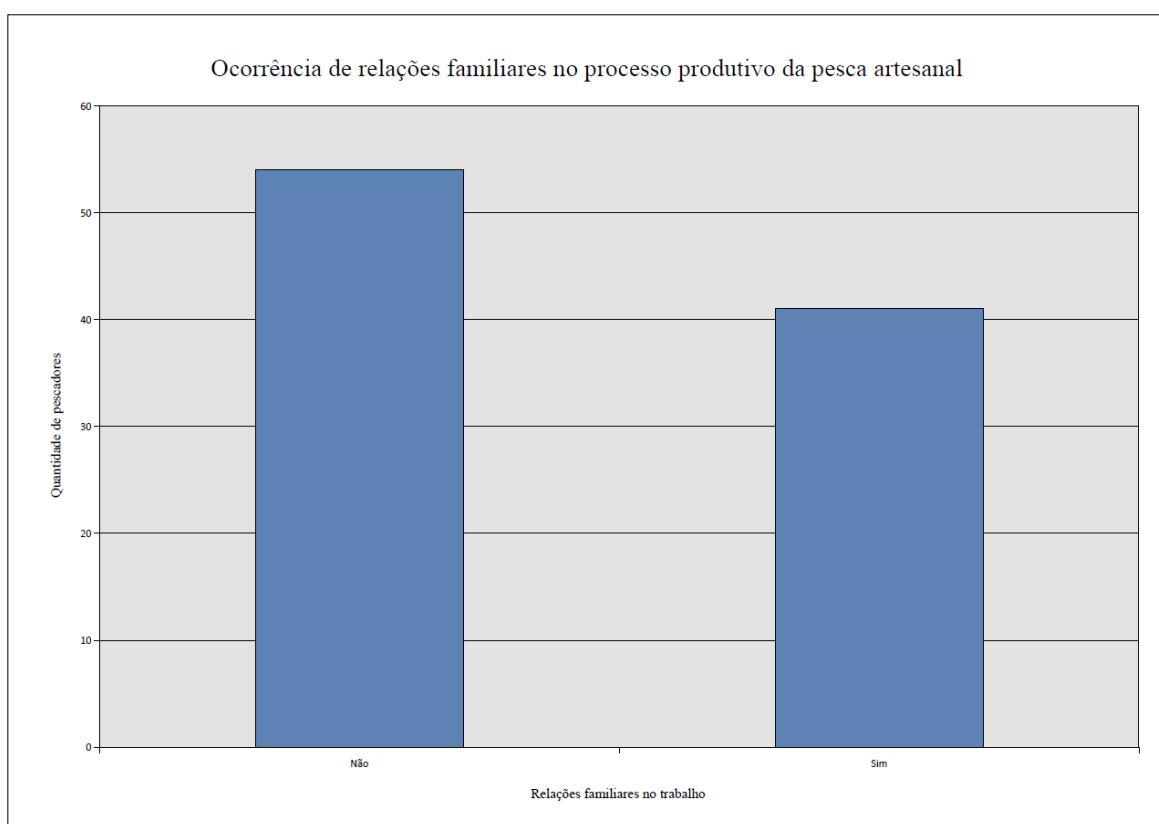


Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC, 2012/2014.

Assim, a categoria marcha lentamente para um quadro preocupante e que vem fazendo com que muitos desses trabalhadores se mobilizem na busca por melhores condições de trabalho e de vida. Conquistar tais vitórias só virá depois de muita luta, mas ainda assim esta opção segue como a mais correta a ser colocada em prática. A valorização da categoria é indispensável não só para aqueles que experimentam do trabalho nos dias de hoje, mas também para que seja possível pensar numa renovação de peso que dê suporte necessário à perpetuação das heranças culturais que estão contidas na *práxis* cotidiana da atividade.

Uma das principais características que leva a pesca artesanal se diferenciar da pesca industrial (segundo a Lei da Pesca – Lei 11.959/09), concerne esta ser praticada em regime familiar ou de forma autônoma. De acordo com o que já expomos no *Capítulo 1* do presente trabalho, este regime familiar não compreende apenas a participação da família do pescador no decorrer do processo produtivo, mas também de seus parceiros, a partir do regimento do contrato de parceria. Em meio a isto, o *Gráfico 4* nos sinaliza que as relações familiares dentro do processo de trabalho do pescador artesanal possuem uma menor ocorrência.

Gráfico 4 – Relações familiares no processo produtivo da pesca artesanal



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

Este quadro talvez seja um reflexo da não inserção dos filhos dos pescadores no próprio processo de trabalho, o que faz com estes últimos procurem no regime de parceria com outros pescadores ou no trabalho autônomo, as alternativas para se manterem firmes no exercício da atividade. Se por um lado a autonomia se apresenta como uma boa alternativa para manter a renda gerada no processo produtivo dentro da unidade familiar do próprio pescador, esta, por outro, tende a promover um desgaste crônico da saúde física do mesmo, expondo-o assim ao risco de contrair doenças e traumas variados, além de coloca-los também sob o risco de acidentes quando em mar.

A alternativa de se trabalhar com outro colega sob o regime de parceria surge evidentemente como uma considerável solução para a diminuição do peso do processo produtivo pesqueiro para aqueles que o executam e, apesar disto realmente representar um quadro de melhora no ponto em questão, isto não configuraria (ao menos aos pequenos produtores) uma evolução significativa das possibilidades de uma maior geração de renda, uma vez que o limite da capacidade produtiva de seus meios de produção se manterá o mesmo. Tal situação tende ainda a contribuir para a diminuição da renda por unidade familiar, pois (conforme já expomos) na relação de parceira o pescador dono dos insumos produtivos dividirá uma parte da produção ou da comercialização da mesma ao pescador detentor apenas da força de trabalho. Devido a isto, a renda familiar do pescador proprietário dos meios produtivos será menor, haja vista que todo o processo de trabalho poderia ter sido feito junto a alguém de sua casa.

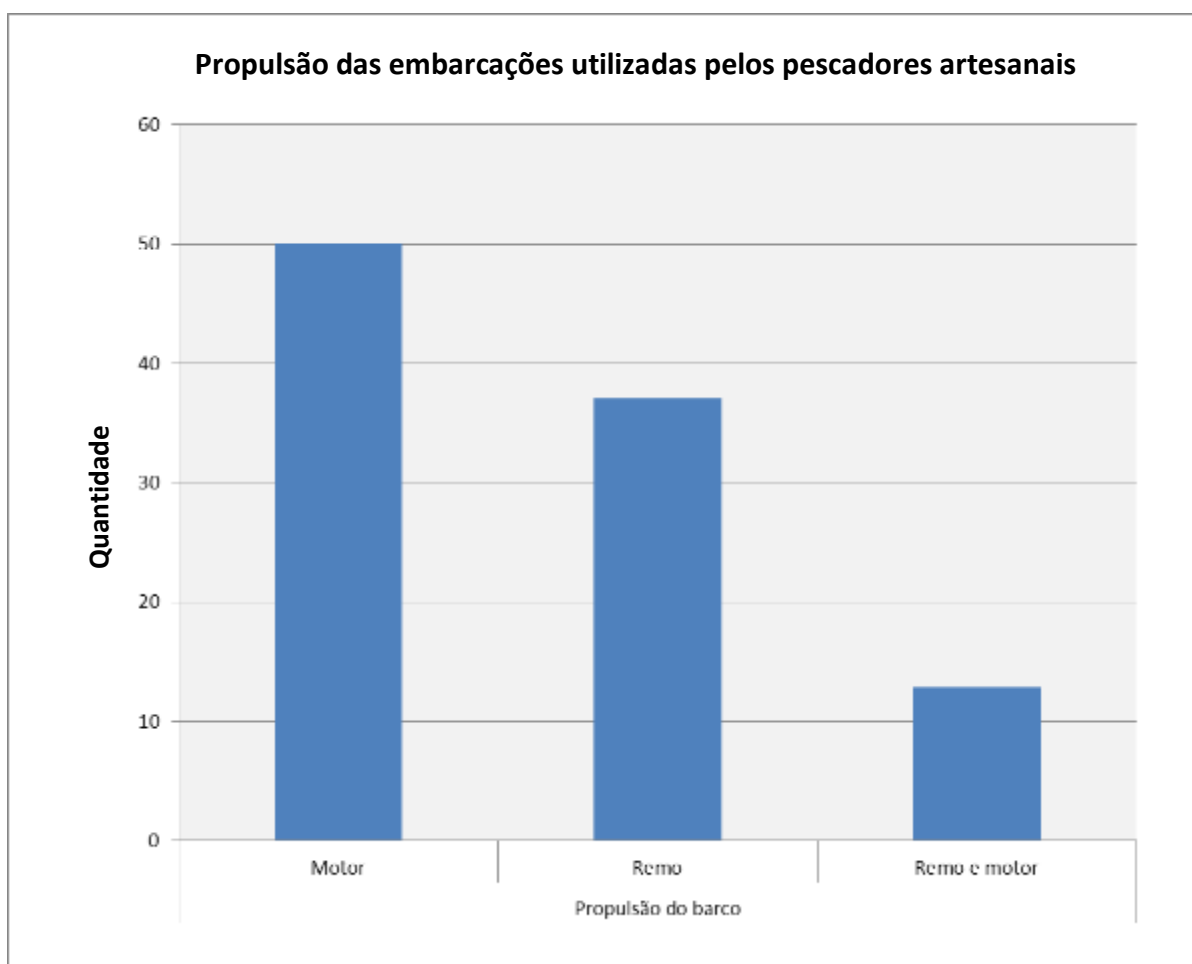
Se por um lado isto é ruim, por outro nem tanto, pois ao mesmo tempo em que uma família deixa de ter uma renda maior, outra passa a ter uma renda. O pescador dono apenas de sua própria força de trabalho, contribui por configurar uma realidade comum da categoria. Sua renda e suas condições de vida tendem a ser mais difíceis em relação aos pescadores donos dos meios de produção (mesmo sendo estes pequenos produtores), e isto por motivos óbvios, evidentemente. A inserção deste trabalhador no circuito produtivo da pesca artesanal como parceiro de um barco qualquer, contribui por fazer da atividade uma categoria profissional bastante abrangente, responsável por fazer impulsionar uma grande variedade de economias locais por todo o Brasil, gerando renda (mesmo sendo esta extremamente flutuante em alguns casos) para milhares de famílias na Baía de Sepetiba e em milhões de lares em todo o território nacional.

O principal modelo de propulsão utilizado em suas embarcações, de acordo com o *Gráfico 5*, é o motor, apesar de haver também muitas que só utilizam o remo para se locomoverem. A incidência de embarcações que utilizam os dois modelos é menor, pois nem

todas que utilizam o motor como propulsão possuem estrutura para incorporar o remo, o mesmo para o contrário.

A difusão dos motores na pesca artesanal é algo relativamente recente, um processo que se iniciou há aproximadamente 20 anos. Todavia, isto não configura um aumento do poder de investimento dos pescadores artesanais, mas sim representa uma incorporação criativa deste instrumento em diferentes contextos como, por exemplo, no conserto (feito pelo próprio pescador ou por algum amigo próximo) de motores antigos e que foram vendidos abaixo do preço mercado, ou até mesmo pelo improviso de máquinas antigas de automóveis em suas embarcações.

Gráfico 5 – Tipos de propulsões utilizadas pelas embarcações dos pescadores artesanais



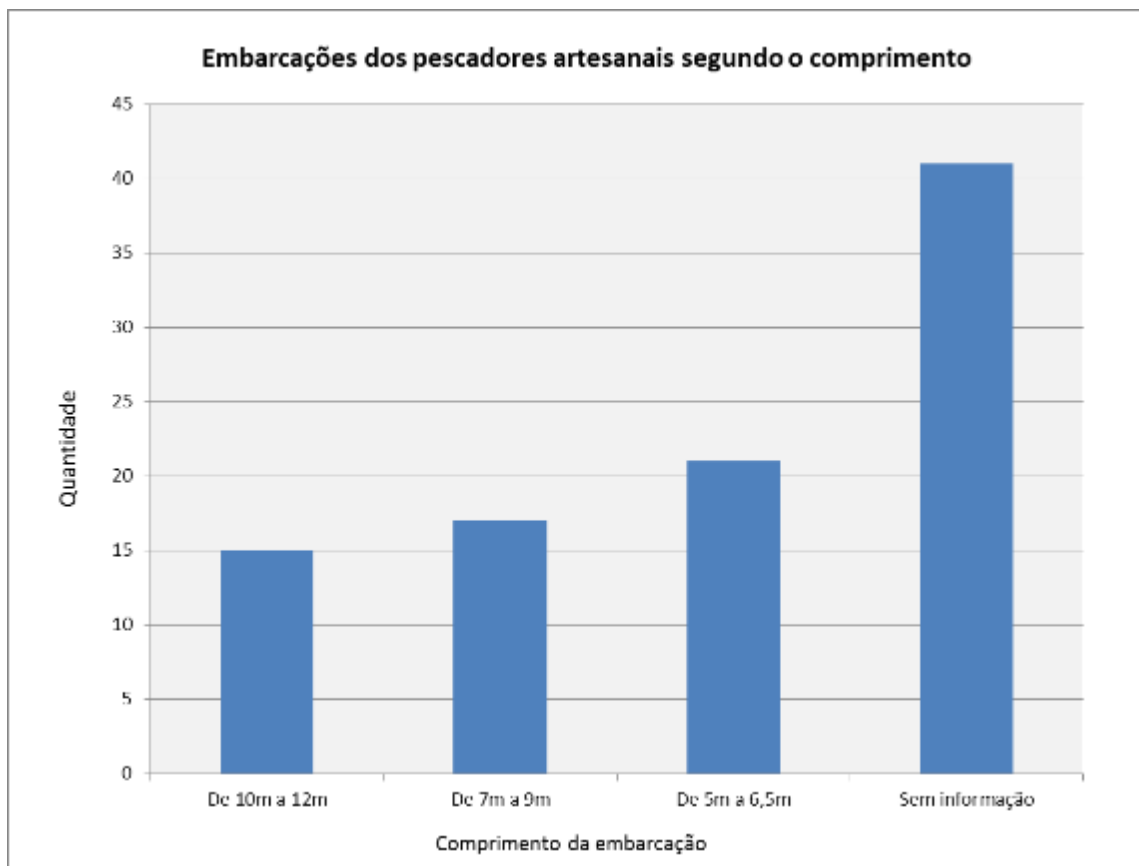
Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

Outro fator importante trazido por este dado diz respeito a grande quantidade de embarcações movidas a remo. Este dado ainda nos traz uma possível justificativa para a precarização de alguns segmentos dessa categoria (especialmente os pequenos produtores),

pois devido à proibição da atividade em áreas situadas próximas a linha de costa (em decorrência da instalação de empreendimentos industriais, entre outros), somada a questão da poluição que se encontra mais concentrada nesses lugares, estes trabalhadores terão que se lançar cada vez mais longe do litoral para encontrar o pescado, fazendo com que os mesmos se exponham ainda mais ao risco de acidentes, bem como, com o passar do tempo, a doenças decorrentes do uso excessivo do seu corpo (esforço físico) no seu processo de trabalho.

Ainda em relação às embarcações, podemos ver que as que mais são utilizadas pelos pescadores artesanais correspondem às de pequeno porte, conforme nos mostra o *Gráfico 6*. Este dado é extremamente relevante, pois nos traz a medida exata da distribuição dos pescadores artesanais pelas subcategorias dos grandes, dos intermediários e dos pequenos produtores. Sendo assim, a principal característica aqui revelada corresponde ao efetivo superior dos pescadores artesanais vinculados à pequena produção, confirmando, desse modo, a expectativa de nossos levantamentos de campo. Outro fator importante que este gráfico nos revela diz respeito a grande quantidade de pescadores que não nos passaram esta informação, algo que conjecturamos estar relacionado com o pouco contato que tivemos com a maioria dos entrevistados, interferindo assim na construção de uma relação de confiança com a pesquisa, pois a dinâmica do campo, muitas das vezes não nos permitia a regularidade do encontro com estas pessoas. Por esta pergunta ser altamente reveladora da capacidade produtiva de cada pescador e, conseqüentemente dos seus rendimentos médios, muitos talvez tenham se sentido desconfortáveis para respondê-la.

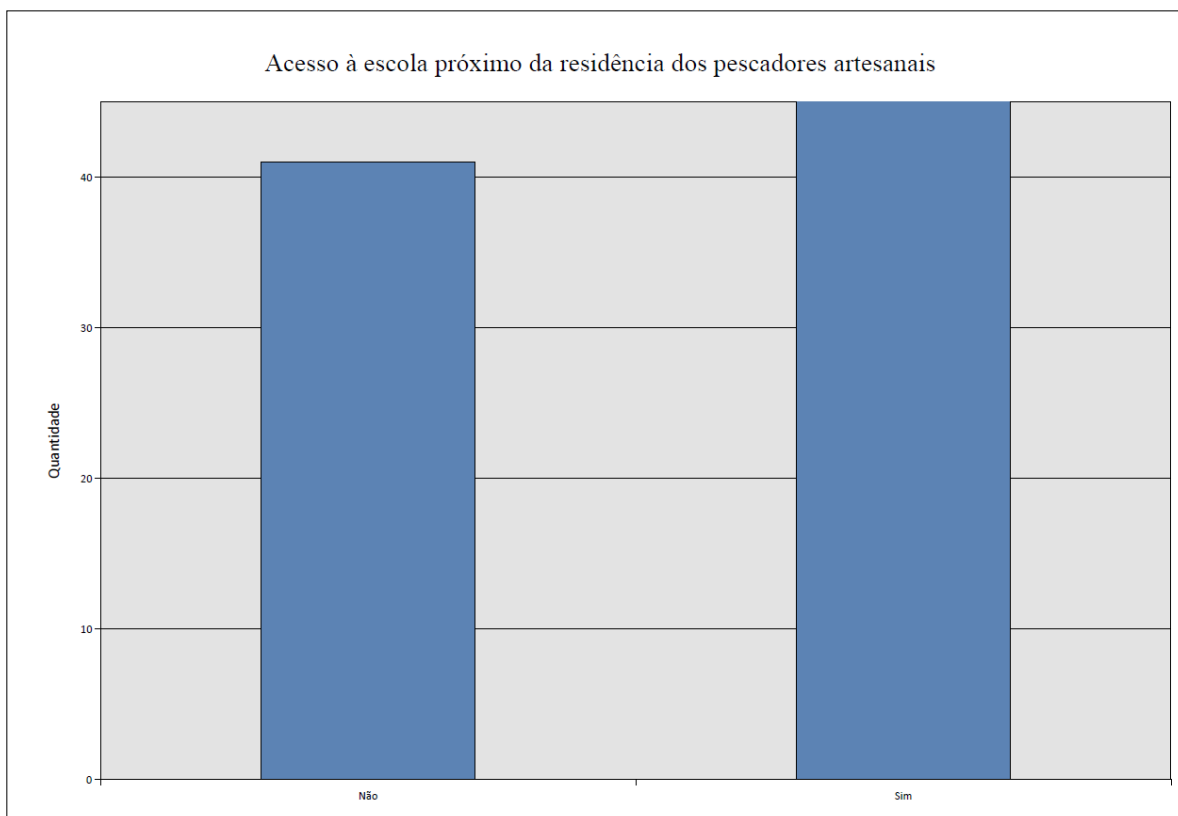
Gráfico 6 – Tamanho das embarcações utilizadas dos pescadores artesanais



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

No que concerne ao acesso dos pescadores artesanais e de sua família aos direitos sociais, podemos dizer que este se apresenta relativamente favorável aos pescadores. Em relação ao acesso à escola pública (*ver Gráfico 7*), a maioria dos pescadores afirma que as escolas se situam relativamente próximas ao seu local de moradia, configurando assim, uma maior facilidade no processo de inserção de seus filhos ao ensino regular.

Gráfico 7 – Acesso à escola pública pelos pescadores artesanais



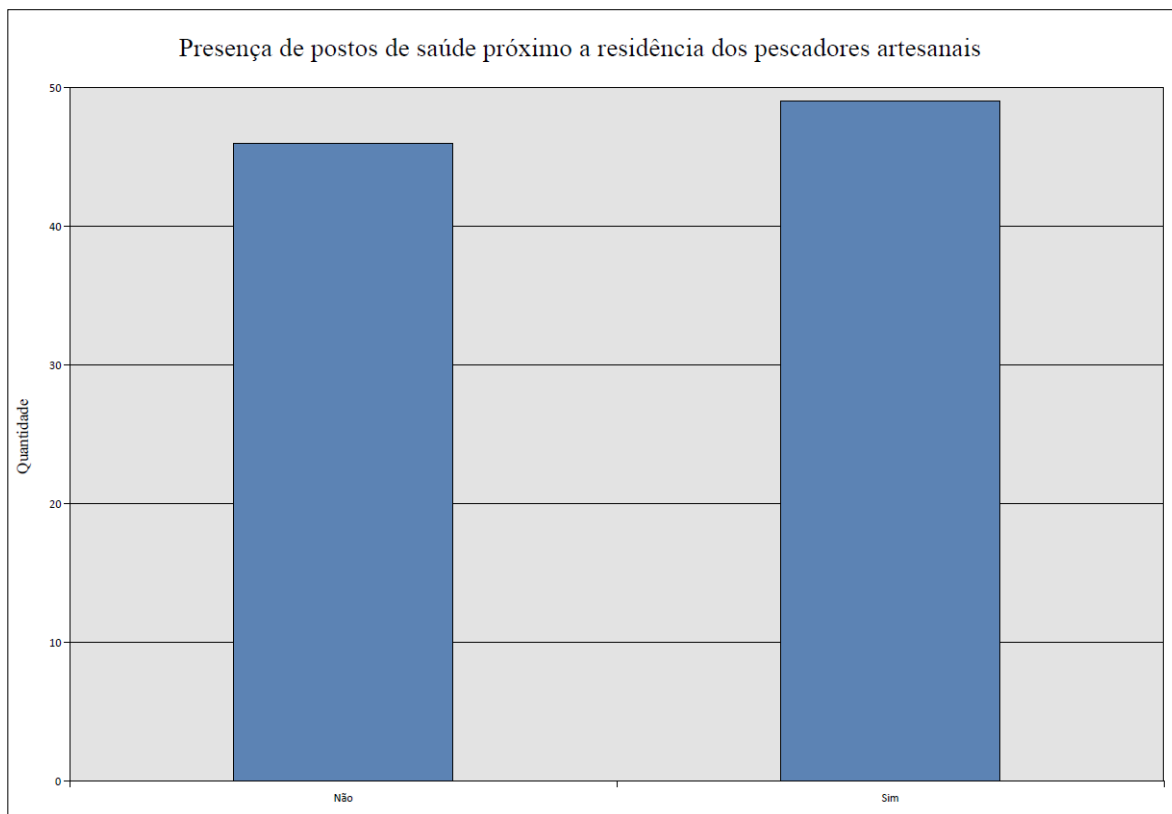
Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

Em relação ao acesso à saúde pública (*ver Gráfico 8*), a maioria dos pescadores artesanais diz que sua moradia se localiza consideravelmente próxima dos postos de saúde municipais, facilitando assim a prevenção de doenças simples e de monitoramento do quadro geral de saúde de suas famílias. No entanto, muitos reclamam de não haver hospitais públicos em seus respectivos bairros, o que faz com que todos tenham que buscar os grandes centros para acessarem um atendimento mais complexo em casos de doenças mais complicadas de serem tratadas.

Todavia, os dados sobre o acesso a estes direitos sociais (saúde e educação) nos revelam também que a diferença entre os que se encontram satisfeitos com a escola e com a saúde pública é muito pequena. Devido a isto, devemos compreender que uma parte considerável desses trabalhadores vive numa condição bastante adversa, a qual traz uma série de prejuízos para suas famílias. Isto acaba por configurar um cenário preocupante, onde muitas comunidades/localidades pesqueiras convivem diariamente com a inoperância do Estado no que consiste à promoção dessas necessidades básicas fundamentais à promoção da vida. A dificuldade no acesso a esses direitos retratam também um cenário de produção da

exclusão social e de desvalorização de algumas dessas áreas (e desses sujeitos) por parte do Estado.

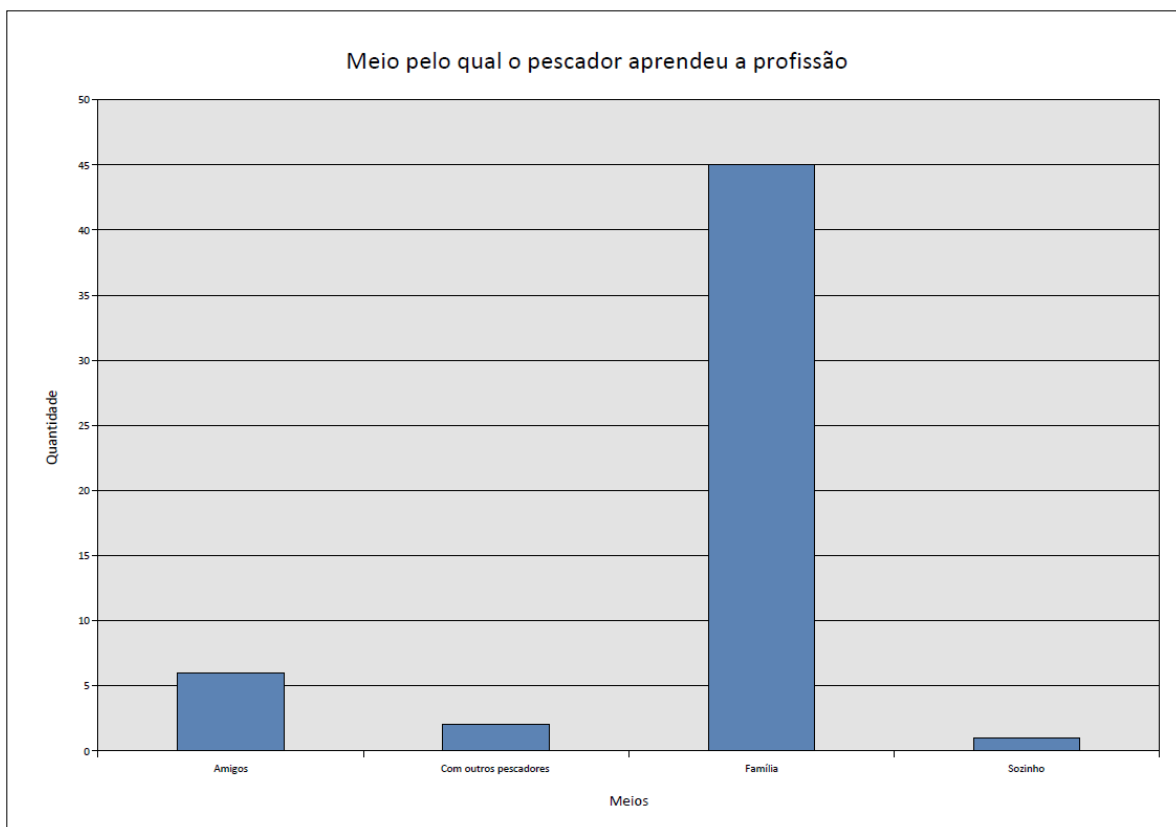
Gráfico 8 – Acesso à saúde pública pelos pescadores artesanais



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

Outra questão muito importante relacionada à prática da atividade pesqueira artesanal, envolve a maneira que o pescador aprendeu a ser pescador, ou melhor, com quem ele adquiriu seus saberes e as técnicas utilizadas em seu trabalho. O *Gráfico 9* vem corroborar com nossas expectativas em torno de que os saberes inerentes à prática da atividade é passada de geração a geração no próprio seio familiar. Como podemos ver, os saberes pesqueiros passados por meio da família é o de maior predominância no cotidiano da pesca, bem atrás, em segundo lugar, se encontra o aprendizado entre amigos (os quais, provavelmente, também são pescadores).

Gráfico 9 – Vetores de difusão dos saberes pesqueiros



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

No entanto, este dado confronta, em parte, outro apresentado anteriormente. O de que as relações de trabalho na pesca artesanal vêm sendo mais realizadas tanto pela relação de parceria, quanto como de forma autônoma, ficando num plano secundário a participação da família em todo este processo. Em meio a este paradoxo, faríamos então a seguinte pergunta: como as relações familiares podem estar presentes na transmissão dos saberes pesqueiros, mas não é predominante no processo de trabalho?

A resposta mais satisfatória para este impasse é que o dado do *Gráfico 9* (especialmente se levarmos em conta a idade média dos pescadores artesanais, 44,3 anos) nos revela as condições que eram vividas pelas gerações de pescadores passadas, na qual a pesca ainda era uma profissão com boas perspectivas de futuro para as famílias que dela retiravam o seu sustento, fazendo com que os conhecimentos sobre a arte de pescar trespassasse gerações. Conforme já discutimos aqui, atualmente a pesca artesanal não vem sendo avaliada como uma boa alternativa de futuro pelos próprios filhos dos pescadores, ou seja, pela geração atual.

Neste sentido, estima-se que os saberes relacionados à atividade não seja passado para os filhos dos pescadores como um ofício tradicional de família, mas sim como parte

importante das heranças culturais do próprio lugar, podendo, talvez, ser um fator determinante para solidificar ainda mais a questão identitária e a relação desses trabalhadores e dos seus filhos com seus sítios, seus lugares de vida. Por outro lado, a não participação dos jovens no processo produtivo nos mostra que as novas gerações estão mais vinculadas a um cotidiano correspondente ao cidadão urbano, no qual a preocupação de se inserir no processo de formação educacional se dá no intuito de prepara-los para encarar de maneira franca o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo isto não configura a impossibilidade deste jovem se tornar pescador no futuro, uma vez que (em boa parte dos casos) estes aprenderam minimamente a arte de pescar, ajudando seus pais na lida em algumas ocasiões. No entanto, esta renovação, mesmo que indireta da pesca artesanal depende de um conjunto muito complexo de possibilidades e suas combinações (sucessos, fracassos, frustrações, realizações), cujas probabilidades são muito difíceis de precisar.

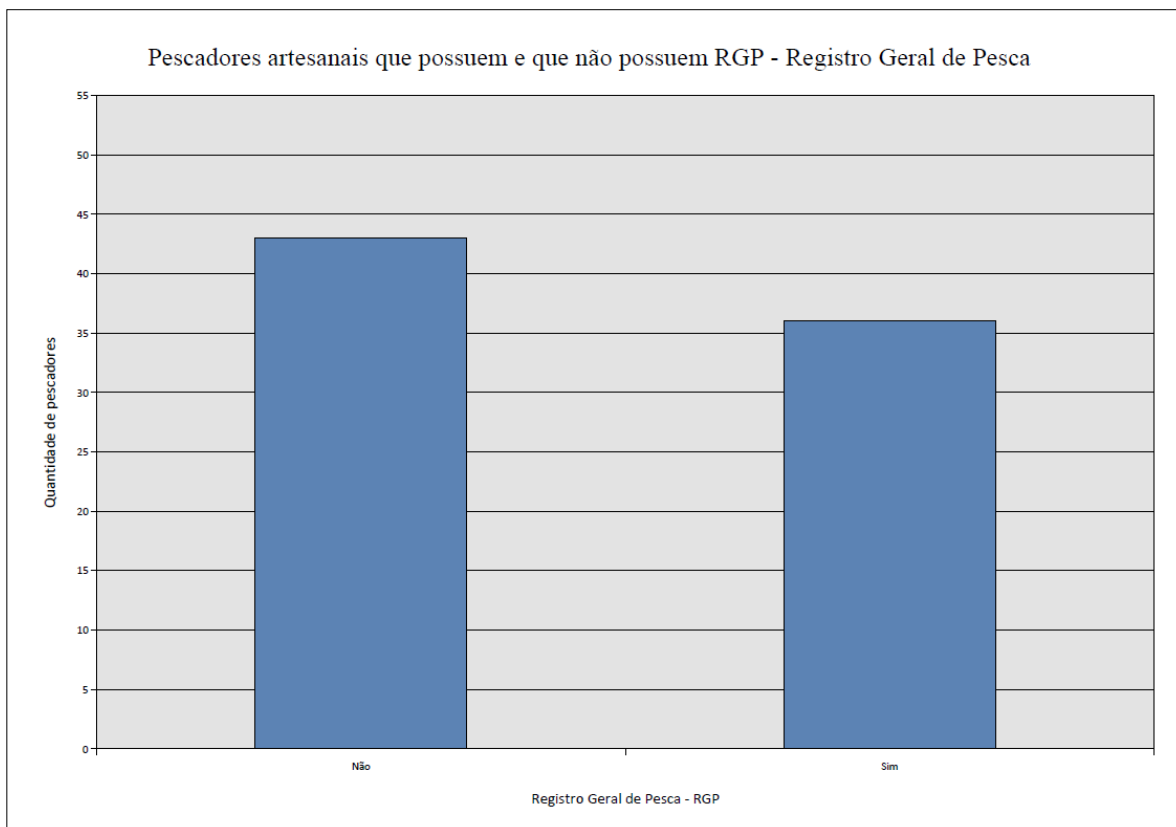
Outro fator importante no que compreende aos dados do gráfico anterior, diz respeito a não participação das instituições públicas e privadas de educação neste processo de formação profissional dos pescadores artesanais. O Governo do Estado do Rio de Janeiro mantém por meio da Fundação Instituto de Pesca (FIPERJ) uma escola de pesca profissional em São Gonçalo, município situado na metrópole fluminense, no entanto, dos seis cursos oferecidos apenas dois possuem algum vínculo com a atividade pesqueira artesanal, como os de processamento de pescado e de mecânica de motores. Tal situação acaba por configurar um distanciamento dos órgãos gestores da atividade em relação aos seus praticantes diretos, algo que também se comprovará nos dados que seguem.

A relação das instituições responsáveis pelo gerenciamento da atividade pesqueira artesanal com a própria categoria, há anos é pautada pelo conflito e pelo desentendimento entre as partes. Isto se dá, principalmente, pelo distanciamento que estes órgãos mantem com os pescadores, contribuindo assim, por intensificar o quadro crítico em torno do acesso às políticas públicas por parte desses sujeitos. Para termos uma melhor compreensão em torno desta temática, o *Gráfico 10* nos mostra uma importante vertente desse distanciamento entre as partes envolvidas.

Este dado corresponde ao acesso do pescador a um direito que é essencial ao exercício do seu trabalho. Pois bem, todo pescador artesanal necessita possuir o Registro Geral de Pesca (RGP) para praticar sua profissão de maneira legal. Este registro é feito pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e habilita o pescador a exercer sua profissão em diferentes modelos de pescaria (registro para a pesca do camarão, para a pesca da sardinha, entre outras

licenças). Caso o pescador não possua este registro ele fica sem poder acessar vários outros direitos sociais, como o seguro defeso e a aposentadoria, por exemplo.

Gráfico 10 – Pescadores artesanais e acesso ao RGP

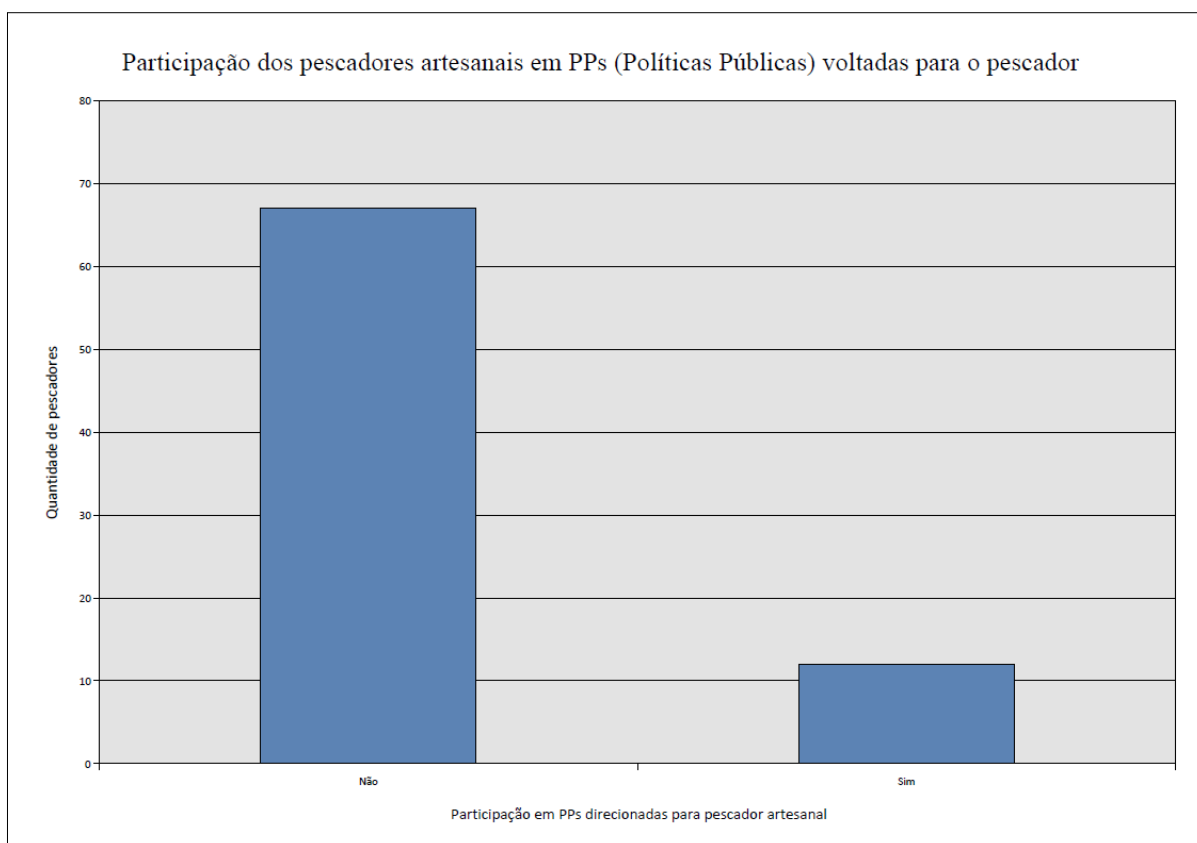


Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas NUTEMC, 2012/2014.

Desse modo, conforme nos mostra o *Gráfico 10*, a maioria desses trabalhadores não possuem o RGP, comprovando assim, o distanciamento do Estado em relação à categoria. Este descaso se fundamenta, principalmente, pela sua proposital inoperância, pois este cenário de dificuldade no acesso ao registro é amplamente conhecido pelas instituições que gerenciam a pesca no Brasil. Tal descompromisso não é pautado pelo não conhecimento do problema, simplesmente porque esses órgãos sabem da realidade das comunidades e a precariedade que enfrenta alguns segmentos da categoria. Este descaso existe pelo simples fato da pesca artesanal não ser o modelo produtivo de larga escala que o Estado tanto deseja investir. Este modelo seguro e ampliado da produção de pescado (seguro porque não sofre tanto com as oscilações entre safras e ampliado porque se produz em grandes quantidades e abrangendo diversas unidades produtivas) se denomina aquicultura e vem sendo o alvo dos principais investimentos públicos para o incremento da produção de pescado nacional.

Este quadro de descaso do Estado para com a categoria fica ainda mais claro a partir das informações trazidas pelo *Gráfico 11*. Nele estão expostas informações sobre a participação dos pescadores artesanais em alguma política pública direcionada à pesca propriamente dita. Como podemos ver, a grande maioria informou que não é abrangido por nenhuma dessas políticas. O próprio seguro defeso, que é amplamente conhecido entre os pescadores, é acessado de maneira escassa. Isto se dá, especialmente devido à falta de informação sobre como consegui-lo, pois até mesmo alguns pescadores artesanais possuidores do RGP sentem dificuldades em entender toda a trama burocrática no percurso até este direito.

Gráfico 11 – Os pescadores artesanais e o acesso às políticas públicas para a categoria



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2012/2013.

O que será exposto a seguir vem no intuito de abrirmos as discussões sobre as condições de moradia em que os pescadores artesanais abrangidos pelo estudo se encontram. Sendo assim, na *Tabela 7* estarão contidos alguns dados que nos ilustram algumas realidades vivenciadas nas comunidades/localidades pesqueiras artesanais. Portanto, separamos para a nossa análise informações em torno da situação da casa do pescador (se alugada, própria ou cedida), se sua moradia possui acesso à água tratada, à energia elétrica, à tratamento de esgoto

e também se o mesmo se encontra inserido no contexto das novas tecnologias como a internet, por exemplo.

Tabela 7 - Pescadores artesanais, segundo suas condições de moradia e ao acesso à tecnologia

Situação da casa			Acesso à água tratada		
Própria	Alugada	Cedida	Sim	Não	
87,80%	8,10%	4,10%	40,50%	59,50%	
Acesso ao tratamento de esgoto		Acesso à energia elétrica		Acesso à internet	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
30,40%	69,60%	50,60%	49,40%	20,20%	79,80%

Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC, 2012/2013.

Como podemos ver nos dados acima apresentados, os pescadores artesanais convivem com uma série de dificuldades no que consiste ao acesso e ao uso de diversos bens e serviços básicos, indispensáveis à vida na cidade. Antes de analisar cada situação, é preciso nos atentar para o fato de que quase a totalidade dos entrevistados afirmou que possui casa própria, uma residência fixa. O fato de fixar residência pode implicar uma série de fatores, dentre os quais gostaria de salientar a questão identitária.

Vivemos num país em que o simples fato de possuímos um imóvel próprio, nos faz viver uma sensação de segurança em relação às nossas escolhas e decisões futuras. Para o pescador, além dessa sensação de segurança, o imóvel próprio remete à sensação de pertencimento, de criação de vínculo com seu lugar de moradia e de trabalho. É de certo que, devido à alta especulação imobiliária ou ao aumento da violência urbana em diversas comunidades/localidades pesqueiras da metrópole fluminense, muitos dos entrevistados não moram de fato no lugar (ou nos arredores) onde praticam o seu trabalho. Alguns, devido aos problemas relatados anteriormente, buscaram residir em bairros mais distantes do seu ponto de embarque/desembarque. No entanto, boa parte (diria, a sua grande maioria) ainda se encontra presente nesses lugares, comungando da dimensão simbólica dos sítios onde vivem e realizam suas práticas.

Todavia, paga-se um preço (social) relativamente alto por morar nas comunidades/localidades pesqueiras. Digo isto porque muitos são os serviços públicos que se fazem presentes nesses lugares de maneira precária. Vejamos a questão do acesso à água tratada, por exemplo. Conforme expõe a *Tabela 7*, mais da metade das residências dos pescadores artesanais não possui acesso a este bem indispensável a toda forma de vida possível existente em nosso planeta, apresentando assim uma situação bastante preocupante e

que muitas das vezes não condiz com toda uma estrutura construída para atender as demais áreas em sua volta. É comum haver bairros que são em sua maior parte muito bem estruturados no tocante ao abastecimento de água, porém há a incidência de localidades completamente esquecidas na oferta deste serviço pelo poder público. Em alguns casos os lugares da pesca artesanal se inserem nesse segundo contexto.

Ainda na toada das questões que envolvem a salubridade, podemos ver nos dados anteriormente expostos que a grande maioria das casas dos pescadores artesanais não possui acesso ao tratamento de esgoto. Em alguns casos, o contato das famílias com o esgoto se dá de maneira direta, pois é muito comum os dejetos residenciais serem lançados à céu aberto, haja vista que o poder público não torna possível outra alternativa. Esta questão somada à problemática da água sem tratamento configura uma exposição gigantesca das famílias dos pescadores artesanais ao risco de doenças gravíssimas como o cólera, o dengue, a leptospirose, entre outros.

Quando a discussão muda para o acesso à energia elétrica, este quadro se reverte sutilmente de maneira positiva ao pescador artesanal. Segundo nossos estudos, um pouco mais da metade (diria, tecnicamente a metade) das casas desses trabalhadores possui acesso a este bem, representando assim, uma melhora significativa em relação ao quadro caótico apresentado pelos dois serviços expostos anteriormente. Entretanto, se partimos do pressuposto que essas comunidades/localidades se situam na metrópole fluminense (com exceção das que se localizam na Baía de Ilha Grande), um espaço urbano e moderno, este quadro deveria ser bem mais animador, haja vista que este se configura como um bem essencial na vida das famílias urbanas como um todo e cada vez mais predominante (e indispensável) no meio rural.

Mais uma vez, caímos aqui no debate em torno da produção da desvalorização e da exclusão desses sítios. O Estado, em todas essas instâncias, é a entidade que deveria prover ou gerir melhor o acesso desses bens e serviços a essas famílias. No entanto, o que vimos é um completo descaso por parte deste agente o que, somado à sua inoperância em torno do fomento da atividade pesqueira artesanal, acaba por agravar um cenário de precariedade, no qual poucos são os que conseguem contrariar esta análise.

Talvez o indicador social menos importante (em termos de reprodução da vida) seja aquele que aponta para o contato dos pescadores com a internet. Certamente, para a vida desses trabalhadores, o uso ou não deste bem não implica em mudanças drásticas diretas, positivas ou negativas. No entanto, em tempos em que os julgamentos de valor se pautam no enaltecimento daquilo que é moderno e da depreciação daquilo que tem parte com o

tradicional, este dado ganha relevância e nos dá a possibilidade de refletirmos como o pescador vem se inserindo no processo de difusão de novas tecnologias.

Conforme sinaliza a *Tabela 7*, mais de 79% dos entrevistados disseram não possuir acesso à internet. Todavia, o que venho salientar aqui não está em torno daqueles que ainda não tem acesso a este bem (mesmo que isso tenha sua relevância, haja vista que vivemos na tal era da “inclusão digital”), mas sim em torno dos pouco mais de 20% que disseram ter a internet como um bem em sua residência.⁶⁰ A inserção do pescador no uso dessas novas tecnologias nos quebra um grande tabu, o de que os trabalhadores que possuem suas formas de saber-fazer construídas em tempos passados, não conseguem de fato se inserir no contexto das novas tecnologias do nosso tempo, muito pelo contrário. O próprio movimento de construção desses saberes tem em seu cerne a incorporação de diferentes tecnologias em seu corpo técnico-metodológico, fazendo com que este saber-fazer se configure realmente como uma espécie de híbrido do conhecimento dessas formas de trabalho.⁶¹

Por mais que o conhecimento adquirido pela prática diária seja uma forma mais segura de entender as circunstâncias que o desenrolar do seu trabalho poderá lhe expor, o pescador artesanal vem utilizando gradativamente essas novas tecnologias em suas jornadas de trabalho. Em segmentos da pesca em que o investimento em meios de produção se faz de maneira mais contundente, é fácil encontrarmos instrumentos de navegação como radares, sondas, computadores de bordo, entre outros equipamentos. Sua utilização vem sendo bastante valorizada entre os pescadores, mas dentre os mesmos é quase unanime a opinião de que estes aparelhos não substituem a figura do mestre do barco, sendo, portanto, o responsável direto pelo sucesso ou pelo fracasso da pescaria. Na pesca da pequena produção, onde os investimentos são escassos e muito reduzidos é interessante exaltarmos a importância, apesar de ser relativa a sua incidência, do telefone celular, o qual é utilizado para avisar os companheiros em terra (e as vezes a família) sobre as condições (produtivas e/ou climáticas) encontradas em mar, sejam elas boas ou ruins.

As tecnologias atuais, em especial, a internet vem se tornando importante também para a mobilização da categoria frente aos desafios encontrados por estes trabalhadores no exercício de sua profissão. Este advento vem fazendo com os pescadores busquem cada vez

⁶⁰ Não podemos negligenciar o fato de que muitos dos que confirmaram a presença deste bem em sua residência o possuem sumariamente para ser utilizado por seus filhos como ferramenta complementar de seus estudos ou também para sua comunicação e lazer.

⁶¹ Aqui se faz importante lembrar que este movimento tímido de inserção do pescador artesanal às novas tecnologias também vem facilitando a mobilização dos pescadores em torno de suas participações nos manifestos organizados pelo seu próprio movimento social (MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras), em várias frentes de luta ao longo de todo o Brasil.

mais informações a respeito dos seus direitos, aumentando assim a sua reivindicação nos órgãos que gerenciam a categoria. O papel das lideranças ganha uma grande importância neste momento, pois são eles os principais responsáveis por estimular os pescadores nesta caminhada de luta. Sendo assim, a busca pelas informações e a articulação entre as representatividades passam também pelo acesso e pelo uso da internet, cooperando assim, para a execução das ações estratégicas que fundamentam a luta pela garantia de seus direitos.

Enfim, o que buscou ser representado aqui foi um esforço de pesquisa e análise em torno do cotidiano vivido pelos pescadores artesanais. Todavia, os dados aqui apresentados e comentados representam apenas um pequeno traço daquilo que realmente a pesca artesanal é de fato. Sua complexidade ao mesmo tempo em que nos surpreende nos fascina, e é buscando aprofundar esses contextos que se fundamenta a continuação deste trabalho.

3 RETORNANDO À ESCALA DO LUGAR E DO COTIDIANO DOS PESCADORES: PEDRA DE GUARATIBA, SUA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO NO TEMPO PRESENTE

Neste capítulo apresentaremos a área de estudo, revelando índices socioeconômicos e estruturais do bairro de Pedra de Guaratiba, além de sua vinculação com um conjunto de atividades econômicas, dentre elas a pesca artesanal. Serão expostos (com o auxílio de imagens), os principais lugares concentradores da atividade no bairro em questão, estejam estes relacionados à moradia, estejam eles vinculados ao processo de trabalho do pescador artesanal.

Ainda nesta seção estará contido um relato (uma narrativa), que buscará expor a experimentação metodológica da dimensão do cotidiano vivenciada por meio de um trabalho de campo em nossa área de estudo. Este campo, realizado com a ajuda de um pescador artesanal residente no bairro em tela, se justifica por uma necessidade de análise que nos leve à decifração do cotidiano vivido pelos trabalhadores da categoria, pela urgência de compreendermos as experiências proporcionadas pela prática da atividade e, em especial, pelo desejo de entendermos a relação entre o trabalhar e o morar na vida dos pescadores artesanais.

Neste sentido, a narrativa que aqui se fará presente tentará realizar não só uma simples descrição dos fatos presenciados durante todo o processo de trabalho que envolve a pescaria, mas também e, sobretudo, buscará trazer algumas análises sobre a profundidade das falas, dos gestos, enfim, dos sentidos que permeiam este fazer, esta forma de existência.

3.1 A Pedra e a pesca

O bairro Pedra de Guaratiba, localizado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro é um bairro periférico e tem na pesca artesanal uma das atividades mais presentes e atuantes de sua história. Nele está contida a Colônia de pescadores Z-14, criada ainda nos anos de 1920, porém esta só veio a ter a sua primeira sede já na década de 1950.

Pedra de Guaratiba possui também uma Associação de pescadores, que nasceu em 1992, com o nome de Associação dos Cercadeiros. Em 2007 esta muda de nome, passando a ser conhecida como APAPG (Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de

Guaratiba). Com essa mudança a referida associação começa abranger um maior número de associados, principalmente porque vários pescadores dissidentes da Colônia Z-14 deixaram de concebê-la como sua representante política (devido a divergências causadas pelos desmandos de sua diretoria) e buscando assim a Associação como uma instituição legítima para representá-los. De acordo com o depoimento do Presidente da APAPG, o Senhor Isac Alves de Oliveira, estima-se que exista atualmente cerca de 300 pescadores artesanais afiliados na associação em questão, sendo que 80% (aproximadamente) possuem Registro Geral de Pesca (RGP – carteira de pescador profissional), sendo, portanto, reconhecidos pelo MPA.

Mosaico 1 - Sede da APAPG e da Colônia de Pescadores Z-14, ambas situadas no bairro de Pedra de Guaratiba



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2014.

Os principais pontos de embarque e desembarque situados no bairro de Pedra de Guaratiba são: Ponta Grossa, Praia da Capela e o Píer/Pracinha. Esses três pontos são considerados também comunidades/localidades pesqueiras, pois se constituem ainda como locais de moradia de várias famílias de pescadores artesanais, especialmente os dois primeiros citados. O Píer/Pracinha, por ser um ponto situado num contexto em que a urbanização estimulou a chegada de vários estabelecimentos comerciais, como mercados de peixe (de pequeno e médio porte), fábricas de gelo e, principalmente, de restaurantes, compreenderá apenas pequenas áreas de moradia, as quais se situam em algumas das ruas transversais à rua principal (Rua Barros de Alarcão) e que corta de uma extremidade a outra a referida localidade.

Mosaico 2 - Principais pontos de embarque e desembarque de Pedra de Guaratiba. À esquerda as comunidades/localidades de Ponta Grossa e Píer/Pracinha; à direita a Praia da Capela



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2014.

A localidade do Píer/Pracinha possui especificidades que estão contidas nos desdobramentos espaciais inerentes à dinâmica do movimento de embarque e desembarque de pescadores e de pescado em seu território. Tal dinâmica será responsável por envolver diversas ruas e pessoas num movimento que concerne a etapa final do processo produtivo pesqueiro, a comercialização. Neste caso, algumas ruas da localidade são tomadas pelo vai e vem de pescadores, atravessadores, comerciantes e consumidores até altas horas do dia, algo bastante incomum uma vez que em diversos outros lugares a comercialização do pescado se dá somente até as primeiras horas depois do amanhecer. Isto acontece no Píer/Pracinha porque o fluxo de pessoas no local é intenso, especialmente nos fins de semana, uma vez que a rua de principal referência na localidade é justamente a que abriga os restaurantes mais procurados no bairro.

Mosaico 3 - Principais características da localidade do Píer/Pracinha. Na fileira de cima moradias de pescadores e restaurantes diversos; na fileira debaixo uma pequena peixaria e um pescador vendendo peixes à varejo



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2014.

Fator importante e que se faz necessário ressaltar aqui diz respeito aos ranchos. Estes, por sua vez, estão situados próximos aos atracadouros e/ou a alguns pontos de embarque/desembarque, não se fazendo diferente nos pontos destinados a estes fins no bairro de Pedra de Guaratiba. Contudo, na localidade do Píer/Pracinha a especulação imobiliária (sobretudo para fins comerciais) se apresentou como um dos principais vilões das áreas dos ranchos, causando assim a desapropriação e destruição de muitos deles. Para não se deslocarem muito de seus pontos de embarque e desembarque vários pescadores hoje vivem nos ranchos que sobraram na localidade em questão, algo que ao mesmo tempo em que fortalece sua resistência contra o processo de especulação do valor da terra, acaba por expô-los à condições de moradia bastante adversas.

Mosaico 4 - Píer/Pracinha: à esquerda os ranchos que também cumprem a função de moradia para os pescadores artesanais locais; à direita o atracadouro da localidade



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2014.

Em relação as áreas de moradia, podemos considerar seis importantes comunidades/localidades em Pedra de Guaratiba, são elas: Morro das 3 Orelhas, Ponta Grossa, Catruz, Praia da Capela, Píer/Pracinha e Cabuís. Deste grupo, vale salientar que Ponta Grossa e Praia da Capela são antigas Vilas de Pescadores, construídas ainda nos idos do século XIX (de acordo com moradores antigos desses lugares), e até hoje conservam em algumas de suas edificações e ruas, padrões arquitetônicos que remetem à esta época.

Já o Morro das 3 Orelhas, Catruz e Cabuís, se apresentam como ocupações mais recentes, processo este que fora incitado em decorrência da expansão imobiliária que teve o seu início por volta da década de 1960, especialmente a partir de sua incidência nas áreas onde se situam as Vilas de Pescadores acima citadas. Vale lembrar que essas áreas de ocupação recente se encontram afastadas da praia, principalmente a comunidade/localidade do Cabuís, a qual está localizada para além dos limites de Pedra de Guaratiba, mas que possui grande parte dos seus pescadores residentes em constante interação com as áreas de embarque e desembarque do bairro em tela. Para diminuir o esforço diário dos movimentos de ida e

volta dos seus locais de moradia para os de trabalho, os pescadores residentes nessas áreas afastadas possuem ranchos nos principais pontos de embarque/desembarque do bairro (Ponta Grossa, Píer/Pracinha e Praia da Capela).

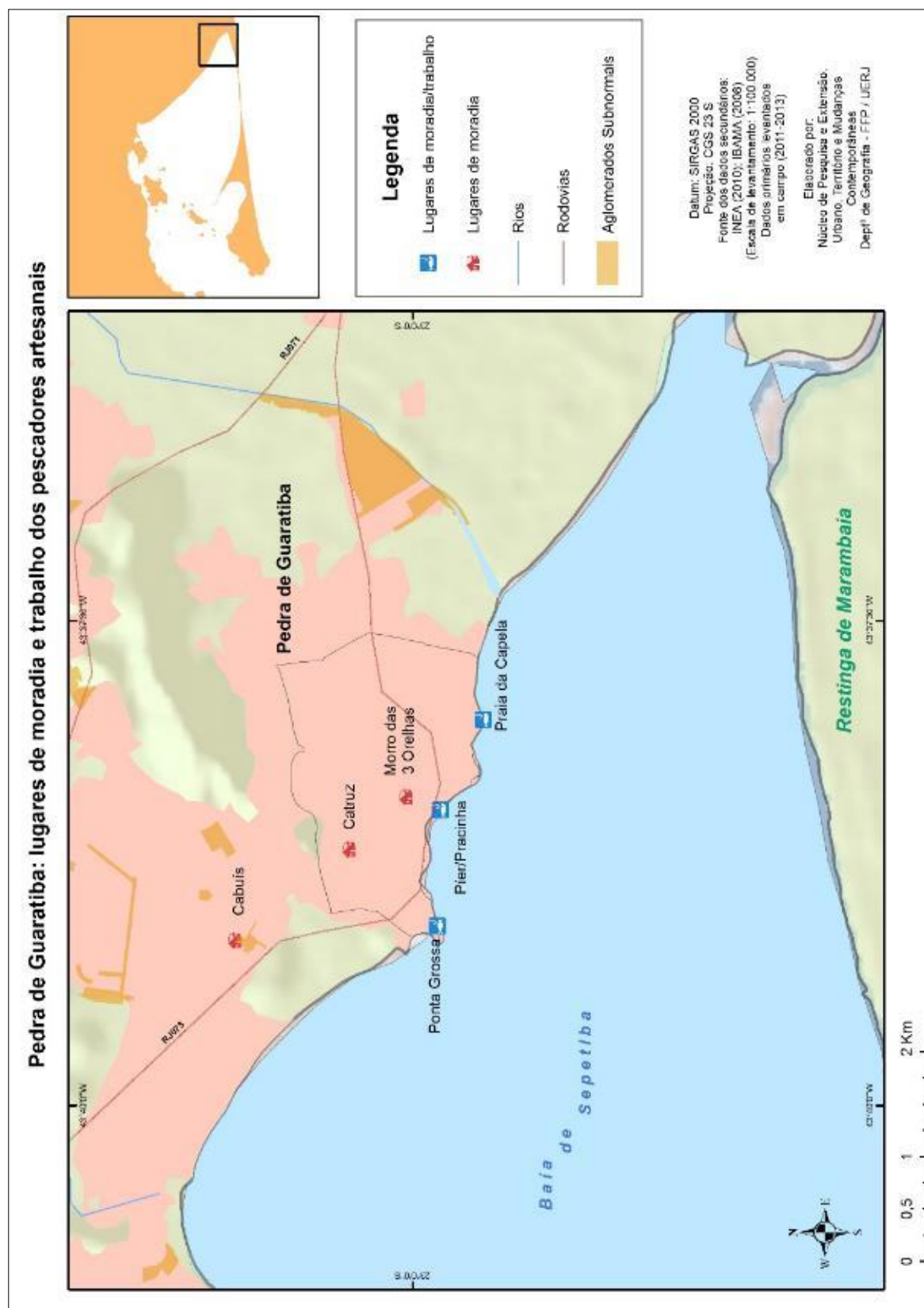
Mosaico 5 - Principais áreas de moradia de pescadores de Pedra de Guaratiba: na fileira de cima as comunidades/localidades do Morro das 3 Orelhas e de Ponta Grossa; na fileira debaixo as do Catruz, Praia da Capela e do Cabuís



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2014.

Desse modo, consideramos o bairro de Pedra de Guaratiba como um dos bairros que mais dialoga com a atividade pesqueira artesanal neste contexto da Zona Oeste carioca. Suas comunidades/localidades estão profundamente inseridas numa dinâmica urbana (*ver cartograma 7*), algo que vem fazendo os pescadores locais viver intensas contradições no que se referem ao seu morar e seu trabalhar. Muitos ainda resistem, ao mesmo passo em que vários já saíram do bairro em busca de melhores condições de trabalho e de moradia, movimento este que leva os pescadores a se deslocarem até outros estados brasileiros em busca de uma maior tranquilidade e liberdade para levar suas vidas.

Cartograma 7 - Principais lugares de moradia e de trabalho dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ), 2014.

O cartograma acima nos evidencia que a mancha urbana (vermelho claro) preenche por completo os limites do bairro. Como elucidamos linhas atrás, das seis comunidades/localidades nele presentes, três se constituem como locais de moradia e de trabalho dos pescadores artesanais, configurando-se, dessa forma, como áreas de contraposição ao avanço dos principais agentes portadores do modelo de desenvolvimento que vem objetando os pescadores em seu acesso a direitos vitais como, por exemplo, o trabalho e a moradia. Em meio a este contexto, a localidade do Píer/Pracinha tem perdido cada vez mais residentes pescadores devido a especulação imobiliária local. Por outro lado, a referida localidade ainda possui na pesca artesanal uma de suas atividades de destaque, a qual é responsável por compor toda uma dinâmica de mercado que caracteriza este lugar como uma das mais conhecidas referências na venda de pescado em toda a Zona Oeste carioca.

A seguir serão apresentadas algumas informações que irão tratar de importantes características do bairro da Pedra de Guaratiba, sua história e tempo presente. Em alguns momentos veremos que a pesca artesanal possui relevância estratégica para a dinâmica econômica local. Vejamos.

3.2 Algumas características históricas e atuais

A origem do nome “Guaratiba” vem da família linguística dos povos tupis que, ao traduzirmos para o português teremos o significado de “ajuntamento de guarás”. Os primeiros povos a habitarem a região (há mais de 2000 anos), segundo estudos arqueológicos, foram os tupinambás, povo exímio na arte de coletar e caçar. (PEREIRA, 2009)

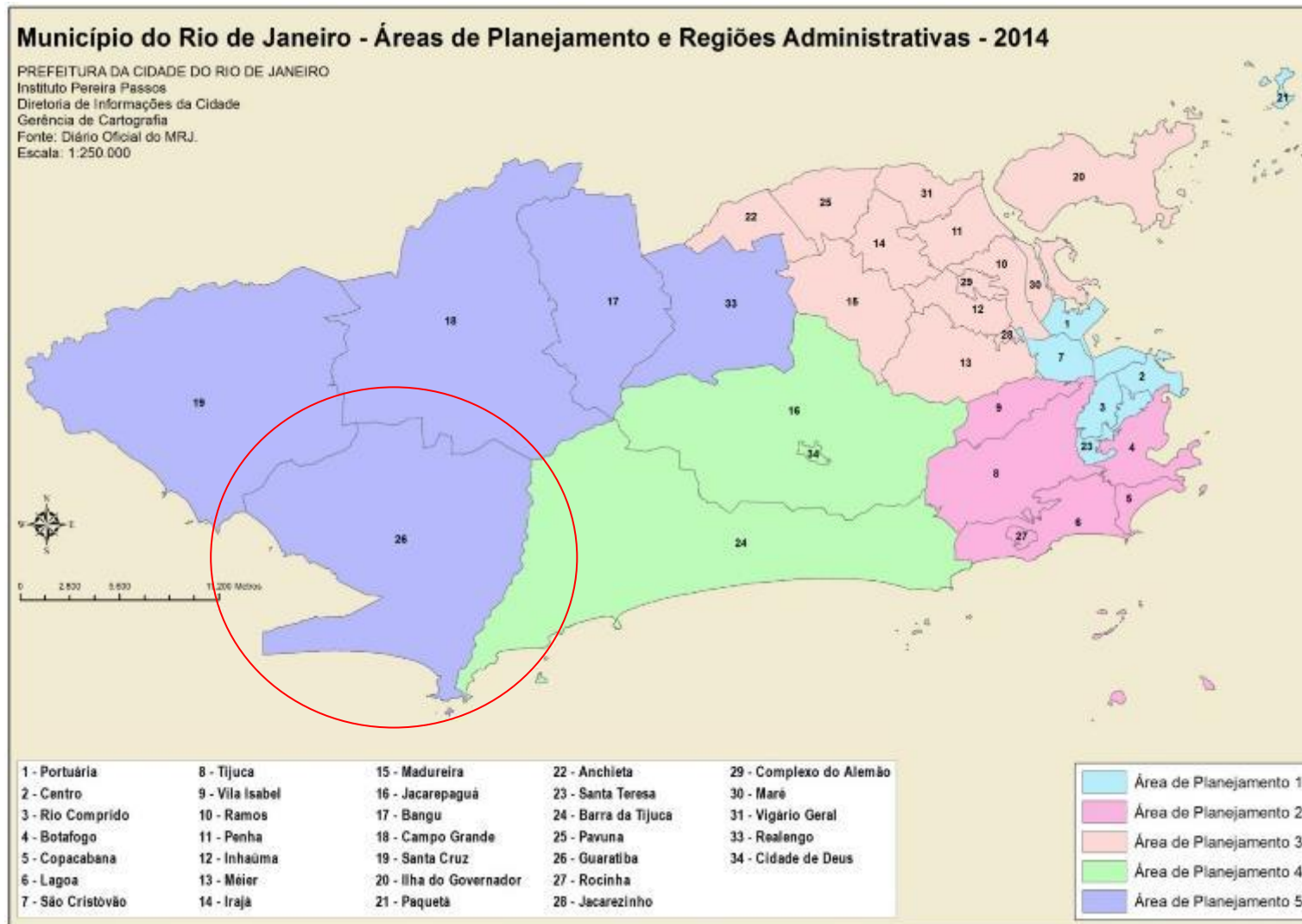
Desse modo, o bairro “Pedra de Guaratiba” se origina a partir de um processo de partilha das terras da região atualmente conhecida como Barra de Guaratiba, sendo que esta, por sua vez, pertencia ao donatário português Manoel Velloso Espinha. Esta partilha se deu entre seus dois herdeiros logo após a sua morte. Anos mais tarde, um de seus herdeiros vem a falecer e, por não possuir filhos, acabou por conceder parte de suas terras à Província Carmelitana Fluminense, uma congregação religiosa de frades da Ordem do Carmo. Feita a cessão, a referida congregação promoveu a construção de diversas benfeitorias dentre as quais se destacam a Capela de Nossa Senhora do Desterro (fundada em 1628), um noviciado e um engenho, que anos mais tarde se transformaria na Fazenda da Pedra.

Com o passar do tempo, diversos outros importantes engenhos viriam existir em Pedra de Guaratiba, são eles: o Engenho Novo, o Engenho de Fora, o do Morgado, o da Ilha e o da Bica. Após o fim do “boom” econômico proporcionado pelo ciclo do açúcar para a região, a cultura do café ganha força, sendo pioneiramente explorada pela fazenda do Engenho Novo, de Pedro Dauvereau. Já no século XX (na década de 1970) foi construída a estrada Rio-Santos, cruzando a extensa baixada (fluminense) e inserindo no referido bairro novas dinâmicas, as quais seriam responsáveis por lhe atribuir novos significados, produzindo assim, outras realidades para seus moradores e visitantes.

O bairro da Pedra de Guaratiba se insere Área de Planejamento 5 do município do Rio de Janeiro (AP-5), a qual engloba cinco Regiões Administrativas (RAs), sendo elas, Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande, Bangu e Realengo (*ver cartograma 8*). A área total do referido bairro está contida na RA-XXVI, ou seja, na região de Guaratiba. Esta ainda compreende os bairros de Barra de Guaratiba e outro que leva o nome da região administrativa em questão.

Estes vivem o contexto da dinâmica urbana inerente à Zona Oeste carioca (apesar desta não compreender apenas os bairros da RA-XXVI), com características similares em termos socioeconômicos, predominantemente. A distância de seus bairros com a região central carioca é considerável, totalizando cerca de 70 km de um percurso que pode ser realizado de 2 a 4 horas, variando de acordo com o trânsito. As principais vias de acesso são: a Avenida Brasil, a Avenida Governador Carlos Lacerda (Linha Amarela) e/ou a Avenida das Américas, tendo que obrigatoriamente acessar a RJ 073 para entrar nas dependências do bairro. A RA Guaratiba possui uma grande complexidade em termos sociais, abrangendo tanto contextos que envolvem a reprodução de uma pobreza latente, quanto de uma produção de riqueza pujante, especialmente a partir do fomento de uma das atividades de grande destaque na região, o turismo.

Cartograma 8 – Município do Rio de Janeiro – Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - 2014



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Instituto Pereira Passos - IPP, 2014.

De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), o bairro compreende cerca de 363,7 ha (hectares) de extensão, com uma área urbanizada que abrange 64% desse total. As áreas de proteção ambientais (APAs) constituem uma porção que chega próxima dos 10% da totalidade do bairro, já as praias (cuja maior parte é imediata à área urbana) abrangem 180 ha da extensão litorânea, compreendendo assim 49% do território da Pedra de Guaratiba (IPP, 2014). Tal configuração acaba por caracterizar um espaço por demais convidativo à prática de atividades ligadas ao mar (turismo e pesca, em suma), pois um conjunto de ruas e ruelas é responsável por fazer a ligação direta do bairro com as praias. Em relação às APAs, podemos dizer que estas acabam por restringir a prática de atividades humanas, quaisquer que sejam, e dentro dos limites do bairro, tal situação afetou as áreas de trabalho dos pescadores artesanais locais, pois a delimitação da APA das Brisas (lei municipal nº. 1.918/92) criou restrições de pesca em locais que antes compreendiam importantes pesqueiros.⁶²

⁶² Recentemente, a partir do segundo semestre de 2014, os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, bem como de toda Baía de Sepetiba, estão sofrendo com a perda de seus territórios de vida e de trabalho, a partir da delimitação da APA Marinha de Mangaratiba. Com o discurso de preservação de espécies ameaçadas de extinção, como o boto cinza, a área de proteção fora discutida na esfera municipal do referido município e traz em seu projeto, a implantação de restrições à atividade pesqueira artesanal, as quais vêm sendo motivo de grande comoção por parte do movimento local dos pescadores, bem como de segmentos do poder público e de instituições científicas.

Mosaico 6 - As ruelas também se configuram como redes de conexão importantes das áreas residenciais do bairro da Pedra com a praia. Estas imagens compreendem a comunidade/localidade de Ponta Grossa



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2014.

Em relação ao contingente populacional, foram totalizadas no último censo realizado pelo IBGE, em 2010, 9.488 pessoas residentes, sendo que 42,4% desse total eram de crianças e jovens (na faixa de 0 a 29 anos), 46,7% de adultos (de 30 a 64 anos) e 10,9% de idosos (com mais de 65 anos). O bairro possui 4.773 domicílios, dos quais a grande maioria é composta por casas, aproximadamente 90% do total. O bairro possui também 179 imóveis ligados ao setor de serviços e comércio e apenas 2 pertencentes ao setor industrial (IPP, 2014). A partir dessas informações podemos inferir que Pedra de Guaratiba, ao mesmo tempo em que é um bairro basicamente residencial, ele também se destaca por compor em seu território um número considerável de estabelecimentos ligados ao setor de comércio e serviços. Esse número expressivo vem acompanhando o desenvolvimento estratégico de atividades turísticas na região da Baía de Sepetiba, especialmente após a criação de grandes eixos de mobilidade urbana, os quais se conectam ao referido bairro por meio dos BRTs (Bus Rapid Transit). Detalharemos essa relação do bairro com o turismo um pouco mais adiante.

Os imóveis do bairro, geralmente possuem o abastecimento de água ligado à rede geral canalizada (96%), além também de usufruírem de um bom serviço de coleta de lixo (90%), contudo, em relação ao esgotamento sanitário isto muda consideravelmente de figura, com apenas um pouco mais da metade (57%) com cobertura realizada pela rede geral de esgotos. Logo a seguir, surgem os métodos de descarte conhecidos como fossas sépticas (31%), os lançados *in natura* (8%) e outros modelos de produção de rejeitos (4%) (IPP, 2014). Aqui evidenciamos um dos principais eixos de geração dos problemas ambientais da região, a poluição urbana. O fato de apenas um pouco mais da metade dos imóveis do bairro possuir conexão com a rede geral de esgoto, é certamente motivo de grande preocupação não só para os pescadores artesanais, mas também para todo o sistema que compreende a atividade turística na região. Os demais modelos de produção de rejeitos (fossas sépticas e *in natura*, majoritariamente) acabam por serem os mais poluentes, uma vez que as fossas construídas não funcionam de forma adequada, contribuindo para a contaminação do solo, dos mananciais e dos rios do bairro, já o lançamento de esgoto *in natura* caracteriza uma poluição ambiental direta, sem preocupação com um tratamento mínimo desses rejeitos. O assoreamento das praias (*ver figuras 7 e 8*) da região tem considerável contributo em decorrência de evidenciada situação.⁶³

⁶³ Contudo, não podemos negligenciar a qualidade sistêmica de funcionamento dos meios naturais, o que proporciona a ampliação dos impactos ambientais a partir da atuação conjunta de diversas fontes poluidoras. No caso da Pedra de Guaratiba, a influência da poluição industrial, naval e portuária que se deflagra diariamente na Baía de Sepetiba, somado ao fato de sua própria poluição urbana, bem como dos bairros vizinhos, vem causando uma preocupante e gradativa alteração na qualidade morfológica e química dos ambientes marinhos próximos à sua linha de costa, comprometendo assim a realização das atividades que mais movimentam a economia local (WASSERMAN, 2005).

Mosaico 7 - O assoreamento das praias é visível e em alguns locais na Baía de Sepetiba a lama se estende por mais de 300 metros além da praia, dificultando assim o desembarque, sobretudo, na maré baixa

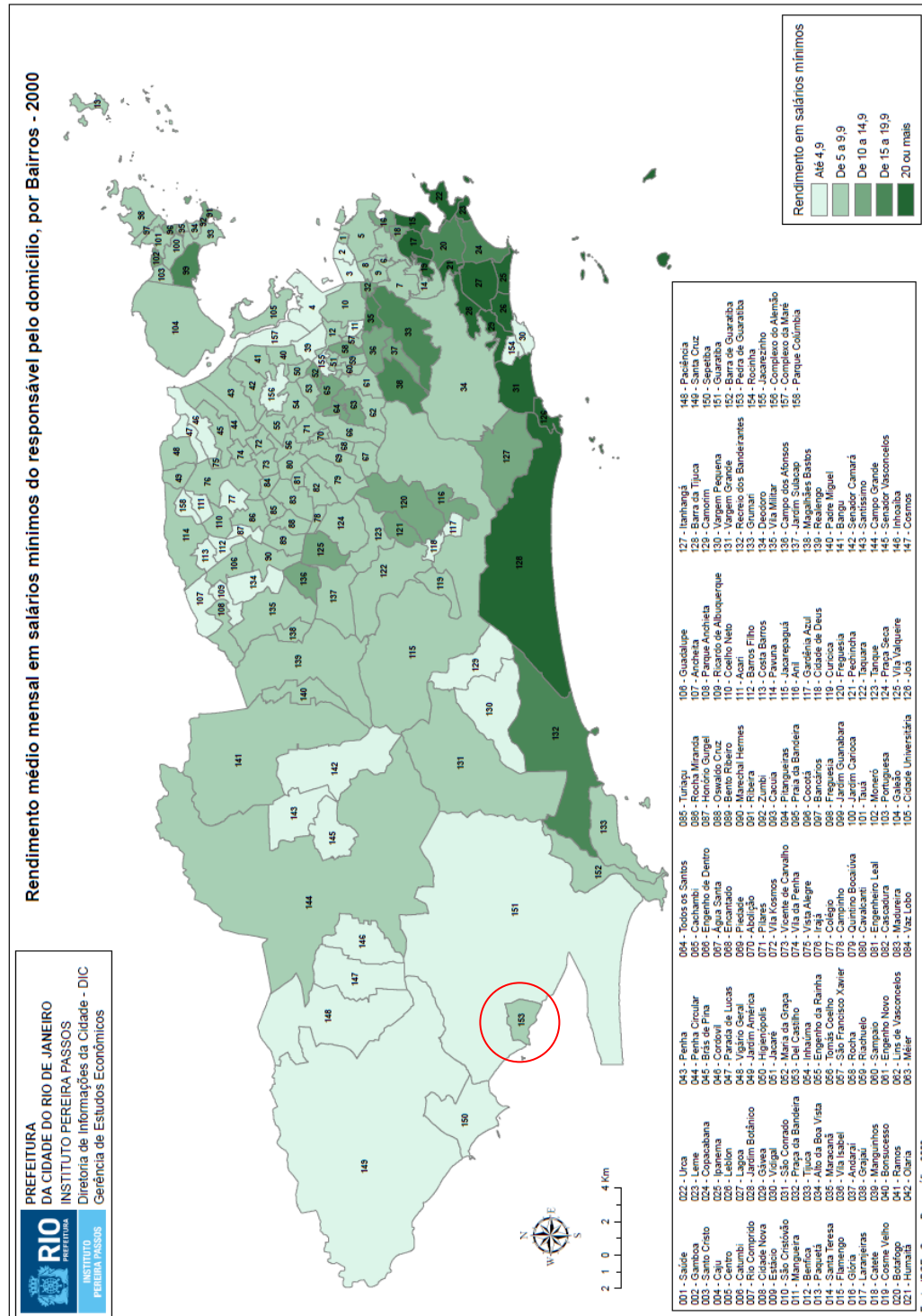


Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2014.

Predomina no bairro uma maior incidência de chefes de família do sexo masculino, cerca de 67%, reservando assim 33% desse contingente ao sexo feminino. A faixa etária de abrangência deste universo compreende o intervalo de 40 a 49 anos, sendo que essas pessoas cursaram, em sua maioria, até o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Todavia, no bairro ainda identificamos uma maior ocorrência de residentes com rendimentos na faixa dos cinco a dez salários mínimos (20%), seguido do grupo que recebe de três a cinco salários (19%) e, em terceiro os que se encontram na faixa de um a dois salários mínimos mensais (15%) (IPP, 2014). Os dados apresentados aqui nos mostram um interessante contraste, o qual se encontra no nível de escolaridade em relação ao patamar salarial médio dos residentes do bairro. Apesar de não possuírem um nível escolar de alto padrão, os residentes da Pedra atingiram um nível razoável de renda (num patamar que também se encontram a maior parte dos bairros cariocas – *ver cartograma 8*), algo interessante e que nos leva a conjecturar que isto provavelmente se deve a dois fatores: o primeiro estaria ligado à possibilidade de essas pessoas serem grandes empreendedores do próprio bairro, sendo assim donos de bares, restaurantes, comércios, ou até mesmo proprietários de agências e/ou barcos de turismo, trabalhando geralmente todo o núcleo familiar, quando não participam do negócio, os demais parentes, amigos ou desconhecidos. Aqui poderíamos englobar também os grandes e os intermediários produtores da pesca artesanal (predominantemente os proprietários dos meios de produção); o segundo fator compreenderia à chegada de pessoas de classe média alta,

vindas de outros bairros cariocas (geralmente em fuga da violência ou da confusão urbana) a fim de fixar residência num bairro um pouco mais tranquilo e bom para se morar.

Cartograma 9 – Rendimento médio mensal em salários mínimos do responsável pelo domicílio, por bairros - 2000



A gradação mais intensa representa as áreas com maior concentração de renda. Em destaque o bairro de Pedra de Guaratiba (RJ), com uma intensidade média de coloração.

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Instituto Pereira Passos – IPP.

Pedra de Guaratiba ainda dispõe de um número bastante elevado de espaços públicos de educação, totalizando 12 escolas (três CIEPs⁶⁴, uma escola da rede estadual e oito da rede municipal), duas creches e um espaço de desenvolvimento infantil (ambos municipais). Em relação aos espaços educacionais privados, estes abrangem cinco colégios (com a oferta completa do Ensino Básico), duas creches e uma fundação filantrópica que atua na complementaridade da formação de crianças de 6 a 12 anos. Além disso, o bairro ainda conta com 8 estabelecimentos particulares que oferecem cursos extracurriculares (como idiomas, informática, artes, etc.).⁶⁵ Desse modo, em relação ao acesso à educação, podemos ver que o bairro conta com uma ampla estrutura que compreende a Educação Infantil e o Ensino Básico. A oferta de cursos extracurriculares, mesmo que parta apenas da rede particular, também é considerável, no entanto, quando verificamos a inexistência no bairro de cursos vinculados ao Ensino Superior, chegaremos à conclusão que os estudantes residentes terão de procurar outras localidades, ou quem sabe até mesmo outros municípios, para poderem cursar suas faculdades. Os bairros mais próximos que poderão polarizar esta migração estudantil do ensino superior correspondem a Santa Cruz e Campo Grande, basicamente.

No que concerne aos estabelecimentos de saúde, são dois postos de atendimento públicos, porém são três consultórios médicos e outros três odontológicos da rede particular, não havendo a ocorrência de nenhum hospital (público ou privado).⁶⁶ Tais números nos revelam uma pequena quantidade de estabelecimentos ligados ao sistema de saúde, especialmente daqueles pertencentes à rede pública, o que faz com que os moradores geralmente se queixem dos atendimentos (muito demorados e com pouca oferta gratuita de medicamentos) e da estrutura do estabelecimento, pois estes dispõem de um espaço físico que não comporta tantos equipamentos médicos de grande porte, quanto acomodações (leitos) adequadas. Para obter um diagnóstico mais detalhado de suas patologias ou conseguir uma internação, o morador da Pedra geralmente procura outros bairros cariocas, chegando até mesmo a ir em direção à região central do referido município para receber tal atendimento.

Em meio ao que foi exposto, podemos agora avançar no entendimento de algumas tendências que vem surgindo no cotidiano do bairro em questão em termos, especialmente, do fomento de uma ambiência construída para favorecer uma importante atividade, a qual vem

⁶⁴ Não encontramos informações precisas se estes ainda pertencem à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), ou se já passaram por processo de municipalização do seu espaço e de sua estrutura pedagógica.

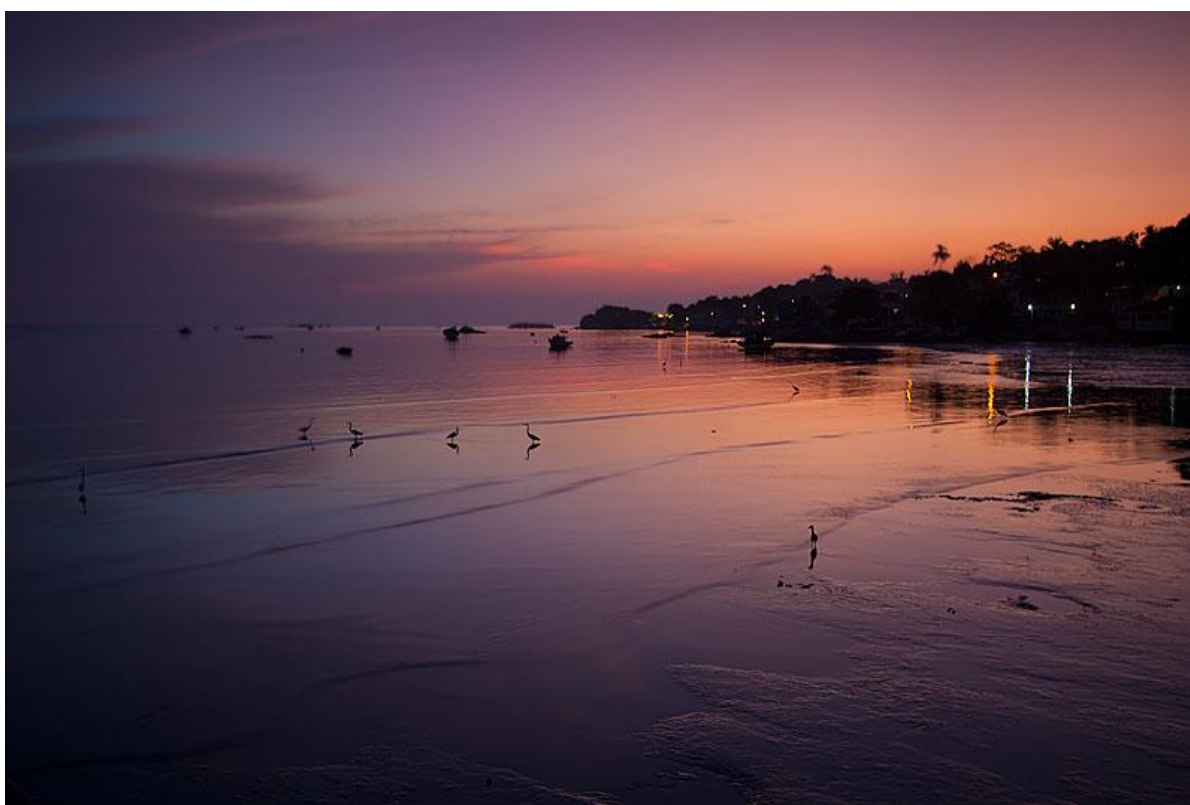
⁶⁵ Disponível em: <www.pedradeguaratiba.com.br>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁶⁶ Ibid.

ganhando força, mesmo em condições adversas no que concerne ao contínuo processo de degradação do meio indispensável à sua prática diária, falamos aqui não propriamente da pesca (até porque dificilmente nada se constrói para esta ser favorecida, muito pelo contrário), mas sim da atividade turística.

Atualmente o bairro vive a experiência de ser uma importante referência ao turismo e ao lazer na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Alguns dos pontos, como a capela de Nossa Senhora do Desterro, por exemplo, se tornaram importantes locais de visitação de pessoas vindas de vários lugares do próprio município e do estado como um todo. Tal popularidade contribuiu para que a prefeitura carioca promovesse (pelo segundo ano consecutivo) uma festa de Réveillon no referido bairro, contribuindo assim, para que o nome do mesmo percorresse a cena turística para além dos limites estaduais.

Figura 4 - As belezas naturais de Pedra de Guaratiba: muitos fotógrafos profissionais vão ao bairro aproveitar de suas belas paisagens



Fonte: Marcos Paiva, 2013.

Pedra de Guaratiba também é muito conhecida pela sua variedade de restaurantes especializados em frutos do mar, sendo considerada como um importante polo gastronômico carioca. Desde a década de 1980 sua fama se espalha pela cidade como sendo um dos bairros

mais aconchegantes para se passar um tempo agradável com a família ou em entre amigos. Por outro lado, ao conversarmos com os moradores locais, é comum percebemos em suas memórias que o bairro sofreu grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos, no que concernem ao incremento populacional, ao aumento do número de residências, comércios e serviços e também devido à ampliação de áreas industriais em bairros vizinhos (como em Santa Cruz, por exemplo), o que contribuiu gradativamente para a degradação de ambientes que poderiam ser ainda mais atrativos ao turismo, à pesca e também ao uso dos próprios moradores.

Figura 5 - Restaurantes no bairro da Pedra de Guaratiba: uma grande variedade de opções em frutos do mar



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2014.

Outro fato importante lembrado pelos moradores compreende a relação íntima que a atividade pesqueira artesanal mantém com o bairro em questão. Se Pedra de Guaratiba ostenta esse status de lugar referência na gastronomia de frutos do mar da cidade carioca, isto se deve (e muito) à referida atividade, pois boa parte do pescado que é consumido localmente nos bares e restaurantes provém da pesca praticada nas águas da Baía de Sepetiba. Durante muitos anos esta relação do bairro com a atividade em questão se costurou de maneira bastante estreita e frutífera para ambos os lados, pois se a pesca ia bem, os bares e restaurantes tinham o cardápio garantido.

De acordo com alguns pescadores locais, estes eram dias memoráveis e que pareciam jamais chegar ao fim. Era uma época de muita fartura, mas não de muita riqueza (de muito dinheiro), mas de muito pescado, de muito trabalho, enfim, de muitas amizades, estórias e histórias de vida que atribuíam à Pedra de Guaratiba a experiência de um cotidiano alheio ao ritmo vivenciado no coração da metrópole. Era um ritmo lento, construído por relações de proximidade, pelo (re)conhecimento entre as pessoas e destas com o próprio lugar.

No entanto, todo este circuito da produção pesqueira (e, em parte da turística) presente em Pedra de Guaratiba sofreu (e vem sofrendo) duros golpes devido a uma modernização desenfreada do território, fazendo com que a competição entre os pescadores artesanais começasse a se acirrar mais drasticamente há mais ou menos trinta anos. Consubstancial e concomitante a esta modernização do território veio a urbanização do mesmo, acarretando assim, a uma série de problemas estruturais, como a questão da poluição, da especulação imobiliária, da diminuição dos territórios pesqueiros, entre outros.

E é seguindo os passos do pescador conhecedor do bairro da Pedra de Guaratiba que será realizada uma experiência de campo, a qual está contida na seção seguinte. Para ela preparamos uma dinâmica de estágio de vivência, uma experimentação (ou seja, de viver a experiência reconhecendo a existência), a fim de nos inserirmos no cotidiano do próprio pescador, buscando o acompanhamento de sua preparação para o dia de trabalho (em sua moradia e no atracadouro) com a organização dos seus insumos produtivos; realizando a observação/participação no executar da atividade em si (em terra e no mar); e culminando, enfim, na análise de seu retorno à sua casa no final da lida, no fim da pescaria.

Neste sentido, as linhas que seguem, contém toda esta experiência de participação no processo produtivo da pesca artesanal. Aqui respeitaremos a ordem cronológica e verídica dos fatos que se desenrolaram na atividade em questão, valorizando, sobretudo, os movimentos, as falas e os saberes do pescador artesanal.

3.3 A experimentação do cotidiano: o relato como uma possibilidade de análise

Após algumas horas de viagem desde São Gonçalo (município localizado no leste metropolitano fluminense), um amigo pesquisador e eu chegamos ao bairro de Pedra de Guaratiba. Era uma manhã agradável de sexta-feira, não havia muito sol e o vento soprava leve. Esperávamos o nosso anfitrião, o pescador artesanal (pequeno produtor) Isac Alves de

Oliveira, numa praça situada na área central do referido bairro. Ao redor da praça havia um grande mercado (varejista), bancas de jornal, algumas pensões e comércios menores, uma banca de venda de alimentos (como frango assado e churrasco) e alguns serviços específicos como uma oficina mecânica, um cicle (lugar de conserto e venda de bicicletas), um lava-rápido de automóveis, entre outros.

Nesta área central do bairro o vai e vem de pessoas é bastante razoável. Muitas naquele momento iam em direção ao grande mercado varejista para abastecer a dispensa de casa. Algumas outras estavam ali para comprarem o jornal do dia e/ou para garantir um almoço pronto e rápido seja no churrasco vendido na praça, seja nas pensões repletas de comidas a quilo. Outras vinham para pegarem uma condução que as levassem ao centro da cidade ou à bairros vizinhos como Santa Cruz, por exemplo. A vida transcorria de maneira dinâmica e tudo parecia se organizar a partir das diversas necessidades que brotavam a cada esquina, a cada ponto de ônibus, no bairro de Pedra de Guaratiba.

Sim, a praça aqui faz jus à sua função principal de lugar do encontro e contribui por atribuir ao bairro em questão um ritmo acelerado, mesmo que ainda não seja comparável ao ritmo feroz que devassa o coração da metrópole, mas ainda assim é um ritmo que se difere dos vivenciados em outros cantos deste bairro. Os cantinhos da Pedra de Guaratiba, as bordas, as extremidades, as margens, as periferias deste lugar carregam também muita história (conforme já pudemos ver noutra seção), história esta ainda preservada na mente de diversas pessoas, dentre elas muitos pescadores e pescadoras artesanais, os quais são responsáveis diretos por fazerem com que estes cantinhos experienciem na atualidade um tempo lento, em meio às temporalidades rápidas da vida contemporânea que chega a passos largos e não fazem cerimônia para conquistarem seu espaço e se fazerem presentes neste lugar.

Pois bem, não esperamos muito e o nosso Isac logo nos encontrou. Ele chegou até nós em sua bicicleta e prontamente nos passou a informação de que precisava comprar algumas coisas para a casa, pois não estava muito habituado a receber pessoas por lá. Além disso, lembrando da pescaria iríamos fazer no decorrer do dia, ele também nos falou que o tempo (condições climáticas) poderia “engrossar” caso o vento mudasse drasticamente.

Após esta parada no mercado e um almoço reforçado numa pensão situada próxima à praça, seguimos em direção à casa do nosso amigo pescador. No caminho encontramos ruas calmas quase sem movimentação de pessoas ou de carros. É importante ressaltar aqui a sensação de segurança vivida no bairro, não uma segurança garantida pelos aparelhos de vigilância/repressão do Estado, mas sim fundamentada pelas relações de vizinhança, pelo conhecer mútuo. A face da cooperação se mostra e ganha força em Pedra de Guaratiba (ainda

vamos entender isso com mais clareza no decorrer deste relato), fazendo-nos compreender que do urbano não emerge somente a vertente (des)humana da competição e do individualismo.

Ainda neste caminho nos deparamos, fortuitamente, com o colega de trabalho de Isac (com o qual trabalha em regime de parceria). Paramos para conversar com ele, pois era necessário averiguar se o barco e a rede estavam disponíveis para utilizarmos na parte da tarde, além de ver se o mesmo poderia participar da pescaria conosco. Um fato curioso para lembrarmos aqui é que começamos a entender a importância da moradia para o pescador artesanal, pois o pescador que acabávamos de encontrar tinha recém chegado do rancho, mas mesmo assim trazia consigo dois pares de remos para serem guardados em cima de sua casa, pois assim vigiaria constantemente seus instrumentos de trabalho. Parece que por mais que o rancho ficasse trancado durante o período de ausência do pescador no atracadouro, ainda assim era mais seguro trazer os materiais de trabalho (ao menos os mais importantes) para casa, a fim de evitar possíveis furtos e contratempos. Durante esta conversa, seu amigo nos disse que não havia problema em utilizarmos os materiais, pois sua lida já havia terminado, entretanto, não poderia nos acompanhar durante a pescaria, pois sua última saída tinha sido além de bem recente, muito cansativa.

Terminada esta casualidade fomos em direção à praia para vermos as condições do mar e da maré. Lá chegando percebemos que o vento estava um pouco mais forte em relação àquele que soprava durante a nossa chegada. Junto a isto, a maré que se desenhava diante dos olhos do pescador (e dos nossos) contradizia sua previsão inicial, pois a mesma se encontrava em processo de cheia, haja vista que, de acordo com a expectativa do pescador ela deveria estar “secando” (abaixando o nível d’água) naquele exato momento. Atônito com aquilo nosso amigo pescador pergunta a outro que ali se encontrara, um idoso aparentemente, que por lá matava o seu tempo: “Por que essa maré tá enchendo?! Não era pra ser a vazante (estar diminuindo) agora?!”; e respondeu o antigo pescador: “Sim, mas ela vai baixar de novo lá pelas seis horas (da tarde) e vai encher de novo lá pelas nove (da noite)!”. Ouvindo isso do experiente pescador, Isac ficou mais tranquilo e começou, em seus pensamentos, a planejar toda pescaria.

Chegando à residência do pescador conhecemos a sua fiel amiga de todos os dias, uma cadelinha muito esperta e hiperativa. Moradia simples para um homem simples e que pouco nela se encontra no dia a dia. Em meio à vida no mar e na praia desfrutando da lida, ele também exerce a função de liderança numa associação de pescadores sediada no mesmo bairro. Sua casa lhe serve, sobretudo, como local de breves descansos, além de ser um ponto

importante de preparação e manutenção de seus materiais de trabalho. E é justamente nela que começamos a pescaria do dia.

Ao se preparar para a pescaria, o pescador organizou uma série de coisas que foram levadas para passar cerca de 7 horas no mar, sem que lhe seja tão sacrificante o trabalho. Para isso, ele prepara uma garrafa de café, uma de água potável, um maço de cigarros, três coletes salva-vidas, um telefone celular, um agasalho e vasilhas de plástico (para colocar os eletrônicos). Como o motor de seu barco é portátil (motor de popa de cinco cavalos de potência), este também é preparado antes de sair de casa. Ele o coloca num carrinho de locomoção manual (para facilitar o seu transporte), juntamente com o tanque de combustível (com 6 litros de gasolina). Reunidas essas coisas, partimos em direção ao ponto de embarque denominado Praia da Capela ou “Porre Certo”, nome pelo qual este também é conhecido pelas pessoas do lugar. Antes de sairmos, fiz a seguinte pergunta: “E o tempo, está bom?!”; e ele respondeu: “O tempo tá ruim! Muito vento e o mar tá agitado!”. Logo também teríamos a mesma certeza do pescador.

3.3.1 O caminho, a preparação da embarcação e a saída para o mar

Era mais ou menos 15h20min e no caminho até a área de embarque, passamos por um corredor bastante estreito, uma ruela que dá acesso à beira do mar. Chegando a praia percebemos que a maré se encontrava cheia (contrariando a previsão da tabela de marés que havíamos levado conosco) e também tivemos a certeza de que as condições climáticas não eram nada favoráveis para se entrar no mar, o vento era forte e o agitava muito. O céu estava em parte nublado e a desconfiança em entrar n’água se escondia por detrás do sério semblante do pescador.

Figura 6 - Ruela que dá acesso à praia da Capela. Ao fundo o pescador artesanal se conduzindo ao trabalho



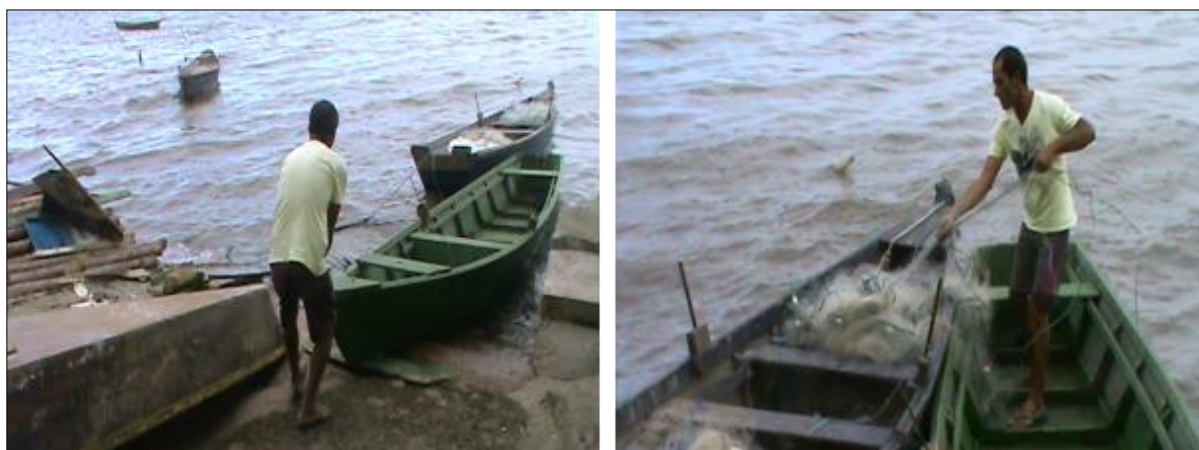
Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Chegando ao ponto em questão, o pescador começou a organizar a embarcação que nos levaria à pescaria. Em meio à arrumação dos apetrechos, parou por alguns segundos e olhou para o mar, para o céu, parecia um pouco apreensivo e surpreso ao mesmo tempo. Estava preocupado com o vento forte e principalmente com a maré, pois esta poderia atrapalhar o nosso desembarque, uma vez que quando a maré está “seca” (baixa, vazia) a água só consegue chegar a aproximadamente 200 metros de distância da praia. Como dito, isso poderia prejudicar o nosso retorno, programado para acontecer às 21h, horário em que a maré estaria de fato “cheia” (alta), caso estivesse de acordo com algumas condições naturais precedentes, especialmente, em relação à fase atual da lua (Lua Nova). Passado este momento, voltou sua atenção a preparação da embarcação.

Chegando à embarcação que utilizaríamos para a pescaria, tirou alguns paus de dentro dela e os colocou num canto, foi ao rancho e pegou os remos de madeira. Olhava cuidadosamente o barco para ver se estava tudo em ordem, em perfeito estado. Pegou um balde e tirou uma poça de sangue de peixe que havia se formado na popa ao final da última lida. Enlaçou uma corda pequena no bordo (lateral) da nau para caso precisássemos utiliza-la para a amarração de algo. Pegou um pequeno peixe que se encontrava no fundo do barco e exclamou: “Peixe porco! É bom pra bronquite.”, e o lançou ao mar. Pegou um pedaço de

madeira e o colocou por debaixo do barco, para que o fundo do mesmo não se danificasse ao entrar em atrito com o chão no momento de ser colocado no mar. Empurrou a embarcação (um caíco de aproximadamente 5 metros de comprimento) para as águas da baía e passou as redes (especiais para a pesca do camarão) que se encontravam noutro barco (também propriedade do seu parceiro de trabalho) para aquele que seria utilizado por nós. Acoplou o motor na popa do barco e instalou o tanque de combustível ao mesmo, apanhou os remos e os demais apetrechos, fez uma oração e partiu para o mar. Em boa parte das situações aqui relatadas, o pescador trabalhou sozinho, sem nenhuma ajuda. Em outras ele pediu o nosso auxílio, pois fazer todo este processo por conta própria seria uma tarefa muito demorada além de muito sacrificante.

Mosaico 8 - O pescador prepara a pequena embarcação para a pescaria: a parte inicial da lida se revela consideravelmente pesada



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

O tempo gasto com o preparo da embarcação levou cerca de 1 hora. Além do uso da força (em algumas situações) e da memória em outras, o pescador utilizava acima de tudo seus conhecimentos e suas habilidades a fim de identificar e decifrar os sinais da natureza e de tudo aquilo que o mar poderia nos reservar. Certamente ali começamos a compreender o porquê deste trabalho ser feito (pela maioria dos pescadores) acompanhado de um amigo e/ou de alguém da família. Uma companhia é necessária para dividir as responsabilidades que permeiam tanto o preparo da pescaria, quanto o ato de pescar em si, o que será confirmado nas linhas a seguir.

3.3.2 O trajeto no mar: encontros fortuitos, algumas conversas e a pescaria

Já era para além das 16h quando o pescador deu a partida no motor e começamos a navegar. Antes disso, ele nos deu a orientação de não nos movimentarmos durante a navegação, o que levaria a embarcação a se desestabilizar e, conseqüentemente, a virar em água. “Segura que vai balançar! O mar lá fora tá agitado! Segura a onda aí!”, exclamou o pescador. E em meio a alguns “banzeiros”⁶⁷, partimos para o local da pescaria.

Figura 7 - E o tempo não estava bom realmente



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Durante o início do percurso vimos algumas embarcações que se encontravam “fundeadas” distante da praia. Estas eram um pouco maiores daquela que estávamos usando (tinham entre 10 e 12 metros) e possuíam uma estrutura mais complexa, com porão para a armazenagem do pescado e cabine de comando. Enquanto observávamos aquilo que estava ao nosso redor, nos disse o pescador: “Aqueles caras ali estão pescando camarão também. Ali ó, três caícos!”. Começamos a entender a partir desta interjeição que uma boa pescaria se faz,

⁶⁷ Os banzeiros são ondas subsequentes que revelam o mar agitado. Quando estes ficam mais fortes, tendem a colocar os pescadores em alerta no momento da navegação, pois suas embarcações de pequeno porte podem virar se não forem bem conduzidas por estas condições.

dentre outros fatores, com uma boa observação, pois a disposição de outros barcos no mar poderia indicar duas coisas: 1- a descoberta de um bom cardume por aqueles que já se encontram na água há mais tempo; 2- uma maior concorrência para a pescaria. Para Isac, aqueles pescadores que já se encontravam no mar sabiam onde os camarões poderiam estar. Sendo assim, partimos para um ponto próximo ao deles, porém não tão perto ao ponto de atralhar a lida dos demais.

O olhar do pescador permanecia fixo ao mar, na direção das ondas, na posição dos seus colegas de trabalho e das redes que acabaram de lançar. Podíamos estar a centenas de metros de distância de outro barco de pesca, mas ele sabia exatamente se aquele pescador já tinha ou não lançado suas redes. O conhecimento que o pescador tinha sobre o mar também nos impressionava. Todo trajeto que fazíamos tinha o intuito de nos colocar na rota dos camarões, de nos fazer entrar nas correntes que poderiam faltar a nossa rede. Mas isso só aconteceria se também fôssemos rápidos a ponto de chegar ao lugar da pescaria antes de aparecerem novos concorrentes e também se conseguíssemos ser precisos ao lançar as redes.

“Geralmente é este o caminho que você faz?”, indagou o pesquisador. O pescador respondeu reticente: “Geralmente é esse o caminho. Hoje eu tô cortando um pouquinho por causa do vento, né! O mar tá meio agitado, aí a gente vai cortando o vento assim pra poder o caíco não balançar muito.”. E seguia a navegar com o olhar fixo, como alguém que está à procura de algo que deseja muito encontrar. De repente tirou os olhos do mar, os mirou para mim e disse: “Lá Felipe... lá eu vou ficar onde você está. Você vai ficar aqui onde eu tô (no leme). Quando você empurrar a mão pra lá (aponta com o dedo), a proa vem pra cá (faz o gesto com a mão), o contrário ela vai pra lá. Agora é o seguinte, você vai em linha reta, entendeu?! Pra jogar a rede na moral!”. Isto o que o pescador acabou de me pedir (fazer o leme da embarcação) confirma o que relatamos algumas linhas atrás, onde constatamos o quanto importante é ter um parceiro de trabalho na pesca artesanal. O pescador pode fazer todo o trabalho sozinho sim, mas além de ser muito sacrificante e desgastante todo este processo para um único trabalhador, o mesmo ainda aumenta consideravelmente sua exposição ao risco de acidentes e/ou desastres durante a pescaria. Convite feito, pedido aceito, seguimos com o relato.

Ao avistarmos outra pequena embarcação com dois pescadores a bordo, fizemos a seguinte pergunta: “Então quer dizer que nós estamos seguindo os pescadores que já estão há mais tempo no mar?!” e o pescador responde: “Sim. Pescaram a semana toda, já sabem onde tá a pescaria. Aí a gente vai dando uma de bobo, né! Vai só no sapatinho, seguindo eles.” e sorri. O pescador responde de maneira irônica porque sabe que há uma conduta moral, uma ética de

trabalho que precisa ser respeitada entre os pescadores artesanais, a de que o ponto de pescaria (ou “pesqueiro”, como é conhecido por eles) é de quem chega primeiro e caso algum pescador venha a invadir o ponto em que o outro esteja trabalhando, isso pode gerar alguns atritos entre as partes. Todavia, sabíamos que Isac não agiria de maneira inconsequente e desleal com um colega de profissão, sabíamos que esta fala era apenas para nos relaxar, mas ao mesmo tempo também percebíamos que todo trajeto estava sendo traçado naquele exato momento, respeitando as condições naturais (e sua imprevisibilidade), bem como as limitações da equipe e da embarcação. Entendemos, portanto, que o pescador se guiava a partir de um conjunto de fatores e de saberes que iam desde a decifração da posição das redes alheias até a percepção das correntes marítimas e rotas de navegação que se desenhavam diante de seus olhos.

Alguns minutos depois passamos por uma embarcação que vinha em direção contrária a nossa. Os pescadores que nela estavam olharam para nós e acenaram, como se nos conhecessem. Isac correspondeu ao gesto de seus colegas ao balançar uma de suas mãos e sorrir para eles. Após o episódio nos disse: “O pescador tem essas coisas. Quando encontra no mar assim, nunca deixa de fazer um cumprimento, entendeu?! Pelo menos no mar, né!”. E eu o indaguei: “Mesmo que não se conheçam?!”, e ele respondeu: “Às vezes a gente nem se conhece, mas passa um pelo outro assim e sempre abana a mão... é isso.”. Este ato de cumprimentar, nos leva a compreender um dos códigos de conduta existente na relação entre os pescadores, o de cooperação, de solidariedade com o colega que se encontra no mar. Essa conduta se justifica pelo fato de muitos pescadores terem sido salvos desta forma, ou seja, quando um bate a mão e o outro não responde é sinal de que está acontecendo alguma coisa errada com o colega, como, por exemplo, este pode se encontrar desmaiado ou passando mal. Caso passem um pelo outro e se cumprimentem, é sinal de que tudo transcorre perfeitamente durante o trabalho. No entanto, esta cooperação e solidariedade se apresentam como valores um pouco menos vividos (mais não excluídos) no cotidiano em terra dos pescadores, pois muitos são os conflitos políticos e ideológicos que emanam da categoria (conforme elucidamos no decorrer deste trabalho).

Em meio ao barulho do mar e do motor de nosso barco, o pescador começa a cantar. Canta com a alegria de quem encontra no trabalho um prazer, uma satisfação. Essa felicidade contagia a tripulação e mesmo que de início nos encontrássemos apreensivos com as condições climáticas, a descontração e a leveza do ambiente nos fazia aproveitar cada banzeiro que salpicava nossos rostos com a água salgada do mar. Após a cantoria, ele para, aponta para o mar e nos diz: “Aí... lá na Baía de Guanabara é conhecido como curral, né?!”

Aqui é cercada. Lá é curral. É a mesma pescaria. A única coisa que é diferente, vou mostrar a vocês lá, é que o bambu aqui é inteiro, porque aqui tem muito vento, tem muita maré. Lá na Baía de Guanabara ele é lascado (cortado) no meio. Lá com um bambu eles fazem dois, porque lá tem pouco vento. Aqui tem muito vento! Aqui venta todo dia e venta forte! Hoje tá calmo.”. E perguntamos a ele: “E quem pode pegar o peixe da cercada?”, ele nos respondeu: “Só o dono. Bem, tem um rapaz que pode dizer que é o dono de todas essas cercadas aí, todas são dele! Porque ele mexe com a cercada dos outros, entendeu?! Ele é dono dessas cercadas todas. Tem carro, tem um barco, mulher bonita...”. A partir deste relato percebemos que nem sempre a ética é exercida plenamente como código de conduta no ambiente de trabalho da pesca artesanal, transmutando assim valores solidários a fim de que se prevaleça a articulação de artimanhas pautadas por ideais individualistas. Muitas das vezes tais situações levam a um fim trágico (violento) ou, na melhor das hipóteses, os demais pescadores buscam o isolamento do pescador infrator, excluindo-o assim, de todo processo solidário que existe no exercer da atividade. Este fica à mercê da sua própria sorte caso não encontre ajuda com seus amigos mais próximos ou com seus familiares.

Figura 8 - A cercada: uma técnica de origem indígena que hoje em dia é utilizada pelos pescadores artesanais fluminenses



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Ainda tendo a cercada como tema, perguntamos ao nosso amigo: “Qual é o tipo de peixe que mais é pescado com essa técnica?”, ele responde: “Principalmente a tainha.” e complementa: “Já foi uma pescaria muito rica, mas agora, nos últimos anos, desde que a CSA veio pra aqui, a pescaria caiu muito! A única pescaria que ainda resiste é a pescaria de rede, pra camarão, e a cercada. É aonde ainda dá pra arrumar um dinheiro, entendeu?!”. Isso que o pescador compartilhou conosco nos coloca a refletir qual atividade de fato é a mais predatória para o meio. Muito é noticiado nas grandes mídias que a própria pesca (sem discriminar se artesanal ou industrial) é responsável por desequilibrar o ecossistema e sua diversidade, entretanto, a participação da indústria na Baía de Sepetiba (e em outros lugares do país isto não é diferente), vem ocasionando profundas alterações nas condições ambientais e, conseqüentemente, interferindo nas necessidades de reprodução e crescimento das espécies marinhas.

Para termos melhor clareza a respeito disto, a CSA (TKCSA) mencionada pelo pescador foi construída próxima a uma área de desova e de engorda de várias espécies de peixes e crustáceos. Os próprios pescadores afirmam que durante e depois da construção da planta fabril da empresa a área foi se deteriorando gradativamente, provocando a escassez de algumas espécies de peixes e prejudicando a qualidade deste importante ponto de pesca. Vale lembrar que nenhum pescador pode se aproximar (por água) da empresa, sob o risco de ser tratado com violência (por seguranças particulares e/ou autoridades públicas) e de perder seus materiais de trabalho.

Continuamos a navegar pelas águas da Baía de Sepetiba e após mais alguns minutos de deslocamento não tínhamos como não exclamar: “Tem muita cercada aqui!”, ouvindo isto, retrucou o pescador: “Tem! Tem bastante! É uma pescaria, de certa forma, proibida (pois algumas são montadas com tipos de madeira que são permitidos o corte), mas que serve até de atrativo para o peixe vir aqui pra baía. O peixe gosta de ficar no meio dos paus por aí, entendeu?!” e continuou: “Houve uma época que a pescaria de cercada estava tão fraca que eles já não faziam novas cercadas. A cercada ia caindo. Passamos uns três anos sem a tainha entrar aqui, até que houve uma safra mais ou menos (rentável), os caras começaram a fazer cercada de novo, aí o peixe melhorou. Agora tá enfraquecendo de novo, né. Mas ela serve também como atrativo para o peixe.”. É de certo que a maior parte das técnicas utilizadas pelos pequenos produtores artesanais não possui potencial produtivo elevado o que nos leva a identificar a atividade como de baixa capacidade predatória (o próprio barco que nos levava possuía uma capacidade de carga bastante reduzida, suportando o máximo de 400kg por

viagem, contando a tripulação) e incapaz de provocar grandes desequilíbrios à diversidade do meio.

Olhando fixo para o mar novamente, o pescador nos diz: “Filma esse barco aí!”. Era uma embarcação como aquelas que avistamos ainda próximos a praia, tinha uns 9 metros de comprimento, porão para armazenar uma grande quantidade de pescado (por volta de 6t), cabine de comando e um potente motor. De início fiquei curioso do porquê de termos de filmar este barco, mas o fiz. Antes de passarmos por ele, fiz a seguinte pergunta: “Esse barco que a gente vai filmar está fazendo o que?” e o pescador respondeu: “Esse barco está fazendo a pesca de arrasto. Aqui no local onde ele tá pescando, a pesca, de certa forma, é tolerada. É proibida, mas é tolerada. Porque aqui é fundo. Mas no raso, não!”. E passamos pelo barco, acenamos um para o outro e seguimos e meio a várias cercadas. O relato nos coloca a refletir algumas coisas. A primeira delas nos atenta para fato de que não foi encontrado nenhum barco realizando o arrasto em águas mais rasas. Isto se deu porque os próprios pescadores sabem que se realizarem o arrasto em águas não tão profundas, poderá causar a predação de diversas espécies, levando a pesca artesanal a viver tempos difíceis a médio e longo prazo. A segunda concerne ao fato de que ao mesmo tempo em que a proibição desta forma de pescar existe de maneira legal, esta se une ao exercício da tolerância por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização para com aqueles que utilizam a referida técnica como meio de trabalho. Não se trata aqui de enaltecer ou criticar o órgão fiscalizador ou os pescadores em loco, mas sim de nos atentarmos e percebermos que há em vigor um contrato social entre estes trabalhadores e as instituições que vigiam as áreas vulneráveis à pesca de arrasto. A experiência de um bom senso entre os envolvidos existe de fato e o conflito, como vimos, não surge como a única possibilidade de relação entre as partes.

Figura 9 - O barco de médio porte que avistamos voltando da pescaria de arrasto



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Ao chegarmos perto de uma cercada, indagamos o pescador: “Seria a cercada uma técnica indígena?!”. Prontamente ele diminui a potência o motor do barco e começa a nos explicar: “De certa forma, sim. Não era feita dessa forma como é hoje, mas é de origem indígena. É uma técnica muito antiga. Eu tenho um livro que fala sobre isso, eu posso te emprestar.”. O pescador desliga o motor do barco o estaciona ao lado de uma cercada e diz: “Aí Felipe, a cercada.” e começa sua explanação: “Aqui é uma casa (apontando para a parte maior da estrutura). O peixe segue ali pela espinha, que é aquele formato de cerca (aponta para uma parte estreita), aí entra aqui nessa primeira casa. Aqui ele (o peixe) ainda tem alguma chance, mas quando passa daquela casa ali (aponta novamente para a parte maior da cercada) aí ele já não escapa mais.”. E continuamos a perguntar: “E como faz para tirar o peixe dali?!”, o pescador responde: “Ah, tem um técnica especial, uma rede diferente, entendeu?!”. Dava para perceber que o pescador não tinha todas as respostas a respeito da cercada, principalmente por nunca tê-la usado como meio de produção no decorrer de sua vida profissional. Entretanto, a experiência do trabalho, do seu cotidiano com a pesca, o leva a se sentir familiar em relação à referida técnica, o que nos permite inferir que por mais que o pescador possua uma especialidade de pescar, ele carrega em si um vasto conhecimento de

tudo que permeia a sua profissão, em especial, no que compreende seu conhecimento sobre as técnicas, bem como (em parte) o seu manuseio.

“Agora vamos largar a rede.” disse o mestre da pescaria. Ao mesmo tempo em que nos espantamos, nossa ansiedade aumentou consideravelmente. Ainda tínhamos que navegar um pouco mais, pois, conforme já relatamos, seguíamos outro barco que parecia saber o ponto alto dos cardumes. “Nosso colega já largou a rede dele ali (apontou o pescador com uma das mãos). Nós vamos seguir aquele lá! Que foi o que saiu junto com a gente.” Nós tínhamos, aproximadamente, 40 minutos de navegação, já passava das 17h e em breve o sol iria se pôr. Alguns pescadores já estavam voltando pra casa enquanto outros recolhiam suas redes. Parecia que ficaríamos entre poucas companhias quando a pescaria começasse de fato, todavia, eu e meu amigo pesquisador não estávamos deveras preocupados com os demais pescadores ao nosso redor. O que nos deixava apreensivos era o fato de escurecer e, mais do que isso, era o que a noite poderia nos reservar em termos de surpresas no mar, fossem elas agradáveis ou não. Não tinha como não se envolver dessa forma, não havia como evitar tais sensações e, muito menos, não podia deixar de relatá-las aqui. Desconfiados e experimentando o suave gosto cítrico do medo, seguimos a navegar.

“Pelo que eu tô vendo, o camarão tá na vala!” e assim o pescador rompe o silêncio em meio ao chacoalhar das ondas e o girar do motor do nosso barco. Intrigados com esta interjeição, perguntamos: “E o que significa o camarão ficar na vala?”, ele responde: “A vala é um canal dentro do mar. Nós chamamos de vala. Aqui nós chamamos de vala.” e continua: “Ela vai daqui (e aponta em direção a terra) do finalzinho da Pedra de Guaratiba e vai até lá nas ilhas. Essa vala. Também tem outras valas, mas essa aqui é a maior. Esse é o canal maior. Vai até Itacuruçá (ilha da baía em questão). Quando chega de Sepetiba pra lá, pra Itacuruçá (faz um gesto abanando as mãos), tem outros canais pelo meio do mar. É aonde o camarão gosta de ficar”. O processo de decifração do mar, conforme pudemos ver, nem sempre é algo que se apresenta facilmente aos olhos do leigo. O conhecimento das correntes, dos ventos, da rota dos cardumes, dos canais submersos, enfim, de tudo que envolve o ofício do pescador, não é algo que se apreende numa sala de aula ou em alguns fins de semana no litoral, mas verdadeiramente este é um tipo de conhecimento que é construído durante uma longa jornada de aprendizagem, durante uma vida inteira. A vivência de um cotidiano ligado à pesca artesanal permitiu ao pescador não só aprender uma profissão que vinha a lhe garantir o seu próprio sustento, mas também (e talvez, sobretudo) lhe proporcionou experimentar um saber único e precioso, construído sobre o tempo e nas experiências com o Outro. Conhecer o meio

para assim conhecer o seu fazer, de fato a pesca artesanal se encontra embebida a vários sentidos e este, certamente, é um deles.

O pescador já vinha percebendo em nós, há algum tempo, uma certa tensão misturada a uma pitada de cansaço. Ao captar isto, tenta nos distrair com seu conhecimento sobre o mar: “Tá vendo aquele pássaro ali? (e aponta em direção a uma cercada cheia de pássaros) É o mergulhão. Ele come bagre. Tá cheio de bagre ali (e continua a apontar pra cercada).”. Mudando um pouco de assunto, fiz a seguinte pergunta ao pescador: “Há quanto tempo vocês usam o barco com motor de rabeta (a maior parte dos pescadores que vimos durante o nosso trajeto utilizavam este modelo) aqui na baía?”, ele responde: “Ainda não tem 10 anos... quem trouxe esse tipo de motor pra cá foram os pescadores de Magé. Eles vinham pescar aqui, sempre vinham. Teve um ano que eles vieram com os caícos tudo com motor, aí começamos a comprar também. Esse motor aqui poucos têm, esse tipo aqui (e aponta para o motor dele). É mais o de rabeta mesmo. Custa 900 reais, entendeu?! Esse aqui é muito melhor (o motor do seu barco), é mais prático, mais rápido, gasta menos (combustível).”. Esta última conversa nos atenta para duas situações curiosas. A primeira diz respeito ao processo de inserção de uma nova técnica numa região pesqueira. O fato dos pescadores de Magé terem se aventurado nas águas da Baía de Sepetiba, possibilitou o surgimento de um novo advento para os pescadores artesanais deste último lugar e o mais curioso é que este fato aconteceu recentemente, ou seja, num período da história onde a informação se encontra em pleno e constante movimento. No entanto, parece que a informação não circula da mesma forma em todos os lugares conforme nos iludem algumas definições sobre o processo de superação total das fronteiras (e as físicas são mais simples de se superar do que as sociais). Em consequência, não nos cabe aqui (ao menos neste relato) discutir o processo de globalização, a não ser que peguemos essa discussão pelo seu avesso, ou seja, se entendemos que os pescadores da Baía de Sepetiba não sabiam, em pleno século XXI, que haviam pequenos barcos pesqueiros motorizados, isso ocorreu pelo fato de que tais pescadores experimentam a dimensão de uma temporalidade diferente, que não tem como obsessão o decifrar do fugidio, do veloz. A experiência de uma outra globalização fica ainda mais evidente se nos atentarmos para uma nova curiosidade por detrás desta fala, curiosidade esta que se revela na estratégia de buscar o motor mais barato no mercado, mesmo que este ainda não represente a melhor opção em termos de qualidade.

A baixa qualidade dos apetrechos parece ser facilmente driblada pela criatividade e pela vontade (e necessidade) de conhecer seus instrumentos de trabalho. Muitos eram os motores ligados naquela baía, naquele exato momento que já tinham sido feitos e refeitos

(consertados) pelos seus donos. A dificuldade que o pescador possui para investir em novos meios de produção é muito grande devido, especialmente, por possuir uma renda instável durante o mês. O avesso da globalização se revela, mas isso ainda é a própria globalização. Táticas de sobrevivência à parte, sigamos com a navegação.

Alguns minutos mais percorrendo o trajeto até o pesqueiro que era o nosso alvo, encontramos um pescador solitário. Neste momento, puxava suas redes com muito cuidado e paciência. Ela parecia pesada e toda atenção é pouca num momento como este, principalmente quando se está sozinho. Seu barco era equipado com remos e um motor de rabeta, no entanto, a propulsão que usava naquele instante era a humana, pois ligar a máquina poderia lhe render algo inesperado como, por exemplo, emaranhar as redes fartas na hélice frenética. Não quisemos importunar demasiado. Aumentamos o nosso giro e continuamos.

Fazia mais de uma hora desde que saímos da Praia da Capela e o nosso último encontro (com o pescador solitário) deixou em nós uma certeza, a de que estávamos na rota dos camarões. Ao perceber isto, Isac me condecora timoneiro e, em seguida, começa a organizar os materiais que se encontravam espalhados por toda embarcação. As coisas precisam ficar em seu devido lugar para não atrapalhar o lançamento das redes, caso contrário estas poderão atingir o mar numa posição desfavorável em relação às correntes marítimas. Se isso acontecesse, o camarão não seria capturado e a pescaria um grande fracasso.

O pescador toma em sua mão um pedaço de isopor que abrigava uma lâmpada. Intrigado com aquilo, pergunta o pesquisador: “O que é isso?!” e responde o pescador: “É uma boia.”. Ainda intrigado, continua o pesquisador: “E pra que serve isso?”, com paciência, responde o pescador: “É um ponto de referência. Serve pra gente poder ver a rede durante a noite.”. E a amarra com firmeza a pouco mais de 800 metros de redes, para que não as perdêssemos de vista, especialmente, porque a escuridão se aproximava e não demoraria a chegar.

Isac me orienta vez ou outra no manuseio do leme e aponta em direção as montanhas da restinga para que eu as tenha como ponto de referência. “Acelera!”, comanda o pescador. O olhar fixo nas águas e o semblante sério entram em cena novamente, nos fazendo entender que o momento requeria muita atenção. O pescador orienta o inexperiente timoneiro ao levantar suas mãos para o local que deveríamos ir. Se levantava a destra, a proa para lá seguiria, se levantava a outra, o mesmo com a proa.

“Diminui um pouco.”, orienta o pescador. Após isso, ele toma posição na popa para lançar as redes. Numa mão segura um pedaço de madeira liso, o qual havia colocado para dentro do barco ainda quando estávamos no ponto de embarque, na outra prepara a rede para

ser lançada. Tudo é feito com muito cuidado e atenção. A boia é lançada ao mar. “Cuidado aí!” e orienta o jovem timoneiro para que a rede não embolasse na hélice do motor. Em vão. A falta de experiência levou ao primeiro imprevisto no mar. A rede emaranhou levemente na hélice e o pescador teve de intervir. Desligou o motor, desembolou o material e resolveu o problema. O que tinha de inexperiência, tinha de sorte o jovem timoneiro, pois o seu descuido não danificou nem a rede, nem o motor, algo que seria muito comum numa situação como essa. Problema resolvido, retomamos os nossos postos e continuamos com a pescaria.

Figura 10 - O pescador começa a lançar às redes no mar. A rede fica “pescando” sozinha por horas até que o pescador decida a hora de colhê-la. Esta técnica é conhecida como rede de espera



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Enquanto o barco avançava, a rede ia aos poucos sendo lançada nas águas da baía. O pescador e o timoneiro fazem um trabalho em conjunto, pois a velocidade precisa se manter num nível moderado, caso contrário o pescador não consegue esticar as redes da maneira correta, lançando-as assim, emboladas no mar. O pedaço de madeira que o pescador carregava na mão esquerda faz uma espécie de apoio para que a rede deslize suavemente, facilitando

assim o seu desembolar. A mão direita vem puxando os tufos de rede que se encontram no fundo do barco. Ela é lançada na direção que a maré está correndo, a fim de que se estique na direção correta e consiga capturar todo camarão que a corrente estiver conduzindo. Pescador e timoneiro ficam atentos ao trabalho um do outro e tudo parece ocorrer dentro do previsto.

O vento soprava ainda mais forte, os banzeiros ficavam mais intensos e violentos, mas as redes precisavam continuar a serem lançadas. Um pequeno descuido no leme somado a uma onda traiçoeira levou todos (inclusive o pescador) a quase caírem no mar. Passado o susto e estabilizado o barco, continuamos com o trabalho. “Vai, acelera!”, exclamou o pescador.

Vendo todo este processo de lançamento das redes e o imenso trabalho que isto implica, indagamos: “Você consegue fazer esse trabalho sozinho?!”, e Isac respondeu: “Consigo!”, e insistimos: “Como você faz? Você segura no leme, conduz o barco e vai puxando a rede ao mesmo tempo?!”, e ele diz: “Isso! Mas tem que ter um bambu maior do que esse.”. A pesca artesanal sempre foi vista em nossa pesquisa como uma atividade muito pesada, de longa jornada e que expunha quem a praticava ao risco constante de acidentes e intempéries naturais (especialmente os pequenos produtores). No entanto, ainda não tínhamos a real noção de que o seu fazer implicava uma complexidade tão densa, na qual uma série de detalhes pode fazer a diferença para uma pescaria farta ou não, para preservar a integridade física daqueles que a praticam ou para expô-los ao pior.

Nossa pescaria só estava começando e já estávamos com os nossos corpos cansados. O espantoso é que eu e meu colega pesquisador somos jovens com menos de 30 anos de idade, sendo que esta profissão se caracteriza por abrigar pessoas com idade consideravelmente avançadas (como no caso de Isac, que tem 54) e até mesmo muitos idosos. Por fazerem tanto esforço durante a vida, são diversos os casos de doenças relacionadas a problemas nas articulações. Por passarem tanto tempo no mar, navegando ou esperando sua rede faltar, é comum que os pescadores fumem demasiado, aumentando assim o número de casos de doenças provocadas pelo cigarro. No que tange a este assunto, a partir da realização de outra pesquisa realizada pelo nosso grupo, constatamos que os pescadores artesanais encontram uma série de barreiras junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para se aposentar seja por invalidez, seja por tempo de serviço. A falta de clareza nas informações passadas pela instituição em seus postos de atendimento surge como principal obstáculo a ser superado por estes trabalhadores.

Quando terminamos de lançar as redes, o pescador pegou a outra ponta da mesma e a amarrou numa outra boia iluminada. As duas pontas precisam estar suspensas, caso contrário

a rede não consegue exercer sua função. As duas lâmpadas que estavam nas respectivas boias foram ligadas para que pudéssemos enxergar o material em meio à penumbra do mar. Feito isto, o pescador tomou controle do leme novamente e seguimos em direção a uma cercada. Paramos. Isac então pegou uma corda fina e nos amarrou a um dos paus da referida estrutura. Tínhamos que esperar os camarões emalharem (ficarem presos) na rede. Esperávamos e torcíamos por uma boa pescaria.

Nesse meio tempo pedimos para o pescador nos explicar que pesqueiro era aquele, se ele era um bom ponto de pesca ou não. E ele nos responde da seguinte forma: “Esse pesqueiro aqui que nós largamos (a rede), a gente sempre usa como referência a restinga (aponta em direção a terra). Então, nós largamos na ponta dos mangues, que é o finalzinho do mangue ali na restinga. A rede nós largamos a mais ou menos um 200m e ela tá vindo de lá pra cá com a maré. A maré tá empurrando a rede. Quanto mais ela andar, se tiver camarão, mais camarão ela pega! O camarão corre contra a maré, ou seja, ele tá indo pra lá (faz um gesto “de seguir” com uma das mãos) e a rede tá vindo de lá pra cá (faz outro gesto para mostrar a direção das correntes). Aí encontra a rede pelo caminho e amanhã vai estar na mesa de alguém por aí.”. Pedimos também para que o pescador nos apontasse as direções, ou seja, a partir daquele ponto pedimos para que ele nos mostrasse onde se encontravam alguns lugares de referência da região e ele nos respondeu da seguinte maneira: “Pra cá é a restinga (de Marambaia). Esse primeiro morro ali (aponta com uma das mãos) é o final da restinga. Por trás dele, aquele morro mais alto lá, é a Ilha Grande. A saída da baía é aqui, nessa direção. De um lado é a Ilha Grande e do outro é a Ilha da Marambaia... o morro da Marambaia, a Ponta do Sino. E ali é a saída da Baía de Sepetiba. A CSA (TKCSA) tá ali, olha! Santa Cruz, tá ali. Aquelas luzes... aquelas primeiras luzes ali são a CSA. Lá na frente é o porto de Sepetiba.”. Apontando em direção à TKCSA, o pescador nos diz: “Você pode ver ali a chaminé da TKCSA, jogando mais um bocado de fuligem no povo lá de Santa Cruz.”, e continua: “Quando o vento está pra lá, como está hoje, joga essa fuligem toda sobre aquelas comunidades lá da Vila do João XXIII em Santa Cruz. Quando o vento é de lá pra cá, joga tudo pra dentro da baía. Aquele material particulado! Que eles (a empresa e algumas autoridades) falam que é grafite, só que é aquilo que não se aproveita do minério de ferro. Sai tudo pela chaminé.”.

Este último relato, referente à TKCSA nos dá a tônica da relação existente entre os pescadores artesanais e a empresa em questão. Conforme já mencionamos aqui, muitos são os conflitos em decorrência da reação dos pescadores aos danos causados ao meio pela siderúrgica. Hoje em dia, devido à luta dos movimentos sociais (nos quais se integram os pescadores artesanais) a TKCSA começa a ser contestada pelas autoridades e já sofre grande

pressão do judiciário para fechar suas portas. Enquanto isso, a luta dos trabalhadores da pesca artesanal contra a referida empresa continua, atribuindo à existência o principal meio na busca pela resistência.

A espera pela “engorda” da rede nos deixava ansiosos: “Num dia como esse, você acha que dá pra matar quantos quilos de camarão?”, perguntamos: “Não sei. Isso aí não tem previsão. A pesca é uma coisa muito imprevisível. A gente pode matar 10kg, como podemos matar 50kg, como podemos matar nada! Depende de vários fatores. Hoje, por exemplo, tá bom! O tempo (condições do clima) tá bom, a rede tá se deslocando bem. Quando a maré perder a força, aí nós vamos colher a rede pra ver qual foi a nossa produção.” Aqui fica claro para nós o quanto instável (economicamente) pode ser a profissão de pescador artesanal. Por mais que o pescador invista em novos motores, em redes mais extensas, entre outros apetrechos, a certeza sobre quanto irá produzir nunca prevalecerá sobre a incerteza do que poderá ser retirado do mar (daí a relação com as forças produtivas da natureza). Produção e renda são os fatores que mais contribuem por fazer da vida do pescador artesanal uma grande montanha russa, na qual nem sempre todos estão preparados para embarcar. Tal situação contribui para o fato da pesca artesanal se caracterizar como uma forma de trabalho capaz de abarcar diversas realidades distintas, onde podemos encontrar pescadores que possuem várias embarcações (adquiridas ao longo de uma vida de trabalho, especialmente em momentos de boa safra, ou que lhes tenham sido herdadas ou presenteadas) que possam gerar para eles uma renda alta; podemos também encontrar pescadores que possuem certa estabilidade financeira, não por terem feito um alto investimento em capital, mas por terem saúde para trabalhar regularmente, aumentando assim, suas chances de conseguir uma boa produção mensal. Entretanto, há também pescadores paupérrimos, vivendo em condições extremamente precárias, sem moradia, sem refeições regulares, com problemas de saúde diversos, dentre outros. Este quadro se agrava quando constatamos que as instituições responsáveis pela gerência e fomento da categoria pouco se movimentam para promover soluções para os casos mais extremos. Há políticas públicas a favor dos pescadores artesanais, mas as mesmas pouco se fazem presentes no território.

O sol descia e tocava suavemente as montanhas de Ilha Grande, quando o pescador exclamou: “Já vai vir o serão! Que é o melhor horário! É a hora que a pescaria começa a se movimentar. Aí nós vamos deixar (a rede) ... nós vamos esperar um pouco e depois que escurecer nós vamos puxar ela. A rede está parada, já tem bastante tempo que ela está no mesmo ponto ali e isso significa que a maré parou, ela já não está andando mais. Ela continua pescando, mas agora ela está pescando parada, está pescando menos! Quando vier o serão,

que é a mudança do dia pra noite, a hora que a pescaria (pescado) começa a se movimentar pela baía, aí ela vai pescar de novo. Já vai estar ali armadinha, já vai pegar o serão. Aí depois nós vamos puxar.”, e continuamos a perguntar: “E a maré andando, é bom pra pescaria?!”, ele responde: “A maré andando é muito bom! Pro camarão principalmente! Porque o camarão, quando sente o chumbo da rede, ele se movimenta. E sempre, como ele corre contra a maré, e a rede está vindo a favor da maré, ele vai encontrar com a rede. Aí é a hora que emalha, tenta sair da rede, mas quanto mais ele tenta, mais ele se embola!”. E assim o pescador nos revelava esses e outros detalhes a respeito da arte de pescar. Seu conhecimento sobre o mar era vasto e sabíamos que isso era imprescindível para aumentar as chances de voltar para casa com algo em mãos. A noite chegava mansamente na Baía de Sepetiba e contrapunha a curiosidade que aumentava exponencialmente dentro de nós, sobre o que poderia ou não estar preso às redes.

Alguns minutos depois, com a lua sobre nós e a temperatura caindo, nos dirigimos até uma das boias que sinalizava num escuro absoluto a posição da nossa rede. Chegando lá o pescador nos orientou para o seguinte: eu ficaria junto dele (de pé), no bordo (lateral) do barco, ajudando-o a puxar as redes para dentro do mesmo, enquanto meu colega pesquisador ficaria sentado próximo à proa, para nos garantir estabilidade. Tomados às posições, o pescador pega a primeira boia e a coloca para dentro do barco, sua luz é o que nos possibilita enxergar num raio de apenas 1,5m. Após isso, pega uma borda da rede e a coloca em minhas mãos, a outra borda ficaria sob sua responsabilidade. Começando a puxar, pede que eu faça o mesmo. O frio aumentava, assim como nossa expectativa.

Não demorou muito e o primeiro camarão apareceu. Tinha cerca de 10cm e ainda respirava. Vê-lo em nossa rede nos animou. Brincadeiras e mais brincadeiras a cada camarão embarcado ajudava-nos a esquecer o cansaço e o frio que sentíamos a cada novo minuto no mar. A rede também trazia outros tipos de pescado como a pescadinha, o parati, o peixe-porco, alguns siris e muitas águas-vivas (chamadas pelo pescador de “batatas”). Para este último era necessário um tratamento nem um pouco cordial, pois tínhamos que tirá-las da rede imediatamente para que o seu peso não as rasgasse. Algumas saíam em pedaços, outras inteiras.

Mosaico 9 - Ao fim da pescaria surge a recompensa: camarões e peixes aparecem nas redes recém chegadas à embarcação



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

Os camarões eram guardados num balde de plástico, enquanto os peixes ficavam no fundo do barco. Não tirávamos todos os peixes da rede, pois nem todos eram de nosso interesse. Tínhamos que agilizar a retirada das redes, pois o horário da maré alta estava pra chegar. Nossos relógios sinalizavam que faltava pouco para as 20h e a previsão da maré cheia chegar à praia era para as 21h (conforme nos orientou o antigo pescador). Estávamos preocupados com isto, pois lembrávamos que a maré cheia nos permitiria conduzir a embarcação navegando até a beirada da praia. Caso a perdêssemos, teríamos que espera-la chegar novamente (demoraria pelo menos umas 3 horas), pois, como dissemos, a maré seca produz uma faixa sem água o que nos deixaria muito distantes do nosso ponto de desembarque.

Demoramos cerca de 30 minutos para puxar os mais de 800m de redes para dentro do barco. O cansaço era grande e as costas, assim como as pernas doíam demasiado, haja vista que todo trabalho teve de ser feito de pé. Nossas roupas estavam completamente molhadas o que, somadas a temperatura que abaixava a passos largos, nos obrigava a “bater os queixos”.

O cheiro de peixe era muito forte e, para aqueles que não estão acostumados, isso pode ser extremamente desagradável. Apesar da pescaria não ter sido tão farta (rendeu 6kg de camarão, mais 7kg de pescadinha e parati) a rede se encontrava bastante pesada no momento em que a retiramos do mar. Apesar das adversidades e do desgaste da nossa condição física, estávamos bem, pois o clima entre nós era bastante amistoso. Após a segunda boia entrar a

bordo, nos organizamos rapidamente e partimos em direção ao fim de nossa jornada. No entanto, algumas outras coisas ainda estavam para acontecer.

Dada à partida no motor, seguimos em direção à luz, ou melhor, a terra. Mais do que nunca, o conhecimento do pescador sobre os ventos e, principalmente, sobre os canais que se escondiam por debaixo d'água, era indispensável. O barco se encontrava mais pesado e as habilidades para conduzi-lo num mar ainda mais traiçoeiro (por causa da escuridão, principalmente), eram constantemente requisitadas. De repente o cheiro de peixe ficou mais forte e como se fosse uma flecha, uma sardinha pulou para dentro do barco. Não tivemos muito tempo para se espantar com o ocorrido, quando um cardume inteiro de sardinhas se fez enxame pulando em direção a nós. Muitas batiam em nossos corpos, provocando fortes gargalhadas em todos. Perguntamos ao pescador: “É comum isso acontecer?” e ele respondeu: “Sim. As sardinhas ficam alvoraçadas com o barulho do barco e fazem isso!”. Era a natureza que vinha nos aliviar, com risos, o peso de uma longa jornada de trabalho, jornada esta que ainda estaria um pouco longe de terminar.

Eram quase nove da noite quando voltamos à área de fundeio dos barcos maiores da Praia da Capela. Lá tivemos uma surpresa um pouco desagradável: a maré não estava cheia como pensamos que estaria. O pescador desligou o motor para não danificá-lo (a lama poderia estragar suas partes internas), pegou os remos e nos conduziu por uma lâmina d'água com (no máximo) 60cm de profundidade até um barco maior para que nos abrigássemos enquanto a maré cheia chegava. Amarramos o nosso barco nesta outra embarcação e nos esticamos um pouco. Quando olhamos pra terra, vimos que estávamos distantes uns 400m da nossa área de desembarque. Perguntamos a Isac se seria possível remarmos em cima da lama, ele afirmou que sim, mas que seria extremamente cansativo e arriscado tomarmos tal atitude. Ele confiava na chegada repentina da maré cheia e, por isso, achava mais prudente esperarmos por ela. E assim o fizemos.

Enquanto esperávamos a maré, Isac organizava algumas coisas em sua embarcação. Nós, pesquisadores, juntávamos nossas coisas e os materiais da pesquisa. Nesse momento descobrimos que os nossos telefones celulares tinham entrado em contato com a água do mar e, conseqüentemente, tinham parado de funcionar. A nossa possibilidade de contato com o mundo se foi, assim como a esperança da chegada da maré cheia se esvaía a cada centímetro de lama que se revelava.

No meio da escuridão algumas vozes surgiam do mar para fora. Outros pescadores (em três pequenas embarcações) apareceram remando em direção à praia. Vendo-nos em barco alheio, e não reconhecendo o Isac, bradaram: “Eu tô vendo vocês! Não meche no barco

dos outros! Vou cagoetar!”. Em tom irônico e divertido, nosso amigo pescador respondeu: “Vamos roubar o motor! Vamos roubar tudo!”.

A solidariedade (da qual já falamos aqui) se expôs também (e de maneira clara) desde a nossa chegada à área de fundeio na Praia da Capela. Podemos, em duas situações, evidenciá-las a partir dos fatos narrados. A primeira está contida na condição que os pescadores possuem de serem livres para, em caso de necessidade, embarcarem em nau alheia que esteja ancorada, desde que o pescador necessitado seja conhecido por suas boas relações não só com o proprietário da embarcação, mas também (e, talvez, sobretudo) com os demais pescadores da localidade em que vive. A segunda evidência se encontra presente na vigilância dos bens do companheiro de profissão, principalmente pelo fato deste estar longe dos mesmos. Isto nos remete à idéia de que o cotidiano vivido da pesca artesanal é costurado por relações de proximidade e companheirismo (mesmo que haja exceções, como no caso do “ladão de cercadas”). O fato da categoria carregar em seu cerne uma profunda crise política e representativa (associações x colônias), que por vezes tangencia a luta pela garantia de interesses pontuais de algumas poucas personas, este não extingue ou pelo menos não inibe a vivência de uma ordem social, a qual possui na solidariedade um dos poderosos alicerces que os sustenta frente aos desafios assumidos na contemporaneidade.

“A maré já tá chegando!”, afirmou o pescador nos animando. Todavia, não conseguia vê-la chegar, muito pelo contrário, para mim parecia que a lama ficava mais aparente e a água mais escassa, ou seja, quem chegava era a maré baixa. Pois bem, em meio às incertezas com a maré, o pescador propõe tirarmos a “muamba” (peixes que não interessam à pescaria) da rede e assim fazermos sua limpeza. Era por volta das nove e meia da noite quando começamos esta laboriosa tarefa. O pescador nos conduzia, nos ensinava a retirar peixe por peixe, cada espécie a sua maneira. Alguns eram mais difíceis que outros. Uns cortavam as mãos, enquanto que outros escorregavam mais. As hábeis mãos do pescador talvez já não sentissem mais a dor do corte da escama do peixe-porco, no entanto, a nossa se cortava a cada novo contato com o espécime.

Peixe-porco, baiacus, bagres, siris e alguns outros foram retirados como muambas por mais de 2 horas. Tanto trabalho nos rendeu, além de mais dores, cansaço e fome, alguns amigos interesseiros. Garças, mergulhões, tesourões, socós, entre outras aves, nos faziam companhia em troca dos peixes indesejados. Um novo dia estava prestes a adentrar a noite, assim como a nossa espera pela maré alta.

Muamba retirada. Embarcação organizada e amarrada. Isac ficou por alguns instantes em silêncio. Todos estavam impacientes e apreensivos com a possível preocupação daqueles

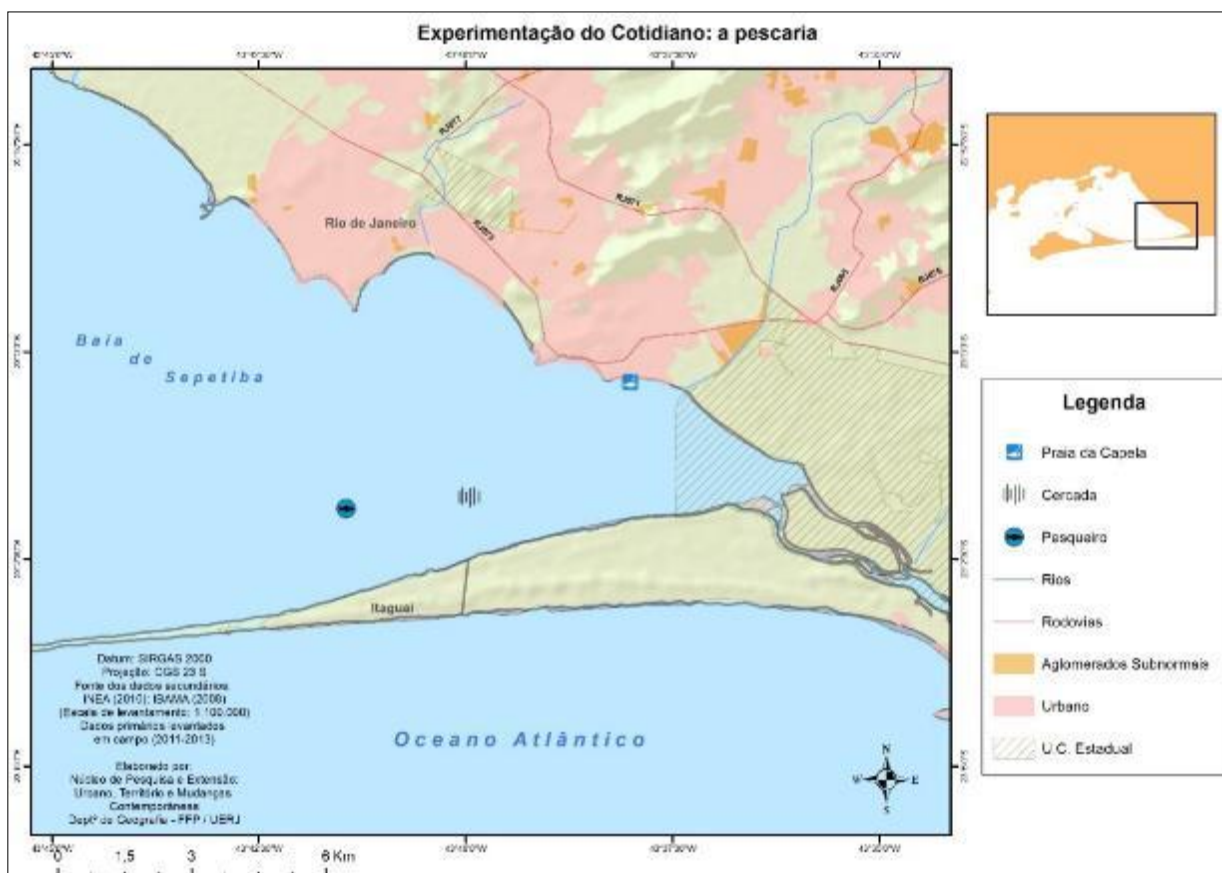
que deixamos em terra (nossas famílias), pois poderiam tentar entrar em contato conosco, mas não conseguiriam. O barco em que estávamos, de repente, se encontrava sobre a lama e não mais na pouca água que restava quando no atracadouro chegamos. Perguntamos ao pescador: “A maré está enchendo ou esvaziando mais?!”; ele desoladamente nos responde: “Ela está vazando, vamos ter que esperar encher!”. Não era o que queríamos ouvir. Desesperados, insistimos: “Não dá pra ir com o barco remando na lama?!”, e ele respondeu: “Não... quer dizer... até dá, mas vai ser um sacrifício tremendo e talvez a gente até atole! Melhor não... Estamos com muito peso!”. Ouvindo isso não nos restava alternativa, senão esperar.

Entramos na cabine da embarcação de médio porte em que encostamos, dividimos em três o pouco espaço que dispúnhamos e tentamos cochilar. Até mesmo o experiente pescador dava sinais de cansaço, mas sabia que estes imprevistos com a maré eram tão corriqueiros, mas tão corriqueiros que chamá-los de imprevistos talvez não fosse a coisa mais inteligente a se fazer. Por volta das duas da manhã a maré cheia chegou mansamente, afinal de contas não havia o porquê de ter pressa. Olhar a lama desaparecer a cada minuto, reacendia a nossa esperança e trazia de volta aos nossos rostos cansados, o sorriso das três da tarde. A jornada de trabalho, até então, havia durado quase onze horas, entretanto, a pescaria ainda nos reservaria algumas outras experiências.

Tomamos lugar em nossa embarcação e o pescador começou a remar rumo ao ponto de desembarque. A água trazida pela maré não era muita e por isso não poderíamos ligar o motor. Em decorrência disto sentíamos que o barco deslizava mais sobre a lama do que sobre a água e a absurda força que o pescador fazia nos remos nos deslocava lentamente em direção à luz que vinha de terra. Vendo o esforço absurdo que Isac fazia, ofereci ajuda. Ele negou, pois remar não é uma tarefa simples para um leigo como eu, ainda mais nas condições que encarávamos. E seguia o pescador a remar.

A pouco mais de 100m da praia, o pescador me diz: “Pega o outro remo (um terceiro) que tá aí e faz a alavanca.”, sem entender o que ele queria fiz o que pediu e indaguei: “Como faço isso?!”, e o mesmo respondeu: “Você vai pegar o remo, apoiar na popa do barco, vai enfiá-lo na lama e fazer força!”. Segui suas instruções e, na primeira tentativa o barco pouco saiu do lugar, na segunda nos deslocamos um pouco mais, na terceira me desequilibrei e caí, por sorte, em cheio nas redes que se encontravam no fundo da nau. Nas demais “alavancas”, me saí bem e com isso conseguimos finalmente chegar ao atracadouro.

Cartograma 10 - O ponto de embarque/desembarque, a área das cercadas e o pesqueiro: locais importantes do trabalho de campo



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013/ 2014.

Passava um pouco das duas da manhã e todos estavam exaustos, com frio, dores e fome. O pescador arrumou tudo rapidamente no rancho, retirou o motor e o tanque de gasolina do barco, amarrou o mesmo num toco cravado na lama da beira da praia, pegou suas demais coisas (assim como nós pegamos as nossas) e partimos para sua casa. Durante o trajeto, nos disse: “Amanhã a gente lava o motor e arruma a rede direitinho no outro barco.”. A jornada de trabalho do pescador, como pudemos ver, não finda com a chegada ao atracadouro. Ele ainda precisa cuidar e organizar seus equipamentos e materiais de trabalho para conservá-los por mais tempo, pois os investimentos (como já dissemos aqui) necessitam ser pontuais e bem planejados ao longo da vida dos pequenos produtores. Algo de importante que acontece nos pontos de desembarque é o processo de venda do pescado. Cada atracadouro possui um horário de maior atividade de comercialização, mas geralmente tal horário corresponde das 4h às 7h da manhã. Enquanto a cidade dorme, o pescador trabalha. Entretanto, não viveríamos esta experiência desta vez.

Chegamos à casa de nosso anfitrião às duas e meia da manhã, aproximadamente. O pescador acondicionou a produção (a fim de que não estragasse), acomodou o motor e o tanque de combustível num canto da casa (este ainda necessitava de um cuidado especial, como falamos) e se preparou para dormir. O relógio apontava para as três da manhã quando finalmente descansou. Foi uma jornada longa não só para os pesquisadores, mas também para o próprio pescador. Se lembrarmos do início deste relato, veremos que a nossa previsão de fim dos trabalhos era para as 22h, no entanto, as intempéries encontradas no decorrer da pescaria nos deixaram por quase cinco horas a mais, presos nas águas da baía. Em decorrência disto, eu e meu amigo pesquisador fomos dormir com uma grande certeza, a de que o mar e tudo aquilo que envolve a pesca artesanal não seriam mais vistos, por nós, da mesma maneira.

3.3.3 Nasce um novo dia e com isso a esperança de dias melhores

Por mais que tenhamos chegado tarde, o pescador levantara cedo. A produção não seria vendida, mas sim dividida, decidiu ele. Parte seria para o nosso almoço do dia enquanto que a outra seria para amigos próximos e vizinhos.

Seguindo com as tarefas da manhã, começamos a descobrir um novo talento do pescador, a culinária. Todavia, antes de cozinhar, o peixe precisava ser beneficiado. Com muita precisão ele começa o processo de limpeza e filetagem da pescadinha (corte específico no peixe em que extrai a carne em filés, livre de espinhas). Dos pouco mais de 7kg de pescadinha e parati que retiramos do mar, cerca de 5kg foram dados ao seu vizinho que, vale lembrar aqui, não era pescador. Deste gesto podemos compreender que a dimensão solidária vivida pela pesca artesanal em seu cotidiano extrapola as relações entre os próprios pescadores. Não é um simples código moral de conduta experimentado somente no interior da categoria, mas também tangencia a vida coletiva em sua localidade de origem. As diversas realidades de vida que complexificam o cotidiano das localidades pesqueiras, não impedem de fato que algumas regras (códigos morais) e costumes históricos cunhados pelo exercício/vivência da atividade pesqueira ao longo da história, sejam experimentados amplamente nesses lugares.

Neste sentido, podemos dizer que a vida em localidade é o que a gente vê, é o que está posto aos nossos olhos, mas a experiência de comunidade é o que se sente, pois está no plano do vivido, do imaterial. A comunidade ainda resiste nos costumes, nos códigos de conduta

(dos quais aqui se destacam a solidariedade e o companheirismo), nos cheiros das ruas próximas ao mar, no barulho e no silêncio das aves, na música suave que saem dos bares e preenche os cantos das ruas e ruelas, no lento anoitecer que chega mansamente, no conhecer entre as pessoas que por lá moram e circulam, enfim, em tudo o que pode aproximar, mesmo que sejam diferenças. Assim, a localidade é o perceptível (luminoso e opaco) e a comunidade é o experimentável, o vivido, o sentido e o conhecido. Ambas as dimensões existem, se conflitam e travam uma disputa nas dimensões do invisível e do visível, no qual costumes diversos (de temporalidades diferentes) contribuem por configurar uma materialidade plural, constituindo assim a heterogeneidade daquele lugar.

“Vem cá que eu vou te ensinar a limpar o camarão!”, exclamou o pescador me chamando para a cozinha. Dos quase 6kg de camarão que capturamos, separamos a metade para o nosso almoço. Em meio ao preparo da comida, Isac começa a organizar a limpeza do motor, caso contrário o sal contido na água do mar poderia prejudicar seu funcionamento com o tempo.

Figura 11 - Após uma noite pesada de trabalho, o fim da lida acontece pela manhã, com a limpeza do motor da embarcação



Fonte: Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC, 2013.

“Nós já cuidamos da rede (retirada das “muambas”), já cuidamos do barco e agora vamos dar uma adoçada no motor... tem que fazer a manutenção dele todo dia quando sai pra pescar. Quando chega tem que fazer isso!”, falou o pescador. E pesquisador perguntou: “E como faz essa manutenção?!”, e ele respondeu: “A manutenção dele é lavar ele... lava ele todo por fora e depois funciona ele com água doce, que é pro “salito” (sal do mar) não entupir as canaletas de refrigeração dele. Se não fizer isso, com o tempo entope, aí você acaba perdendo o motor.”, e continua “É um motor que, pro nosso tipo de pescaria aqui (na Baía de Sepetiba), é essencial. Esse motor caiu pra nós como uma luva! Antigamente era no remo... e a pescaria, devido à escassez, a pescaria (o peixe) cada vez tá mais longe, a gente tem que se deslocar... o nosso circuito de trabalho aumentou muito! Agora só no motor! Antigamente no remo você ia aqui pertinho e matava o peixe, matava o camarão. Agora você tem que ir muito longe! Pra você ver, ontem nós fomos... 6km?! Seis quilômetros (para chegar ao pesqueiro, mais seis quilômetros para voltar ao ponto de desembarque) ... como é que eu vou remar naquele vento

todo?!”. Como um especialista em motores, o pescador continuava sua fala: “Cada vez tá melhorando mais (a engenharia dos motores das embarcações)! Hoje o motor já não bebe mais tanto quanto bebia (combustível) antigamente! Ontem nós levamos seis litros de gasolina e gastamos, talvez, a metade nesse percurso que a gente fez. Fechamos praticamente umas 10 horas de pescaria (Isac não contou aqui as duas horas de espera pela maré alta) e não gastamos praticamente nada (com o combustível). É um motor muito econômico! E pra nós foi muito boa a chegada desse tipo de motor (mais moderno). Hoje já se usa mais esse, que é melhor pra trabalhar, pode largar a rede com o motor funcionando que não atrapalha. Aquele outro motor de rabeta, você quando chega na pescaria, você tem que parar o motor, botar pra dentro (o motor) e largar a rede, porque não dá pra largar a rede com o motor funcionando (há uma alta probabilidade da rede agarrar nas hélice). Esse aqui já dá!”.

O conhecimento que envolve a arte de pescar nos comprova a cada conversa com o pescador, que esta racionalidade não se restringe à lida no mar ou aos afazeres no atracadouro. O pescador, ao viver o cotidiano da sua atividade, se torna um especialista em diversas outras formas de saber, tais como, a marcenaria (conserto de embarcações), o artesanato (conserto e/ou preparo das redes e armadilhas), a culinária (preparo de pratos diversos com frutos do mar) e, como pudemos ver acima, a mecânica (conserto, manutenção e/ou adaptação de motores). Todos esses saberes que se encontram inseridos na arte de pescar, se não são experienciadas no mar ou no porto, são praticadas num lugar comum do próprio pescador, num lugar de refúgio e de sossego, num lugar conhecido pelos de confiança e que se constitui como ponto estratégico e tático da vida dos trabalhadores da pesca artesanal, falamos aqui da moradia.

É de certo que muitos pescadores não possuem na moradia este lugar de realização de tantas tarefas. Muitos deles fazem todos estes tipos de serviços ora na beira da praia ora em pontos específicos próximos a seus atracadouros, principalmente se suas moradias se situam distante de seu ponto de embarque. Outros contratam serviços de pescadores diversos ou de profissionais que sejam especializados em, por exemplo, construir ou reparar embarcações ou em fazer as redes utilizadas na pescaria. No entanto, os pescadores que contratam estes tipos de serviços correspondem a uma parcela que dispõe de certo capital já devidamente investido e consolidado em seu processo de trabalho, o qual vem lhe dando o mínimo de retorno financeiro. No outro lado da realidade, caminham aqueles que, por não possuírem uma renda tão segura, necessitam aprender fazendo. Subvertendo a ordem do especialista de uma única especialidade, o pescador sobrevive em meio a uma pluralidade de saberes e realidades e segue vivendo, reinventando a vida com criatividade e perseverança.

Outra coisa importante que podemos refletir analisando a última fala do pescador, diz respeito a algumas dificuldades impostas (já citadas em linhas anteriores) nos dias atuais à prática da pesca artesanal. A intensa poluição da Baía de Sepetiba (assim como em diversas baías, lagoas, rios e praias por todo Brasil) somada à delimitação de áreas de proibição da atividade pesqueira, são alguns dos principais fatores conflitantes e limitantes encarados pelos pescadores artesanais no exercício cotidiano de sua atividade. Tais fatores fazem com que o pescador se aventure cada vez mais longe da costa, se expondo ao risco de acidentes e intempéries no mar. Esta situação faz com que os mesmos busquem, sobretudo, com criatividade, inovações tecnológicas que os ajudem a enfrentar as dificuldades e assim minimizar os impactos sofridos e sentidos em seu processo de trabalho.

Neste sentido, a utilização de embarcações com propulsão a motor foi uma importante alternativa encontrada pelos pescadores da Baía de Sepetiba para encarar esses tempos difíceis no exercício cotidiano do trabalho, entretanto, como para alguns a dificuldade maior é a de agregar fundos para investir em novos materiais, a única saída que se apresenta é a de se aventurar próximo à costa com seus barcos a remo (e assim enfrentar problemas como a poluição e a fiscalização de áreas proibidas) ou ainda de trabalhar como parceiro em outras embarcações equipadas para uma pescaria mais longínqua.

“Hoje nós temos aqui na Pedra de Guaratiba... eu calculo aí uns 70% pescadores (no mínimo) pescando de caíco, nessa modalidade de pesca, pescando camarão. Desses setenta, deve ter uns dez que tem este tipo de motor (mais sofisticado), os outros são tudo de rabeta pra trás. Mas com pouco tempo, todos vão estar utilizando este motor aqui. É um motor mais caro, mas é um motor de uma durabilidade muito boa! Porque ele não tem peça de chapa de ferro. A manutenção dele é fácil, nós mesmos fazemos. Tem essa manutenção básica, que é a que vamos fazer aqui agora. Esse aqui (aponta para o motor) nunca deu problema de nada, nunca tive problema mecânico com ele. A empresa dá uma garantia e a cada 36 horas de uso ele passa por uma revisão. Mas nunca trocou peça, nunca trocou vela... continua com a mesma vela que veio. Esse motor nunca foi aberto!”. Intrigados sobre onde o pescador havia comprado o motor, perguntamos e ele respondeu: “Na Barra (da Tijuca)!” e continuamos: “Geralmente os pescadores daqui vão lá pra Barra comprar (motores) ou tem algum lugar mais perto?!” ele respondeu: “O lugar mais perto que tem é na Barra! Pra comprar esse tipo de motor (e aponta para o seu), esse motor aqui! O outro (o de rabeta) a gente pode comprar pela internet... o que é mais inferior!”.

Essa história contata pelo pescador me fez lembrar que é comum eles percorrerem longas distâncias na busca por melhores preços não só de motores, mas também de seus

apetrechos de trabalho mais comuns como linhas, anzóis, materiais para a confecção das redes, dentre outros. Para termos uma ideia, o Mercado São Pedro que se localiza em Niterói, se constitui como uma referência regional no quesito de venda de materiais para a pesca artesanal, atraindo pescadores de toda metrópole fluminense e até mesmo de outros pontos do estado. Tal fenômeno ainda é bastante complexo e difícil de ser entendido, especialmente se levarmos em conta que diversos estabelecimentos menores estão mais próximos de algumas localidades (ou comunidades) pesqueiras. Não pretendemos aqui aprofundar este tema, pois não temos subsídios suficientes para isto (necessitamos de novas pesquisas e trabalhos de campo específicos), logo, sigamos com o presente relato.

“Agora eu vou funcionar ele pra dar uma adoçada!” e liga o motor com a hélice voltada para dentro de um galão com água. Assim como no mar, a água do galão percorrerá o interior do motor e retirará todo sal acumulado em suas estruturas durante a navegação (por isso não podíamos deixá-lo se encostar à lama da praia). Conforme já afirmado pelo pescador, este simples procedimento é necessário para prolongar a vida útil do motor e assim, fazer valer a pena o investimento feito. Este processo de limpeza ainda faz parte da pescaria realizada no dia anterior e poderia ser feito tanto no ponto de desembarque, quanto em sua moradia (como aqui foi feito de fato) ou até mesmo na casa de algum amigo. “Agora vai funcionar assim por uns cinco minutos e depois tá “safo” (resolvido)! É só guardar.”. E assim se encerra a última tarefa da pescaria.

Nasceu um novo dia e, com isso, renova-se a esperança de dias melhores. A impressão que tivemos depois de acompanharmos esta longa jornada de trabalho junto ao pescador é a de que a pluralidade que envolve a atividade pesqueira artesanal a coloca como um posto de trabalho diferente de muitos outros que se fazem presentes no urbano atual. Pluralidade esta que não está somente contida numa complexa instrumentalidade inerente ao seu fazer (nas técnicas, sobretudo), mas também se apresenta claramente nos costumes, nos códigos de conduta, nas relações mais próximas com o meio e com o Outro, no lidar com os imprevistos e com o conhecido, nas lutas e nos embates políticos, nas táticas (de sobrevivência) e estratégias (de resistência), enfim, em tudo aquilo que permeia a sua existência e a sua permanência em seus lugares de trabalho e de vida.

A experiência desta pluralidade é o que fortalece a pesca artesanal frente aos novos desafios propostos (ou, em certos casos, impostos) pela contemporaneidade e boa parte desta pluralidade está envolvida na produção imaterial dos sentidos. Não é questão de romantismo (de culturalismo, de humanismo ou de outros “ismos” que, por vezes, rotulam, generalizam e pioram algumas formas menos ortodoxas de pensar o mundo) encarar as imaterialidades

produzidas pela experiência do cotidiano da pesca artesanal como um dos grandes alicerces de sua existência e, conseqüentemente, de sua resistência. A vivência da solidariedade, da criatividade e do companheirismo que estes trabalhadores mantêm no seu fazer e no seu cotidiano é um dos grandes responsáveis pela (re)produção de novas esperanças, pelo renovar da força despendida a cada saída ao mar e pela reconstrução da categoria em meio aos desafios de um tempo ceifador de sonhos e de desejos de um mundo diferente daquele que vem sendo cunhado pela modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o trabalhar e o morar no cotidiano da pesca artesanal foi percebida durante o processo de escrita do presente trabalho como duas dimensões extremamente próximas e de importância ímpar no que tange ao fazer inerente a atividade em questão.

A moradia se constitui como o lugar do preparo, não só dos materiais que envolvem o processo de trabalho no porto e no mar, mas também da própria força de trabalho do pescador. O morar, como nas demais profissões, primeiramente, remete-se ao descansar, ao se alimentar, ao refletir o presente, ao lugar do encontro, ao lugar de meditar, de cozinhar, de receber os amigos, de matar o tempo, de pensar o futuro, de lamentar, de comemorar, de planejar, enfim, de viver a vida. Imbricado a tudo isto, e diferentemente das demais profissões, o trabalho na pesca artesanal se apresenta diretamente atrelado ao morar, especialmente, nos processos de manutenção e/ou reparo dos instrumentos de trabalho como motores e redes (entre outras armadilhas), na preparação das provisões, na organização e beneficiamento da produção (ao menos da parte que não é diretamente comercializada na hora do desembarque) e também na extensão da experiência dos costumes vivenciados no mar, como o comportamento solidário e o companheirismo (acolhimento de colegas de trabalho em sua residência para discussões de parcerias e/ou planejamento de novas pescarias, por exemplo).

Morar e trabalhar para o pescador artesanal se complementam numa relação extremamente íntima e dialógica. Conforme experimentamos no trabalho de campo, a jornada de trabalho do pescador se iniciou em sua casa, preparando as provisões (água, combustível, agasalhos, sacolas, etc.), planejando os trajetos no mar (mesmo que este planejamento tivesse de ser alterado por prudência e necessidade no momento da pescaria), percebendo as condições climáticas (sendo que a certeza do bom ou do mal tempo só viria mesmo quando o pescador chegasse à praia) e organizando os instrumentos de trabalho (como o motor, por exemplo).

A casa do pescador, além de ser o local da realização dessas tarefas preliminares que permeiam a pescaria, também se caracteriza como lugar da conversa e do encontro com seus amigos pescadores (ou não pescadores), da “contação” de histórias (e estórias) sobre as melhores pescarias feitas na semana (e na vida), é o lugar onde compartilham os incidentes e contratempos no mar, onde fazem os planos para a melhoria das condições de trabalho, enfim,

o morar surge como o lócus essencial para a produção das táticas e estratégias inerentes ao fazer da pesca artesanal.

A dimensão do morar, portanto, deve ser encarada como a continuação do movimento, ou seja, como a extensão do fazer relacionado à pesca, como parte do seu trabalho. Desse modo, o morar representa para o pescador artesanal mais do que uma necessidade humana, este se configura como parte importante da produção dos sentidos que estão presentes em seu cotidiano, na sua *práxis* pelo espaço e no desenrolar de suas ações.

Assim como a jornada de trabalho se iniciou na moradia do pescador, ela se finda no mesmo lugar. A chegada ao atracadouro não representou o fim desta longa jornada, muito pelo contrário, marcou o início de uma nova etapa da mesma. A manutenção do motor, a organização dos materiais (remos e rede, sobretudo) e o armazenamento e beneficiamento da produção (quando esta não é vendida no momento do desembarque) são tarefas pós-pescaria que, geralmente, se estendem à casa do pescador. Em alguns casos o rancho, por se localizar perto do atracadouro, surge como um importante local para a manutenção de seus apetrechos de trabalho (além também de abrigá-los), no entanto, este ainda não substitui a moradia por simplesmente não se constituir como um lugar de estar, mas sim como um ambiente de uso regular, funcional.

Em meio a isto, vimos que morar e trabalhar se conectam e dialogam pela dimensão do lugar, dos sítios, sendo que é por meio destes que os pescadores artesanais tornarão possíveis a vivência e a perpetuação de suas práticas e de seus saberes (como o *homo situs* ou homem situado de Hassan Zaoaul). Desse modo, a experimentação dos sentidos que remetem ao exercício cotidiano de seu ofício se constrói senão a partir do lugar. E isto se dará por meio da *práxis* que envolve a referida atividade, bem como seus desdobramentos, os quais não remetem apenas ao processo produtivo em si, mas a todo um conjunto de valores e conhecimentos responsáveis pela formação da própria pesca artesanal enquanto não apenas uma categoria de trabalho, mas também, como um modo de vida. Logo, sua experimentação remete a um processo de construção de sentidos que se dão por meio do exercício do trabalho e da vivência de sua abrangência em seus lugares imediatos, bem como na própria moradia de seus praticantes. Tal racionalidade, depois de construída e aceita, incidirá diretamente na vida dos sujeitos que experimentam do cotidiano da pesca artesanal, gravando em suas próprias histórias as marcas responsáveis por fazê-los reconhecerem a si mesmos enquanto pescadores artesanais, fomentando assim a base que os sustenta em tempos adversos, que os fazem bravamente resistir à atuação estratégica de seus pares antagônicos (conforme nos orienta

Milton Santos com os seus homens lentos e Michel de Certeau por meio do homem ordinário).

Sendo assim, podemos inferir que na relação entre moradia e trabalho, quanto maior for a proximidade da casa do pescador com o ponto de embarque/desembarque utilizado pelo mesmo, mais conectado com a vida de relações inerentes a prática da atividade pesqueira este trabalhador estará. Entretanto, a crescente valorização da terra (impulsionada por investimentos públicos) e a constante especulação em torno do preço dos imóveis (especialmente em lugares próximos a regiões turísticas), fazem com que a pressão para que os pescadores deixem seu local de moradia seja extremamente forte, ocasionando a saída de muitos para lugares cada vez mais distantes e muitas das vezes sem conexão com a pesca artesanal. O caso da Pedra de Guaratiba é bem emblemático quanto a isto, pois vem experimentando uma valorização gradativa do preço da terra e do valor dos imóveis nos últimos anos, especialmente, a partir de sua inclusão no roteiro turístico do município do Rio de Janeiro e também ao cenário do entretenimento artístico-musical noturno e da gastronomia de alto nível.

Em Pedra de Guaratiba, assim como em outros lugares da metrópole fluminense como em Jurujuba (Niterói), por exemplo, os grupos de pescadores que mais convivem com este tipo de pressão (no entanto, não são os únicos) compreendem a parcela dos que possuem meios de produção escassos e com baixo poder produtivo, juntamente com aqueles que não possuem seus próprios meios de produção. Estes, por não obterem uma renda mensal média constante, recorrem sumariamente à autoconstrução de suas moradias, as quais nem sempre se encontram devidamente finalizadas. Por outro lado, a “invasão” de novos padrões baseados, sobretudo, numa (re)produção simbólica dos desejos de uma assimetria arquitetônica moderna, promove nesses lugares construídos pela pesca uma disputa invisível e injusta entre o morar do pescador (e suas demais materialidades e imaterialidades) e o residir da sociedade urbana-capitalista. Muitos pescadores ainda resistem, mas como a capacidade de investimento em sua moradia somada aos meios de arcar com o pagamento de impostos cada vez mais altos (com a valorização da terra), é muito limitada, estes se veem forçados a buscar novas alternativas se aventurando pelos meandros da informalidade⁶⁸ presente no universo do habitar do espaço urbano contemporâneo.

⁶⁸ Há que se deixar claro que a legislação habitacional e o poder público – em suas três esferas de poder – são os principais responsáveis pela produção (e reprodução) do numeroso contingente de moradias informais em nossas cidades, conforme nos sinalizou Edésio Fernandes.

Portanto, a distância do lugar de moradia em relação ao de trabalho para o pescador artesanal tende a levar ao enfraquecimento das relações possíveis que este manteria com seus pares semelhantes, comprometendo assim todo um processo de conhecimento e reconhecimento dele com o meio e com o lugar, da vivência do seu cotidiano e dos sentidos inerentes à sua categoria, bem como também da articulação de suas táticas e estratégias intrínsecas às suas ações. A deterioração gradativa da experimentação do conjunto simbólico que permeia os valores, especialmente a dimensão solidária, toma corpo no momento em que a presença destes sujeitos é cada vez mais escassa nos lugares que antes se caracterizavam por sua grande abrangência.

Não podemos esquecer também que as estratégias articuladas pelo Estado para a promoção de atividades do segmento industrial e portuário, situados próximos às áreas de pesca, tendem a incidir repercussões negativas (como, por exemplo, a poluição dos meios naturais e diminuição das populações de espécies pescadas ou que servem de alimento as mesmas, como a remoção das famílias de pescadores ou a destruição de manguezais para a construção/ampliação dos respectivos empreendimentos, etc.) no cotidiano e nos lugares inerentes à atividade, fragmentando assim as suas práticas espaciais e impondo aos seus trabalhadores limites que antes não existiam, desmotivando-os no exercício de seu trabalho e influenciando diretamente no rumo de suas vidas.

Este vasto quadro de dificuldades que reflete o estado atual do processo de degradação da atividade pesqueira artesanal na metrópole do Rio de Janeiro (assim como provavelmente se dá também em diversos outros espaços urbanos litorâneos, lacustres ou fluviais de nosso Brasil) vem fazendo com que seus trabalhadores vivam num constante saudosismo em relação ao passado, ao mesmo tempo em que lamenta um presente sem muitas oportunidades. Este cenário acaba por configurar uma realidade (forjada pelas mãos do capital e avalizada pelo Estado) na qual muitos pescadores não consigam fazer o movimento de enxergar uma perspectiva de futuro para o seu fazer cotidiano, para a realização do seu trabalho. *Nega-se o ser, a sua história, a sua existência.*

O êxodo dos pescadores artesanais de suas localidades de origem para outros pontos em nossas cidades (até mesmo em outros estados brasileiros) vem contribuindo para um paulatino enfraquecimento da categoria, seja pela diminuição do número de pescadores artesanais em lugares historicamente construídos e reconhecidos como pontos pujantes da pesca artesanal e que hoje são altamente especulados pela urbanização e/ou pela industrialização, seja também pela outra extremidade deste movimento, o qual promove um aumento da concorrência nos lugares de destino desses pescadores migrantes.

Tanto pelo movimento de dispersão, quanto pelo de captação desses trabalhadores, a tendência aponta para uma fragilização da categoria em termos de contingente de praticantes, pois muitos são aqueles que se vinculam a outra atividade (mesmo que a contragosto) devido à grande variedade de dificuldades enfrentadas por eles no exercício cotidiano do ofício. Isto se torna ainda mais contundente quando vemos que a dinâmica relacional entre diminuição x renovação do contingente de trabalhadores é consideravelmente contrastante (tendendo a majoração do primeiro movimento), processo este que até mesmo já é reconhecido por algumas lideranças ligadas à atividade. *Da negação surge um novo ser, a partir de novas experiências, uma nova existência.*

Neste sentido, a relação entre o morar e o trabalhar inerente ao pescador artesanal também se encontra no seio das contradições que emergem da produção social do espaço. As decisões tomadas pelo Estado e influenciadas pelo capital (em suas diversas facetas) vêm fazendo com que essas horizontalidades sintam na sua própria constituição, a força que busca romper os elos responsáveis por agregar narrativas, sentidos, fazeres e memórias.

Ao mesmo tempo em que o lugar se constitui como a dimensão que dá ânimo ao cotidiano, unindo o morar e o trabalhar na vida dos pescadores artesanais, este surge como a possibilidade da esperança, de superação das adversidades, do reconhecimento do Outro e, sobretudo, de constituição de sujeitos que, seja pelo embate ou pela vivência da solidariedade, são responsáveis por escrever no tempo e no espaço os rumos de uma nova história.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AZEVEDO, Natália Tavares de. *Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)*. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

CHAGAS, Eduardo F. A determinação dupla do trabalho em Marx: trabalho concreto e trabalho abstrato. *Revista Outubro (edição on-line)*, n. 19. 61-80, 2010. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/19/out19_04.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

COSTA, Lilian C., et al. Aplicação do Sistema de Projeção de Poluição Industrial (Modelo IPPS) na bacia hidrográfica da baía de Sepetiba (Rio de Janeiro, Brasil): estudo de caso. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 (1): 66-73, 2011. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20IPPS.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

COUTO, Marcos A. C. As formas-conteúdo do ensinar e do aprender em geografia. X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEG). Comunicação Oral, Anais, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20%2817%29.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

EUZEBIO, Rodrigo Corrêa. *Espaço e técnica: uma análise das técnicas dos pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba no espaço metropolitano do Rio de Janeiro*. 2014. 37f. Monografia (Especialização em Dinâmicas Urbano-ambientais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

FERNANDES, Edésio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: CARVALHO, Celso S., et al (Org.). *O Estatuto da Cidade Comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010.

FERREIRA, Jamylle de A. *Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ*. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edição Loyola, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, 08.093, Vitruvius, fev/2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production del'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev/2006.

_____. *A vida quotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1991

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos Filosóficos*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1 - Tomos I e II (Livro Primeiro). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MODESTO, Nilo Sérgio d'Avilla. Ação dos aparelhos privados de hegemonia: reprodução política e produção espacial em São Gonçalo. In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreino (Org.). *Metrópoles em Mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2008. p. 185 - 208.

NAKASHIMA, Leonardo S.; PRANTERA, Mônica T. Estudo da poluição da Baía de Guanabara: RJ. *Saúde & Ambiente em Revista*, Duque de Caxias, v.1, n.2, p.86-96, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/sare/article/view/315>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosimeire A. de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, David L. T. Expansão dos tupi-guarani pelo território brasileiro: correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica. *Revista Tópos*, Presidente Prudente (UNESP), v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2224/2037>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

RAINHA, Felipe A. *Metrópole e trabalho: uma reflexão a respeito das políticas públicas para a pesca artesanal na região da Baía de Guanabara*. 2009. 81f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

RAINHA, Felipe A. *A pesca artesanal e a política pública: a trajetória de um pescador artesanal na busca pelo crédito do PRONAF*. 2013. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RESENDE, Alberto Toledo. *O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República*. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jorban Livraria e Editora, 1996.

_____. Ação e seleção social: impulsos globais em contextos metropolitanos. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A.G. (Orgs.). *Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Micro-conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana. *Revista de Ciencias Sociales*, Universidad de la República, n. 19, 2001.

_____. Ação social, qualidade de vida e novos usos do território: vetores da globalização. In: CASTAGNA, Alicia; RAPOSO, Isabel; WOELFLIN, Maria L. (ed.). *Globalización y Territorio*. Rosário: Editora da Universidad Nacional de Rosario, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia de. *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida. In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Org.) *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. X Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Anais, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015

_____. Cartografia da ação social, região metropolitana e novo desenvolvimento urbano. *Le Monde Diplomatique*, ano 2, n. 24, jul. 2009.

_____. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010.

_____. *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *O espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de Método*. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SERBER, Josélia Brito. Diagnóstico ambiental das atividades do polo industrial de Queimados como subsídio ao termo de ajustamento de conduta na gestão sustentável da bacia hidrográfica do Rio Guandu, RJ. 2005. 108f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SERPA, Angelo. As redes socioespaciais, os modos de comunicação e o enredo do lugar. In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreino (Org.). *Metrópoles em Mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2008. p. 167-183.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente, SP, Ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, Catia Antonia da. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*. 2002. 340f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

_____. Circuitos produtivos da pesca artesanal no Rio de Janeiro - Brasil: desafios e contextos. *Revista Geográfica de América Central*, Norteamérica, 2, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2661>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. In: SILVA, Catia Antonia da, et al; *Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 19-45.

_____. (Org.). *Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Paulo Cesar. *O processo de resistência à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no período de 2005-2012*. 2013. 126f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford, et al (Org.). *Camponeses brasileiros*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VERGÉS, Armando B. Economia política do campesinato. In: _____. *Os novos camponeses*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

WASSERMAN, Julio Cesar. O impacto da mobilização química de metais durante um serviço de dragagem na baía de Sepetiba para o terminal marítimo da CSA. Biblioteca Virtual da UFF, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/remadsuff/BibVirtual/RelatdragagemCSA%20-%20Sepetiba.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais, Parte 2. Tradução de Augustin Wernet; Introdução à edição brasileira Maurício Tragtenberg. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2000.

ZAOAUL Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

Fontes documentais

FAO, Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Roma: FAO, 2012. 250 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i2727s/i2727s00.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

FIPERJ, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório 2011. Rio de Janeiro: FIPERJ, 2011. 52 p.

MPA, Equipe Técnica (Org.). *Produção Pesqueira e Aquícola: estatística 2008 e 2009*. Brasília: MPA, 2010. 30 p.

MPA/IBGE, Equipe Técnica (Org.). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: Brasil 2008-2009*. Brasília: MPA, 2010. 101 p.

SEAP, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *Mais Pesca e Aquicultura* – Plano de Desenvolvimento Sustentável: uma rede de ações para o desenvolvimento do setor. SEAP, julho/2008. 30 p.

Demais fontes de consulta

<<http://www.mpa.gov.br>>
<<http://www.ibge.gov.br>>
<<http://www.senado.gov.br>>
<<http://www.seap.gov.br>>
<<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>>
<<http://www.pedradeguaratiba.com.br>>